

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

ANA MARIA AQUINO DOS ANJOS OTTATI

**AS DINÂMICAS E AS DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO
NO ESTADO DO MARANHÃO**

Porto Alegre

2013

ANA MARIA AQUINO DOS ANJOS OTTATI

**AS DINÂMICAS E AS DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO
NO ESTADO DO MARANHÃO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Série PGDR - Tese N° 59

Porto Alegre

2013

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Ottati, Ana Maria Aquino dos Anjos
As dinâmicas e as desigualdades regionais de
desenvolvimento no estado do Maranhão / Ana Maria
Aquino dos Anjos Ottati. -- 2013.
225 f.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Desenvolvimento regional. 2. Crescimento
econômico. 3. Desigualdade regional. I. Waquil, Paulo
Dabdab, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANA MARIA AQUINO DOS ANJOS OTTATI

**AS DINÂMICAS E AS DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO
NO ESTADO DO MARANHÃO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 07 de janeiro de 2013.

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil – Orientador
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato
PGDR/UFRGS

Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves
Departamento de Economia/UNISINOS

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Departamento de Economia/UFMA

Dedico esta tese a três pessoas:

Ao meu pai, José de Arimatéia (in memoriam) pelo incentivo constante. Saudades!

À minha mãe Maria do Rosário, pelo amor, pela preocupação enquanto estive longe e ausente em muitos momentos ao longo deste trabalho.

A Angelo, pelo amor, incentivo, ajuda nos estudos, paciência e conforto nos momentos difíceis. Essa tese é nossa por representar perseverança e superação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, pela presença constante em minha vida.

Aos meus irmãos e suas famílias, pelo estímulo e apoio na conquista de mais uma meta.

Aos meus sogros, D. Ema e ao Sr. Luiz (*in memoriam*), pelo incentivo e carinho de sempre.

Ao professor Paulo Dabdab Waquil, pela orientação e contribuição na execução deste trabalho.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), através do Departamento de Economia Rural (DER), pela liberação das minhas atividades e pela concessão da bolsa de estudos.

Aos professores e funcionários do Curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da UEMA, pelo incentivo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), pela oportunidade de doutoramento em uma instituição de excelência no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Aos colegas do PGDR, em especial dos cursos de Mestrado e de Doutorado da Turma 2009, pelos momentos que passamos juntos. Um abraço especial a Carla Rocha, Clério Plein, Márcio de Araújo, Dirceu Basso e Marco Antônio de Aragão.

À professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, pela grande disponibilidade e, principalmente, pela eterna amizade.

Ao professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) João Claudino Tavares, pela sua atenção, comentários e conteúdo bibliográfico.

Ao professor Marcelo Antônio Conterato (PGDR), pelos diálogos durante toda a execução do trabalho.

Aos professores Sergio Schneider (UFRGS), Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS) e Tiago Wickstrom Alves (UNISINOS), pelos comentários e contribuição.

Aos demais professores do PGDR pelos ensinamentos.

A todos os funcionários que convivi no PGDR, em especial a Eliane Sanguiné, D. Marlene, Marilene, Carla, Elisiane e Sr. Cláudio (*in memoriam*).

Aos funcionários da biblioteca da Agência São Luís do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela disponibilidade em todos os momentos em que foram solicitados.

RESUMO

Esta tese teve como tema o estudo das dinâmicas e das desigualdades regionais geradas pelo processo de desenvolvimento implantado no Estado do Maranhão entre as décadas de 1970 e 1980, o qual priorizou os grandes projetos de desenvolvimento, entre estes, Vale, Alumar, produção de soja e pecuária bovina. A problemática de pesquisa proposta por esta tese buscou responder às seguintes perguntas: quais as dinâmicas de desenvolvimento encontradas entre os municípios maranhenses? As desigualdades nos índices de desenvolvimento entre os municípios maranhenses poderiam ser explicadas pela política de desenvolvimento regional que priorizou a implantação de grandes projetos adotados no Estado? O objetivo geral da pesquisa consistiu em conhecer e caracterizar as dinâmicas e as desigualdades nos índices de desenvolvimento existentes entre os municípios maranhenses, tendo como base uma perspectiva multidimensional, e fazer a relação das dinâmicas e desigualdades com os projetos de desenvolvimento implantados no Estado a partir da década de 1970 na área metalúrgica, siderúrgica e agropecuária. Este estudo considerou os dados secundários de 28 variáveis agrupadas em cinco dimensões. Os métodos estatísticos utilizados foram a análise descritiva; a estatística multivariada da análise de agrupamento visando a agregação dos 217 municípios em cinco grupos de acordo com suas semelhanças; o teste z para testar as diferenças significativas entre as médias do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) entre os municípios onde foram instalados os projetos analisados e os municípios que não os receberam; a análise de variância, utilizada para testar se havia ou não diferenças significativas entre as médias dos cinco grupos formados a partir da análise de agrupamento; e o teste de Tukey, a fim de testar as médias dos grupos entre si. Diante dos resultados, pode-se concluir que as desigualdades entre os municípios maranhenses permaneceram, porém foram reduzidas entre os anos de 1980 e 2010, pois se verificou uma tendência de crescimento do IDM em todos os anos analisados, assim como uma melhora em todas as dimensões avaliadas. Entretanto, ainda há nos municípios, em diferentes níveis, deficiências em todas as variáveis analisadas. Quanto aos projetos implantados, confirmou-se que estes geraram crescimento econômico a alguns municípios e que eles não foram capazes de proporcionar desenvolvimento, aqui visto sob a forma de melhoria da qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Crescimento econômico. Desigualdade regional.

ABSTRACT

The aim of the present thesis was to study the dynamics of regional inequalities generated by the development process implemented in the State of Maranhão-Brazil in the 1970's and 1980's which prioritized great development projects such as Vale, Alumar, soybean production, and cattle raising. The research sought to give answers to the following questions: what are the development dynamics found among the State municipalities? Could the inequality rates of development in the municipalities be explained by the regional development that prioritized the major projects adopted in the State? The general aim of the study consisted in understanding and characterizing the dynamics and inequalities on the development rates in the State municipalities, based on a multidimensional outlook, pointing out the dynamics and inequalities relationship with the development projects implemented in the State started in the 1970's in the metallurgy, steel milling, and cattle raising. The study took into account the secondary data of 28 variables grouped in five dimensions. The used statistical methods were descriptive analysis; the multivariate statistics of grouping analysis aiming the aggregation of the 217 municipalities within five groups according to similarities; the z test to assess significant differences among the Municipal Development Rate (MDR) averages in the municipalities where the projects were installed and the municipalities which were not contemplated with the analyzed projects; the variance analysis, used to assess whether or not there was significant difference among averages of the five groups formed from the grouping analysis and the Tukey test in order to evaluate the averages among the groups. The research concludes that the inequalities among the State municipalities remained, but decreased between 1980 and 2010 as there was an MDR increase in the analyzed years, as well as an improvement in all evaluated dynamics. Nevertheless, there are shortcomings in all analyzed variables with varying levels in the municipalities. As to the implemented projects, it was confirmed that they generated economical growth in some municipalities, but were unable to provide development, viewed here under the form of life quality improvement of the population.

Keywords: Regional development. Economical growth. Regional inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição da criação de bovinos no Estado de Maranhão em 2010	92
Figura 2 - Municípios do Maranhão e do Pará cortados pela Estrada de Ferro Carajás	95
Figura 3 - Representação dos municípios do Maranhão cortados pela Estrada de Ferro Carajás	96
Figura 4 - Evolução da área colhida (ha) de soja no Maranhão entre os anos de 1978 e 2010	102
Figura 5 - Representação dos municípios produtores de soja no Maranhão – 2010	104
Figura 6 - Participação de cada empresa exportadora no valor total das exportações de soja produzida no Maranhão – 2011	105
Figura 7 - Representação das mesorregiões, microrregiões e limites do Estado do Maranhão	113
Figura 8 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 130 municípios maranhenses no ano de 1980. Maranhão	138
Figura 9 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 136 municípios maranhenses no ano de 1991. Maranhão	138
Figura 10 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 217 municípios maranhenses no ano de 2000. Maranhão	139
Figura 11 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 217 municípios maranhenses no ano de 2010. Maranhão	139
Figura 12 - Representação gráfica dos 53 municípios que sofrem influência dos projetos da Vale, da Alumar, da soja e da pecuária bovina	142
Figura 13 - Representação dos cinco grupos homogêneos formados pelos municípios maranhenses a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal. Maranhão	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos elementos analíticos que compõem o pensamento da CEPAL	48
Quadro 2 – Mesorregiões, microrregiões e municípios produtores de soja no Maranhão em 2010	103
Quadro 3 – Municípios que fazem parte do projeto da Vale, da Alumar, da produção de soja e da pecuária bovina no Estado do Maranhão – 2010	109
Quadro 4 – Mesorregiões do Maranhão, suas microrregiões e municípios	112
Quadro 5 – Identificação das dimensões, variáveis, códigos utilizados, fontes dos dados, unidades e relação das variáveis com o desenvolvimento	117
Quadro 6 – Nível de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto da Vale e da Alumar	143
Quadro 7 – Níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto de produção de soja	145
Quadro 8 – Níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto da pecuária bovina. Maranhão	147
Quadro 9 – Municípios que compõem os grupos homogêneos formados através do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para o ano de 2010. Maranhão	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população maranhense entre 1940 e 2010	88
Tabela 2 – Valores da média e do coeficiente de variação dos cinco índices parciais e do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão	131
Tabela 3 – Classificação dos níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses com base nos estratos calculados para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão	133
Tabela 4 – Número de municípios e participação percentual nos níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão	134
Tabela 5 – Parâmetros descritivos do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão	136
Tabela 6 – Evolução do nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses nos anos entre 2000 e 2010. Maranhão	140
Tabela 7 - Resumo dos níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto da soja nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010	145
Tabela 8 – Comportamento dos níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte dos projetos da Vale, da Alumar, da soja e da pecuária bovina entre os anos de 2000 e 2010. Maranhão	149
Tabela 9 – Caracterização das mesorregiões maranhenses quanto aos projetos presentes, número de municípios com projetos implantados, participação no PIB estadual, índice de Gini e os níveis de desenvolvimento dos municípios. Maranhão.....	154
Tabela 10 – Caracterização dos tipos de empresas no Brasil e no Maranhão	157
Tabela 11 – Análise do comportamento do Índice de Desenvolvimento Municipal dos municípios com projetos e dos municípios sem projetos para os anos de 1980,1991, 2000 e 2010	159
Tabela 12 – Caracterização dos cinco grupos homogêneos formados e os parâmetros estatísticos descritivos do Índice de Desenvolvimento Municipal (DM) dos municípios – 2010. Maranhão	170

Tabela 13 – Caracterização dos grupos homogêneos de municípios maranhenses formados quanto ao nível de desenvolvimento. Maranhão	172
Tabela 14 – Caracterização dos grupos homogêneos de municípios maranhenses formados quanto à população total, participação percentual e parâmetros estatísticos descritivos da população. Maranhão	172
Tabela 15 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão econômica para os grupos homogêneos de municípios maranhenses formados pela análise de agrupamento. Maranhão	173
Tabela 16 – Caracterização das empresas e outras organizações por grupos homogêneos de municípios maranhenses	174
Tabela 17 – Participação média percentual dos setores e dos impostos no PIB dos municípios em cada grupo homogêneo e no Estado do Maranhão – Ano 2009	174
Tabela 18– Distribuição relativa da quantidade produzida de arroz, feijão, mandioca, milho e soja e número de cabeças de bovinos por grupo homogêneo de municípios maranhenses no ano de 2010. Maranhão	175
Tabela 19 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão social, saúde e infraestrutura para os grupos homogêneos de municípios maranhenses formados pela análise de agrupamento. Maranhão	176
Tabela 20 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão demográfica e dimensão institucional para os grupos homogêneos de municípios formados pela análise de agrupamento. Maranhão	177
Tabela 21 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão educação e lazer para os grupos homogêneos de municípios formados pela análise de agrupamento. Maranhão	179
Tabela 22 – Resultado da análise de variância e do teste de Tukey realizado entre as médias dos cinco grupos de municípios. Maranhão	190

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVOS	24
1.1.1	Objetivo Geral	24
1.1.2	Objetivos Específicos	24
1.2	HIPÓTESES	25
2	A ECONOMIA REGIONAL E O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS	27
2.1	A ECONOMIA REGIONAL	27
2.1.1	A Teoria Clássica da Localização	29
2.1.2	Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração	34
2.1.2.1	Teoria dos Pólos de Crescimento	34
2.1.2.2	Teoria da Base de Exportação	37
2.1.2.3	Teoria da Causação Circular e Acumulativa	40
2.1.2.4	Teoria do Desenvolvimento como uma Cadeia de Desequilíbrios	43
2.1.2.5	O Pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	46
2.1.2.6	O pensamento de Raúl Prebisch	47
2.1.3	As produções mais recentes em Economia Regional	50
3	O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, A ORIGEM DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E AS POLÍTICAS REGIONAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, NO NORDESTE E NO MARANHÃO	55
3.1	O DESENVOLVIMENTO E A ORIGEM DAS DESIGUALDADES NO BRASIL	55
3.1.1	O desenvolvimento do Brasil via o Sudeste	57
3.2	O DESENVOLVIMENTO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO NORDESTE	59
3.2.1	A intervenção planejada no Nordeste	61
3.2.1.1	O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)	65

3.2.1.2	Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)	66
3.2.1.3	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)	67
3.2.2	A dinâmica nordestina após a criação da SUDENE	72
3.2.3	A criação, o desenvolvimento e a formação econômica, social e política do Maranhão	76
4	OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO	91
4.1	PROJETO DA MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA	91
4.2	PROJETO DA VALE	93
4.3	PROJETO DA ALUMAR	97
4.4	PROJETO DA MONOCULTURA DA SOJA	101
5	METODOLOGIA	108
5.1	O LOCAL DO ESTUDO - O ESTADO DO MARANHÃO	111
5.2	TÉCNICAS DE COLETA, FONTE DOS DADOS, DIMENSÕES E VARIÁVEIS	115
5.3	PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS E ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	116
5.3.1	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	120
5.3.1.1	Construção do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)	120
5.3.2	Análise de agrupamento (Cluster Analysis)	124
5.3.3	Testes para diferenças de médias	126
5.3.3.1	Teste z – teste das diferenças das médias entre os grupos de municípios que receberam e não receberam projetos de desenvolvimento	126
5.3.3.2	Análise de variância (ANOVA) - teste das diferenças entre as médias dos cinco grupos formados pela análise de agrupamento	127
6	O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO	131
6.1	AS DESIGUALDADES DE DESENVOLVIMENTO EXISTENTES ENTRE OS 217 MUNICÍPIOS	131

6.1.1	Uma comparação do nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010	132
6.1.2	Uma análise do comportamento do nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses entre os anos de 2000 e 2010	140
6.2	AS DESIGUALDADES ENTRE OS MUNICÍPIOS QUE SOFREM INFLUÊNCIA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E OS MUNICÍPIOS QUE NÃO SOFREM INFLUÊNCIA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	142
6.2.1	Uma análise individual de cada projeto	143
6.2.1.1	Projeto da Vale e da Alumar	143
6.2.1.2	Projeto da monocultura da soja	144
6.2.1.3	Projeto da pecuária bovina	146
6.2.2	Uma análise conjunta dos níveis de desenvolvimento para os anos de 2000 e 2010 para os 60 municípios e os quatro projetos	149
6.2.2.1	Uma análise a partir do PIB e do cadastro das empresas maranhenses	151
6.2.3	Uma análise a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) dos municípios com projeto e dos municípios sem projeto	158
6.2.4	Uma breve conclusão	160
6.3	O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES VISTO ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DE GRUPOS – DADOS 2010	166
6.3.1	Caracterização dos cinco grupos formados pela Análise de Agrupamento	170
6.3.2	Uma breve conclusão	190
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
	REFERÊNCIAS	204
	APÊNDICE A – Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) calculado para os 217 municípios maranhenses para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 Maranhão	212
	APÊNDICE B – Classificação dos níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses com base nos estratos calculados a partir dos valores do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão	216

ANEXO A – Procedimentos estatísticos utilizados para análise dos resultados do Teste z	220
ANEXO B – Procedimentos estatísticos utilizados para análise dos resultados da análise de variância e do Teste de Tukey	221

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o desenvolvimento desigual tem despertado o interesse de muitos estudiosos, pois ao longo do desenvolvimento capitalista mundial as desigualdades entre países, dentro destes, inter e intrarregiões fizeram com que surgisse a crescente necessidade de conhecê-las, reduzi-las ou até mesmo controlá-las. Assim, ganha força dentro da teoria econômica a economia regional, fazendo com que, a partir de então, o elemento espaço passasse a fazer parte da análise econômica.

Na economia, o elemento espaço por muito tempo não foi considerado, já que na teoria clássica e neoclássica as forças de mercado seriam capazes de conduzir o sistema econômico ao equilíbrio. Mas, se assim fosse, não existiria o problema da desigualdade regional tão bem representada pelas diferenças nos preços, nos custos, nos salários, nas rendas, na industrialização, na urbanização e na qualidade de vida; em resumo, não existiria a distinção entre regiões pobres e regiões ricas. Na análise econômica, o interesse no elemento espaço começa a surgir a partir das crescentes crises econômicas mundiais e individualmente em cada país, pois o desemprego e os problemas sociais não se apresentaram uniformes em todas as regiões, o que fez com que os programas de recuperação econômica passassem a considerar o elemento espaço na sua elaboração e surgisse, assim, a necessidade da intervenção do Estado na economia.

Por terem características históricas, Souza (1996) afirmou que muitos fatores que explicam as desigualdades regionais no Brasil originaram-se da forma diferenciada em que cada região foi colonizada e nas características das bases econômicas iniciais desenvolvidas por elas, ideia que também é defendida por Paula (2005) ao destacar a importância da herança colonial na explicação do subdesenvolvimento brasileiro. A consequência dessa formação desigual foi a concentração das atividades econômicas e sociais em determinados pontos nos espaços, ocasionando diferenças de desenvolvimento entre as regiões. Souza (1981, p. 71) fez a seguinte síntese: “Sinteticamente, pode-se afirmar que os problemas regionais nascem de disparidades engendradas pela difusão desigual do processo de crescimento no conjunto do espaço econômico nacional”.

Mas como o desenvolvimento desigual no Brasil e, conseqüentemente, nos Estados é um fato histórico, é necessário buscar na própria história da formação econômica, social e política do país as raízes das desigualdades regionais que foram construídas ao longo dos décadas. Sendo assim, a história da formação econômica, social e política do Brasil mostra que somente a partir do Estado-Nação no século XIX é que os espaços regionais, antes

distintos pelas suas peculiaridades geográficas e tipos de bens produzidos, consolidam-se política e economicamente como autênticas regiões (PERRUCCI, 1984). Por outro lado, torna-se evidente que o desenvolvimento econômico brasileiro se consolidou a partir da forte intervenção estatal através da chamada intervenção planejada, na qual está inserido o planejamento regional.

A discussão sobre desenvolvimento regional ganhou força no Brasil a partir da década de 1950 como parte integrante do processo de planejamento governamental, cujo objetivo era colocar o país entre as grandes potências mundiais, e também em decorrência do desenvolvimento desigual do capitalismo que provocava o crescente aumento das diferenças econômicas e sociais entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil. Como forma de reduzir essas diferenças, a partir da década de 1930, o governo investiu no projeto da industrialização nacional, mesmo porque a região Sudeste já se encontrava em pleno processo de desenvolvimento industrial desde a segunda metade do século XIX através do capital acumulado na economia cafeeira.

Com o intuito de desenvolver a região Nordeste e reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras, importantes ações ligadas ao desenvolvimento regional foram implantadas a partir do final da década de 1950, mesmo que os registros históricos mostrem que desde o início do século XX algumas ações foram tomadas pelo governo federal na tentativa de solucionar os problemas das secas e as consequências negativas nos fatores econômicos e sociais que estas geravam na região. Mas a grande ação estatal planejada só veio mesmo acontecer em 1959 com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Baseada no suporte teórico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a SUDENE a partir dos anos de 1960 adotou como modelo de desenvolvimento nordestino a industrialização objetivando o desenvolvimento da região e a integração desta com o Sudeste já desenvolvido. “[...] A industrialização, aliás, era vista como a ‘única saída’ para combater o atraso do Nordeste” (ARAÚJO, 2000, p. 144). Os investimentos industriais visavam criar na região um centro autônomo de expansão manufatureira, principalmente através das indústrias de base¹ e das indústrias que aproveitassem as matérias-primas da região. Em fim, o setor industrial seria o responsável pelo dinamismo da economia nordestina capaz de promover o crescimento do valor do PIB da região, de criar um mercado consumidor e de reduzir o subemprego urbano (Araújo, 2000).

¹ O foco das indústrias de base era a produção siderúrgica, e, através desta, a produção de ferro, aço, implementos agrícolas, cimento e adubos (ARAÚJO, 2000).

O que a história registrou foi a transformação da estrutura produtiva do Nordeste e a penetração de grandes grupos empresariais nacionais e internacionais já atuantes em outras regiões brasileiras, principalmente na Sudeste, atraídos pelos fortes incentivos fiscais e creditícios, pela disponibilidade de matéria-prima local e abundante quantidade de mão de obra. Ocorreu dessa forma o processo de nacionalização da economia e de concentração do capital no Sudeste e, principalmente, a liquidação quase que em definitivo da indústria nordestina baseada na produção açucareira e têxtil que, além da concorrência externa, já sofria pela falta de modernização tecnológica. Além desses fatores desfavoráveis ligados à indústria nordestina, a região não soube criar em nenhum momento do seu processo de desenvolvimento econômico um mercado consumidor local; ao contrário, sempre sustentou sua economia na indústria tradicional, principalmente da cana-de-açúcar e do algodão e na manutenção da elevada exploração da força de trabalho e baixos salários. Neste contexto, o Nordeste se integrou ao processo industrial nacional, mas as trocas realizadas entre esta região e o Sudeste tomaram as seguintes formas: o Nordeste passou a ser exportador de matérias-primas e produtos agrícolas de subsistência para o Sudeste e importador de mercadorias manufaturadas, máquinas, equipamentos e bens intermediários para as suas indústrias. É dentro desse quadro de desenvolvimento desigual que as desigualdades regionais aumentaram no país, pois enquanto o Sudeste se mostrou como bem sucedido industrialmente, a região nordestina se apresentou em plena estagnação econômica da sua base econômica inicial e dependente do capital e do mercado externo à região.

Depois da implantação do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização na região Nordeste, veio o modelo baseado na extração e beneficiamento de minérios, e, mais tarde, como um terceiro modelo, é introduzida a agricultura moderna que necessita não só de insumos externos à região, mas, sobretudo, de empresários aptos à desenvolvê-la, já que as novas atividades são diferentes daquelas praticadas pelos agricultores da região. O Maranhão também recebeu estes dois novos modelos. O que chama atenção é o fato de que a produção resultante destes dois últimos modelos foi destinada à exportação, o que nos faz retornar às raízes históricas do modelo agroexportador onde a produção dependia do mercado e preços externos, sendo que o excedente gerado não provocou o desenvolvimento econômico e, muito menos, social da região produtora. Porém, o que há de comum a todas as políticas regionais implantadas no Nordeste pela ação estatal é o caráter centralizador e o fato de que estas serviram para reforçar o poder da classe política e econômica dominante, ambas, em geral, representadas pelas antigas oligarquias locais presentes até os dias atuais, o que ao invés de eliminar as desigualdades inter e intrarregionais, proporcionaram o aumento destas. Assim,

observa-se que as desigualdades entre os países, e neste caso, entre as regiões brasileiras e dentro destas, entre os Estados e municípios que formam um determinado Estado estão intimamente ligadas às políticas de desenvolvimento econômico implantadas no país, com destaque ao desenvolvimento industrial.

O desenvolvimento desigual é um processo que vem sendo analisado em diversos estudos realizados há muitas décadas e em muitos locais. No Brasil, vários autores trataram das desigualdades de desenvolvimento existentes entre as regiões, principalmente entre o Sudeste e o Nordeste, assim como das desigualdades existentes dentro de uma mesma região. No caso da região Nordeste, as desigualdades de desenvolvimento são gritantes não só em relação às regiões mais desenvolvidas, mas também entre os Estados que a compõe. Dentre estes, o Maranhão se coloca entre os Estados mais pobres e que apresentam os piores índices sociais, comprovados por alguns dados, como o nível de desenvolvimento, a taxa de analfabetismo e as taxas de pobreza. Dados de 2010 mostraram que a média de pessoas com 15 anos a mais analfabetas no Maranhão é de 20,9% e que a incidência de pobreza² é de 26,3%, valores que colocam o Estado na quarta e na primeira posição entre as unidades da federação brasileira, respectivamente (IBGE, 2012a). A renda média do maranhense no ano de 2010 era de R\$ 319,00, bem abaixo do salário mínimo vigente na época, cujo valor era de R\$ 510,00. Um estudo comparando a renda média familiar *per capita* entre 2000 a 2010 mostrou que o Maranhão tinha dez cidades no ranking das 15 cidades com menores rendas entre todas as cidades brasileiras (DESIGUALDADE ..., 2011, p. A10). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o ano 2000 foi de 0,636, o pior entre todos os Estados brasileiro, sem falar que dos dez piores municípios do país, quatro são maranhenses (PNUD, 2000).

Todos os trabalhos que analisaram as desigualdades regionais no Brasil apontaram o Maranhão como um dos Estados mais pobres e que apresentava um dos piores indicadores econômicos, sociais e humanos, representados pelos mais baixos valores do PIB, a mais baixa renda *per capita*, com uma das maiores concentrações de renda, os menores IDH's, os mais altos índices de analfabetismo, com um alto grau de desigualdade digital, os maiores índices de mortalidade infantil etc. A evolução dos indicadores de desigualdades configuram-se como um problema para população à medida que evidenciam o grau de dificuldade em que vivem,

² O Banco Mundial considera a faixa de US\$ 2 dólares por dia por pessoa para designar a linha de pobreza e de US\$ 1 dólar por dia por pessoa para designar a linha de indigência. Com base no valor proposto pelo Banco Mundial, o IBGE considera a linha de pobreza igual a R\$ 70,00 per capita por mês.

fato agravado ainda mais na maioria dos municípios que, em geral, apresentam evidências de atrasos econômicos, tecnológicos, de infraestrutura, de saúde, culturais e educacionais.

As diferenças de desenvolvimento entre os municípios maranhenses são gritantes, fato constatado por alguns índices já calculados. Entre estes, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal³ para o ano de 2009 mostrou que o Maranhão ocupa a 24ª posição no ranking dos Estados brasileiros e que entre os dez municípios do país que apresentavam os piores índices, cinco se encontravam no Maranhão. Especificamente para o Maranhão, o Índice mostra que o município que apresentou o melhor desenvolvimento foi São Luís, capital do Estado com um valor de 0,7510, a 23ª colocação entre as capitais brasileiras, enquanto o pior índice foi encontrado no município de São Félix de Balsas ao apresentar um valor de 0,3413, fato que levou este município a ter o pior desenvolvimento entre todos os 5.563 municípios brasileiros. Os dados mostraram também que metade dos municípios apresentaram valores iguais ou menores que 0,5172, bem inferior à mediana dos municípios brasileiros que era de 0,6388 (IFDM, 2011). Os resultados do Índice de Desenvolvimento Municipal para o ano de 2009 calculado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) para os 217 municípios maranhenses⁴ mostrou que apenas nove municípios apresentavam valor igual ou superior a 0,502, enquanto que os 208 municípios restantes apresentavam valor igual ou inferior a 0,493, nos quais estão 73% da população estadual. O melhor índice foi encontrado também no município de São Luís (0,761) e o pior no município de Marajá do Sena (0,136). Os maiores índices de desenvolvimento foram encontrados nos municípios de São Luís, Imperatriz (0,666), Estreito (0,581), Porto Franco (0,574), Açailândia (0,557), Balsas (0,537), Santa Inês (0,512), Pedreiras (0,505) e São José de Ribamar (0,502) (IMESC, 2011).

Outro indicador importante para apresentar a situação dos municípios maranhenses é a contribuição desses para o PIB do Estado. Dos 217 municípios, São Luís contribui com 38%, mas, considerando os cinco maiores PIBs do Estado (São Luís, Imperatriz, Açailândia,

³ O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal é um índice calculado para todos os 5.563 municípios brasileiros e é composto pelos indicadores de emprego e renda, educação e saúde. O cálculo é de responsabilidade do Sistema Firjan, que por sua vez, é composto por cinco organizações ligadas às indústrias do Estado do Rio de Janeiro, são elas: a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

⁴ O IDM do IMESC é calculado através da média geométrica dos índices parciais denominados de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Desenvolvimento Social (IDS). O IDE é composto pelo Índice de Infraestrutura (INF), pelo Índice de Qualificação da Mão de Obra e Produtividade (IQMP) e pelo Índice de Produção Municipal (IPM). O IDS, por sua vez, é composto pelo Índice do Nível de Saúde (INS), pelo Índice do Nível de Educação (INE), pelo Índice da Oferta de Serviços Básicos (ISB) e pelo Índice de Meio Ambiente (IMA).

Balsas e Caxias), esse percentual sobe para 51,65%. Entre os municípios, apenas dez contribuem com o PIB total do Estado com valores acima de 1%. Esses dados mostram uma alta concentração do PIB em poucos municípios, fato que contribui na grande desigualdade existente no Estado. Os setores que mais contribuem com o PIB nos municípios são o de serviços e o agropecuário. Em 85% dos municípios predomina o PIB do setor de serviços e em 15% o PIB municipal é fortalecido pelo setor agropecuário (IBGE, 2012c).

Assim como no Brasil, o desenvolvimento desigual se perpetua ao longo da história da formação econômica do Estado do Maranhão, que, ao longo da sua formação, apresentou ciclos de fartura e de crises, e teve como base econômica a produção do algodão; de cana-de-açúcar e a implantação de engenhos para a fabricação de açúcar e aguardente; a indústria têxtil, incentivada pela decadência do comércio exterior do algodão; o ciclo do arroz, cujo aumento da produção se deu pelo aumento da fronteira agrícola e do aumento da agricultura familiar no Estado; e, por fim, a indústria de beneficiamento do coco babaçu, que assim como ocorreu com as usinas de arroz, foram impulsionadas na década de 1960, pelos incentivos da SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Mas, com o fim da economia do arroz e do babaçu no início da década de 1970, a economia maranhense passou por um período de estagnação que se estendeu até a década de 1980.

A decadência econômica do Maranhão se agravou desde o final do século XIX com as constantes oscilações nos preços do algodão e do açúcar, fato que fez com que alguns empresários mudassem suas atividades do setor rural para o setor industrial, tentando acompanhar a plena expansão deste setor no Sul do país, cujo resultado foi desastroso, pois o atraso tecnológico, a falta de um mercado local, a demanda pouco diversificada, a baixa capacidade financeira da população e a grande concentração de renda fizeram o insucesso industrial, resultando em um completo endividamento financeiro dos empresários, exceto o setor têxtil que, com o passar dos anos, também perdeu espaço até mesmo no mercado local devido à péssima qualidade do algodão produzido e pela tecnologia obsoleta das indústrias. Mesmo assim, a indústria têxtil conseguiu sustentar a economia maranhense até a década de 1960, quando perdeu espaço para a produção de arroz e de babaçu (TRIBUZI, 2011).

Devido ao seu isolamento, a intensificação da integração do Maranhão com o restante do país só foi possível acontecer a partir do final dos anos de 1950 através da construção das rodovias Belém/Brasília, São Luís/Belém e São Luís/Brasília. As ações da SUDENE e da SUDAM foram outro fator que favoreceu essa integração, pois o Maranhão por ser uma área de transição, sofreu ação dos dois órgãos sob a forma de financiamentos de projetos agropecuários e na agroindústria de óleos vegetais (babaçu). Internamente, a abertura

das estradas permitiu a ampliação da fronteira agrícola através da abertura de novas áreas de terras e a ligação econômica com o restante do país, mas internacionalmente a integração maranhense só veio se fortalecer com a exportação de ferro, alumínio e soja proporcionada com a implantação do Projeto Grande Carajás (PGC); do projeto Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão) e da monocultura da soja. Somente através desses projetos o Estado entrou realmente no processo do comércio mundial através das suas atividades de produção e comercialização (MESQUITA, 2007).

O projeto pioneiro e que proporcionou o grande impulso econômico foi o Projeto Grande Carajás, implantado entre os anos de 1979 e 1980. Para atrair novos empreendimentos, foi lançado o Programa Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, lançado pelo Governo Federal em parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (EMBRAPA-CNPSO), com governos estaduais e instituições financeiras, cujo objetivo era proporcionar a vinda de outros grandes projetos, tais como os projetos minero-metalúrgicos e agropecuários que se instalaram ao longo dos municípios que sofreram influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A partir deste momento, o Maranhão passou a atrair empresários nacionais e multinacionais devido aos incentivos fiscais por parte do governo, a facilidades ao acesso ao mercado externo e a uma grande infraestrutura para escoamento da produção, sendo esta última representada principalmente pela estrada de ferro e pela estrutura do Porto de Ponta da Madeira, ambos de responsabilidade da Vale.

A justificativa do Governo para a instalação desses projetos foi a de transformar economicamente o Estado através da implantação de um pólo exportador e de proporcionar a inclusão social e o desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. É inegável que os projetos de desenvolvimento implantados no Estado tenham provocado mudanças na sua economia, tais como o crescimento do PIB e a inserção no mercado externo dos produtos do Estado, mas também não se pode negar uma maior taxa de urbanização e as modificações no perfil produtivo, provocadas pela introdução de algumas atividades, como, por exemplo, a soja e o eucalipto.

Trabalhos realizados em algumas regiões do Estado e/ou com a avaliação de algum desses projetos por Tsuji (1993), Anjos (1997), Régis [200-], Brito et al (2005), Barbosa (2006) e Mesquita (2007) mostraram que a estratégia de desenvolver o Maranhão por meio da introdução do grande capital no campo e na industrialização levam a crer que poucos foram os reflexos nos resultados sociais do Estado, além de poder ter provocado uma maior desigualdade entre os municípios através do aumento da concentração fundiária, da redução

da produção de alimentos, da redução do extrativismo do babaçu, do aumento do desmatamento, do aumento na concentração da renda, da elevação do custo de vida para a população nativa e do aumento da concentração da população na periferia das sedes dos municípios. Assim, a opção do Maranhão em privilegiar grandes empreendimentos capitalistas, como os projetos voltados à siderurgia e à agropecuária, e de abandonar a agricultura familiar, sendo as duas primeiras atividades poupadoras de mão de obra e de intensivo uso de capital, pode ter adiado a oportunidade de desenvolver o Estado.

Vários autores já estudaram a relação entre as ações estatais para promover o desenvolvimento industrial no Nordeste e as conseqüências econômicas e sociais para essa região. Entre os autores, encontram-se Francisco de Oliveira, Tânia Bacelar de Araújo, Wilson Cano, Manoel Correia de Andrade, Gadiel Perruci e Silvio Maranhão. Diante dessa discussão sobre a ação estatal, desenvolvimento desigual e desigualdades entre as regiões brasileiras que esta pesquisa buscou conhecer e entender a dinâmica do desenvolvimento dos municípios maranhenses e as desigualdades existentes entre eles. Para isso, esta tese teve como tema as dinâmicas e as desigualdades regionais geradas pelo processo de desenvolvimento implantado no Estado do Maranhão entre os anos de 1970 e 2010. Mais especificamente, pretendeu-se saber se o modelo de desenvolvimento voltado ao incentivo de grandes projetos nas áreas da siderurgia, metalurgia e agropecuária trouxeram desenvolvimento aos municípios e se as desigualdades entre eles poderiam ser explicadas pela implantação desses projetos. Buscou-se, assim, superar a ausência de um trabalho que analisasse o Estado em sua totalidade e, ainda, considerasse de uma só vez os principais projetos de desenvolvimento implantados no período citado.

É neste contexto e considerando as transformações ocorridas no Estado do Maranhão ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1980, é que emergiu a problemática de pesquisa proposta por esta tese, que buscou responder às seguintes perguntas: quais as dinâmicas de desenvolvimento encontradas entre os municípios maranhenses? As desigualdades nos índices de desenvolvimento entre os municípios maranhenses poderiam ser explicadas pela política de desenvolvimento regional adotada pelo Estado que priorizou a implantação de grandes projetos?

A escolha desta problemática se deu a partir da constatação de que nos últimos 30 anos o Estado do Maranhão tem passado por profundas mudanças na sua economia, indo de um Estado eminentemente agrícola para um Estado que, além da atividade agropecuária empresarial, implantou duas grandes indústrias ligadas à produção mineral e metalúrgica. Essas mudanças têm provocado agressões ao meio ambiente e modificações econômicas,

demográficas, políticas e sociais do Estado. Diante destes resultados, torna-se importante focar a questão do desenvolvimento dentro de uma perspectiva multidimensional, ou seja, uma forma de desenvolvimento que não considere apenas os fatores econômicos, mas também os fatores sociais, institucionais, educacionais e de lazer. Igualmente importante é analisar se as mudanças econômicas têm contribuído para a redução das desigualdades entre os municípios do Estado.

Neste sentido, um estudo que caracterize o nível de desenvolvimento e de desigualdades em cada município do Estado será de grande importância na formulação de políticas de desenvolvimento regional e local, uma vez que o mesmo buscou identificar as debilidades específicas em cada município, contribuindo para a eficácia das ações governamentais. Junto a esse fato, constatou-se uma carência de estudos da real situação do desenvolvimento dos municípios do Estado, pois os estudos até então realizados referem-se a uma localidade e/ou a uma análise de um determinado projeto de desenvolvimento, não existindo nenhum estudo do Estado como um todo e muito menos que englobe ao mesmo tempo todos os principais projetos de desenvolvimento implantados no Maranhão.

1.1 OBJETIVOS

A seguir, seguem o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam esta tese.

1.1.1 Objetivo Geral

Conhecer e caracterizar as dinâmicas e as desigualdades nos índices de desenvolvimento existentes entre os municípios maranhenses, tendo como base uma perspectiva multidimensional, e fazer a relação destas com os projetos de desenvolvimento na área metalúrgica, siderúrgica e agropecuária, implantados no Estado por meio da ação governamental e da iniciativa privada a partir da década de 1970.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) identificar e caracterizar os principais projetos de desenvolvimento implantados no Maranhão por meio da ação governamental e da iniciativa privada na área siderúrgica, metalúrgica e agropecuária a partir da década de 1970 e representar

geograficamente a área de ação desses projetos entre os municípios maranhenses;

- b) a partir de dados dos municípios maranhenses, calcular o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) utilizando as dimensões econômica; social, saúde e infraestrutura; demográfica; institucional; e educação e lazer para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 para se estimar os níveis de desenvolvimento dos municípios;
- c) a partir do IDM calculado, analisar a variabilidade do nível de desenvolvimento dos municípios do Maranhão ao longo dos anos analisados;
- d) a partir do IDM de 2010, construir uma tipologia dos municípios maranhenses com base em suas semelhanças, resultantes da combinação das variáveis utilizadas no seu cálculo e analisar as especificidades de cada grupo formado;
- e) verificar e analisar se há diferenças de níveis de desenvolvimento entre os municípios que receberam os projetos de desenvolvimento e os que não receberam, assim como, através dos grupos formados e das dimensões consideradas, identificar as possíveis contribuições e/ou limitações provocadas pelos referidos projetos nos municípios onde eles estão instalados.

1.2 HIPÓTESES

As hipóteses que nortearam esta tese foram de que os níveis de desigualdade entre os municípios maranhenses aumentaram entre os anos analisados e que os grandes projetos de desenvolvimento geraram crescimento econômico de forma concentrada, ao mesmo tempo em que não melhoraram os indicadores de qualidade de vida da população dos municípios onde eles foram implantados.

Esta tese está dividida em sete capítulos. Além desta introdução, o segundo capítulo traz um resgate das principais teorias e um apanhado dos pensamentos desenvolvidos ao longo dos anos sobre o desenvolvimento regional. No terceiro capítulo se faz um apanhado sobre o desenvolvimento e as desigualdades no Brasil, no Nordeste e no Maranhão. No quarto capítulo, buscou-se identificar e caracterizar os projetos considerados implantados pela ação governamental no Maranhão com o intuito de promover o desenvolvimento do Estado. No quinto capítulo encontra-se a metodologia utilizada ao longo das atividades necessárias para a conclusão deste trabalho, onde inicialmente se apresenta a delimitação do tema e do espaço e,

em seguida, se faz uma caracterização do local de estudo; demonstram-se os procedimentos de coleta e se indica a fonte dos dados, e, finalmente, se descreve as ferramentas utilizadas nos procedimentos estatísticos. No capítulo seis, encontram-se a análise e a interpretação dos dados. Por fim, no capítulo sete, encontram-se as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

2 A ECONOMIA REGIONAL E O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS

O intuito deste capítulo é discorrer sobre a Economia Regional, o desenvolvimento econômico e as desigualdades regionais, assim como fazer um resgate das teorias e pensamentos sobre o crescimento/desenvolvimento econômico e sua evolução ao longo das décadas.

2.1 A ECONOMIA REGIONAL

Segundo Diniz (2001), a questão do desenvolvimento econômico e das desigualdades entre e dentro dos países ganharam destaque na agenda dos governos e das instituições de coordenação econômica e política do mundo ocidental ou capitalista a partir da turbulência das duas guerras mundiais, da instabilidade e das crises que ocorreram entre elas, assim como da pressão sofrida nesses países pela opção socialista.

Para Fochezatto (2010), o desenvolvimento econômico é um processo evolutivo que ocorre a partir das transformações estruturais dos setores da economia. Ele parte de uma economia com base no setor primário, cujas transformações provocam um crescimento relativamente maior no setor secundário e, mais tarde, no setor terciário. Para ele, as mudanças são provocadas por alterações na demanda doméstica de produtos, por novas tecnologias de produção e por novos fluxos comerciais com o exterior. Por outro lado, essas transformações não ocorrem por igual nos espaços econômicos regionais, podendo variar em intensidade, ritmo e direção por diversas razões.

Para Rolim (1999, p. 2), “[...] o maior ou menor sucesso das diferentes regiões está ligado a processos sócio-políticos específicos”. Ainda completa:

A análise de uma economia regional consiste na compreensão do funcionamento de um segmento de uma economia nacional, que por sua vez parte integrante de uma economia mundial, dentro de determinados parâmetros institucionais (que representam as regras do jogo) e de um quadro social (os atores do jogo, integrantes das forças atuantes (ROLIM, 1999, p. 5).

As relações estabelecidas entre a economia regional, nacional e mundial vão depender do grau de abertura da economia nacional, mas com uma abertura cada vez mais crescente, sendo o que se assiste hoje é a potencialização das relações entre as economias regionais e mundiais. Já os parâmetros institucionais irão moldar a atuação dos atores sociais

e podem se apresentar mais ou menos rígidos e com maior ou menor autonomia às regiões. Quanto ao quadro social da região, este formado pelos empresários, políticos, sindicatos, organizações da sociedade civil etc, pode ser determinante na escolha da trajetória da região e vai depender da atuação dos seus componentes. Em conjunto, estes elementos determinam as estratégias de desenvolvimento regional (ROLIM, 1999)

Na teoria econômica, o elemento espaço por muito tempo não foi considerado, já que na teoria clássica e neoclássica as forças de mercado são capazes de conduzir o sistema econômico ao equilíbrio, onde a variável principal é o fator tempo. A perfeita mobilidade dos recursos de produção, dos bens e serviços e das pessoas conduziria o sistema econômico ao equilíbrio, e, portanto, dentro de um mesmo país não haveria desigualdades regionais. Outros fatores que contribuíram para o retardamento em se considerar o elemento espaço na análise econômica foram o fato que as políticas econômicas dos governos centrais concentravam-se nos problemas nacionais, tais como pleno emprego, inflação e desigualdades de renda entre as classes sociais, assim como a localização das fontes de matérias-primas de certa forma determinavam a localização das indústrias. Porém, as crescentes desigualdades regionais, representadas pelas diferenças na industrialização, na urbanização e na qualidade de vida, e o aumento crescente da distinção entre regiões pobres e regiões ricas evidenciaram a não aplicabilidade dos postulados da abordagem neoclássica e a necessidade de se considerar o fator espaço nos modelos econômicos. Com as grandes crises econômicas no mundo e individualmente em cada país, o elemento espaço começa a tornar-se importante dentro da análise econômica, pois o desemprego e os problemas sociais não se apresentaram uniforme em todas as regiões (SOUZA, 1981). Presencia-se, assim, uma perspectiva que discorda da abordagem das vantagens comparativas, que é baseada na disponibilidade dos recursos e no livre mercado, e o crescente interesse nos fatores sociais, políticos e institucionais para explicar as desigualdades regionais, fatores estes tão bem explicitados anteriormente por Rolim (1999).

Para Dubey (1977), a Economia Regional deriva de três fatos fundamentais e ubíquos relativos à existência humana: a atividade humana e suas atividades acessórias ocupam espaço, portanto, há separação espacial; os recursos, a produção e consumo não estão igualmente distribuídos no espaço e variam com o tempo e, por fim, os objetivos da atividade humana são diversos, mas os recursos para atendê-los são escassos e passíveis de usos alternativos. Portanto, o problema econômico regional se origina da existência de recursos escassos, de sua distribuição desigual no espaço e de sua mobilidade imperfeita; assim, o problema econômico regional ocorre em qualquer uma dessas situações. Com base nestes

fatos e do ponto de vista econômico, Dubey (1977, p. 25) definiu Economia Regional como “o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas num universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis”. Para Lima (2006), qualquer estudo sobre a dinâmica econômica regional deve ter como base teórica a Economia Regional com ênfase na Teoria do Desenvolvimento Regional, pois as políticas públicas de fomento ao desenvolvimento visam à redução das desigualdades de renda pessoal e regional.

Para Rolim (1999), o ponto de partida da análise espacial está na Economia Política Clássica, particularmente em Ricardo, e, em um grau mais reduzido, em Von Thünen (1826), que contribuiu para a evolução da Teoria Clássica da Localização. O certo é que várias teorias contribuíram para a formação da base da análise regional, e segundo Fochezatto (2010), as teorias de desenvolvimento regional mudaram ao longo do tempo acompanhando as transformações estruturais da economia, e sua evolução pode ser dividida em três períodos, formando três grupos bem distintos: o primeiro grupo é composto pela teoria clássica da localização que evoluiu desde a publicação do trabalho de Von Thünen em 1826 até o trabalho de Walter Isard em 1956. O segundo grupo, que teve início na década de 1950 e se estendeu até a década de 1980, é composto pelas teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshallianas e keynesianas, assim como na interdependência entre os setores como fatores locacionais das firmas e como fator de desenvolvimento da região. As principais referências desse período são François Perroux, com a Teoria dos Pólos de Crescimento, de 1955; Douglass C. North (1955), com a Teoria da Base de Exportação; Gunnar Myrdal, com a Teoria da Causação Circular Cumulativa, de 1957; e Albert Hirschman, com a Teoria do Desenvolvimento como uma Cadeia de Desequilíbrio, de 1958. O terceiro grupo de teorias é formado pela produção mais recente em Economia Regional, que se destacaram a partir da década de 1980 e utilizam as externalidades dinâmicas (economias externas de escalas) para explicar a localização industrial.

2.1.1 A Teoria Clássica da Localização

A teoria da localização é formada por um conjunto de obras que evoluiu a partir da obra de Von Thünen (1826)⁵ até a obra de Walter Isard, escrita em 1956. Durante este período, a teoria também foi influenciada pelas obras de Alfred Weber (1909)⁶, Walter Christaller (1933) e Auguste Lösch (1954). Mesmo que Von Thünen seja considerado o pai

⁵ VON THÜNEN, Johann Heinrich. **The isolated state**. New York: Pergamon Press, 1966.

⁶ WEBER, Alfred. **Theory of location of industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

dessa teoria, coube a Alfred Weber a primeira tentativa de construir uma teoria geral da localização.

A teoria da localização segue a Teoria da Produção, totalmente dentro da abordagem neoclássica da microeconomia, e apresentava como questão principal a localização das atividades produtivas dentro do espaço regional. Sua base teórica traz elementos dos estudos que tentavam explicar a localização da empresa com base na análise da distância, do custo de transporte e da localização do mercado, mas tinha como principal base de análise para determinar a localização ótima da firma⁷ os custos de transporte, já que não se preocupava com a demanda, pois considerava que toda a produção seria vendida a preço de mercado. Também considerava os custos com mão de obra e o elemento fator aglomerativo, mais tarde conhecido por economias de aglomeração. Dessa forma, a determinação da localização de uma indústria tinha como base a existência de uma fonte de matéria-prima ou a proximidade de um mercado consumidor ou de um local de transbordo de carga. A seguir, faz-se um pequeno resumo de cada obra que contribuiu com essa teoria.

A obra do alemão Von Thünen, cujo título é *O Estado Isolado*, publicada em 1826, é considerada a primeira obra que tratou da questão espacial na economia, sendo por isso esse autor considerado o fundador da economia espacial. Seu modelo matemático “[...] procura determinar o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações em condições de mercado levando em consideração os custos de transportes” (CAVALCANTE, 2002, p. 7). O modelo mostra que os produtos com maior custo de transporte são plantados em terras em torno das cidades onde está localizado o mercado para estes produtos, desde que fixadas as demais condições. À medida que se reduz o custo de transporte, os produtos seriam produzidos em terras mais distantes do mercado. Segundo Cavalcante (2002, p. 7), as premissas consideradas para a construção desse modelo foram:

- a) uniformidade dos custos de produção decorrentes da homogeneidade das condições naturais e tecnológicas;
- b) mobilidade e divisibilidade dos fatores de produção (inclusive a terra), significando ter rendimentos constantes;
- c) a comercialização dos produtos agrícolas é feita em um mercado correspondente a uma cidade localizada no centro de um estado isolado de forma circular;
- d) a rede de transporte é uniforme em todo o espaço geográfico, e;
- e) custos de transporte proporcionais à distância e constantes no tempo.

⁷ Entendida como sinônimo de empresa e com a concentração na produção de somente um produto.

Para Cavalcante (2002), no mérito desse modelo, encontra-se a influência dos custos de transporte na determinação das atividades agrícolas, mas, por outro lado, sua fragilidade está na ausência dessa premissa no mundo real, assim como, por se tratar de um modelo estático, onde a tecnologia não desempenha um papel relevante.

Ao contrário da teoria da localização de Von Thünen (1926) que procurou estudar a localização de uma atividade agrícola, na obra de Alfred Weber, de 1909, também alemão, cujo título original é *Über den Standort der Industrien (Sobre a Localização de Indústrias)* e mais tarde, em 1929, publicada em inglês com o título de *Theory of Location of Industries*, encontrou-se um modelo que postulou a minimização dos custos como variável decisória para a localização de uma atividade industrial, sendo que a decisão sobre a localização de uma indústria é influenciada por três fatores: o custo de transporte, o custo de mão de obra e um fator local. Entende-se por fator local ou fator de localização, uma vantagem que se ganha quando a atividade econômica ocorre em um ponto específico ou em vários desses pontos e não em outros. Portanto, são forças que operam como causa econômica. No modelo weberiano neoclássico, os fatores locacionais são divididos em fatores gerais e fatores especiais. Os fatores gerais são aqueles que afetam todas as indústrias, em maior ou menor intensidade, e que são representados pelo custo de transporte, pelo custo da mão de obra e pelo custo da renda, enquanto que os fatores especiais são aqueles particulares a uma indústria ou a um grupo de indústria, como, por exemplo, a perecibilidade das matérias-primas, a umidade do ar sobre o processo produtivo, a dependência de água doce etc. A classificação em fatores gerais ou como fatores especiais deve ser feita considerando a influência deles na distribuição das indústrias nas regiões e no poder de aglomerar (concentrar) ou desaglomerar (dispersar) as indústrias dentro de uma região. Juntamente com os fatores gerais e os fatores especiais, são considerados também os fatores naturais, os fatores técnicos, os fatores sociais e os fatores culturais. Para Weber (1929), tanto as fontes de matérias-primas como os mercados consumidores eram locais conhecidos e em números limitados. O modelo weberiano é um modelo estático e de equilíbrio parcial não considera a interdependência locacional das firmas, e, assim como o de Von Thünen, pressupõe um regime de mercado de concorrência perfeita. Dentro da Teoria da Localização de Weber, o custo de transporte desempenha o papel fundamental para definir a localização ótima de uma indústria, ou seja, quanto maior for este custo, maior será o grau de dispersão das localizações. Neste modelo, as indústrias tendem a se instalarem onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam mínimos. Porém, não se deve negligenciar o custo com a mão de obra, o segundo custo mais importante na produção (WEBER, 1929; FERREIRA, 1989).

Em 1933, a teoria da localização também foi complementada pelos estudos do alemão Walter Christaller⁸ que, em sua obra intitulada *Die zentrale Orte in Süddeutschland* (*Os lugares centrais no Sul da Alemanha*), procurou entender o número, tamanhos e distribuição das cidades ao desenvolver a Teoria dos Lugares Centrais, na qual tentou explicar o crescimento urbano. Conforme esta teoria, o crescimento das cidades depende da especialização dos serviços urbanos apresentados por ela e o crescimento dos lugares centrais depende do nível da demanda sobre a área atendida, ou seja, da capacidade de distribuir bens e serviços para a região ao seu entorno. Dois conceitos-chaves foram desenvolvidos por este autor: o de “limite crítico” e o de “alcance do bem ou serviço”. O primeiro trata do nível mínimo de demanda que assegura os rendimentos crescentes na produção do bem ou serviço, enquanto que o segundo refere-se à maior distância que o consumidor está disposto a percorrer para adquirir um bem ou serviço. Diante destes dois conceitos, Christaller (1933) desenvolveu a hierarquia entre as cidades, ou seja, a hierarquia dos lugares centrais, cuja base está no tamanho e nas funções dos centros e nas distâncias interurbanas, pois, quanto maiores o limite crítico e o alcance do bem ou serviço, menor será o número de cidades a oferecê-los (CAVALCANTE, 2002).

Por sua vez, o economista também alemão Auguste Lösch⁹ em sua Teoria da Organização das Regiões, de 1940, cujo título original é *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*, considerou aspectos estritamente econômicos para formular o seu modelo, no qual pressupõe uma área homogênea em todos os demais aspectos na qual a população distribui-se igualmente por todo o território e ocupa-se do cultivo de um produto agrícola, que os recursos naturais estejam uniforme e adequadamente distribuídos nos espaços e que a área seja formada por fazendas auto-suficientes e distribuídas regularmente, formando pequenos triângulos. A teoria procura responder em quais condições o produto poderá ser vendido e qual a área de mercado será atingida, ou seja, especificamente, ela procura critérios para definir uma área de mercado para um produto. Por esta teoria, inicialmente, o produto é produzido em uma única área, mas depois vários outros territórios começam a produzi-la sob uma concorrência perfeita, passando os centros produtores a competir entre si pelo suprimento da maior área possível (equilíbrio geral). No final do processo, cada centro deverá atender a uma região circular de igual área (subcentros). A conformação circular das regiões não leva à exaustão total do território, razão pela qual não é uma solução estável. A estabilidade é

⁸ CRISTALLER, Walter. **Die zentralen Orte in Süddeutschland:** Eine ökonomisch-geographische Untersuchung über die Gesetzmässigkeit der Verbreitung und Entwicklung der Siedlungen mit stadischen Funktionen. Jena, Gustav Fischer Verlag, 1933.

⁹ LÖSCH, August. **The Economics of Location.** New Haven: Yale University Press, 1954.

conseguida por uma conformação hexagonal, à semelhança de uma colmeia. Entretanto, diferentes produtos apresentam diferentes economias de escala e diferentes custos de transporte. Como resultado final, chega-se a uma rede de centros, cada qual com sua importância, de acordo com a sua produção. Adotando uma metodologia similar àquela utilizada por Christaller (1933), este autor estudou os conceitos iniciais sobre mercado, sua especialização e sua área de influência, defendendo que o equilíbrio era alcançado através da influência da área dos mercados menores sobre a área dos mercados maiores, ou seja, estabelecia uma hierarquia entre as áreas de mercado ao invés da hierarquia das cidades. Através dos trabalhos de Christaller (1933) e de Lösch (1940), iniciou-se a ideia de que as atividades econômicas e as populações se distribuem no espaço de forma ordenada, dando origem a hierarquias, redes ou sistemas urbanos (CAVALCANTE, 2002; FERREIRA, 1989).

Todas as publicações sobre a teoria da localização eram escritas em alemão até a publicação da obra do americano Walter Isard em 1956¹⁰. Nessa obra, cujo título é *Location and Space Economy* (Localização e Economia Espacial), o americano fez uma síntese dos trabalhos da escola clássica desenvolvida pelos alemães e utilizou o conceito de insumo de transporte para estudar o problema da localização industrial utilizando a teoria da produção através das curvas de isoquantas e isocustos. Porém, os estudos mostraram que havia uma área onde a localização não era definida, fazendo com que ele visse a necessidade de buscar ajuda em outras ciências, nascendo assim a linha de pensamento chamada de *Regional Science*, onde há a incorporação de novas disciplinas na teoria da localização (CAVALCANTE, 2002). Para Rolim (1999), a grande contribuição do trabalho de Isard foi fazer com que os economistas busquem dialogar com outros cientistas sociais para compreender as questões territoriais.

A partir dos anos de 1950, devido à sua inconsistência com o mundo real, a teoria clássica da localização foi substituída por estudos que passaram a considerar algum tipo de mecanismo dinâmico decorrente da aglomeração industrial para compreender o fenômeno do crescimento regional, bem como, passaram a desconsiderar a hipótese do crescimento equilibrado.

¹⁰ ISARD, Walter. **Location and Space Economy**: A General Theory Relation to Industrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure. Cambridge: MIT Press, 1956.

2.1.2 Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração¹¹

Os esforços para combater a pobreza e as desigualdades regionais que minaram e eram crescentes no mundo após a Segunda Guerra Mundial levaram à criação de várias outras teorias que procuravam explicar as causas e os principais meios que seriam capazes de desencadear o desenvolvimento regional. Estas novas teorias sobre o desenvolvimento econômico regional foram inspiradas na economia neoclássica, schumpeteriana ou Keynesiana e, em suas diversas formas, mostravam e procuravam justificar as irregularidades no processo de desenvolvimento econômico, assim como pregavam a necessidade da intervenção do Estado para promover o desenvolvimento. Os autores que contribuíram nesta fase foram: François Perroux (1955), Douglass North (1955), Gunnar Myrdal (1957) e Albert Hirschman (1958). Também na década de 1950, particularmente na América Latina, o desenvolvimento regional sofreu grande influência dos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e dos trabalhos de Raúl Prebisch. A seguir se faz uma explanação sobre cada teoria e um breve comentário sobre o pensamento cepalino e de Raúl Prebisch.

2.1.2.1 Teoria dos Pólos de Crescimento

O trabalho de François Perroux escrito em 1955, cujo título é *Note sur la notion de pôle de croissance*, serviu de base para o desenvolvimento da Teoria da Polarização, e desta surgiu grande parte dos conceitos e técnicas utilizadas na análise regional, tais como os termos de regiões homogêneas, regiões de programação, pólos de desenvolvimento etc..

Perroux (1977) contestou o modelo de crescimento equilibrado, desenvolvido por Cassel em 1918¹², no qual o crescimento da economia se dá sem modificar as proporções entre os fluxos.¹³ Para ele, as mudanças estruturais que ocorrem na economia se dão por dois

¹¹ As economias de aglomeração referem-se às economias de escala que ocorrem externas à firma, ou seja, elas ocorrem em nível das indústrias, por isso, são chamadas de economias externas de escala. Mas, assim como as economias internas às firmas, elas também visam obter maiores produtividades e menores custos de produção. As economias externas também são conhecidas como economias de aglomeração ou de externalidades dinâmicas, e, segundo Glaeser et al. (1992* apud Fochezatto, 2010), estão relacionadas ao crescimento de uma localidade ou região. As economias externas de escala dividem-se em economias de localização e economias de urbanização. A abordagem teórica sobre aglomeração das atividades sustenta o debate sobre a relevância das economias de urbanização e de localização, das conexões para frente e para trás da cadeia produtiva, dos mecanismos que proporcionam vantagens econômicas às firmas proximalmente localizadas, dentre outros. Portanto, os fatores de aglomeração objetivam avaliar de que maneira ocorre a aglomeração espacial e a decisão de localização por parte da firma ou indústria (FOCHEZATTO, 2010).

* Glaeser, Eduard L. et al. Growth in cities. **Journal of Political Economy**, v. 100, n. 6, p. 1126-1152, 1992.

¹² CASSEL, G. **Theoretische Sozialökonomie**. 4. Ed. Leipzig, 1927 (1ª edição em 1918).

¹³ No modelo de crescimento equilibrado, “a população cresce; a produção global cresce na mesma proporção que a população; assim, a relação entre o fluxo de bens de produção e o fluxo de bens de consumo permanece

aspectos: um através do aparecimento e o desaparecimento de indústrias e o outro é a difusão do crescimento de uma indústria ou grupo de indústrias.

Conforme essa teoria, o pólo de crescimento surge com uma grande indústria motriz (ou propulsora), dita moderna, onde há a separação dos fatores de produção, a concentração de capitais sob um mesmo poder, a decomposição técnica das tarefas e a mecanização. A indústria motriz é uma indústria de grande porte, por isso causa um grande impacto na área; apresenta taxa de crescimento do seu produto superior à média regional no período inicial, apresentando declínio relativo ao longo do tempo; e apresenta forte dependência técnica com outras indústrias (chamadas de indústrias movidas), formando um complexo industrial. Essa indústria atua na obtenção de matérias-primas e atrai mão de obra, assim dinamizando a vida regional. Ela provoca a vinda de outras indústrias, criando aglomeração populacional, o que estimula atividades primárias para fomento de alimentos e matérias-primas.

Portanto, o pólo de crescimento seria uma agregação de indústrias propulsoras e geradoras de efeitos de difusão para uma região maior, elevando assim o produto, nível de emprego e tecnologia.

As estratégias de desenvolvimento regional apoiadas na teoria procuravam concentrar investimentos em um determinado lugar, geralmente grandes projetos industriais, localizados em cidades de porte elevado, na expectativa de que os efeitos multiplicadores desses investimentos se manifestassem nas áreas vizinhas (ROLIM, 2001, p. 2).

Dessa forma, surge o conceito de indústria-chave para denominar a indústria que induz na totalidade de um conjunto, por exemplo, de uma economia nacional, um acréscimo global de vendas muito maior do que o acréscimo das suas próprias vendas, constituindo-se assim pontos privilegiados de dinamismo de crescimento. Para Perroux (1977, p. 162), “[...] o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”. Paelinck (1977) alertou que se deve rejeitar a interpretação simplista do que realmente significa “pontos de crescimento”, que ao contrário de uma concepção da ação espontânea e geograficamente concentrada, se entenda que pólo de crescimento se refere ao termo de espaço econômico e tem um sentido funcional e econômico.

constante; a propensão a consumir, a propensão a poupar, os coeficientes de produção, o tempo de trabalho permanecem constantes; o capital real aumenta de modo exatamente proporcional à produção e ao consumo; a renda real “per capita” mantém-se constante; o índice do nível geral de preços e os preços relativos não mudam [...]. Em suma, “a economia de um período é a réplica exata da economia de um período antecedente; as quantidades são apenas multiplicadas por um dado coeficiente” (PERROUX, 1977, p. 145).

Assim, em um pólo industrial complexo, geograficamente aglomerado e em crescimento, as atividades econômicas são intensificadas, devido à proximidade e aos contatos humanos que, em geral, concentram-se em um determinado lugar, principalmente nas grandes cidades, formadas a partir das grandes aglomerações atraídas pela indústria motriz. A aglomeração industrial-urbana cria consumidores com padrões de consumo diversificados e progressivos.

Necessidades coletivas (habitação, transportes, serviços públicos) emergem e se encandeiam. Rendas das terras vêm somar-se aos lucros dos negócios. No âmbito da produção, tipos de produtores (empresários, trabalhadores qualificados, quadros industriais) formam-se e mutuamente se influenciam, criam suas tradições e eventualmente participam do espírito coletivo. A esses efeitos de intensificação, adicionam-se os efeitos das disparidades inter-regionais (PERROUX, 1977, p. 154).

Perroux (1977) definiu as cidades como um centro de crescimento, centro de atração e como centro de difusão. A cidade é centro de crescimento quando o investimento realizado tem o poder de aumentar o emprego, a renda, o crescimento demográfico, o progresso tecnológico etc. A cidade é centro de atração quando se refere ao efeito do pólo de crescimento sobre a densidade demográfica da região de entorno, neste caso, a população tende a deixar a região periférica. A cidade é centro de difusão quando os investimentos realizados na mesma forem capazes de aumentar o emprego, a renda *per capita* e a densidade na região periférica.

Segundo a teoria, o pólo industrial modifica o meio geográfico onde está inserido, e dependendo do seu poder, pode modificar a economia nacional onde se situa. Ele pode também originar outros centros de acumulação e aglomeração de recursos humanos e de capitais fixos e fixados. Quando ocorre comunicação entre dois centros por contato por vias de transportes e vias intelectuais, grandes mudanças poderão se realizar nos horizontes econômicos e nos planos de produtores e consumidores. Porém:

As mudanças das técnicas, as vicissitudes políticas, as orientações das correntes do tráfico mundial entre pólos maiores favorecem ou desfavorecem os pólos terrivelmente aglomerados. Quando começa o declínio do pólo, se fazem sentir as conseqüências das concentrações humanas e de capitais fixos e fixados e da rigidez das instalações e das estruturas que haviam acompanhado o desenvolvimento desse pólo. O pólo, até então, fonte de prosperidade e de crescimento, passa a ser um centro de estagnação (PERROUX, 1977, p. 155).

Para Araújo (1977, p. 139), a essência da teoria de Perroux (1955) pode assim ser descrita: “i) o crescimento é localizado, e não disseminado no espaço ou no aparelho

produtivo; ii) o crescimento é forçosamente desequilibrado, e; iii) a interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do crescimento”.

Na interpretação de Rolim (2001, p.1), Perroux “[...] praticamente chega a afirmar, que para os países subdesenvolvidos a alternativa era aderir ao ‘pólo’ ou perecer”. Perroux através da sua teoria estava antecedendo o processo atual de funcionamento das empresas multinacionais e a conseqüente mundialização que elas aceleram. “Perroux conseguiu explicar os processos de concentração e a teoria de polarização tentava explicar esse conhecimento para reverter esses processos” (ROLIM, 2001, p.1).

Alguns fatores causaram o desuso dessa teoria como instrumento de política de desenvolvimento. Entre os fatores, encontram-se a falta de clareza da teoria da polarização em mostrar os mecanismos que poderiam fazer a transferência de dinamismo de uma região mais desenvolvida para outra de menor desenvolvimento; a falta de operacionalização de alguns conceitos, tais como o de tamanho mínimo e ótimo de um pólo; e, por fim, como fazer a seleção de setores e indústria.

2.1.2.2 Teoria da Base de Exportação

A Teoria da Base de Exportação foi elaborada por Douglass C. North em sua obra *Location Theory and Regional Economic Growth (Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional)*, de 1955, para explicar a dinâmica econômica dos Estados Unidos, já que as teorias da localização e do crescimento econômico regional desenvolvidas anteriormente eram inadequadas para tal, pois ao confrontar a dinâmica do desenvolvimento americano com a seqüência de etapas que uma região passaria para atingir o desenvolvimento proposta por estas teorias, havia pouca similaridade. North (1955), em seu trabalho se propôs a demonstrar a insuficiência das teorias anteriores, assim como propor uma teoria mais adequada para analisar o desenvolvimento americano e explicar os problemas existentes ocasionados pelo crescimento econômico regional americano. As etapas de desenvolvimento que North (1955) se referiu podem assim serem descritas:

- a) inicialmente a economia local é de subsistência, autosuficiente, com pouco investimento ou comércio e a maioria da população é agrícola e se distribui de acordo com os recursos naturais;
- b) com a melhoria nos transportes, a região desenvolve algum comércio local e alguma especialização. Surge, assim, uma camada da população que vai

- gerar modestas indústrias locais para os agricultores, já que a matéria-prima, mão de obra e o mercado vêm desta parcela da população;
- c) com o comércio interregional crescente, novas atividades agrícolas surgem, tais como: produção de cereais, fruticultura e pecuária;
- d) A região se industrializa devido ao crescimento populacional, rendimentos decrescentes da agricultura e das indústrias extrativas. Primeiramente surgem as indústrias para processamento de alimentos, madeiras e fibras têxteis. Na segunda fase da industrialização, surgem as indústrias para processamento de minérios, vidros e cerâmica;
- e) o último estágio de desenvolvimento regional ocorre quando a região se especializa em atividades direcionadas para exportação. Neste estágio, a região exporta capital, mão de obra qualificada e serviços especiais para as regiões menos favorecidas.

Para esta teoria, um elemento importante no avanço dos estágios de desenvolvimento é o custo dos transportes.

Para North (1955), não existem semelhanças entre os estágios e o real crescimento das regiões, além de que eles não indicam os fatores que promovem ou impedem as mudanças e crescimento que ocorrem em uma região; mais especificamente, eram incapazes de indicar as causas do crescimento e das mudanças ocorridas nas regiões norte-americanas. Outra crítica era focada na ênfase que coloca a industrialização como condição principal para uma região se desenvolver.

Suas críticas eram justificadas pelo fato da história econômica norte-americana mostrar que a dinâmica econômica do país é fruto da forma como foi feito seu povoamento e do direcionamento dado à sua produção, a qual, desde o início da colonização, foi direcionada ao mercado externo, ou seja, a produção era de produtos exportáveis para transformar-se em renda monetária. Contudo, North (1955) não negou a existência da produção para subsistência, mas esta não tinha importância na configuração do desenvolvimento econômico e, se esta existia em alguma região do país, era devido à ausência de transporte, fato que era rapidamente resolvido pelo esforço dos colonos que ali moravam. Portanto, o crescimento econômico norte-americano não foi uma evolução gradual que teve início em uma economia de subsistência, mas desde o início se apoiou na produção de produtos exportáveis.

Este autor fez algumas explicações importantes para melhor compreensão da colonização americana. Chamou de “produtos primários” ao se referir ao principal produto produzido por uma região; “produtos ou serviços de exportação”, quando se referia a itens

individuais e; “base de exportação”, quando se referia ao conjunto de produtos exportados por uma região. A escolha do produto primário de uma região se dava pela experimentação de várias culturas, até que se determinasse sua viabilidade econômica. Já a determinação dos produtos de exportação refletia uma vantagem comparativa nos custos relativos da produção, incluindo os custos de transferência, os quais limitavam a extensão do mercado exportador. Aqui North (1955) fez menção aos princípios da Teoria da Localização, dado à importância dos custos de transporte à determinação dos produtos exportáveis.

À medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, as economias externas se desenvolviam e melhoravam a competitividade de seus produtos exportáveis. Conseqüentemente, ocorreram o desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, melhorias no crédito, nas instalações de transportes e na mão de obra. Conjuntamente, houve o esforço para melhorar as tecnologias de produção dos produtos que formavam a base de exportação.

Para North (1955), a base de exportação molda todo o caráter de uma economia de uma região e desempenha um papel vital na determinação da renda absoluta e *per capita* de uma região. Esta provoca efeitos diretos sobre o bem estar da região e, indiretamente, elas sustentam as indústrias locais através da manutenção da demanda da região. Outro fato importante é o surgimento automático das indústrias secundárias e terciárias que se formam a partir dos altos rendimentos recebidos dos produtos exportáveis. As indústrias de exportação também influenciam fundamentalmente a força de trabalho através das exigências dos tipos de especialização, da periodicidade e estabilidade do emprego e das condições de trabalho.

Importante também é o papel das exportações na formação da urbanização e centros nodais. Os centros nodais são lugares que crescem devido às vantagens locais espaciais em relação aos custos de transferências e aos custos de aquisição e distribuição, e, portanto, tornam-se centros de processamento. Estes lugares existem em número limitado e tendem a se desenvolver em grandes áreas metropolitanas. Assim, os centros tornam-se centros comerciais, onde as exportações saem e as importações entram para que os produtos sejam distribuídos em toda a área de abrangência. Nos centros nodais surgem outras indústrias e serviços para implementar a produção e a distribuição dos produtos primários, tais como as indústrias subsidiárias para dar suporte à indústria de exportação, bancos, corretoras, atacadistas etc.

Dessa forma, North (1955) defendeu que o processo de industrialização não acontece somente através da indústria do carvão, minério de ferro, aço e da indústria pesada. Nem tão pouco existe razão, porque todas as regiões devem se industrializar para continuar a crescer,

pois através da base de exportação inúmeras indústrias secundárias e terciárias se desenvolverão automaticamente, sejam pelas vantagens locacionais das indústrias de matérias-primas ou pelo aumento da renda da região. Por fim, North (1955) afirmou que o conceito de industrialização utilizado nas teorias é ambíguo e que para ser útil, precisa ser mais esclarecido.

A teoria de North defende que o crescimento de uma região está ligado ao sucesso de sua base de exportação; portanto, é importante atentar às razões de crescimento, declínio e mudança da base de exportação. O crescimento pode estar ligado à redução dos preços do transporte, ao crescimento da renda e da demanda em outras regiões, ao progresso tecnológico e à criação de benefícios sociais básicos por parte do governo federal e estadual. O declínio de um produto de exportação deve ser acompanhado pelo crescimento de outro, evitando, assim, a estagnação da região. O declínio pode estar associado a várias causas, entre elas às mudanças na demanda exterior, à exaustão de um recurso natural, ao aumento dos custos da terra, trabalho e dos transportes em relação a outras regiões e às mudanças tecnológicas que alteram a composição relativa dos insumos.

As ideias principais que emergem da teoria de North (1955) é que o desenvolvimento de uma base de exportação traz o crescimento de uma região e que o dito crescimento não será uniforme entre as regiões, assim como os fatores locacionais apresentam um papel fundamental na escolha das atividades.

2.1.2.3 Teoria da Causação Circular e Acumulativa

A Teoria da Causação Circular Cumulativa foi desenvolvida por Gunnar Myrdal em 1957 em seu livro *Economic Theory and Underdeveloped Regions (Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas)*.

Fazendo referência a outros autores, à escritura da Bíblia e a seus próprios trabalhos, em especial ao estudo sobre a situação do negro nos Estados Unidos no período compreendido entre o final da década de 1930 e o início da década 1940, Myrdal (1972) afirmou a existência do “círculo vicioso” que se manifesta na inter-relação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento, e admitiu também que esta relação circular existe tanto no sentido negativo quanto no sentido positivo quando relaciona-se a pobreza, a alimentação, a saúde e a capacidade de trabalho. Negativamente, Myrdal (1972, p. 32) colocou que “[...] um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraca, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que

será pobre, o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante”. Positivamente, menos pobreza, mais alimento, melhor saúde, mais alta capacidade de trabalho etc. Sendo assim, Myrdal (1972) acreditava que a ideia da “causação circular de um processo acumulativo” seria o método mais adequado para analisar as mudanças em um sistema social, reafirmando, dessa forma, que um problema social envolve um complexo de mudanças interdependentes, circulares e acumulativas.

Na sua análise, Myrdal (1972) partiu da existência das desigualdades entre países, assim como das desigualdades entre as regiões de um mesmo país. Para ele, os países são divididos em dois grupos: um grupo representado por um pequeno número de países de alto desenvolvimento econômico e de elevada renda *per capita* formado pelos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e parte da Europa. O segundo grupo é representado por um grande número de países que apresentam baixo desenvolvimento econômico e renda *per capita* e que estão localizados na África, na Ásia, Oriente Médio e na América Latina, salvo algumas exceções. Quando o autor se refere às desigualdades de desenvolvimento dentro do mesmo país, ele ressalta que existem regiões estagnadas dentro dos países desenvolvidos, assim como existem regiões prósperas dentro dos países subdesenvolvidos.

Ao desenvolver sua teoria, Myrdal (1972) fez críticas à capacidade da teoria econômica em lidar com os problemas das disparidades regionais, sobretudo quando ele nega a hipótese do equilíbrio estável no sistema econômico, que, segundo o qual, o próprio sistema provoca o equilíbrio social. Para ele ocorre o contrário, as forças existentes no sistema agem de forma que ocorra cada vez mais o afastamento da posição de equilíbrio, pois o mercado funcionando livremente só contribui para aumentar as desigualdades entre as regiões e, nesta condição de desequilíbrio, para retornar ao equilíbrio, será necessário a interferência de políticas planejadas.

Segundo esta teoria, a inter-relação causal existente no sistema e o fator tempo são fatores importantes ao estudo do desenvolvimento de um grupo. No primeiro caso, cada elemento que constitui os fatores principais é formado por várias outras variáveis. Para explicar a relação causal no sistema, Myrdal (1972) recorreu ao estudo que ele fez sobre a situação do negro americano, no qual ele cita como fatores principais que contribuem para a manutenção dessa situação o baixo padrão de vida do negro e o preconceito do branco nos Estados Unidos. Ele afirmou que para analisar estes fatores deve ser considerada a região, a classe social, a idade, o sexo etc. Em relação ao tempo, é importante perceber que as mudanças sociais ocorrem com maior ou menor rapidez dependendo da variável, como, por exemplo, o aumento do nível de emprego provoca uma mudança quase imediata no nível de

vida, mas o efeito provocado por melhorias na educação e na saúde são percebidas de forma mais lenta, o que provoca um retardamento no processo de acumulação total.

Se forem aceitos os princípios da causação circular e cumulativa, Myrdal (1972, p. 42) destacou alguns pontos:

- a) não existe um fator predominante, um “fator básico” quando se estuda uma realidade social, como por exemplo, o fator econômico, “pois tudo é causa de tudo, de maneira circular e interdependente”;
- b) todo estudo sobre o desenvolvimento e sobre o subdesenvolvimento deve considerar os fatores econômicos e fatores não-econômicos;
- c) “um movimento ascendente do sistema inteiro pode resultar de medidas aplicadas neste ou naquele de seus pontos; mas isto não equivale a dizer que seja indiferente do ponto de vista prático e político, onde e como atacar o problema do desenvolvimento”;
- d) quanto mais se conhece a inter-relação existente entre os fatores (“os efeitos que a mudança primária de cada fator provocará em todos os outros”), maior será o poder de interferência de uma política para mudar o sistema social. “É impossível, todavia, que uma política racional se realize pela mudança de um fator apenas”.

Seguindo a hipótese de causação circular, Myrdal (1972) destacou o papel do Estado na redução das desigualdades entre as regiões, que, segundo ele, são maiores e crescentes nos países mais pobres e decrescentes nos países mais ricos. A sua explicação para este fato é que as medidas políticas igualitárias enfrentam maiores problemas em países pobres, pois as debilidades dos efeitos propulsores ocasionam maiores desigualdades, fazendo com que a pobreza gere mais pobreza. Por outro lado, nos países mais ricos o desenvolvimento econômico e o nível crescente de renda oferecem oportunidades para todos e ainda completa:

Em geral, em condições de baixo nível de desenvolvimento econômico, com “efeitos propulsores” relativamente fracos, as forças competitivas do mercado tenderão, em causação circular, a promover constantemente desigualdades regionais; tais desigualdades conterão o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, enfraquecerão a base de poder das medidas políticas igualitárias. O nível mais alto de desenvolvimento fortifica os “efeitos propulsores” e tende a reprimir o impulso para a formação de desigualdades regionais; mantém-se desse modo, o processo de desenvolvimento econômico e, simultaneamente, criam-se condições mais favoráveis à adoção de medidas políticas que tenham por objetivo diminuir, em ritmo crescente, as desigualdades regionais (Myrdal, 1972, p. 72).

2.1.2.4 Teoria do Desenvolvimento como uma Cadeia de Desequilíbrios

A Teoria do Desenvolvimento como uma Cadeia de Desequilíbrios foi idealizada por Hirschman em 1958 e defendia a conservação do desequilíbrio econômico através da diferença de lucros entre as empresas e as perdas na economia competitiva. Para Hirschman (1961, p. 108), “[...] se a economia se desejar manter ativa, o papel da política desenvolvimentista é conservar as tensões, as desproporções e os desequilíbrios”

Para Hirschman (1961), o desenvolvimento é um processo extenso, durante o qual ocorrem encadeamentos para trás, para frente e em volta de uma empresa provocando sequências e repercussões por muitas décadas, criando, assim, uma espécie de “efeito completo”. O encadeamento para trás ocorre à medida que um aumento no consumo e na produção de um bem ou serviço provoque estímulos para setores que forneçam os insumos para esta produção, enquanto o encadeamento para frente ocorre quando o produto final de uma indústria é utilizado na composição da produção de outra indústria. Sendo assim, o autor chama à atenção para o fato de que o desenvolvimento se processa ao mesmo tempo em vários setores da economia, mas com proporções diferentes, ou seja, o desenvolvimento “[...] representa o resultado final de uma série de avanços desiguais de um setor, seguidos pelos outros setores que o procuram alcançar” (HIRSCHMAN, 1961, p.102). Por isso, ele defende que o desenvolvimento é gerado a partir de atividades com alto potencial de gerar encadeamentos por grandes projetos, tais como hidrelétricas e siderúrgicas.

Continuando seus argumentos, Hirschman (1961) explicou como se dá a transmissão de desenvolvimento interregional e internacional. Ele partiu do pressuposto de que “[...] o progresso econômico não se manifesta em toda parte ao mesmo tempo e que, uma vez que aquele surja, forças poderosas promovam a concentração espacial do desenvolvimento em volta dos pontos originários iniciais” (HIRSCHMAN, 1961, p. 275). Sendo assim, é necessário que a economia primeiramente se desenvolva internamente em um ou mais “pontos de desenvolvimento ou pólos de desenvolvimento” economicamente fortes movidos pelas vantagens locacionais e pela proximidade de um centro de crescimento industrial aberto às inovações e investimentos. Isso indica que as desigualdades, seja ele internacional ou inter-regional, é uma condição concomitante e indispensável ao próprio desenvolvimento, ou seja, regionalmente o desenvolvimento é necessariamente não-equilibrado.

Ao analisar o processo de desenvolvimento não-equilibrado, poderíamos sempre demonstrar que o progresso em um ponto determina pressões, tensões e compulsões no sentido do desenvolvimento em pontos subsequentes. Mas, se todos esses pólos

recaem numa zona de desenvolvimento privilegiada, as forças que visam à transmissão do desenvolvimento de um país, de uma região, ou de um grupo de pessoas para outro se enfraquecem sensivelmente (HIRSCHMAN, 1961, p.277).

Como a tendência do desenvolvimento é de se expandir primeiramente em pontos (subgrupo, região ou país), por um tempo, enquanto o atraso permanece em outros lugares, a consequência natural é o mundo se dividir em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, bem como em um mesmo país apresentar regiões atrasadas e regiões progressistas, assim como também, o progresso e o atraso podem coexistir lado a lado em um mesmo grupo ou região, principalmente nos países subdesenvolvidos. Mas, as regiões e os setores progressistas desenvolvem um grande poder de atração para as empresas, que por sua vez, dão preferência a investir recursos ao redor dos “pólos de crescimento” já estabelecidos e afastam-se dos operadores menos progressistas. Assim, os grupos e regiões bem sucedidos procuram proclamar sua superioridade sobre os demais.

Hirschman (1961) defendeu que, independentemente do que atrai o crescimento para uma região favorecida, esta coloca em movimento forças positivas e/ou negativa que atuam nas regiões menos desenvolvidas. O progresso de uma região pode provocar aumento do consumo e do investimento, assim como absorver parte do desemprego da região menos favorecida, mas para isso é necessário que as duas economias sejam complementares. Por outro lado, a região desfavorecida pode apresentar redução das atividades manufatureiras devido à concorrência da outra região, perder técnicos administradores chaves, assim como os empresários jovens e dinâmicos, conseqüentemente, perdem também o pequeno capital gerado pelo pessoal qualificado e pelas empresas, o que vai contribuir para o aumento do lucro da região mais desenvolvida. A situação da região menos desenvolvida só não se agravará mais se a região mais desenvolvida depender da anterior para aumentar seu desenvolvimento, como por exemplo, esta se especializar em produtos industrializados e aquela se especializar em produtos primários, o que fará que a região progressista incentive o desenvolvimento na região atrasada. Mas o contrário também pode acontecer dependendo da capacidade de oferta da produção primária e da necessidade das indústrias, ou seja, das forças de mercado e, futuramente, até mesmo da política econômica estabelecida¹⁴.

Em sua teoria, Hirschman (1961) chamou a atenção para a importância das forças políticas que influenciam a transmissão do desenvolvimento em um país ao fazer uso das verbas de investimentos públicos. Estes investimentos podem se realizar através de três

¹⁴ Hirschman em sua análise identificou duas regiões: a região Norte como desenvolvida e a região Sul como atrasada.

normas: a dispersiva, a da concentração em áreas de cultivo (desenvolvimento espontâneo) e a destinada a promover o desenvolvimento em áreas atrasadas. Entre as três, a tendência dos governos nos países subdesenvolvidos é fazer uso da norma dispersiva, pois ao invés de investir em um grande projeto, preferem investir em pequenos projetos dispersos em todo o território nacional, como, por exemplo, em estradas, em usinas elétricas, em casas populares etc. Esses projetos partem de uma decisão política que visa receber o apoio de todos os setores do país, mas, sobretudo, pelo fato, do que Hirschman (1961) denominou de “a imagem grupal da transformação”, ou seja, o fato do governo conceber a idéia de que o progresso econômico é uma força que deva alcançar igualmente todos os membros e setores da comunidade. Para ele, isso só mostra o despreparo dos governos em selecionar as prioridades e sequência que devem estar presentes nos planos de desenvolvimento. Por outro lado, a concentração de investimentos em determinada área vai depender da quantidade total de fundos para investir, fato intimamente ligado à arrecadação tributária ou a outras fontes de receita do governo. A segunda forma ocorre quando o desenvolvimento espontâneo ocorre em uma região ou poucas regiões ou centros urbanos acarretando graves carências em energia elétrica, água, transporte, habitação etc., o que requer uma rápida ação do governo. A terceira forma de investimento governamental, o investimento em áreas atrasadas, é feita na tentativa de impedir, pelo menos em parte, os efeitos da polarização que resulta da ação das forças de mercado, e os métodos utilizados são geralmente na forma de vantagens tributárias e na melhoria na infraestrutura elétrica, de transportes etc., mas, mesmo assim, a falta da capacidade de planejar e de engenharia impedem o desenvolvimento dessas áreas. Para Hirschman (1961), o que pode promover o desenvolvimento nessas áreas atrasadas é a instalação de atividades econômicas agrícolas e industriais, como, por exemplo, a construção de uma siderúrgica, pois são atividades incentivadoras e capazes de progredir, comprovando, assim, os encadeamentos e o crescimento desequilibrado entre os setores, fato defendido por sua teoria.

Continuando a sua análise sobre a transmissão de desenvolvimento, Hirschman (1961) ressaltou que o desenvolvimento se transmite mais facilmente entre países do que entre regiões de um mesmo país, isto porque o contato mais íntimo e de integração são mais presentes entre as regiões, o que faz com que os efeitos fluentes e o efeito de polarização sejam considerados mais fortes. Entre as regiões o efeito da polarização é mais prejudicial e esta pode ser causada, por exemplo, pela mobilidade dos fatores de produção, pela debilidade da concorrência, pelos incentivos tributários à industrialização e pela falta de independência econômica. Do mesmo modo, os efeitos fluentes são mais prejudiciais entre as regiões e, estes podem se manifestar através da baixa elasticidade da oferta e do empecilho às pesquisas e

investimentos na região mais atrasada e na exploração das capacidades completivas e modalidades de especialização na região mais desenvolvida. O certo é que, entre duas regiões, ao se tomar medidas para neutralizar as forças de polarização, deve-se ter cuidado para não prejudicar a eficácia dos efeitos fluentes, que fazem, mesmo que desequilibradamente, o desenvolvimento regional.

2.1.2.5 O Pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Com sede na cidade de Santiago, no Chile, o objetivo da sua criação foi analisar as condições históricas específicas da periferia da América Latina, monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Portanto, seu público alvo são os formuladores de políticas de desenvolvimento. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Esta instituição é formada por 44 Estados membros localizados na América Latina, no Caribe, na América do Norte e na Europa e oito membros associados, condição jurídica acordada para alguns territórios não independentes do Caribe¹⁵ (CEPAL, [200?]).

Em toda a existência da CEPAL o enfoque metodológico utilizado é o mesmo, apenas adaptado às mudanças históricas da realidade analisada e o contexto ideológico da época. Nos trabalhos da CEPAL, quatro traços são marcantes: o método utilizado é o do “enfoque histórico-estruturalista”, baseado na ideia da relação centro-periferia; as áreas temáticas são a análise da inserção internacional e a análise dos condicionantes estruturais internos (do crescimento e do progresso técnico e das relações entre eles, do emprego e da distribuição de renda) e; a análise das necessidades e possibilidades da ação estatal. Devido à sua evolução

¹⁵ Os Estados membros são: Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Os Países-membros associados são: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat, Porto Rico, Ilhas Turcas e Caicos.

histórica, cinco fases são identificadas na obra dessa instituição: da industrialização (da origem e anos 1950); das reformas para desobstruir a industrialização (anos 1960); da reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora (anos 1970); da superação do problema do desenvolvimento externo via “ajuste com crescimento” (anos 1980) e; da transformação produtiva com equidade (anos 1990). Nos anos recentes, a CEPAL se dedicou particularmente ao estudo dos desafios que propõe a necessidade de retomar o caminho do crescimento sustentado, assim como a consolidação de sociedades plurais e democráticas. No Quadro 1, encontra-se uma síntese dos traços marcantes e das fases vividas pela CEPAL no período compreendido desde a sua criação até o final da década de 1990 (BIELSCHOWSKY, 2000).

2.1.2.6 O pensamento de Raúl Prebisch

O economista argentino Raúl Prebisch dedicou-se à defesa dos interesses da América Latina, e em um ensaio escrito para um seminário no Banco Mundial resumiu seu pensamento sobre o desenvolvimento em cinco etapas que, segundo ele, podem ser descritas da seguinte forma (PREBISCH, 1982; COUTO; COUTO, 2006):

A primeira etapa (1943 - 1949) compreende a aceitação do ciclo econômico, no qual ele admitia que a economia apresenta um movimento circular de renda que alterna crescimento e contração em nível interno e externo, causando, assim, uma sucessão de desequilíbrios entre os países. Aqui também ele admitiu a rejeição das teorias do equilíbrio dos economistas marginalistas. Este período também foi marcado pelo aparecimento, em 1946, do conceito “centro-periferia, onde, segundo ele, os Estados Unidos desempenhavam o papel de centro cíclico principal do mundo e os países latino-americanos se encontravam na periferia do sistema econômico, pois dos primeiros partem os impulsos da expansão e concentração da vida econômica mundial. Assim, fazendo uso do conceito de centro-periferia e dos ciclos econômicos, Prebisch colocou que é impossível aplicar uniformemente a mesma política econômica para abordar os problemas que surgem com o ciclo econômico em países considerados do centro e naqueles considerados da periferia.

Quadro 1 – Síntese dos elementos analíticos que compõem o pensamento da CEPAL.

Traços Analíticos			
Análise Histórico-Estruturalista	Inserção internacional (centro-periferia)	Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento/progresso técnico e do emprego e da distribuição de renda	Ação estatal
Fases da CEPAL			
Períodos e Temas	Características		
1948-1960 (Industrialização)	Deterioração dos termos de intercâmbio; desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; integração regional	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas por especialização e heterogeneidade estrutural: inflação estrutural e desemprego	Conduzir deliberadamente a industrialização
1960 (Reformas)	Dependência: integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportação industrial	Reforma agrária e distribuição da renda como requisito para a redinamização da economia; heterogeneidade estrutural; dependência	Reformar para viabilizar o desenvolvimento
1970 (Estilos de crescimento)	Dependência, endividamento perigoso; insuficiência exportadora	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização combinando mercado interno e esforço exportador	Viabilizar estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer exportações industriais
1980 (Dívida)	Asfixia financeira	Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidades de políticas de renda e eventual conveniência de choques de estabilização; custo social do ajuste	Renegociar a dívida para ajustar com crescimento
1990-1998 (Transformação produtiva com equidade)	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir o “hiato de equidade”	Implementar políticas de fortalecimento da transformação produtiva com equidade

Fonte: adaptado de Bielschowsky (2000, p. 19).

A segunda etapa (1949 - 1959) foi marcada pela entrada de Prebisch na CEPAL e pelo aprofundamento das ideias sobre o sistema centro-periferia, assim como pela defesa da industrialização como meio de promover o desenvolvimento da América Latina, fato que veio se tornar o cerne do pensamento “cepalino”. Nesta etapa a atenção é direcionada para o progresso técnico e, dentro deste, à sua difusão e à distribuição dos seus frutos, pois havia uma desigualdade entre os produtores e exportadores de produtos manufaturados e os produtores e exportadores de produtos primários, ou seja, fazem parte do “centro” os países

desenvolvidos produtores de bens manufaturados, enquanto na “periferia” encontram-se os países subdesenvolvidos e produtores de bens primários. Esta fase também foi marcada pela defesa da industrialização como forma de promover o desenvolvimento, e esta deveria ser incentivada visando a substituição das importações. A industrialização seria importante para fomentar a criação de um mercado comum latino-americano, como também para absorver a crescente massa de trabalhadores desempregados devido ao progresso técnico. Também aqui, Prebisch começou a defender medidas protecionistas para estimular a industrialização, a cooperação financeira internacional e a participação do Estado na promoção do desenvolvimento.

Na terceira etapa (1959 - 1963) Prebisch fez uma crítica da industrialização realizada na periferia. Na sua opinião o modelo adotado não foi capaz de realizar a substituição das importações dos bens de consumo duráveis e que era necessário que a industrialização destes países se tornassem mais complexas através da produção de bens intermediários e de consumo duráveis que requerem mercados mais amplos. Dessa forma, ele defendia a criação de um mercado comum latino-americano. Assim, a exportação de produtos manufaturados também passa a ser defendida, pois, para ele, o desenvolvimento econômico se atinge no mercado interno conjuntamente com o mercado externo. Nesta etapa também são citadas as disparidades de renda e a inflação. A primeira é provocada pela concentração de terras, pelo protecionismo excessivo e pela inflação, enquanto que a segunda ajuda a aumentar a acumulação e a aumentar as disparidades sociais. Ele reconheceu que o desenvolvimento defendido pela CEPAL não beneficiou a grande parte da população dos países periféricos.

A quarta etapa (1963 - 1969) marcou a passagem dele pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) na função de Secretário-Geral, fato importante para que suas ideias fossem além da América Latina. Aqui ele se empenhou em uma nova política de comércio internacional onde buscava inserir os países em fase de industrialização em um mercado dominado pelos países desenvolvidos e cujo objetivo era acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico e social dos países menos favorecidos. Para acelerar o desenvolvimento eram necessárias as transformações na estrutura agrária, na estrutura industrial, na estrutura do poder e na estrutura do Estado. É nesta fase que Prebisch criticou duramente o capitalismo e iniciou a formulação da Teoria da Transformação, na qual defendia que os fatos poderiam levar o Estado a socializar as grandes empresas. Aqui se aprofundou a ideia iniciada na fase anterior da multidisciplinaridade ao se tratar da questão do desenvolvimento, pois, para ele, o desenvolvimento não diz respeito apenas a problemas econômicos, mas estão presentes também os problemas políticos, sociais e culturais.

Por fim, a quinta etapa, compreendida entre meados da década de 1970 até sua morte em 1986, foi marcada pela aproximação do pensamento de Prebisch com o pensamento de Karl Marx para propor uma síntese entre o liberalismo e o socialismo. Nesta etapa ele concluiu a elaboração da Teoria da Transformação.

A primeira, a segunda e a terceira etapas foram fundamentais para a formação das ideias desenvolvidas por Prebisch sobre o desenvolvimento e a forma de ação da CEPAL nos países latino-americanos para promover o desenvolvimento.

2.1.3 As produções mais recentes em Economia Regional

Este conjunto de teorias surgiu no início da década de 1980 com forte influência dos trabalhos de Marshall e Schumpeter e buscaram alcançar o bem estar econômico, social e cultural da comunidade, dando ênfase às potencialidades locais, à participação dos atores locais e à cooperação na comunidade (CAVALCANTE, 2002; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001). Porém, os autores desse grupo foram influenciados pelos dois grupos de teorias anteriores, ou seja, pela teoria clássica da localização e pelas teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração. A seguir serão feitos breves comentários sobre estas produções.

Dentro deste grupo de teorias e modelos de desenvolvimento regional não existe um único quadro teórico, assim como, muitas vezes, as abordagens apresentam sobreposições de ideias. Bekele e Jackson (2006), ao revisarem as teorias mais recentes que tratam do agrupamento das atividades econômicas e de sua ligação com o desenvolvimento regional, destacaram como ideias principais das discussões não somente os temas ligados às economias de aglomeração, distritos industriais, redes de negócios, divulgação de conhecimentos e sistemas regionais de inovações. Como não existe um consenso sobre as teorias de desenvolvimento regional, para eles os trabalhos atuais partem de cinco vertentes: da Nova Geografia Econômica (NGE), da Escola da Especialização Flexível; dos Sistemas de Inovação Regional; da Teoria da Competitividade de Porter, e; das Teorias de Crescimento Endógeno. Já Cavalcante (2002), utilizando outra nomenclatura, classificou a produção recente nos seguintes temas: os distritos industriais, os ambientes inovadores, organização industrial e os “retornos crescentes formalizados” de Krugman. Essas duas classificações convergem para as mesmas características, como poderá ser vista a seguir:

A Nova Geografia Econômica foi inspirada nos trabalhos de Krugman que trouxe como contribuição para a teoria da aglomeração a discussão em torno dos “retornos

crescentes” e da competição imperfeita. Esta classificação converteu aos “retornos crescentes formalizados” de Krugman.

A contribuição da Escola da Especialização Flexível está em buscar do entendimento de como as economias regionais reagem às mudanças tecnológicas ocorridas a partir da década de 1980 e da queda do modelo fordista de produção, assim como entender como as regiões podem tirar proveito dessas mudanças. Dentro desse subgrupo surgiram os “distritos industriais” fortemente influenciados por Marshall. Os autores principais dessa corrente são Pyke, Becattini e Sengenberger (1990¹⁶, apud; CAVALCANTE, 2002, p. 18), os quais, definiram distritos industriais como “sistemas produtivos locais caracterizados por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios e em várias vias na produção de um produto homogêneo”. Portanto, ao contrário do modelo fordista que priorizava grandes indústrias, os distritos industriais são formados por pequenas e médias indústrias especializadas em etapas do processo produtivo.

A corrente dos Sistemas de Inovação Regional de Bekele e Jackson (2006) e os ambientes inovadores¹⁷ de Cavalcante (2002) dão ênfase à inovação e à tecnologia como forma de promover o desenvolvimento local e regional de forma mais competitiva e autônoma. Segundo essa corrente, a inovação e a tecnologia possibilitam o enraizamento e a atualização permanente das atividades econômicas das regiões. Além disso, para se reproduzir, o ambiente inovador exige competição, cooperação e interação, e para isso a recomendação é a constituição de redes de cooperação e o estabelecimento de parcerias entre os setores produtivos, institutos de pesquisa e universidades. Vázquez Barquero (2001) ressaltou que:

As inovações e as tecnologias não se referem apenas ao uso de máquinas e bens de capital de origem externa, mas, sobretudo, de adaptações incorporadas por trabalhadores e técnicos, com base em pequenas mudanças e transformações que aumentam a produtividade e a competitividade das unidades produtivas (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 43).

O ponto comum que existe entre a Teoria da Competitividade de Porter e a corrente que prega a Organização Industrial, é que, segundo eles, o desenvolvimento é favorecido quando há um ambiente competitivo entre firmas da mesma indústria localizadas próximas uma das outras. Dentro da corrente Organização Industrial destacam-se o “Grupo da

¹⁶ PYKE, F; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.

¹⁷ O conceito de “ambientes inovadores” está ligado ao Grupo Europeu de Pesquisa sobre Ambientes Inovadores (“Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs - GREMI”).

Califórnia”, no qual os autores defendem que a competição e o processo de inovação abrem “janelas locacionais”¹⁸ para as regiões (CAVALCANTE, 2002).

Por fim, as Teorias de Crescimento Endógeno, segundo Bekele e Jackson (2006), avançaram principalmente a partir dos trabalhos de Romer (1986)¹⁹ e Lucas (1988)²⁰. Mas para Vázquez Barquero (2001), o modelo do desenvolvimento endógeno surgiu da convergência de duas linhas de pesquisa: uma de natureza teórica, que buscava a noção de desenvolvimento que levasse em consideração a atuação pública na evolução das localidades e regiões atrasadas, com destaque aos trabalhos de Friedmann e Douglas (1978)²¹, Stöhr (1981)²² e Stöhr (1985)²³, enquanto a outra, de natureza empírica, surgiu em decorrência da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades e regiões do Sul da Europa, destacando-se aí os trabalhos de Becattini (1979),²⁴ Brusco (1982)²⁵, Fuà (1983)²⁶, Garofoli (1983)²⁷ e Vázquez Barquero (1983)²⁸. Para Vázquez Barquero (2001, p. 41), “[...] o desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população”.

O desenvolvimento endógeno é uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões. É uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados. O desenvolvimento de formas alternativas de gestão econômica, através das

¹⁸ O termo “janelas locacionais” se apoia no conceito de “janelas de oportunidades” formulado pela corrente neoschumpeteriana (CAVALCANTE, 2002, p. 20).

¹⁹ ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

²⁰ LUCAS, R. E. On the mechanics of economics development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, p. 3-42, 1988.

²¹ FRIEDMANN, J.; DOUGLAS, M. Agropolitan development: toward a new strategy for regional planning in Asia. In: LO, F.; SALIH, K. (Ed.). **Growth pole strategy and regional planning development policy**. Oxford: Pergamon, 1978.

²² STÖHR, W. B.. Development from below: the bottom-up and periphery inward development paradigm. In: STÖHR, W. B; AYLOR, D. R. (Ed.). **Development from above or below?** Chichester: J. Wiley and Sons, 1981.

²³ STÖHR, W. B.. Selective Self Reliance and endogeneous regional development. In: NOHLEN; SCHULTZE, eds. **Ungleiche Entwicklung and Regionalpolitik in Südeuropa**. Bochum: Studienverlag Dr. N. Brockmeyer, 1985.

²⁴ BECATTINI, G.. Dal settore industriale al distretto industriale: alcune considerazioni sull'unità di indagine dell'economia industriale. **Revista di Economia e Politica Industriale**, n.1, p. 7-21, 1979.

²⁵ BRUSCO, S. The Emilian model: productive decentralization and social integration. **Cambridge Journal of Economics**, v. 6, p. 167-184, 1982.

²⁶ FUÀ, G. L'industrializzazione nel nord est e nel centro. In: FUÀ, G.; ZACHIA, C. (Ed). **Industrializzazione senza fratture**. Bologna: Il Mulino, 1983.

²⁷ GAROFOLI, G. Le arce sistema in Itália. **Politica ed Economia**, v. 11, p. 7-34, 1983.

²⁸ VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Industrialization in rural areas: the Spanish case**. Senigallia: CT/RUR/113/O6, OCDE, 1983.

organizações intermediárias, e a criação de associações e de redes públicas e privadas possibilitam que as cidades e regiões otimizem suas vantagens competitivas e sejam incentivadoras do desenvolvimento econômico (Vázquez Barquero, 2001, p. 33).

Dentro das abordagens recentes sobre o desenvolvimento regional, percebe-se um maior destaque na literatura o modelo de desenvolvimento endógeno, mas cabe reafirmar que não há uma separação efetiva da teoria de uma e de outra abordagem, além de que as classificações feitas por Bekele e Jackson (2006) e Cavalcante (2002) deixam de existir à medida que se aprofunda o estudo teórico do desenvolvimento endógeno, pois as características antes separadas por outras nomenclaturas são encontradas neste modelo teórico.

Considerando a evolução das teorias do Desenvolvimento Regional, percebe-se nitidamente a divisão sugerida por Fochezatto (2010), pois os três períodos citados possuem características bem distintas, porém complementares, pois foi a partir das fragilidades das teorias de um período que foram criadas as do período seguinte, tanto que os estudos desenvolvidos a partir da década de 1950 tiveram como base os estudos da teoria clássica da localização feitos em anos anteriores, assim como as críticas feitas a partir dos anos 1980 sobre as teorias que enfatizavam os fatores de aglomeração, até então utilizadas para promover o desenvolvimento regional, serviram para criar as produções mais recentes em Economia Regional, as quais ressaltam a importância das potencialidades locais de uma região como o fator que pode desencadear o processo de desenvolvimento. Dessa forma, as Teorias do Desenvolvimento Regional partiram das teorias clássicas da localização que consideravam a existência de um mercado em concorrência perfeita e os custos de transporte como o fator determinante para a definição da localização de uma atividade agrícola ou uma indústria para a defesa de um desenvolvimento que considera preponderante as inovações, as tecnologias e a ação participativa dos atores locais. Mas entre estas estão as teorias que defendem, em geral, que o desenvolvimento e, conseqüentemente, a redução das desigualdades regionais densamente espalhadas no mundo capitalista é resultado da ação do processo industrial.

Diante dessa revisão e considerando as características históricas do processo de desenvolvimento do Estado do Maranhão, pensa-se que a teoria clássica da localização e as teorias de desenvolvimento regional desenvolvidas até a década de 1950, as quais enfatizam os fatores locacionais, de aglomeração e a industrialização no processo de desenvolvimento, dar-se-ão suporte para fazer a análise dos resultados encontrados nesta pesquisa.

Apesar da teoria clássica da localização ter suas fragilidades, acredito que ela também serviu de base para a decisão de algumas empresas se instalarem no Maranhão, pois considerando que esta teoria tem como base a localização do mercado, a distância do centro consumidor, o custo de transporte e o local de transbordo de carga, pode-se dizer que a localização do Estado em relação à Europa e Estados Unidos, a construção da Estrada de Ferro Carajás e a existência do porto do Itaqui e da Ponta da Madeira foram fatores decisivos para a instalação da Vale, da Alumar e da implantação da soja no Estado. Além destes portos, São Luís conta com um porto da própria Alumar e com o Porto Grande, um terminal pesqueiro desativado, localizado ao sul do Porto do Itaqui que futuramente poderá ser utilizado na logística da Refinaria Premium I, empreendimento da Petrobrás em construção no município de Bacabeira (60 quilômetros de São Luís). Toda essa infraestrutura é condição essencial que se enquadra nos pressupostos teóricos desta teoria.

Por outro lado, a política de desenvolvimento adotada no Estado do Maranhão a partir dos anos de 1980 defendia, entre outras coisas, a importância da participação estatal no processo de desenvolvimento, a importância dos pólos de crescimento, o poder de aglomeração desempenhado por grandes indústrias e a importância das exportações para o desenvolvimento regional, fatores que se enquadram nos pressupostos das teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração.

Porém, crê-se que esta pesquisa não está direcionada para o grupo que enquadra as abordagens desenvolvidas a partir dos anos 1980 sobre a Economia Regional, as quais buscam alcançar o bem estar econômico, social e cultural da comunidade dando ênfase às potencialidades locais, à participação dos atores locais e à cooperação na comunidade. Portanto, os dados obtidos não darão suporte para fazer uso delas.

3 O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, A ORIGEM DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E AS POLÍTICAS REGIONAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, NO NORDESTE E NO MARANHÃO

Viu-se no capítulo anterior as diversas teorias e pensamentos que tentaram explicar e, até mesmo resolver o problema das desigualdades de desenvolvimento registrados entre as regiões. Neste capítulo, ver-se-á, em especial, como se deu o debate sobre o desenvolvimento no Brasil e as origens das desigualdades no Brasil, no Nordeste e no Maranhão.

3.1 O DESENVOLVIMENTO E A ORIGEM DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

O regionalismo está presente na história política e social do Brasil desde os movimentos revolucionários regionais no século XIX. Esteve presente também no debate parlamentar no Império, na vasta produção literária e no agravamento do problema das secas no Nordeste, mas foi na década de 1950 que a questão ganhou maior destaque. Ao nível internacional, os estudos regionais foram influenciados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que alertava o mundo subdesenvolvido para a crescente separação entre os países ricos e pobres em consequência do sistema de divisão internacional do trabalho via relacionamento “centro-periferia” e pelo desenvolvimento da “Ciência Regional (*Regional Science*)” formulada pela escola européia e norte-americana. No Brasil, a maior influência veio da CEPAL (CANO, 2007).

Para Perruci (1984), o espaço brasileiro começou a se definir a partir da Revolução Industrial, pois a formação econômica do Brasil até o final do século XIX tinha como dinamismo as determinações do mercado externo e, além disso, com a consolidação do mercado mundial, a economia brasileira já se consolidava com dois níveis de contradição: uma economia voltada para um incipiente mercado interno e o outro para o desenvolvimento da atividade agroexportadora, o que, para ele, representava o início da redefinição da participação dos espaços regionais. Enquanto no sistema colonial, dentro do mercantilismo, exigia-se a produção de certos bens agrícolas, o advento da Revolução Industrial modificou substancialmente a estrutura de produção do espaço brasileiro, como a própria organização desse espaço que se tornou condicionado e até mesmo determinado pela divisão internacional do trabalho. Por exemplo, no sistema colonial alguns espaços nordestinos foram organizados em função da produção açucareira, enquanto que, depois da Revolução Industrial, a

determinação do espaço ocupado foi em função da produção de algodão para o setor têxtil inglês. Portanto, já no século XIX, a partir da formação do Estado-Nação, os espaços regionais, antes distintos pelas suas peculiaridades geográficas e tipos de bens produzidos, consolidaram-se política e economicamente como autênticas regiões, dando origem ao que hoje se denomina de “questão regional”.

O maior destaque da questão regional no Brasil no final da década de 1950 foi em decorrência do desenvolvimento desigual do capitalismo e, conseqüentemente, das crescentes diferenças econômicas e sociais entre a região Sudeste, que se encontrava em pleno processo de expansão econômica com base na industrialização, e o Nordeste, em pleno processo de estagnação econômica e entre as áreas de maiores índices de pobreza (ARAÚJO, 1984).

[...] Num sistema econômico de base capitalista existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’, no sentido proposto por esta investigação²⁹. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado (OLIVEIRA, 1993, p. 27).

Ao estudar o desenvolvimento desigual brasileiro, Guimarães et al. (1990³⁰ apud ARAÚJO, 2000, p. 18) destacaram que a história econômica das regiões se confunde com o projeto de industrialização do país que resultou em uma rápida oligopolização da economia e constituição e consolidação do mercado interno nacional. Para Perruti (1984), o entendimento da formação histórica da economia e da sociedade brasileira e dentro destas, a questão regional, passou necessariamente pelo entendimento do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. “[...] A chamada ‘modernização da economia’ se define, por exemplo, tão somente como reajustes do modo de produção no seu processo de realização histórica tendo sempre em vista os interesses da classe dominante” (PERRUTI, 1984, p. 14).

Dessa forma, fica evidente que as desigualdades entre as regiões brasileiras estão intimamente ligadas ao desenvolvimento econômico e social nacional. Sendo assim, torna-se necessária uma maior compreensão de como se deu esse desenvolvimento e o aumento das desigualdades regionais, principalmente entre o Sudeste e o Nordeste, pois parte da história

²⁹ O autor privilegia “um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de lutas de classes e do conflito social em escala mais geral” (OLIVEIRA, 1993a, p. 27).

³⁰ GUIMARÃES, L et al. **O desenvolvimento desigual da economia no espaço territorial brasileiro**: décadas de 1970 e 1980. Recife: FUNDAJ/INPSO, 1990. (Relatório de Pesquisa).

econômica, social e política deste se explica a partir da história econômica, social e política do Sudeste.

3.1.1 O desenvolvimento do Brasil via o Sudeste

A troca do trabalho escravo pelo trabalho assalariado o que gerou conseqüentemente, uma maior produtividade do trabalho, beneficiou a expansão da cultura do café na região Centro-Sul, principalmente em São Paulo. Beneficiada pela valorização dos preços do produto no mercado externo, a expansão da região do café começou a superar economicamente a região do Nordeste açucareiro, que no mesmo período apresentava declínio na sua importância econômica devido à queda de preços externos e a concorrência interna causada pela produção em outras regiões do país. Com a ascensão da economia cafeeira em São Paulo, nasceu uma burguesia ligada à produção de café que viria dirigir o Estado, manter o poder agrário e impulsionar a industrialização.

A industrialização brasileira surgiu na segunda metade do século XIX para suprir a necessidade interna de alimentos, calçados e têxteis. Inicialmente existiam em algumas cidades, inclusive no Nordeste, pequenas indústrias pertencentes a grupos nacionais e formadas a partir do capital familiar, sem, contudo, haver uma política de industrialização, mesmo porque os grupos industriais ainda não participavam ativamente do poder, realidade que mudou a partir dos anos 1930, quando o setor industrial começou a comandar a economia nacional. O processo de industrialização surgiu sobre a unidade fabril preexistente, recriando ou destruindo-a, mas de fato esse processo surgiu a partir da acumulação primitiva do capital ocorrida na economia cafeeira no Sudeste, mais precisamente no Estado de São Paulo, no bojo da nova divisão regional do trabalho. Por outro lado, a industrialização em São Paulo se beneficiou das diversas crises cíclicas ocorridas na Europa ainda no século XIX e, já no século XX, das duas guerras mundiais e da guerra da Coreia em 1950. Todos esses acontecimentos estimularam a manutenção da economia agroexportadora, o crescimento do setor de subsistência, o mercado interno e, finalmente, o crescimento da produção de bens de consumo não-duráveis através do mecanismo da substituição de importações (PERRUCCI, 1984).

Com o avanço industrial, o poder da burguesia agrária foi substituído pelo poder da burguesia industrial que apresentava interesses e formas diferenciadas de reprodução do capital. Para promover a reprodução do capital industrial, a burguesia recém consolidada capturou o Estado, levando-o a implementar políticas econômicas que favorecesse a

acumulação industrial, tais como: a política cambial que ora favorecia e ora impedia as importações, uma política alfandegária que viesse proteger a indústria nascente, uma política de confisco cambial para capturar parte do excedente das exportações juntamente para financiar o câmbio favorável às importações industriais e uma política de crédito consubstanciado junto ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A política econômica favorável à reprodução do capital industrial, mesmo reduzindo as formas de reprodução da economia agroexportadora, não a eliminou; porém esta foi suficiente para impedir que esta última continuasse a ditar sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia nacional, pois a sobrevivência da economia agroexportadora era ainda importante por ainda gerar divisas necessárias para a importação de bens industriais. Assim, o capitalismo industrial que se expandiu na década de 1930 até o final dos anos 1960, mas que teve seu auge nos anos de 1950, redefiniu o caráter da economia agroexportadora e apresenta uma forma diferenciada da reprodução do capital e se consolidou numa estrutura social também diferenciada, formada pela burguesia industrial e pelo proletariado urbano (OLIVEIRA, 1993).

A expansão do capitalismo brasileiro se deu pela industrialização que se transformou no centro motor da divisão social do trabalho e que teve como função principal reduzir as exportações através da produção voltada para o consumo interno, ou seja, substituir as importações. O avanço industrial comandado por São Paulo proporcionou a centralização do capital, provocando, em especial, a destruição da economia nordestina por atrair para um centro mais dinâmico o excedente de capital gerado pelas economias do Nordeste açucareiro-têxtil e do Nordeste algodoeiro-pecuário, principalmente pelo fato de que as velhas indústrias do Nordeste não se modernizaram e, por isso, não conseguiram competir em preço e qualidade com as indústrias modernas, além de que as precárias relações de trabalho que ainda permaneciam no Nordeste não foram suplantadas pela nova forma de reprodução do capital imposto pela região em expansão com base no caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimia ao processo de geração de valor, mesmo porque, ao longo dos anos, não havia tido nenhuma mudança quantitativa ou qualitativa substancial na composição orgânica do capital e muito menos na relação de trabalho, onde o proletariado ainda era tratado como camponês, fato que caracterizava a manutenção de uma relação primitiva (OLIVEIRA, 1993).

A conseqüência política de todo esse processo foi a perda de poder político da burguesia industrial açucareira-têxtil sobre sua própria região. Além disso, a industrialização da região Centro-Sul foi favorecida pelos mecanismos político-institucionais, pelas estradas

de rodagens que permitia a circulação de mercadorias para as outras regiões do país e pela quebra das “barreiras alfandegárias” entre os Estados, que reforçou o poder de competição do Sudeste frente à produção local/regional, permitindo e favorecendo, dessa forma, o fechamento de fábricas, a penetração de produtos da região em expansão e a substituição de produtos nordestinos. Este fato modificou as relações de produção, a estrutura de classes e de poder e, principalmente, as relações entre as classes nordestinas. A integração do mercado nacional ou a criação do mercado nacional unificado resultou na imposição nacional na forma de acumulação do capital implantado na industrialização em São Paulo. Ocorreu por estas vias o aumento das disparidades regionais de crescimento entre o Centro-Sul e o Nordeste.

3.2 O DESENVOLVIMENTO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO NORDESTE

O Nordeste teve nos séculos XVI e XVII um grande dinamismo econômico que foi suplantado a partir do final do século XIX pela economia do Sudeste e do Sul. Desde sua colonização, o espaço nordestino foi construído em função do atendimento da demanda de alimentos e de matérias-primas do mercado externo, mas a partir do século XIX, o crescimento de outras regiões do país transformou o Nordeste em fornecedor de produtos primários e de mão de obra para essas regiões, daí a formação de espaços diferenciados, porém complementares em suas funções. Além de fornecedor de mão de obra e de matérias-primas, a região nordestina se transformou também em produtora de produtos agrícolas de exportação e em campo de aplicação de capitais por empresas do Sudeste do país e por transnacionais, as quais se apropriaram das riquezas geradas na região, ocasionando o fenômeno pouco compreensível: a região pobre financiar a região rica (ANDRADE, 1984).

O primeiro complexo econômico do Nordeste foi a economia açucareira, que teve seu início no período colonial e se manteve dinâmica até o final do século XVII, quando começou a crise na produção do açúcar, produto que chegou ao século XIX como um produto marginal no comércio exterior devido à concorrência da produção no Caribe e nas Antilhas. As plantações de cana-de-açúcar ocorriam no sistema de “plantation”³¹, e mesmo depois da abolição da escravidão em 1888, a produção de açúcar ainda apresentava uma relação de produção não capitalista, pois devido à extrema concentração de terras e de renda, a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre foi muito mais formal, assim como foi precária a

³¹ O sistema “plantation” se caracteriza por utilizar grandes fazendas, produzir um único produto, utilizar mão de obra escrava e visar o comércio exterior.

formação do mercado de trabalho (CANO, 2007). Enquanto o Nordeste açucareiro deixava de ter destaque na economia nordestina, o Nordeste algodoeiro-pecuário começava a ganhar destaque a partir dos séculos XVIII e XIX. A pecuária era um desdobramento da atividade econômica principal e era executada por homens livres não escravos e tinha como função a fornecimento de animais e de carne para as zonas de produção de açúcar e de mineração em Minas Gerais. Por sua vez, a cultura do algodão no Nordeste foi beneficiada com o aumento da demanda mundial desse produto a partir da Revolução Industrial e, principalmente, do avanço da indústria têxtil na Inglaterra, assim como também por sua própria condição climática, propícia para produzir o algodão de fibra longa. Outro fator que beneficiou a propagação dessa cultura no Nordeste, principalmente nos Estados do Maranhão e Ceará, foi a Guerra da Secessão norte-americana. Entre os Estados nordestinos, o Maranhão foi o mais favorecido por ter desenvolvido um tipo de algodão semelhante ao produzido no Sul dos Estados Unidos. Outro destaque maranhense foi que a estrutura de produção do algodão não era o “plantation”, pois constituía-se de pequenas e isoladas áreas cuidadas por fazendeiros, meeiros, sitiantes e posseiros, emergindo, assim, a estrutura fundiária típica do latifúndio. O capital comercial e financeiro internacional controlava a circulação da mercadoria brasileira através das empresas SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON (OLIVEIRA 1993).

A relação comercial com a Inglaterra e depois com os Estados Unidos, esta favorecida pela perda do monopólio açucareiro por parte de Portugal após a passagem do Brasil da condição de Colônia para Império, proporcionou a permanência no país de um maior excedente econômico, fato que veio favorecer a formação no Nordeste de uma classe social burguesa que se fortaleceu no final do século XIX com o processo de industrialização realizado com a conversão dos engenhos de açúcar em usinas e da fundação da indústria têxtil, esta última estimulada pela queda das exportações do algodão. A relação entre esses dois setores se dava pela necessidade que havia para fabricação de tecido usado pela população trabalhadora e pela fabricação de sacos de aniagem utilizados para ensacar o açúcar. A burguesia agroindustrial desse “Nordeste açucareiro e têxtil” se expandiu do final do século XIX até a primeira década do século XX.

Na década de 1950, concomitantemente com a decadência da burguesia industrial nordestina em consequência da ascensão industrial no Centro-Sul, houve a ascensão da força popular formada pelo proletariado, que ao mesmo tempo era semicamponês, pois nas horas livres do trabalho nas indústrias os operários trabalhavam na produção do algodão e na produção de culturas alimentares, ditas “culturas de subsistências”, que eram vendidas nos mercados das cidades próximas para aumentar a sua renda e não rebaixar ainda mais seu

baixo nível de vida. Porém, com a penetração dos produtos industriais e agrícolas produzidos na região Centro-Sul no Nordeste, os preços dos produtos locais caíram, sendo preciso que os produtores aumentassem a área utilizada ou aumentasse o trato com a terra para manter a competição entre as produções, mas eram impossibilitados pela estrutura fundiária imposta e pela deficiência financeira e, conseqüentemente, o aumento da renda da terra. A única solução foi a organização popular. A força popular era constituída pelos camponeses, pequenos sitiantes, meeiros e arrendatários, cuja expressão política se dava pelas Ligas Camponesas, sindicatos de diversas filiações e orientações, inclusive da Igreja Católica. A oposição política eram os coronéis, senhores de engenhos e usineiros, com o objetivo de combater a estrutura fundiária e as condições de trabalho impostas com base na relação não capitalista. A integração nacional, comandada pelas leis de reprodução do capital do Centro-Sul, expressava-se no Nordeste pelo agravamento das tensões entre a burguesia e o proletariado/semicamponês, este, como já vimos, formado por segmentos urbanos e rurais desenvolvidos dentro da economia açucareira e têxtil.

Com a organização dos movimentos populares no Nordeste, com a perda do poder da burguesia industrial, com a dissolução da hegemonia da economia algodoeira-pecuária e, conseqüentemente, com o enfraquecimento da oligarquia dos coronéis, a burguesia nacional achou que estes fatos ameaçavam a manutenção da sua hegemonia, o que fez com que fosse exigida a mediação do Governo Federal para solucionar os problemas nordestinos. Portanto, o conflito de classes que apareceu sob as roupagens dos conflitos regionais ou “desequilíbrios regionais”, obrigou uma intervenção “planejada” por parte do Estado no Nordeste, o que veio se concretizar com a ação de vários órgãos no Nordeste (OLIVEIRA, 1993).

3.2.1 A intervenção planejada no Nordeste

O planejamento governamental começou a ser utilizado nos países subdesenvolvidos no período pós-Segunda Guerra. No Brasil, o planejamento governamental, visto como intervenção planejada do Estado, teve seu início na década de 1950, sendo que sua maior evidência ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek entre 1955 a 1960 com o uso do Plano de Metas, que norteou seu governo. O planejamento da ação do governo brasileiro visava colocar o país entre as grandes potências mundiais, e para isso, entre os anos 1960 a 1980, investiu no projeto da industrialização nacional. Neste projeto o país contava com o apoio e os investimentos do capital produtivo e do capital financeiro internacional através da abertura de algumas filiais ou por meio do financiamento a construção da proposta do “Brasil Grande

Potência”. Os resultados alcançados ao longo das décadas de 1960 a 1980 mostraram que houve uma expansão e uma grande modernização da economia nacional, mesmo que se tenham registrados períodos de crise nesta fase. Nesta mesma época, o Estado utiliza também como instrumento o planejamento regional, que teve a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo objetivo era o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, sua maior representação (ARAÚJO, 2000).

Para Andrade (1984), o Estado planejando, divulgando, estimulando, subsidiando e executando projetos de desenvolvimento, teve grande importância para a compreensão do tipo de espaço produzido no Nordeste. Por outro lado, à medida que o Estado viabilizou a penetração dos grupos econômicos do Sudeste e as transnacionais através da implantação de indústrias de bens de consumo, construção civil, na especulação imobiliária, na construção de obras públicas (como açudes e rodovias) e dos projetos agropecuários, ajudou a criar grandes impactos sociais. Para ele, a substituição do latifúndio tradicional e oligárquico pelo latifúndio moderno, capitalista, usuário de um grande volume de capital, tecnologias e máquinas modernas poupadoras de mão de obra causaram impactos sociais mais graves do que os causados pela forma anterior.

Segundo Andrade (1984), dois argumentos são usados para justificar a existência dos problemas no Nordeste: um é o fato de que as pessoas ligadas às estruturas de dominação concebem uma ideologia de que a região não se desenvolve devido às condições desfavoráveis do clima e do solo; o outro, de cunho “racista”, alega que o subdesenvolvimento é fruto da ocupação por grupos étnicos inferiores formados por portugueses, negros e índios, ao contrário do que ocorreu no Sudeste e Sul, que foi habitado por colonos da Europa Central e Meridional. Por outro lado, alguns estudiosos diante de uma visão tecnocrata do problema do subdesenvolvimento nordestino, importaram modelos criados em países capitalistas e industrializados e desenvolveram políticas de modernização sem mudanças sociais. As políticas de modernização são assim descritas:

Políticas que incentivam o crescimento da produtividade, a implantação de obras de infraestrutura e a acumulação de capitais, em favor dos grupos locais com maior poder de pressão e dos grupos do Sudeste e transnacionais. [...] Daí que o crescimento se processa de forma nociva à região, à população regional e, em termos médios, de forma inferior ao das regiões mais dinâmicas, contribuindo para que ao invés de ocorrer uma aproximação entre as regiões subdesenvolvidas e as mais dinâmicas, ocorre o aceleração da distância existentes entre umas e outras. Assim, o subdesenvolvimento, a baixa qualidade de vida da população e a degradação ecológica deixam de ocorrer de forma espontânea e gratuita e passam a ser planejadas altamente onerosas à coletividade (ANDRADE 1984, p.43).

Para ele, o desequilíbrio existente na região não foi produto das condições naturais e nem étnicas, mas foi fruto de um processo histórico desfavorável herdado desde o descobrimento e o início da ocupação do território brasileiro, quando a região foi escolhida para produzir açúcar devido à sua capacidade natural e proximidade da Europa.

O reconhecimento da região Nordeste como espaço econômico-social se deu, como já visto, a partir de meados do século XIX, mas, para ação das políticas e programas governamentais, o reconhecimento ocorreu no início do século XX, principalmente no final dos anos 1950. O que existia no século XIX eram “nordestes”, ou seja, o Nordeste açucareiro e o Nordeste algodoeiro-pecuário, onde o capital internacional, que, mesmo sem penetrar na esfera da produção, apropriou-se da circulação e da comercialização das mercadorias, favorecendo a passagem do controle político das mãos da burguesia açucareira para as mãos da classe dos latifundiários do sertão, dos coronéis que comandavam o processo produtivo (OLIVEIRA, 1993).

A região nordestina, pelas suas características naturais e pela sua formação econômica, política e social, sofreu forte intervenção do Estado ao longo de sua história. O desenvolvimento desigual do capitalismo não promoveu disparidades só entre as regiões, mas também dentro delas, como o caso das áreas litorâneas e do agreste nordestino. Com o desenvolvimento desigual, aprofundavam-se as distorções sociais e com elas aumentavam as pressões sociais no campo e nas cidades, pressionando o governo que, por sua vez, era pressionado pelos grupos dominantes a achar uma solução, seja para os conflitos eminentes entre a classe dominante e a classe dominada, seja para fins de proporcionar a mobilidade de capitais de uma região mais desenvolvida para outra menos desenvolvida.

Para Maranhão (1984), o Estado teve um duplo caráter: o de instrumento de classe e o de mediador de conflitos. Em sua face de instrumento de classe, ele apresentava uma relação social de dominação à medida que fundamentava e organizava essas relações através de instituições, o que garantia um sistema que articulava de modo desigual os componentes da sociedade civil. Por outro lado, à medida que as instituições do Estado eram legitimamente capazes de garantir o sistema de dominação social, o Estado se apresentava como mediador dos conflitos sociais. Sendo assim, as instituições de planejamento estatal tinham um duplo caráter:

De um lado elas incorporam o conteúdo de um sistema de dominação que articula forças sociais desiguais e de outro, através de suas atividades formais, procuram colocar-se acima desses interesses sociais na medida em que proclamam servir à sociedade, ou à região (MARANHÃO, 1984, p. 84).

Ao se referir à intervenção estatal no Nordeste, Oliveira (1993), fez a seguinte colocação:

O planejamento emerge aqui como 'forma' de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para formar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme como é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da 'integração nacional' (OLIVEIRA, 1993, p. 29)

A política intervencionista na região teve início em 1909 com o objetivo de solucionar os problemas das secas, intensificou-se a partir dos anos de 1930, mas atingiu seu auge no final dos anos de 1950. Dessa vez, o objetivo era modificar seu fraco desempenho econômico até então baseado no modelo agroexportador incapaz de promover o seu desenvolvimento, já que a industrialização iniciada no último quartil do século XIX na forma de usinas e de indústrias têxteis, apresentava esgotamento nas primeiras décadas do século XX devido à subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano.

Ao longo dos anos, o Estado criou órgãos para resolver problemas causados por fatores naturais, para a defesa da produção de alguns setores específicos ou, até mesmo, para acelerar o desenvolvimento da região. Com esses objetivos, na história intervencionista do Nordeste registram-se os seguintes órgãos: o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), de 1909; o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), de 1932; a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), de 1948; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de 1952; a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), de 1957 e a SUDENE, de 1959. Mas cabe aqui dizer que a intervenção governamental no Nordeste, mesmo tendo seu início na primeira década do século XX, somente com a criação da SUDENE assumiu a forma "planejada", sendo um marco quando trata-se de Planejamento Regional no Brasil.

Para um melhor entendimento da função de cada órgão e do papel desempenhada por cada um na formação histórica, econômica e social nordestina, fez-se um relato de cada um deles obedecendo a uma ordem cronológica de criação.

3.2.1.1 O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

A primeira e mais antiga agência governamental com atuação no Nordeste brasileiro é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado pelo Decreto 7.619/1909, com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), passando a ser chamado em 1919 pelo nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), até ser chamado pelo nome atual a partir de 1945. Esta é considerada a primeira manifestação do planejamento do governo para resolver os problemas da economia regional, que, neste caso, não exclusivamente do Nordeste, ele atuaria onde houvesse o problema das secas no país, apesar de suas ações terem se concentrado no Nordeste.

As pesquisas desenvolvidas no início dos trabalhos dessa agência possibilitaram muitos avanços no conhecimento físico da região do semiárido nordestino, entre eles conhecer os limites e as potencialidades do solo, da água, da botânica e de sua flora nativa e da possibilidade de adaptação de outras espécies. De 1909 até por volta de 1959, foi praticamente a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região: construía açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes de energia elétrica, redes telegráficas e usinas hidrelétricas. Foi até a criação da SUDENE o único responsável por socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região. Atualmente se dedica a obras de proteção contra as secas e inundações e à irrigação (DNOCS, [200-?]).

Oliveira (1993) destacou que as atividades do DNOCS serviram para sustentar a estrutura arcaica da região à medida que as barragens, açudes e estradas eram quase sempre construídos em propriedades particulares dos grandes e médios fazendeiros ou próximos aos grandes latifúndios, apenas marginalmente acessíveis aos produtores de culturas de subsistência. A água destinava-se principalmente para o sustento dos rebanhos e as estradas para o transporte do algodão, pois não existia outra cultura economicamente comercializada. Em relação à ocupação da mão de obra durante o período da seca ou nas “emergências”, constituía-se como uma forma típica de acumulação primitiva, pois o pagamento, na maioria das vezes, era feito através do fornecimento de alimentos (farinha, feijão e carne-seca, nem sempre presente). Outra forma de enriquecimento e de reforço das oligarquias através dos recursos do DNOCS era o fornecimento por parte dos fazendeiros e comerciantes locais (em geral a mesma pessoa) dos mantimentos que serviriam para pagamento das frentes de “emergências”, produtos vendidos com os preços mais altos do que se fossem comprados através de fornecedores de fora da região. Se não bastasse, a prioridade de participação nas

frentes de trabalho era dos eleitores dos coronéis, assim como eram inúmeras as obras e trabalhadores fantasmas a utilizarem os recursos disponíveis do Departamento, tudo isso facilitado pelo controle político exercido pelas oligarquias.

3.2.1.2 Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)

A pressão dos grupos de produtores de produtos agrícolas para exportação fez com que o governo criasse órgãos especializados objetivando organizar a produção e a racionalizar a exportação. O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) criado em 1932, teve como objetivo melhorar a produtividade e ganhos do produtor nordestino e proteger a agroindústria de açúcar nordestina através do estabelecimento de cotas de produção por Estado e por empresa. Para Andrade (1984, p. 49), a curto prazo, a política do IAA evitou a queda da produção nordestina, assim como garantiu os preços e a eliminação da concorrência de outras regiões. Mas por outro lado, não foi capaz de transformar a indústria do açúcar em um fator de desenvolvimento para a região nordestina, ao contrário, ela contribuiu para acentuar o desequilíbrio entre esta e as outras regiões do país. A ação do IAA foi desastrosa por viabilizar ainda mais a expansão capitalista no Centro-Sul e imobilizar ainda mais a economia do Nordeste devido ao seu processo histórico (OLIVEIRA, 1993). O IAA foi extinto no governo Collor em 1990.

Em 1948 foram criadas a Comissão do Vale do São Francisco com o objetivo de desenvolver aquele vale fluvial. Entre suas ações, foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) para dar suporte ao desenvolvimento da região, fato que o DNOCS sozinho não foi capaz de fazer. Em 1967 a CHESF foi transformada em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), e depois, em 1974, na Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASP). Atuava em projetos de irrigação, transporte fluvial e na geração de energia. Atualmente voltou a ser chamada de CHESF e tem a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica.

Em 1952 foi a vez da criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com o objetivo de fornecer crédito para promover a industrialização e a infraestrutura da região. A O BNB atuava com uma forma rudimentar de transferência de impostos para a região, mas operava com taxas bancárias não diferenciadas e financiava apenas atividades agropecuárias na área conhecida como Polígono das Secas. Inicialmente não financiava a fraca indústria existente na

faixa litorânea da região, o que não ajudava a minimizar a reprodução do capital, além de ter sido, assim como o DNOCS, capturada pela oligarquia algodoeira-pecuária. Somente após a criação da SUDENE que o BNB passou a modificar sua forma de atuação. Para Andrade (1984), a crítica ao BNB baseia-se no fato de que a política creditícia desenvolvida por este banco veio fortalecer os grandes e médios proprietários, sobretudo os criadores de gado. Assim, ao se referir às políticas oficiais desenvolvidas por esta instituição financeira, afirmou que, se elas não tiveram explicitamente uma orientação conservadora, de consolidação e fortalecimento das estruturas existentes, na verdade agiram neste sentido.

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) foi criada em 1957, época em que a economia cacaueira atravessava forte crise. O objetivo era modernizar e estabilizar a agricultura do cacau no Sul da Bahia. Através das suas ações, a CEPLAC aumentou a produção, a produtividade e o número de empregos na região. Atualmente atua nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso desenvolvendo atividades nas áreas da pesquisa, extensão rural e ensino agrícola. A prioridade atual é a recuperação da economia regional, tanto que para isso a Comissão enfatiza três ações: o combate à "vassoura-de-bruxa", doença que está dizimando os plantios, aumentando o desemprego e causando danos irreparáveis à natureza; a promoção da diversificação vertical e horizontal da atividade agropecuária, com o apoio à implantação de agroindústrias e o plantio e/ou expansão de novos cultivos e; na implementação de ações voltadas para a conservação ambiental, através de parcerias com organizações públicas e não governamentais, visando o desenvolvimento de atividades agroeconômicas sustentáveis e a preservação dos fragmentos florestais remanescentes na Mata Atlântica e na Floresta Amazônica (CEPLAC, 2010).

3.2.1.3 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Foi com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que o Governo Federal procurou ampliar os meios para desenvolver a região através de investimentos em transportes, energia elétrica, recursos humanos, agricultura, colonização e incentivos nas indústrias têxteis, de cimento, adubos e aços. A SUDENE foi criada pelo Congresso Nacional com o apoio principalmente da bancada do Centro-Sul e oposição da bancada do Nordeste no dia 15 de dezembro de 1959 pela Lei Nº 3.692 durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. O temor da perda dos privilégios e do poder das várias

burocracias que articulavam entre os interesses locais e o Governo Federal impediam o apoio da bancada nordestina.

Entre os anos de 1961 e 1963, durante o I Plano Diretor da SUDENE, ocorreram investimentos principalmente em infraestrutura (energia elétrica, rodovias e portos), estudos de hidrologia e hidrogeologia, aproveitamento das bacias dos açudes existentes, modernização da indústria têxtil, aproveitamento do artesanato, modernização da pesca, investimentos em saúde pública e educação de base, levantamentos cartográficos e colonização do Noroeste do Estado do Maranhão. Os investimentos da SUDENE na região cresceram até 1973, a partir daí, apresentaram redução, principalmente nos anos 1980 devido à crise da dívida externa e a alta inflação no país.

O primeiro passo para a criação da SUDENE foi a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956 como o objetivo de elaborar um estudo sobre a situação nordestina. Ao concluir o estudo, em 1959, o coordenador do grupo, o economista Celso Furtado, elaborou um relatório intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, cujo conteúdo culminou com a criação da SUDENE e orientou toda a ação traçada por esse órgão. O relatório é um diagnóstico da situação do Nordeste no fim da década de 1950 e descreveu as principais causas do atraso em que se encontrava a região nordestina frente à realidade do desenvolvimento nacional, basicamente a do Centro-Sul, representado pelo Estado de São Paulo, e trouxe um conjunto de recomendações que, segundo ele, colocadas em prática, levaria à solução definitiva dos problemas detectados na região e iria promover o desenvolvimento da mesma. Em síntese, o diagnóstico apresentava as disparidades existentes entre as regiões do Nordeste e do Centro-Sul e também mostrava alguns fatores que provocavam estas disparidades regionais, assim como apresentava sugestões para que os problemas fossem superados.

Em seu relatório, Furtado (2009)³² apresentou os principais problemas do Nordeste, os quais são descritos assim:

- a) as disparidades nos níveis de renda, sendo este considerado o problema mais sério;
- b) a inferioridade no ritmo do crescimento econômico, este com forte tendência ao crescimento;
- c) o desconhecimento dos problemas nordestinos faz com que as políticas de desenvolvimento agravem o problema da escassez relativa de terras aráveis, da

³² Este relatório foi publicado inicialmente em 1959.

seca, da extrema concentração de renda na economia açucareira, da predominância do setor de subsistência na pecuária no sertão semiárido, do favorecimento da industrialização do Centro-Sul pelos maciços subsídios aos investimentos industriais e da transferência de divisas nordestinas para esta região e da queda das exportações nordestinas;

- d) o tipo de relação que se dá através do fluxo de renda feito pelo setor privado e pelo setor público entre o Nordeste e o Centro-Sul. O governo federal aplica no Nordeste recursos, principalmente na forma de gastos assistenciais, enquanto o setor privado nordestino envia recursos para o Centro-Sul em busca de melhores oportunidades de investimentos. Porém, se a renda do setor privado fosse aplicada na região, criaria capacidade produtiva, aumentaria a produtividade, criaria oportunidades de emprego permanentes e elevaria o nível de vida da população nordestina, o que não ocorre com as transferências do setor público, que por ter um caráter assistencial, quase não provoca efeito na estrutura econômica e na capacidade produtiva;
- e) pouco efeito dos incentivos para o setor exportador (açúcar, algodão, cacau, fumo, couros e peles) no desenvolvimento do Nordeste;
- f) a regressividade do sistema tributário federal, estadual e municipal faz com que a carga tributária do Nordeste seja alta em relação às outras regiões mais desenvolvidas do país e, principalmente, diante do seu nível de renda;
- g) a insegurança da economia nordestina por ter como base a exportação de produtos primários e a falta de uma política de industrialização para a região;
- h) os efeitos das secas eram mais drásticos na região semiárida devido à forma de organização das atividades econômicas, estas representadas pelo plantio de algodão, pela pecuária e pelo plantio de culturas alimentares (culturas de subsistência);
- i) incapacidade de resolver o problema da seca pelas políticas governamentais de curto prazo (caráter assistencial com a distribuição de alimentos) e longo prazo (construção de açudes).

Indiretamente, estas medidas contribuíram para aumentar as disparidades à medida que fixavam na região um excedente demográfico crescente e incentivavam as atividades no Centro-Sul através da aquisição de alimentos, implementos agrícolas e outros instrumentos de trabalho enviados ao Nordeste. De modo geral, as diferenças estruturais entre as duas regiões sustentavam-se basicamente no baixo nível de renda do Nordeste causada, principalmente,

pela escassez relativa do fator terra e pela menor acumulação de capital. Esta última firmemente considerada a causa principal (FURTADO, 2009).

A solução para todos esses problemas está no Plano de Ação apresentado neste mesmo documento, quais sejam:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira através dos incentivos às indústrias de base e às indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida objetivando proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas a fim de elevar sua produtividade e torná-las mais resistentes aos efeitos da seca;
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do “hinterland” maranhense (a parte menos desenvolvida), que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida. A reorganização dessa faixa passaria por duas frentes de desenvolvimento: uma seria a reorganização da economia propriamente dita, o que exigiria a definição dos tipos de culturas, da área a ser cultivada, da quantidade de gado e da quantidade de mão de obra necessária às atividades, bem como o salário que se deveria receber pelos serviços prestados nas fazendas, mudando assim a forma de pagamento por meio da introdução das relações monetárias que, por sua vez, deveria ser utilizada na área de produção de alimentos, caso esta viesse a existir; a outra frente seria a abertura de uma fronteira agrícola na linha de migração espontânea ou pela utilização racional dos vales úmidos da faixa litorânea ou pelo deslocamento da população excedente para o interior maranhense e goiano e a outras regiões, desde que já existisse uma estrutura de transporte.

Furtado (2009) neste relatório defendia que a forma mais segura de desenvolvimento era a industrialização, pois diversificava a produção. Dessa forma, o atraso relativo do Nordeste só poderia ser superado mediante uma política de industrialização. Através da industrialização, o Nordeste poderia dar emprego a sua grande massa de subempregados, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que são transferidos para outras regiões.

Ou seja, defendia uma política de industrialização orientada pela substituição regional de importações, visando à criação de um “centro autônomo de expansão manufatureira”. Porém, o relatório alerta que não só a industrialização seria capaz de modificar a estrutura ocupacional urbana da região e elevar o nível de vida; seria necessário também o deslocamento da fronteira agrícola e da irrigação das zonas áridas, com o objetivo de aumentar a disponibilidade de terras aráveis pelo homem ocupado na agricultura.

Para Andrade (1984), um sentido reformista foi dado com a criação da SUDENE ao anunciar, através do relatório do GTDN, a necessidade de uma reestruturação fundiária que deveria ser alcançada pela implantação de propriedades familiares na região açucareira como pela expansão da fronteira agrícola, assim como pela implantação de obras de infraestrutura e o desenvolvimento da industrialização. “Pela primeira vez um documento oficial admitia que o subdesenvolvimento da região não resultava das condições naturais, mas do processo de crescimento, de povoamento e de exploração destes recursos” (ANDRADE, 1984, p. 52).

Considerando as condições de vida do homem do campo e o precário abastecimento das grandes cidades nordestinas, Andrade (2005, p. 288) salientou que a SUDENE descuidou dos problemas humanos, o que era para primeiro atrair à atenção dos técnicos e do governo, até mesmo antes dos problemas básicos, como a siderurgia e a industrialização, e ainda completou: “realmente, não podemos ser um país forte e desenvolvido, com uma população raquítica, subnutrida e analfabeta”.

A partir de 1964, com o golpe militar, a SUDENE sofreu mudanças estruturais, de prioridades e administrativas, principalmente depois da saída de Celso Furtado. A partir de então, ocorreu um esvaziamento de pessoas capacitadas, de político e de orçamento, ficando as suas atividades quase que restritas à administração do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e das frentes de trabalho, quando da ocorrência de uma seca (DUARTE, 2002). Esta situação decadente da SUDENE durou até o dia 2 de maio de 2001, quando, através da Medida Provisória 2.145, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, essa autarquia foi extinta.

Porém, em 2003, no governo do presidente Lula, o Ministério da Integração Nacional lançou um documento intitulado “Bases para a recriação da SUDENE por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste” em prol da recriação da referida autarquia. Esta recriação fez parte do programa “Um Brasil para Todos” e tinha como objetivo a retomada do planejamento do país (BRASIL, 2003). Segundo o mesmo texto:

O Estado não pode limitar as suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve se pautar por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica em reativar o planejamento, assegurando um horizonte mais longo para os investimentos (BRASIL, 2003, p.5).

A reativação da SUDENE ocorreu no dia 03 de janeiro de 2007, por meio da Lei Complementar nº 125, e tem sua sede na cidade de Recife - PE. Criada como uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integra o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e é vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Sua missão institucional é "promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional" (BRASIL, 2010a).

Assim como ocorreu em 1959, a recriação da SUDENE em 2007 se deu devido às disparidades existentes entre o Nordeste e as demais regiões mais avançadas do país. Dessa forma, tornou-se evidente que as ações da primeira fase dessa Superintendência foram incapazes de dizimá-las, ou até mesmo, eliminá-las, e, por outro lado, confirmou a permanência dessas desigualdades, comprovando a inoperância de algumas ações governamentais no que diz respeito à promoção do desenvolvimento de uma região.

3.2.2 A dinâmica nordestina após a criação da SUDENE

Após a criação da SUDENE, mais precisamente na década de 1960, a dinâmica econômica e social da região nordestina passou a se modificar impulsionada pelos incentivos fiscais, pelos investimentos das empresas estatais do porte da PETROBRÁS e da Vale do Rio Doce, pelos créditos fornecidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), pelo BNB, e pelos recursos de empresas privadas locais, nacionais e internacionais (ARAÚJO, 2000).

Os fundos públicos foram disponibilizados na forma de incentivos fiscais representados pela dedução fiscal, isenção de imposto de renda para certas atividades após sua implantação à medida que utilizavam matérias-primas da região, isenção por parte dos governos estaduais e municipais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e dos impostos sobre serviços, isenções para importação de equipamentos sem similares nacionais, recursos na forma de participação acionária através de recursos do BNDES e/ou do BNB, taxas favorecidas para financiamentos do BNDES e do BNB e

financiamento para a infraestrutura industrial e de saneamento feito pelos Banco Nacional de Habitação (BNH) e Banco Mundial.

Também, no início das suas atividades, a SUDENE concentrou esforços e recursos na realização de estudos e pesquisas sobre a potencialidade dos recursos naturais do Nordeste, principalmente dos recursos minerais, e na ampliação da infraestrutura econômica, com destaque para o transporte e energia elétrica. Tais esforços foram fundamentais para atrair os investimentos privados no setor industrial e no setor terciário para a região, mas para Oliveira (1998) e Araújo (1981), o que atraiu o setor industrial para o Nordeste não foi a mão de obra barata e nem a capacidade de extração dos recursos naturais, mas sim os incentivos fiscais e a ação das estatais. Assim, com a nova dinâmica industrial, o Nordeste ligou-se à dinâmica nacional e conseqüentemente ao processo de acumulação do capital, à ação do Estado e à internacionalização produtiva e financeira.

A dinâmica econômica do Nordeste provocou mudanças no setor agropecuário e no setor industrial. Neste último, houve um aumento na concentração do capital, um aumento da produtividade do trabalho, fazendo com que reduzisse a participação relativa da população ocupada, e uma redução no número de indústrias regionais nas quais a relação força de trabalho e produção era maior. No setor agropecuário se deu a redução da sua participação na formação do PIB regional, o que representou uma queda no poder econômico dos grupos dos proprietários rurais. Porém, isto não significou para esse grupo a perda do poder político. Entretanto, foi na indústria que ocorreram as maiores e mais significativas modificações, com destaque para a mudança no eixo da produção, passando da clássica indústria de produtos alimentícios/têxtil e bens de consumo não duráveis para a produção química/alimentos e bens intermediários, com destaque inicialmente para a produção de açúcar e do álcool destinados ao mercado nacional e internacional (OLIVEIRA, 1993). A desconcentração produtiva do Brasil favoreceu o investimento de capitais privados fora do eixo do Sudeste, buscando a utilização dos recursos naturais de outras regiões, o que favoreceu a dinâmica econômica do Nordeste através da criação de alguns pólos de desenvolvimento agroindustrial e industrial, como o do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, como do complexo minero-metalúrgico e da produção de alumínio no Maranhão, de fertilizantes em Sergipe e da Salgema em Alagoas (ARAÚJO, 2000).

Na dinâmica econômica do Nordeste ganhou destaque a participação do setor público entre as décadas de 1960 a 1980, que direta ou indiretamente puxou e direcionou as atividades da região. O resultado foi uma economia regional complexa com grande diversidade e crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas, representados por áreas de

modernização intensa e por áreas com permanência de velhas estruturas. Entre as áreas de modernização se destacam o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, o pólo agroindustrial de Juazeiro/Petrolina, as áreas da moderna produção de grãos nos cerrados dos Estados da Bahia, Piauí e Maranhão, o pólo de fruticultura no Rio Grande do Norte, o pólo de pecuária intensiva do Agreste pernambucano e os diversos pólos turísticos nas cidades litorâneas. Por outro lado, as velhas estruturas ainda são representadas pelas zonas cacaeiras, canavieiras e do sertão semiárido, onde persiste o padrão dominante do poder econômico, social e político das oligarquias.

Assim como Oliveira (1993), Araújo (1984) concordou que a estrutura industrial nordestina mudou, uma vez que seu crescimento foi conduzido pelos segmentos não tradicionais da indústria nordestina. Para Araújo (1984), este crescimento foi marcado por duas características essenciais: a dependência e a complementariedade. A dependência existiu em relação à expansão industrial brasileira liderada pelo Sudeste, negando dessa forma a efetivação da proposta do GTDN em criar no Nordeste um “centro autônomo de expansão manufatureiro”. A dependência se deu em relação aos recursos financeiros, pois uma pequena parte dos projetos foi financiada por recursos da região; aos mercados de consumo, já que a maior parte da produção era destinada aos mercados externos; ao fornecimento de insumos, já que quase metade da compra de insumos era feita fora da região nordestina; e à compra de equipamentos, pois sua compra se deu, em geral, em outras localidades, principalmente o Sudeste. A complementariedade, na visão dessa autora, ocorreu no momento em que a industrialização nordestina se deu através de agentes extrarregionais constituídos pelos principais grupos nacionais e multinacionais já instalados no Sudeste que foram atraídos para o Nordeste pelo sistema de incentivos, pela disponibilidade de matérias-primas e, até mesmo, pelo mercado existente.

A característica complementariedade industrial nordestina em relação à do Sudeste também é encontrada em Perruti (1984). Para este autor, o próprio modo de produção capitalista se concretizou em espaços e tempos diferentes e que a realidade social, quando tomada na sua realidade, se apresentou desigual na evolução de suas partes. Portanto, dentro do modo de produção capitalista, o “atrasado” existe em função do “moderno” e vice-versa. Pode-se substituir o termo “atrasado” por “periferia” e o “moderno” por “núcleo”, mas a diferença continua apenas no desempenho das funções dentro do processo de acumulação e isso vai originar as discrepâncias regionais evidenciadas nos contrastes encontrados na realidade social. Neste contexto, Perruti (1984) afirmou que a nuclearização da acumulação só

é possível com ajuda da periferia através da função de “complementação”, dada a própria natureza concentradora do capital. Ainda completou:

Na realidade, quando o Nordeste se constitui o maior produtor do Brasil-Colônia, ele não o faz nem em proveito do conjunto brasileiro nem mesmo de si próprio; ele apenas *complementa* a acumulação primitiva da Europa. Da mesma forma, com a divisão internacional do trabalho, no Século XIX, opera-se no Brasil uma divisão regional do trabalho em que o Nordeste, agora e mais uma vez, desempenha um papel de *complementariedade* frente à acumulação do Sudeste, promovida especialmente pelo café e pela industrialização. E é justamente por isso que, nem durante a Colônia, nem no Brasil Estado-Nação, foi possível um processo de acumulação ampliada do capital no Nordeste; é claro que as sobredeterminações não são as mesmas, mas o processo é semelhante (PERRUTI, 1984, p. 17).

Porém, os resultados mostraram que a SUDENE contribuiu para a dinamização da vida econômica nordestina, para o desenvolvimento industrial e dos serviços, para a modernização parcial da agricultura, mas não proporcionou à região um ritmo de desenvolvimento igual às regiões desenvolvidas; ao contrário, a distância entre elas se acentuou. Isso deu porque as classes dominantes e os grupos do Sudeste e as transnacionais souberam aproveitar os instrumentos criados por esta Superintendência em seu próprio benefício, mas, esta não soube criar uma legislação capaz de proteger os empresários da região, para beneficiar e proteger o pequeno proprietário, o trabalhador sem terra e os trabalhadores que foram substituídos pelas máquinas, assim como não soube evitar a substituição das culturas alimentares por grandes lavouras, fazendo com que a dependência nordestina aumentasse cada vez mais da produção do Sudeste. A ignorância dos burocratas sobre o espaço nordestino contribuiu para a criação de desequilíbrios infraregionais tão sérios quanto os interregionais (ANDRADE, 1984).

Segundo Maranhão (1984), a política de desenvolvimento regional posta em prática pela SUDENE apresentou, desde o início, forte “distorção setorial” por concentrar-se em industrialização e em infraestrutura. Quanto aos resultados alcançados, Maranhão (1984) destacou que a industrialização não só aumentou, como também se diversificou, devido aos incentivos fiscais e financeiros oferecidos à indústria; porém, os dois outros pilares do desenvolvimento nordestino, a reestruturação agrícola através do desenvolvimento agrícola e a colonização, ficaram em uma posição secundária, tomando certo impulso somente após 1970. Quanto ao projeto de colonização, o único projeto posto em prática por essa Agência foi o de colonizar o Oeste do Maranhão, mas, mesmo assim, foi um fracasso, pois pretendia, em cinco anos, assentar 2.500 famílias na área, mas em 1972 havia apenas 875 famílias assentadas. No plano agrícola, as ações se concentraram em projetos de modernização e

irrigação, assistência técnica, pesquisa agrícola e programas de extensão, sendo abandonadas as ações para o desenvolvimento do setor primário e a reforma agrária contidas no Plano de Ação.

Para Cano (2007), um dos equívocos da política de desenvolvimento do Nordeste foi querer transplantar para uma região a política cepalina de substituição de importações idealizada para uma nação. Ao se referir aos pressupostos da CEPAL, ainda completou:

[...] Seu principal problema teórico, no que se refere às tentativas de aplicá-lo à dimensão regional de uma nação, consiste em que a concepção 'centro-periferia' só é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estados-nações, e não entre regiões de uma mesma nação, em que a diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifárias e outras, salvo as relacionadas às políticas de incentivos regionais. As regiões, quando muito, guardam marcadas diversidades culturais e históricas, além das decorrentes de suas estruturas econômicas diferenciadas (CANO, 2007, p. 21).

Em geral, os estudos que analisaram o desenvolvimento do Nordeste pós-SUDENE e complementados por programas espaciais após a década de 1970, mostram as transformações econômicas e sociais sofridas por essa região, porém, evidenciam também que os avanços econômicos e tecnológicos ocorridos ao longo das décadas na região não foram capazes de mudar uma realidade social presente desde o início da sua formação econômica.

Para Andrade (1984), o processo de empobrecimento do Nordeste propiciou o movimento migratório da população nordestina que, a partir da década de 1930, se acentuava devido às grandes obras de modernização nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo se intensificado na década de 1960 para outras regiões, principalmente para o Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Brasília. Para Andrade (1984, p. 50) “[...] a política de intervenção do Governo Federal na Região não fora bem sucedida, apesar da dança das siglas que iniciou no começo do século e que ainda não terminou”.

3.2.3 A criação, o desenvolvimento e a formação econômica, social e política do Maranhão

Portugal implantou no século XVI um Império Colonial cuja dimensão ultrapassava seu efetivo poder de expansão e domínio, tanto que a extensão abrangia a costa ocidental e oriental da África até o Oceano Índico e a costa oriental da América do Sul. Por Portugal ter em seu domínio uma área tão extensa, suas colônias desenvolveram características próprias, diferentes do modelo inglês, que resultaram em países desenvolvidos. Por falta de condições de explorar tal extensão, somente em alguns pontos do Império o domínio português se fez

presente através da exploração militar e econômica. No caso do Brasil, prevaleceu a segunda opção na forma de escambo que, inicialmente, utilizou a exploração do pau-brasil.

O Maranhão só se integrou de fato à forma de dominação colonial após a invasão francesa ocorrida no século XVII com o objetivo de criar a França Equinocial³³. Para isso, fundaram, em 1612, São Luís, e tentaram estabelecer com a população indígena uma forma de comércio através do escambo. Para resolver o problema da colonização no Norte³⁴ do Brasil, Portugal elevou o Maranhão à categoria de Capitania, mas os resultados não foram satisfatórios, pois não resolveu o problema de invasão no território. Como forma de manter o seu domínio, Portugal, em 1621, dividiu a área da colônia em dois Estados: o Estado do Brasil, com sede em Salvador e abrangência de Pernambuco até Santa Catarina, e o Estado do Maranhão, com sede em São Luís, formado por uma área que abrangia o que atualmente são os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins, Amazonas, Acre, Mato Grosso e Rondônia. Segundo Botelho (2010), o objetivo da criação desse Estado foi fomentar a colonização da costa Norte para protegê-la de futuras invasões francesas, holandesas e inglesas; explorar economicamente a região através da atividade agrícola; e encurtar o caminho das suas remessas para a Europa devido à proximidade dessa região com o continente europeu. Ao criar este Estado, a coroa constatou o quanto essa região era isolada em relação ao Centro Sul. Segundo Rangel (2008), o isolamento do Maranhão foi quebrado com o uso do navio a vapor, que permitiu vencer as correntes oceânicas e os ventos Alísios, ambos correndo da direção Leste-Sudeste à Norte-Noroeste, pois enquanto existia somente o navio à vela, era mais fácil a comunicação do Maranhão com Portugal do que com Fortaleza, pois antes de se chegar a esta região brasileira, passava-se pelo mar dos Sargaços e Lisboa.

Para Arcangeli (1987), a formação econômica e social do Maranhão pode ser dividida em quatro fases: a conquista e povoamento inicial; a inserção na divisão internacional do trabalho; a “involução” econômica; e a inserção na divisão nacional do trabalho. Em termos temporais, estas fases podem assim serem descritas:

[...] Estas grandes fases indicaria para a primeira o intervalo que vai do início do século XVII até o início da segunda metade do século XVIII; para a segunda, o intervalo que vai dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII até a nona década do século XIX, após um período de progressiva decadência econômica iniciada a partir da segunda metade desse mesmo século; para a terceira, o intervalo compreende entre os últimos anos do século XIX e a década de 40, já no século

³³ A expressão França Equinocial refere-se aos esforços franceses de colonização da América do Sul, em torno da linha do Equador, antes denominada de linha Equinocial.

³⁴ Entre 1573 e 1578, o Brasil foi dividido entre o governo do Norte, com sede na Bahia e o governo do Sul, sediado no Rio de Janeiro (BOTELHO, 2010).

XX; para a última, o intervalo que se inicia com a década de 50 do século XX e termina em nossos dias (ARCANGELI, 1987, p. 92).

Ao longo do século XVII, o Maranhão pouco evoluiu, havendo apenas a expulsão dos franceses, a chegada de alguns casais de açorianos e a instalação de poucos engenhos no Vale do Itapecuru, que produziam açúcar e aguardente de cana-de-açúcar e de mandioca. Nesta fase, o Maranhão encontrava-se indiretamente ligado ao processo global de acumulação primitiva. A atividade econômica da colônia tinha como base os engenhos e a coleta extrativa de alguns produtos, além da pecuária bovina, sendo que a produção de açúcar, a principal atividade econômica do Estado Brasileiro, não tinha maiores reflexos na economia maranhense, apesar de ter possuído 500 engenhos movidos a vapor, força hidráulica ou a tração animal. A mão de obra escassa era o maior empecilho para o aumento da produção, restando aos colonos o uso do trabalho dos índios escravizados. Mas ao escravizar os índios, os colonos entraram em choque com os jesuítas, que, por sua vez, também os escravizavam para realizar o trabalho extrativista. Pela falta de mão de obra, a produção era muito baixa, mal supria as necessidades da população, mas, mesmo assim, os produtores eram obrigados a pagar os tributos à corte metropolitana. Até metade do século XVIII, a economia maranhense apresentava mudanças apenas devido ao pequeno crescimento apresentado nas antigas atividades, porém com o agravante da proibição da escravidão indígena que impedia ainda mais a expansão das atividades. A economia maranhense era tão incipiente que, segundo Viveiros (1954), a introdução da moeda metálica em 1724 nas transações comerciais foi motivo de perturbação no sentido de estabelecer o preço das mercadorias, pois até esta data, a referência monetária era varas ou rolos de pano e libras ou arrobas de cravos ou cacau.

No último quarto do século XVIII, o comércio do Brasil Colônia passou novamente por sérias dificuldades com a queda nas vendas do açúcar e do ouro e com o crescimento da população, atingindo nesse período a menor renda *per capita* de toda a época colonial. A economia brasileira desta época era composta por várias atividades articuladas ou não entre si, mas todas as atividades giravam em torno da economia do açúcar e do ouro, tanto que existia a articulação entre a economia açucareira e a pecuária nordestina e entre o núcleo mineiro e a pecuária do Sul. Ao Norte estavam os dois centros autônomos, o Pará e o Maranhão³⁵. A economia do Pará era exclusivamente extrativista e era organizada pelos jesuítas com base na mão de obra indígena escravizada e constituía-se no único núcleo totalmente isolado, já que o Maranhão, mesmo apresentando um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira

³⁵ No início do século XVIII foi feita uma nova divisão regional no Brasil: existiam agora os Estados do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e São Pedro.

através da periferia pecuária. Nesta época, os três centros econômicos do Brasil eram então a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão. Nesta fase, o Maranhão já está totalmente articulado ao comércio internacional, principalmente para a Europa, e se sustentava na exportação de algodão, arroz e couro.

Desses três centros, o único que prosperou neste período foi o Maranhão por receber uma atenção especial de Portugal através do Marquês de Pombal, que se empenhava em destruir a Ordem dos Jesuítas que atuava no Pará e no Maranhão. Como os colonos maranhenses concorriam com os jesuítas na escravidão dos índios, Pombal resolve aliar-se aos colonos do Maranhão e decidiu criar condições objetivas para desenvolver a colônia maranhense. Para isso, criou uma companhia de comércio altamente capitalizada para desenvolver a região, chamada de Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. A ajuda financeira ajudou na compra de escravos que vieram substituir o trabalho indígena e resolver o problema da falta de mão de obra no Estado, resultando no aumento da produção proporcionada pela expansão da fronteira agrícola através da incorporação de terras de maior produtividade e do investimento na cultura do algodão, produto com grande expansão no mercado internacional. Além da ajuda financeira, a Companhia introduziu o comércio do arroz e do algodão no circuito mundial, aproveitando a crise na produção de arroz pelas colônias inglesas gerada pela Guerra da Independência dos Estados Unidos da América e a oportunidade gerada pelo aumento da demanda do algodão após a Revolução Industrial inglesa. Em troca da garantia do suprimento da mão de obra escrava, de equipamentos, de insumos agrícolas e de crédito aos produtores, a Companhia exigia o monopólio mercantil dos produtos da colônia. Com esses dois produtos, o arroz e o algodão, a colônia maranhense se desenvolveu e se capitalizou. A produção agrícola e pecuária expande-se até as primeiras décadas do século XIX, ganhando maior destaque a produção de algodão por ser o principal produto de exportação. (FURTADO, 1985; TRIBUZI, 2011). As grandes propriedades eram encarregadas da produção para exportação, enquanto a produção de subsistência ficava a cargo dos marginalizados do processo de concentração de riqueza e dos escravos, ambos agregados das grandes propriedades, e se baseava principalmente na produção de milho e mandioca (ARCANGELI, 1987).

O crescimento econômico colonial maranhense trazia implicitamente com ele aspectos que trariam a sua ruína, tais como: o crescimento da economia era comandado “de fora” e “para fora” pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que multiplicava seus lucros na reexportação; o sistema escravista impediu a formação interna de um mercado significativo, já que o número de escravos era superior ao de pessoas livres; a renda gerada

pela população livre através da monocultura de exportação era altamente concentrada em poucas centenas de famílias que transferia para a metrópole o excedente gerado, impedindo, assim, a diversificação da economia e a criação de uma infraestrutura social; a metrópole proibia o desenvolvimento de qualquer outra atividade que não fosse a agrícola ou da agroindústria rudimentar, o que incentivou a permanência desse sistema produtivo, e a própria obrigatoriedade de aquisição dos negros somente pela Companhia exauria a renda gerada pelo sistema produtivo devido o alto preço pago. Resumidamente, a exploração portuguesa e a vulnerabilidade de mercados e dos preços não proporcionaram um desenvolvimento duradouro da colônia maranhense. “[...] O florescimento algodoeiro canalizou para Portugal volume considerado de rendas, no Maranhão deixando, apenas, a marca arquitetônica apreciável, mas economicamente pouca significativa, da área de São Luís e Alcântara” (TRIBUZI, 2011, p. 36).

Do início do período Imperial, em 1822, até quase o final do século XIX, o Maranhão não sofreu mudanças significativas na sua economia continuava a expansão da produção por meio do aumento no número de escravos e cultivo em novas terras. Aproveitando o fim do monopólio português com o término do sistema colonial ampliou o comércio no exterior com as negociações feitas com a Inglaterra e os Estados Unidos, mas, contudo, ainda vulnerável às variações do mercado, dos preços e pelo fato de ter como base da sua economia apenas a produção agrícola para exportação. A principal mudança desse século se deu pela proibição do tráfico de escravos feita pela Inglaterra em 1850, o que fez com que a produção de algodão apresentasse queda. Com a alta dos custos na aquisição de escravos³⁶ e com a estagnação dos preços do algodão no mercado internacional, os produtores reorientaram sua produção para o aumento da produção de açúcar, que apresentava elevados níveis de crescimento até as duas primeiras décadas do século seguinte. Ao longo de todo o século XIX, a agroindústria do algodão e do açúcar cresceu moderadamente, se transformaram em uma empresa rural-mercantil, mas sem nenhuma preocupação em absorver as inovações tecnológicas que viessem garantir a qualidade e o preço dos seus produtos diante da concorrência internacional.

Mesmo passando da condição de Colônia para Província, o Maranhão ainda mantinha o crescimento econômico baseado no mesmo modelo latifundiário-escravista da época colonial: mantinha o sistema de monocultura dependente do mercado externo; permanecia com uma renda altamente concentrada nas classes dos latifundiários e dos

³⁶ O alto custo na aquisição de escravos foi causado pela proibição do tráfico pela Inglaterra em 1850 e pela crescente demanda do Centro-Sul para o trabalho nas lavouras de café.

senhores de engenho, os quais desenvolveram hábitos de consumo que lapidavam grande parte das receitas geradas pelas exportações; mantinha na produção agrícola e agroindustrial um nível tecnológico primitivo diante do mercado internacional, o que resultava em uma qualidade inferior dos produtos de exportação, e ainda mantinha a ausência de um mercado interno e uma demanda pouco diversificada, assim como no período colonial. Somam-se aos problemas internos, a ineficiência do poder público local e a indiferença do governo imperial, cujas atenções eram voltadas para a região cafeeira e para setores produtivos de dinamismo mais recente através da política monetária, creditícia e cambial (TRIBUZI, 2011).

Diante disso, pode-se entender o quanto foi devastadora a completa abolição dos escravos no Brasil em 1888 para a economia maranhense, pois estes, além de trabalharem na lavoura, se transformaram em outra fonte de renda para a classe dominante através de sua venda para outras Províncias que pagavam os elevados preços depois da proibição feita pela Inglaterra. Sem os escravos, voltou o problema da falta de mão de obra, que devido ao clima e à carência financeira impossibilitou o Maranhão de optar pela imigração europeia como fez a região cafeeira. A abolição da escravatura não se refletiu negativamente só na produção maranhense, mas também na sua formação social. Segundo Rangel (2008), enquanto no restante do país, principalmente o Sudeste, a abolição dos escravos serviu para se passar da escravidão para o feudalismo, que segundo esse autor era um modo superior de produção, no Maranhão ocorreu “um passo atrás”, caracterizado pelas duas formas de organização escolhidas pelo negro liberto: a cubata, forma legalizada de quilombo, e o nomadismo, copiado dos índios.

Diante dessas condições, alguns empresários rurais, para salvarem o capital acumulado até então, resolveram passar do setor rural para o setor industrial, tentando acompanhar a plena expansão no Sul do País. Mas a modernização atrasada custou caro para os empresários maranhenses, e o que se registrou foi o completo endividamento financeiro e um breve euforismo industrial.

A loucura de transformar o Maranhão agrícola num Estado industrial só terminou em 1895, quando se esgotaram tôdas as possibilidades financeiras da nossa terra. Então tínhamos um parque industrial composto de 17 fábricas pertencentes a sociedades anônimas e 10 que eram de particulares, sendo 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente (VIVEIROS, 1954, p. 558).

A decadência industrial pode ter ocorrida pelo despreparo administrativo, pela desvalorização da moeda e até mesmo pela relação de trabalho entre o empresário e o escravo liberto, “estes por condenação subcultural; aqueles por hábito de considerar o escravo como instrumento inconsciente de produção, ao nível da sobrevivência de tão baixo custo de manutenção, que permitiam lucros satisfatórios mesmo com atraso tecnológico” (TRIBUZI, 2011, p. 47). Por outro lado, como foi visto, o setor têxtil se destacava entre as indústrias maranhenses e propiciaram o crescimento de vários bairros nas cidades de São Luís, Caxias e Codó, onde se concentraram as unidades fabris, ajudando, assim, a formação de uma classe operária pobre e desqualificada, composta em sua maioria por mulheres e crianças pertencentes à camada urbana empobrecida ou de pessoas deslocadas do campo.

O Maranhão entrou no século XX sem boas perspectivas. Contava com uma grave crise no setor agrícola, novamente sustentada pela produção do algodão; por uma pecuária extensiva que não evoluiu ao longo das décadas e por uma indústria baseada principalmente no setor têxtil, cuja produção era superior ao que o mercado local podia absorver devido à falta de um mercado local e pela baixa capacidade financeira, pois a relação de trabalho entre o latifundiário e o trabalhador rural continuava sendo feita de forma primitiva, com base no trabalho dos foreiros e sem pagamento de salários na forma de moeda. Por outro lado, a falta de uma barreira protecionista nacional e internacional e uma política de qualidade e de diversificação da produção estatal, agravava mais ainda a situação, pois os produtos maranhenses sofriam com a concorrência de produtos de outras regiões, pois a produção têxtil local era de qualidade inferior quando comparada com produtos externos devido à péssima qualidade na produção, beneficiamento e armazenamento do algodão local, bem como o Estado não soube aproveitar a incipiente integração nacional para fornecer carne e cereais para os Estados carentes destes produtos.

A partir da primeira década desse século, o Maranhão apresentou uma economia totalmente decadente, apresentando em alguns curtos períodos uma ligeira revitalização. A primeira delas se deu entre 1917 e 1923, causada pelo incremento na demanda e do preço do algodão, do aumento no preço dos tecidos e no couro e do crescente aproveitamento da amêndoa do babaçu, produto que entrou no circuito do comércio internacional a partir da Primeira Guerra Mundial. Porém, nos anos subsequentes, a economia maranhense, que no início do século XIX era uma das mais prósperas do Brasil, ocupava uma posição modesta, até mesmo dentro da região Nordeste, que também se encontrava em profunda crise econômica desde que a economia do açúcar perdeu espaço para a economia cafeeira e a industrialização do Sudeste. Outro surto de valorização aconteceu no final da década de 1930,

principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, por causa do aumento da demanda e dos preços do algodão, tecidos e babaçu. No período pós-guerra até a década de 1950, a economia maranhense apresentou novamente declínio que, assim como em períodos anteriores, dependia da produção agroexportadora e dos preços externos. A situação agrícola se agravava cada vez mais por não apresentar aumento da produtividade da terra e nem do trabalho, os solos cada vez mais exauridos e sem condições de expandir a fronteira agrícola devido à deficiência nos transportes e pela permanência do uso de técnicas primitivas de produção. Por outro lado, o parque industrial têxtil se decompunha por causa da péssima qualidade do algodão produzido e pela ineficiência tecnológica das máquinas e equipamentos.

A partir do final dos anos de 1950, a integração do Maranhão com o desenvolvimento do Brasil começou a se concretizar por meio da construção de rodovias que ligariam o Maranhão com outros Estados, como as rodovias Belém/Brasília, a São Luís/Belém e a São Luís/Brasília. As rodovias permitiram o uso de novas áreas de terra, a integração econômica com o restante do Nordeste e com outras regiões do Brasil, assim como, intensificar o processo de imigração iniciado no final da década de 1940 com a chegada de alguns nordestinos, que foi incrementado com o programa de colonização da SUDENE na década de 1960. Segundo esse Órgão, as terras destinadas a essa ocupação seriam as localizadas no Oeste maranhense, pois seriam terras ociosas. As pessoas que ocupariam esta área seriam aquelas que sobrariam após a reestruturação produtiva da região do semiárido nordestino e teriam como função aumentar a produção de alimentos para consumo na região urbana industrializada e assim, ajudar no desenvolvimento industrial dos grandes centros nordestinos. Segundo Furtado (2009, p.163), “com a expansão territorial, na direção das terras úmidas maranhenses, diminuirá o desequilíbrio entre os fatores mão de obra e terra, que hoje caracteriza a economia nordestina”. Ao se referir à região úmida maranhense, Furtado (2009) fez a seguinte descrição:

[...] Prevalecem condições de vida extremamente precárias. São regiões semi-isoladas, com grau mínimo de integração numa economia de mercado, com técnicas de trabalho e formas de organização da produção extremamente rudimentares – de maneira geral inferiores às que prevalecem na região semiárida. Deslocar populações nordestinas para essas regiões, sem antes modificar o sistema econômico que aí existe, é condenar essas populações a condições de vida de extremo primitivismo (Furtado, 2009, p. 150).

No entendimento de Furtado (2009), mesmo sem a seca, a região úmida maranhense devido ao seu isolamento, era dependente de uma economia de subsistência maior que a existente no semiárido, e por falta de uma atividade econômica, como a pecuária e o algodão,

sofria ainda mais pela falta de uma economia monetária. Assim, para que as terras do interior maranhense pudessem ser vinculadas à economia nordestina, seria necessário vincular sua produção a mercados acessíveis, tornando o desenvolvimento da comercialização uma etapa básica para o plano de colonização, vinculando a produção ao mercado consumidor. Por esta concepção de desenvolvimento, por ser uma área de transição e para ajudar a por em prática as ações desenvolvimentistas, o desenvolvimento maranhense também foi impulsionado pelas ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Ambas, a SUDENE e a SUDAM, agiram basicamente na melhoria da infraestrutura e sob a forma de financiamentos de projetos agropecuários e na agroindústria para beneficiamento do babaçu.

Durante a década de 1960, a ocupação das terras no Maranhão se deu através das áreas de matas às margens dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Tocantins e Turi e de forma espontânea, sem interferência institucional para regularizar a sua posse e o seu uso. A nova fronteira agrícola era formada por pequenas unidades familiares que proporcionaram o aumento na exploração do extrativismo de babaçu e, sobretudo, um aumento considerável na quantidade da produção de cereais, principalmente o arroz. O aumento da produção e mais os incentivos fiscais e de crédito proporcionaram ao Estado um novo perfil industrial representado pelas indústrias de beneficiamento da amêndoa de babaçu e usinas de beneficiamento do arroz, o que o colocaram na posição de grande exportador de arroz, de óleo e de torta de babaçu para todas as regiões brasileiras. Nesta época também há uma melhoria na pecuária estadual através de uma prática menos extensiva e da melhoria das raças no rebanho, principalmente nas regiões do Mearim e Tocantins.

Presenciou-se por toda essa década uma reestruturação no setor rural maranhense, enquanto, ao mesmo tempo, ocorria a permanência na estagnação do setor urbano. Poucas modificações eram percebidas no setor industrial, que, além do beneficiamento do arroz e do babaçu, contava com poucas novas indústrias, estas do setor de celulose e papel (CEPALMA), de trigo, de cimento (ITAPECURU) e de roupas (SUDENVESTE). No setor de serviços, ainda muito incipiente, se destacava a expansão do subsetor público e de crédito, todos dependentes do setor agrícola através dos tributos e do financiamento e da compra da produção de arroz e de babaçu. Portanto, conforme o que foi encontrados em Tribuzi (2011), o desenvolvimento do Estado, principalmente a partir de 1967, época de grande reativação econômica, não foi satisfatório quando se consideram as desigualdades regionais e crescimento do PIB abaixo da média nacional. Essa afirmação foi explicada pela seguinte síntese:

[...] Em síntese, a mobilidade espacial decorrente do acesso às terras públicas quebrou a rigidez do anterior regime de relações de produção (latifundiário feudalizante) e melhorou relativamente a renda do produtor rural, mas a falta do poder público para transformar ocupantes em proprietários rurais, impediu que estes colhessem o total de benefícios implícitos na nova estrutura; permitiu o florescimento da grilagem, restringiu a capitalização dos produtores ao menor número, enquanto o maior número era compelido ao nomadismo predatório; facilitou a ocupação, pela pecuária, das terras desbravadas de melhor utilização na agricultura; manteve restrito o mercado consumidor de produtos industriais; proporcionou a formação de uma nova classe mercantil/especuladora, que foi a grande beneficiária de todo o processo de mudança da geografia econômica e das novas relações de produção (TRIBUZI, 2011, p. 66).

Dessa forma, o desenvolvimento econômico do Maranhão chegou à década de 1970 ainda impulsionado pelas atividades agroindustriais do arroz e do babaçu, mas ambas atividades em decadência. A primeira, devido à concorrência externa, e a segunda, por causa da escassez de matéria-prima devido ao volume de palmeiras derrubadas para abertura de grandes áreas para formação de pastos e/ou grandes plantios nas propriedades rurais, agora de tamanho bem maiores. O setor de serviços ainda era uma representação da década anterior.

Sem um setor industrial dinamicamente expansivo, capaz de ampliar a massa urbana de consumidores efetivos de bens e serviços, o setor terciário só encontra condições de inflar-se no paternalismo público e nas formas de subemprego urbano; o primeiro, restritivo da capacidade de investir do poder público, e, o segundo, apenas capaz de tornar mais numeroso o subconsumo e sem condições de alterar o perfil da demanda de bens industriais e serviço (TRIBUZI, 2011, p. 69).

A consolidação das grandes propriedades rurais em detrimento das propriedades familiares agravou ainda mais a luta pela posse da terra que teve início ainda nos anos 1960 entre proprietários de pequenas áreas, índios, fazendeiros, madeireiros, mineradoras e grandes empresas agropecuárias. Os conflitos se acentuaram ainda mais com a Lei de Terras, de 1969, conhecida como “Lei Sarney de Terras”, que objetivava ordenar a ocupação de terras do Estado através do assentamento de famílias de colonos e também atrair grandes empresários para propiciar a modernização do campo maranhense e trazer o desenvolvimento para estas áreas. O resultado foi o aumento dos conflitos, a grilagem e a compra de imensas extensões de terras por grandes empresas incentivadas pelos preços baixos e incentivos fiscais dados pelo governo estadual. A “Lei Sarney de Terras” favoreceu uma maior concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, fortalecendo a cultura coronelista e a exploração dos trabalhadores rurais que, expulsos de suas terras, serviam de mão de obra barata para o trabalho das grandes empresas, trabalho este que, até hoje em muitos casos, ainda é escravo.

[...] Antes da SUDENE, a inserção do Maranhão no mercado nacional se fazia via a expansão da fronteira agrícola comandada por pequenos produtores, não proprietários, que se dedicavam, basicamente, à produção de arroz destinado ao abastecimento dos núcleos urbanos do Centro-Sul. Posteriormente, na década de 70, com a política regional ativa, baseada nos incentivos fiscais e créditos subsidiados, outras atividades, como a pecuária e depois a soja, assumem esse lugar do arroz e da agricultura familiar. Os atores sociais desse processo também são outros: saem os posseiros e entram os pecuaristas/proprietários fundiários da pecuária de corte (MESQUITA, 2007, p. 33).

Portanto, evidencia-se no Maranhão que o esforço do governo federal não resultou no desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, social baseado em uma industrialização autônoma como idealizado pela SUDENE, repetindo os mesmos resultados encontrados em todos os Estados nordestinos. Cabe ressaltar também que as novas áreas ocupadas na década de 1960 através do processo de colonização e/ou melhoria da infraestrutura de estradas formaram as regiões de maior ocorrência de conflitos agrários, uma luta entre os primeiros ocupantes (os agricultores familiares) e os grileiros (grandes pecuaristas e fazendeiros).

Assim, a economia maranhense saiu da década de 1960 e entrou na década de 1970 trazendo uma estagnação histórica e um setor agrícola caracterizado pelo plantio de culturas de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca), pela utilização de práticas de plantio rudimentares, pela baixa produtividade e por uma, nunca vista grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, persistindo a cultura coronelista e a exploração dos trabalhadores rurais. Dessa forma, o desenvolvimento do Maranhão, ao longo das décadas de 1970 e 1980, seguiu o mesmo sentido da política nacional de desenvolvimento, cujo objetivo era o aumento da produção e ocupação de algumas áreas ditas ociosas na visão capitalista, onde o aumento da produção significava crescimento econômico, correção de distorções setoriais e, principalmente, reprodução e ampliação do capital (MESQUITA, 2007).

Mais especificamente na década de 1980, já sob a nova estratégia capitalista com base na acumulação flexível e na concepção neoliberal, o Estado abriu suas portas para a instalação de grandes investimentos nacionais e multinacionais e adotou a prática de incentivos fiscais e facilidades creditícias para atrair investidores na área agropecuária, minero-metalúrgica e da siderurgia, fato que proporcionou a vinda de grandes empresas para o Estado. Porém, somente com a implantação do Projeto Grande Carajás (PGC) e dos projetos da Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão), da monocultura da soja e da revitalização da pecuária o Estado entrou realmente no processo do comércio mundial através das suas atividades de produção e comercialização. Entre estes projetos, destacam-se dois grandes projetos implantados no município de São Luís, a capital do Estado: o Projeto Grande Carajás, desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce, hoje denominada Vale, cujo

objetivo é o transporte e embarque do minério de ferro, e o Projeto Alumar, cujo objetivo é a produção de alumina e alumínio.

O projeto pioneiro e que proporcionou o grande impulso econômico foi o Projeto Grande Carajás, implantado entre os anos de 1979 e 1986, e que propiciou a vinda de outros grandes projetos, tais como os projetos minero-metalúrgicos, agropecuários e de reflorestamento, que se instalaram ao longo dos municípios que sofreram influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e do Programa Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, lançado pelo Governo Federal em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, com o Centro Nacional de Pesquisa de Soja (EMBRAPA-CNPSO), com governos estaduais e instituições financeiras. A partir deste momento, o Maranhão passou a atrair empresários nacionais e multinacionais devido aos incentivos fiscais por parte do Governo Federal e Estadual, a facilidades de acesso ao mercado externo e a uma grande infraestrutura para escoamento da produção, sendo estes últimos proporcionados pela estrada de ferro e pela estrutura do Porto de Ponta da Madeira, em São Luís.

A justificativa do Governo para a instalação desses projetos foi a de transformar economicamente o Estado através da implantação de um pólo exportador e de proporcionar a inclusão social e o desenvolvimento regional via geração de emprego e renda, que, pelos cálculos do governo, seriam gerados cerca de um milhão de empregos diretos e indiretos, fato que gerou uma grande euforia na população local e dos Estados vizinhos, fazendo com que houvesse um aumento populacional, principalmente em São Luís, assim como a redução da população rural em relação à população urbana no Estado, principalmente a partir da década de 1980 (Tabela 1). Também pode-se perceber que os maiores crescimentos na população ocorreram entre as décadas de 1950 e 1990, principalmente entre 1950 e 1960 (57%) e 1970 e 1980 (34%), justamente períodos de maiores tentativas de promoção do desenvolvimento estadual através do incentivo às migrações e da implantação dos grandes projetos, respectivamente. Por outro lado, a população urbana apresentou maior crescimento a partir da década de 1980.

Tabela 1 – Evolução da população maranhense entre 1940 e 2010

ANO	POPULAÇÃO					
	Total	Taxas de Crescimento (%)	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural.(%)
1940	1.235.169	-	185.552	1.049.617	15	85
1950	1.583.248	28	275.491	1.307.757	17	83
1960	2.492.139	57	448.509	2.043.630	18	82
1970	2.992.678	20	753.466	2.239.212	25	75
1980	3.996.444	34	1.254.830	2.741.614	31	69
1991	4.930.253	23	1.972.421	2.957.832	40	60
2000	5.651.475	15	3.364.070	2.287.405	60	40
2010	6.569.683	16	4.143.728	2.425.955	63	37

Fonte: IPEA [2011?]

É inegável que os projetos de desenvolvimento implantados no Estado tenham provocado mudanças na sua economia, tais como o crescimento do PIB e a inserção no mercado externo dos produtos do Estado, mas também não se pode negar uma maior taxa de urbanização e as modificações no perfil produtivo, provocadas pela introdução de algumas atividades, como, por exemplo, a soja e o eucalipto. Trabalhos que analisaram determinadas regiões e/ou projetos, como, por exemplo, os realizados por Tsuji (1993), Anjos (1997), Régis [200-], Brito et al (2005), Barbosa (2006), Santos (2009) e Mesquita (2007), mostraram que a estratégia de desenvolver o Maranhão por meio da introdução do grande capital no campo e na industrialização pode ter provocado pouca influência nos resultados econômicos e sociais do Estado, fato este que pode ser explicado pela internacionalização do capital, além de poder ter provocado uma maior desigualdade entre as regiões do Estado, a qual foi representada por:

- a) uma maior concentração fundiária, o que provocou conflitos pelo uso da terra;
- b) redução da produção de alimentos, principalmente arroz e mandioca, culturas importantes para o sustento e manutenção da agricultura familiar do Estado;
- c) redução do extrativismo do babaçu, cuja atividade perdeu ao longo dos anos seu valor econômico, mas que para muitas populações, e principalmente para as mulheres, tinha um valor político, social e preservacionista;
- d) aumento do desmatamento, iniciado com a pecuária na década de 1970 e incrementado com a cultura da soja e produção de carvão vegetal para fabricação do ferro gusa;
- e) aumento na concentração da renda;
- f) elevação do custo de vida para a população nativa;
- g) aumento da concentração nas sedes dos municípios da população deslocada do meio rural para a periferia das cidades.

A opção do Maranhão em investir em grandes projetos, como os projetos voltados à siderurgia, à soja e a pecuária empresarial e a de abandonar a agricultura familiar, pode ter adiado a oportunidade de melhorar não só economicamente, mas também as condições sociais no Estado como um todo através da geração de emprego e aumento da renda, pois esses projetos se instalaram em alguns municípios, enquanto a agricultura familiar está presente em todos os 217 municípios.

Assim, o crescimento econômico que o Estado apresenta reproduz o modelo agro-exportador e industrial iniciado na década de 1950 no Brasil, cujos resultados, comprovadamente, não ajudaram na redução das desigualdades regionais, não chegaram a estabilizar a pobreza e, em muitos casos, contribuíram para o aumento da miséria de sua população. Neste contexto, evidencia-se a distinção entre o processo de desenvolvimento regional e o processo de crescimento econômico.

[...] a localização e a implantação de novas atividades econômicas numa região podem elevar os seus níveis de produção, de renda e de emprego, a um nível mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social. (HADDAD, 1999, p. 9).

Nos textos de Furtado (1985), Rangel (2008), Katz e Lima (1999), Botelho (2010) e Tribuzi (2011), encontram-se algumas justificativas que tentam explicar o porquê das estratégias de desenvolvimento aplicadas no Maranhão ainda não terem conseguido modificar a sua situação econômica e social diante dos centros mais desenvolvidos do País. Entre elas, destacam-se que os resultados alcançados são frutos da sua formação colonial e de seu isolamento em relação ao resto do país, fato evidenciado pelas grandes distâncias que separam o Estado de outros centros econômicos. Atualmente, não cabe mais o argumento da distância e do isolamento, pois os sistemas de transportes e de comunicação derrubaram estas barreiras. Resta, então, a formação colonial para explicar os baixos resultados econômicos e sociais alcançados pelo Estado até os dias atuais, e, principalmente, por fazer parte desse passado, a trajetória maranhense dentro do capitalismo e a permanência até hoje dos resquícios do poder político das oligarquias que dominam o Estado.

Para Durans (2007, p. 7), “a posição de ‘atraso’ em relação aos outros Estados e regiões é profundamente vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho”. Ainda completou:

Partimos da compreensão de que desde sua gênese, o capitalismo tem se gestado como um sistema global, que se desenvolveu de país a país, de continente a continente, passando por fases sucessivas (comercial, industrial, financeiro, monopolista), ora convocando algumas regiões e continentes para participarem

diretamente dos ciclos de acumulação, ora aparentemente “excluindo”, o que chamaríamos de uma participação subordinada, definida segundo os interesses capitalistas dominantes e os estágios de desenvolvimento das forças produtivas. [...] Nesse sentido é que entendemos os diversos momentos e diferentes papéis cumpridos pelo Estado do Maranhão nas distintas etapas do desenvolvimento capitalista, seja nos momentos de industrialização no século XIX, seja no desenvolvimento das culturas do arroz, da cana-de-açúcar, do algodão, seja na industrialização recente (DURANS, 2007, p. 7).

Diante desse contexto e relembando a característica da complementariedade do crescimento industrial nordestino destacada por Perruci (1984) e Araújo (1984), pode-se dizer que o Maranhão apenas cumpriu e cumpre o seu papel de “crescimento complementar” dentro da evolução do capitalismo brasileiro e mundial.

Portanto, mediante à realidade econômica e social evidenciadas pela revisão da história política, econômica e social do Maranhão, pode-se afirmar que o Estado continua pobre, com algum destaque em relação a alguns outros Estados do Norte e Nordeste, mas, em geral, são taxas muito pequenas quando comparadas com as regiões mais desenvolvidas, como o Sul e o Sudeste.

Pode-se afirmar também que a revisão sobre o desenvolvimento e a origem das desigualdades no Brasil, assim como da formação econômica, social e política do país, do Nordeste e do Maranhão, confirma que o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras foi historicamente construído e se consolidou a partir da década de 1950 com a intensificação do processo de industrialização, opção escolhida para promover o desenvolvimento nacional. Dessa forma, fica evidente que não se pode analisar a dinâmica do desenvolvimento de uma região, e no caso desta tese, dos municípios do Estado do Maranhão, sem recorrer a fatores históricos da sua formação econômica, política e social. Assim, ao se fazer um resgate desses fatores, têm-se subsídios para também ajudar a explicar os resultados dessa pesquisa.

4 OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO

Após a revisão teórica sobre as teorias e pensamentos do desenvolvimento regional e sua evolução ao longo das décadas, torna-se necessário descrever o que se denominou nesta tese de “grandes projetos de desenvolvimento” implantados no Maranhão.

O Estado do Maranhão, a partir da década de 1970, principalmente, na década de 1980, apoiou o seu processo de desenvolvimento em quatro grandes projetos: o projeto da modernização da pecuária, o projeto da Vale, o projeto da Alumar e o projeto da monocultura da soja, sendo que a Vale e a Alumar fazem parte do Programa Grande Carajás (PGC). Como características comuns, todos receberam fortes incentivos fiscais e creditícios e ocupam imensas áreas na zona urbana ou na zona rural do Estado. Para maior conhecimento desses projetos, segue uma caracterização individual de cada um deles.

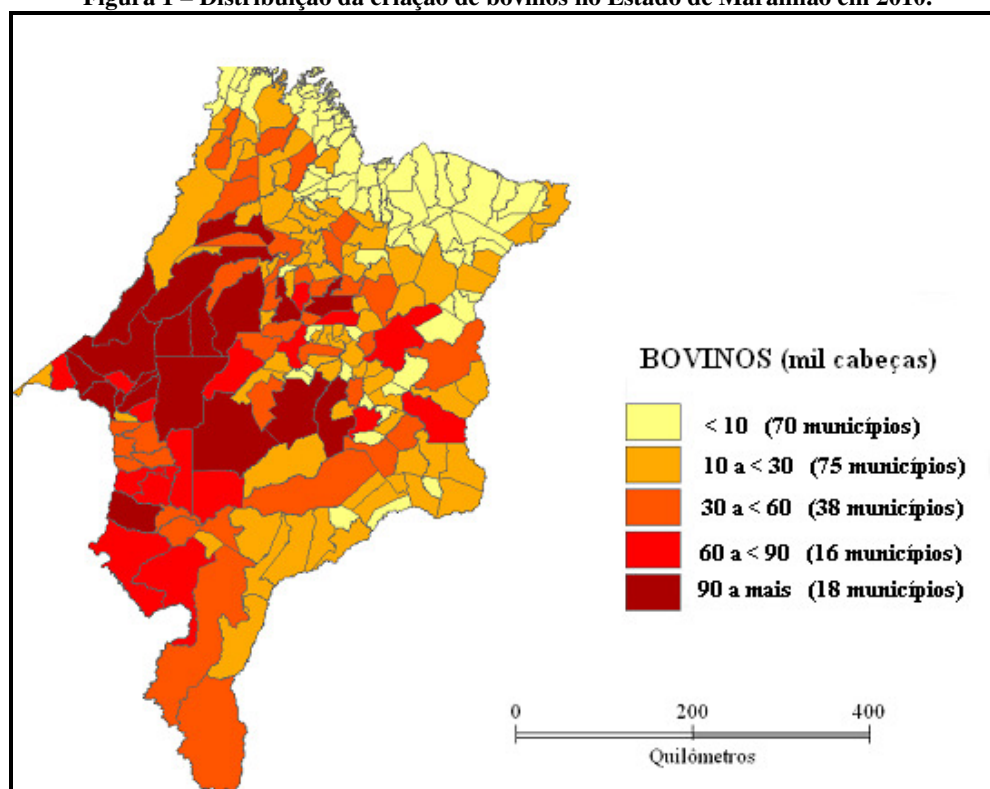
4.1 PROJETO DA MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA

A pecuária no Maranhão foi introduzida por cerca de 200 famílias de açorianos que em 1621 se instalaram às margens do Rio Itapecuru. Entre 1750 e 1850, ocorreu a penetração do gado na região Sul do Estado através da passagem de tropas que vinham da Bahia em busca de pastagens nativas no sertão maranhense. Até a década de 1960, a pecuária cresceu a um ritmo lento e se concentrou nas regiões de campos naturais do Norte, Leste e Sul do Estado, regiões de ocupações mais antigas. Cerca de 88% e 77% do rebanho se concentravam nestas mesorregiões em 1940 e 1960, respectivamente. A partir de 1960, ocorreu uma intensa ocupação de terras por grandes proprietários e/ou empresas agropecuárias, transformando grandes extensões de terras em pastagens, consolidando, assim, as relações capitalistas no campo. Toda essa transformação foi proporcionada pelos incentivos fiscais, políticas públicas e projetos governamentais disponibilizados na época para promover a ocupação e o desenvolvimento regional. (PORRO; MESQUITA; SANTOS, 2004). Para Arcangeli (1987), a expansão maranhense da economia do gado se deu com grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros através do acúmulo de grandes extensões territoriais, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários, por meio da prática da grilagem de terras³⁷ e pelos incentivos fiscais distribuídos aos projetos agropecuários pela SUDENE e SUDAM.

³⁷ Grilagem é uma prática muito comum no Nordeste, na qual, por meio ilegal com conivência dos cartórios, se apresenta um documento falso de dono por direito de terras devolutas ou ocupadas por terceiros.

Dados de 2010 comprovam o grande crescimento da atividade no Estado e mostram que o rebanho do Estado é de 6.979.844 cabeças, número que representa 3,33% do rebanho brasileiro e 24,27% do rebanho nordestino. Entre as atividades ligada à produção animal, esta é a mais importante, tanto que está presente em todos os 217 municípios. O maior número de cabeças está na mesorregião Oeste, seguida pelas mesorregiões Centro, Sul, Leste e Norte com 46,22%; 22,51%; 12,03%; 10,05% e 9,19%, respectivamente. A abertura e pavimentação de estradas realizadas nas mesorregiões Centro e Oeste do Estado promoveram o crescimento do rebanho e o investimento por parte dos produtores na atividade pecuária, fato que contribuiu para que desde a década de 1980 essas regiões ganhassem um lugar de destaque na produção estadual. Os menores rebanhos estão principalmente nas mesorregiões Norte e Leste e tem uma grande presença na agricultura familiar (Figura 1) (IBGE, 2011c).

Figura 1 – Distribuição da criação de bovinos no Estado de Maranhão em 2010.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Nota: Programa Terra View 4.2.0.

O rebanho bovino no Maranhão está distribuído por todos os municípios e por toda a população rural, desde o pequeno e o médio produtor até o grande empresário comercial. A pesquisa realizada por Porro, Mesquita e Santos (2004) nos vales dos rios Mearim e Pindaré, identificou os seguintes grupos de produtores nas regiões estudadas, mas que em geral podem

representar o Estado como um todo: camponês agroextrativista, produtores familiares, produtores assentados, empresários familiares, fazendeiros (predominância do trabalho assalariado e engorda do gado), fazendeiros tradicionais (pecuária de corte) e fazendeiros modernizadores (pecuária de corte e de leite). Conseqüentemente, as formas de criação também são diversificadas, encontrando-se desde o gado criado solto, ocupando principalmente as capoeiras, até as grandes fazendas, onde há o uso de modernas tecnologias.

Na pecuária empresarial, a criação se destina à produção de carne e leite, porém mais recentemente, a partir de junho de 2008, os animais estão sendo exportados vivos para abate na Venezuela e Líbano pelo porto de Barcarena/PA. Além da carne e do leite, o couro tornou-se um produto disputado no mercado, assim como o sebo, as vísceras e tudo o que servir para as indústrias de alimentação animal e farmacêutica. Porém, a carne é o produto mais importante, tanto para o mercado interno como para o mercado externo.

Os principais problemas da atividade pecuária no Estado surgiram desde a década de 1960, sendo que o maior deles é a concentração de terras e, conseqüentemente, expropriação de inúmeros povoados formados por camponeses, principalmente a partir da Lei de Terras de 1969. Em conseqüência da posse de extensas áreas, surgiu a concentração de renda; os conflitos agrários entre os proprietários e os pequenos produtores que vivem da pequena produção (em muitos casos puramente de subsistência) e do extrativismo do babaçu e; por fim, o excessivo desmatamento e queimadas objetivando a abertura de novas áreas de pastos ou a manutenção dos já existentes.

4.2 PROJETO DA VALE

O projeto de exploração mineral, conhecido como Programa Grande Carajás foi implantado entre os anos de 1979 e 1980, tendo sido aprovado pelo Decreto-Lei nº 1.813 no governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo pela então estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce criada em 1942 com o intuito de controlar a exploração de minérios no país. O Projeto abrange uma área de 900 mil km² distribuídos entre o Sudoeste do Pará, o Norte de Tocantins e o Oeste do Maranhão, este último com 40% de seu território envolvido no Programa. O objetivo era a integração da Amazônia e o pagamento da dívida externa, conseqüentemente, resolver os problemas sociais e econômicos do país, e, para isso, buscava atrair investimentos estrangeiros que pudessem ajudar a superar a profunda crise financeira que o Brasil passava.

Apesar de o PGC ser realmente implantado na década de 1980, desde a década anterior o Brasil já realizava ações visando a exploração mineral no país. Uma dessas ações foi denominada de Projeto Radam Brasil (Radar da Amazônia), que tinha como objetivo mapear a Amazônia, principalmente realizar um levantamento dos recursos minerais e de aptidão dos solos (SANTOS, 2009), já que desde a década de 1960, pesquisas mostraram a riqueza mineral da Serra dos Carajás, na qual existem jazidas de minério de ferro, ouro, estanho, bauxita (nome dado ao minério de alumínio), manganês, níquel e cobre.

Para execução do mega projeto, o governo federal contou com três órgãos: o Grupo de Execução das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que tinha por objetivo disponibilizar e controlar as terras necessárias para a execução do projeto nos três Estados envolvidos; a SUDAM e o Banco da Amazônia (BASA). Juntos, tinham a incumbência de aprovar e financiar os projetos. Coube ao governo brasileiro financiar 75% do Projeto, construir a infraestrutura necessária (energia, estradas, portos etc), disponibilizar mão de obra e fornecer incentivos tributários e financeiros. O Programa também contou com a ajuda internacional, principalmente com as pesquisas e investimentos dos Estados Unidos e do Japão.

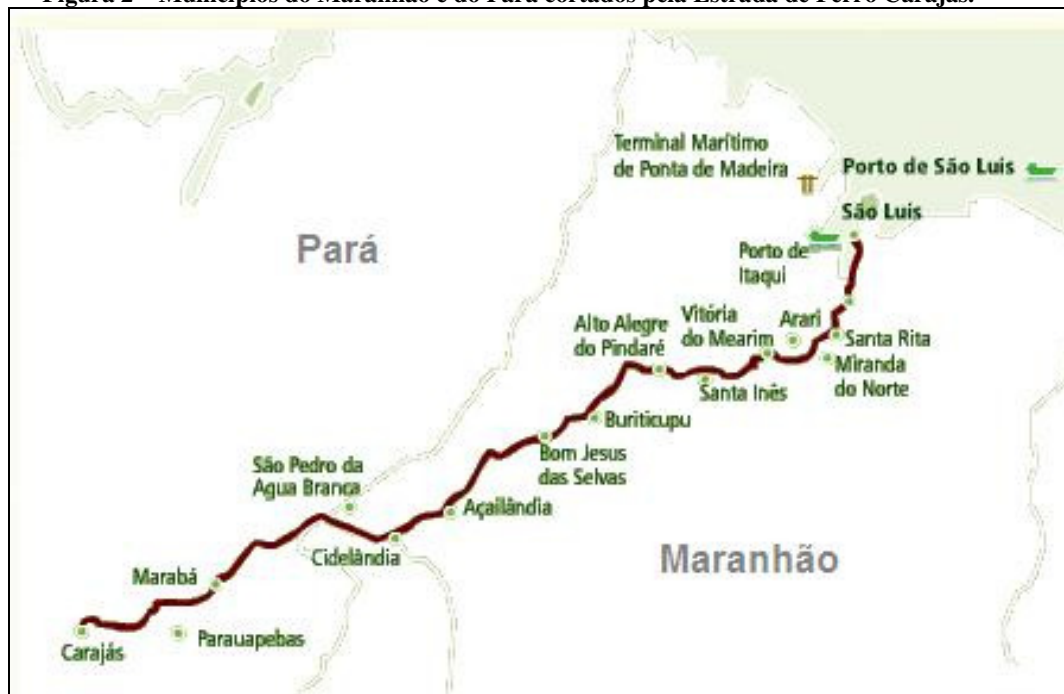
Inicialmente, o PGC abrangia três grandes linhas:

- a) serviços de infraestrutura, com prioridades para a construção da Ferrovia Serra dos Carajás e instalação ou implementação do sistema portuário e hidrelétrico;
- b) implantação de projetos nas seguintes áreas: pesquisa, prospecção, extração e beneficiamento do minério, agropecuária, pesca, agroindústria, reflorestamento e beneficiamento e industrialização da madeira e aproveitamento de fontes energéticas;
- c) implantação de outros projetos econômicos visando o desenvolvimento da região.

A Estrada de Ferro Carajás foi inaugurada em 1985 e é operada pela Companhia Vale. Sua extensão é de 892 km e liga a Serra dos Carajás/PA até o Porto de Ponta da Madeira/MA. Além de minério de ferro e manganês, os trens transportam madeira, cimento, bebidas, veículos, fertilizantes, combustíveis, produtos siderúrgicos e agrícolas, com destaque para a soja produzida no Sul do Maranhão, Piauí, Pará e Mato Grosso. Como ação social, a EFC serve também para o transporte de passageiros através do “Trem da Vale”, como é conhecido, ou Trem de Passageiros, destacando-se como um dos importantes meios de transporte entre as 25 localidades por onde passa dentro dos estados do Pará e do Maranhão,

sendo 21 no Maranhão (12 municípios e 9 povoados) e quatro no Pará (3 municípios e 1 povoado)³⁸, levando em média 1.300 pessoas por dia (Figura 2 e Figura 3).

Figura 2 – Municípios do Maranhão e do Pará cortados pela Estrada de Ferro Carajás.



Fonte: ESTRADA ... (2010).

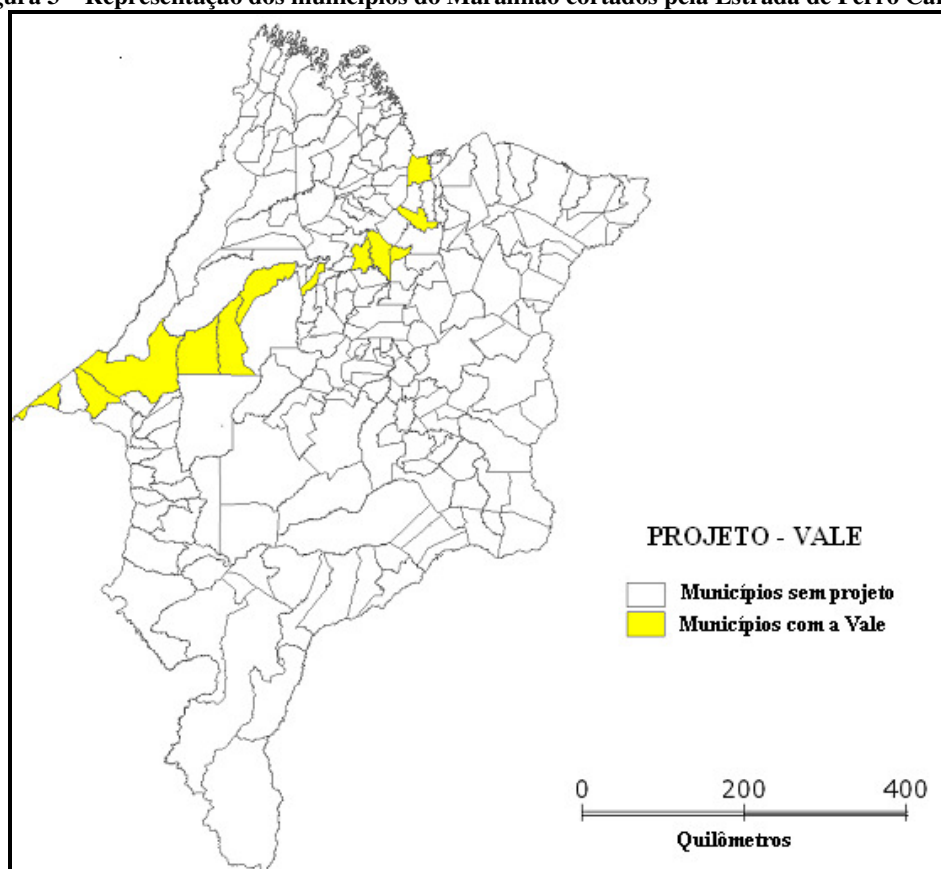
A ferrovia favoreceu a implantação de várias empresas de produção de carvão vegetal, celulose e papel, serrarias e metalúrgicas (Companhia Vale do Pindaré, MARGUSA, METALMAN), agravando ainda mais a situação fundiária e ambiental no Estado; mas, para o governo estadual e federal, as desapropriações e os desmatamentos eram justificáveis, pois futuramente esses projetos transformariam o Maranhão num pólo siderúrgico-exportador (BARBOSA, 2006).

Para Santos (2009), o PGC trouxe profundas mudanças políticas, sociais e econômicas para as regiões envolvidas, fato comum a todo grande projeto. Como benefícios, se destacam a infraestrutura na forma de rodovias, ferrovia e portos que favorecem o deslocamento de pessoas e mercadorias (principalmente minérios) em nível regional e a integração do Brasil ao resto do mundo. Outro ponto em destaque foi o aumento do PIB, com uma conseqüente geração de renda a milhares de pessoas. Porém, para ele, não se pode

³⁸ Municípios maranhenses: São Luís, Santa Rita, Miranda do Norte, Arari, Vitória do Mearim, Santa Inês, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu, Bom Jesus da Selva, Açaílândia, Cidelândia e São Pedro da Água Branca. Municípios paraenses: Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

ignorar as consequências negativas nas esferas sociais e do meio ambiente, principalmente porque as particularidades locais não foram consideradas pelo Programa, entre elas, destaca: a perda dos hábitos dos camponeses, das quebradeiras de coco e dos indígenas relacionados ao trabalho e ao modo de vida tradicionais; enormes danos ambientais provocados pelas imensas plantações de eucaliptos para a produção de carvão, pelas atividades madeireiras, pelos projetos pecuários e projetos siderúrgicos, tais como os desmatamentos que provocaram o assoreamento dos rios e riachos, modificações na fauna e na flora natural e contaminação dos solos com a presença de produtos químicos e metais pesados; e, por fim, a poluição urbana provocada pela emissão de gases na atmosfera.

Figura 3 – Representação dos municípios do Maranhão cortados pela Estrada de Ferro Carajás.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Nota: Programa Terra View 4.2.0.

Barbosa (2006), ao analisar a estruturação/reestruturação do capitalismo industrial no Maranhão, com um recorte a partir do Programa Grande Carajás, destaca as mudanças econômicas, políticas, ambientais e sociais ocorridas na vida da população atingida por este Programa, mais precisamente pelas inseridas no corredor de exportação de minério de ferro.

As mudanças citadas são o agravamento da questão fundiária, do crescimento do desemprego, do aumento do subemprego, do abandono da agricultura familiar e do êxodo rural.

Mesmo sem a pretensão de esgotar a complexidade do problema que envolve o Projeto Grande Carajás, é possível caracterizar que tais mudanças (econômicas, sociais e políticas) foram desencadeadas por uma industrialização desenvolvida às custas da exploração intensiva de recursos naturais, sustentada por uma política governamental socialmente perversa que produziu a expropriação e a desorganização do espaço da pequena produção maranhense acelerando os processos migratórios campo-cidade (Barbosa, 2006, p. 52).

4.3 PROJETO DA ALUMAR

Também dentro do projeto de transformar o Maranhão em um pólo minero-metalúrgico e de realizar o desenvolvimento econômico através da transformação estrutural da economia, em 1980 foi implantado em São Luís o Projeto Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), sendo inaugurada em julho de 1984. O Consórcio é formado pelas empresas Alcoa, Rio Tinto Alcan e BHP Billiton, que fazem parte do grupo que domina o mercado mundial de alumínio primário, alumínio transformado e alumina³⁹.

A ALCOA iniciou suas atividades em 1888 nos Estados Unidos e, em termos mundiais, ampliou seus negócios acompanhando a expansão e a diversificação no uso de alumínio. No Brasil está presente desde 1965 e domina 1/4 de todo o alumínio primário produzido no país. Também produz produtos para os mercados de construção, de embalagens, de energia elétrica, para a indústria automobilística, indústria de aviação e de eletrodomésticos. Ela atua em seis estados brasileiros: Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Pará, São Paulo e Santa Catarina.

A ALCOA se instalou no Maranhão visando a produção de alumínio primário. A vinda do empreendimento para São Luís foi incentivada pela abundância de bauxita próxima à região, de energia elétrica, de mão de obra e pela proximidade do Estado com os Estados Unidos e Europa. Segundo a ALCOA, as vantagens em nível local e nacional alcançadas com a instalação da empresa no Maranhão, podem assim serem listadas:

a) criação de um mercado interno de pó de alumina e alumínio capaz de tornar o país independente nessa produção; b) desenvolvimento regional, fixação do maranhense no seu Estado com a geração de novos empregos (4 mil empregos na fase de construção da indústria e 2 mil na fase de operação e também a criação de indústrias

³⁹ O grupo conhecido como “seis irmãs” domina o mercado mundial de alumínio e é composto pelas empresas americanas ALCOA, KAISER e REYNOLDS, pela canadense ALCAN, pela francesa PECHYNEY e pela suíça ALUSUISSE.

satélites; c) geração de benefícios para o Estado: maior arrecadação estadual do ICM (mais de 2 bilhões em 1984), recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em torno de 450 milhões e; d) ativação das minas de bauxita, no Pará, para o desenvolvimento industrial do país, especialmente no Nordeste (COSTA, 2003, p. 75).

Ao se instalar no Maranhão, a ALCOA usou o Projeto de Alumínio em São Luís para se integrar ao Programa Grande Carajás e se beneficiar dos incentivos fiscais e tributários previstos na legislação do referido Programa, assim como para obter tratamento diferenciado pela administração federal para vários efeitos, tais como:

Concessão, arrendamento e titulação de terras públicas ou mesmo desapropriação de terras particulares necessárias à execução dos projetos, licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias, contrato para fornecimento de energia elétrica e transporte fluvial, cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal, autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos para exportação, concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional ou de instituições financeiras públicas para empréstimos externos e até para participação com recursos públicos no capital social de sociedades titulares dos projetos (COSTA, 2003, p. 65).

A instalação da ALCOA foi realizada contrariando o parecer técnico do Grupo Especial de Trabalho da Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (SEPLAN/MA) e sob várias manifestações de grupos organizados de São Luís. O parecer contrário à implantação da fábrica da ALCOA se baseou nos seguintes itens: a) aquisição de terras – a quantidade demandada pela empresa era de 3.500 ha e iria conflitar com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida da população; b) comprometimento do abastecimento de água para a população, pois existiam mananciais de água na área e também pelo consumo excessivo de água pela empresa, cerca de 500.000 m³/mês; c) perda de receitas pelo Estado devido à isenção de impostos (IR, IPI e ICMS) somente nos cinco primeiros anos de funcionamento do Projeto e; d) geração de desempregos e subempregos devido o déficit causado pela dispensa de funcionários entre a fase de implantação e operacional, já que na primeira geraria 4.000 empregos e na segunda cerca de 2.000 empregos. Mesmo com o parecer negativo e as manifestações, o Projeto se concretizou em uma área, não de 3.500 ha, mas de 10.000 ha (cerca de 12% das terras da Ilha de São Luís e de 50% do total das terras destinadas ao distrito industrial) e com 10 anos de isenção de impostos (COSTA, 2003).

O complexo da Alumar conta com a fábrica e um porto particular. O processo de produção passa pela área da Refinaria, onde a bauxita é transformada em alumina (óxido de alumínio) e pela área de Redução, onde a alumina é transformada em alumínio. Dados do próprio Consórcio mostram que durante o ano são produzidas 1,5 milhão de toneladas de

alumina e cerca de 440 mil toneladas de alumínio. O Porto da Alumar foi construído na confluência do Estreito dos Coqueiros com o Rio dos Cachorros, na baía de São Marcos. Anualmente recebe aproximadamente 150 navios cargueiros por ano, com capacidade de até 50 mil toneladas, podendo ser ampliado após a sua expansão para mais de 300 navios com capacidade de 75 mil toneladas. As operações portuárias são o desembarque das matérias-primas e dos insumos usados na produção do alumínio (bauxita, coque, piche, carvão e soda cáustica) e o embarque do excedente de produção da alumina (ALUMAR ..., 2010).

Dados de 2009 mostram que o valor da produção mineral comercializada no Maranhão contribuiu com 0,39% do total do país. Dados de 2010 mostram que as reservas brasileiras de bauxita no Brasil se concentram nos Estado do Pará (95%), Minas Gerais, Maranhão, Amapá, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas e Goiás. No Pará, as principais concessionárias são as empresas MRN, Vale, ALCOA e CBA, que são responsáveis por 58%, 20%, 10% e 10% da produção de bauxita metalúrgica, respectivamente. Os 2% da produção restante é de responsabilidade da empresa Novelis. Cerca de 95% da bauxita extraída é utilizada no refinamento de alumina, sendo o restante utilizada na indústria de refratários, cimentos e produtos químicos. Por sua vez, 98% da alumina produzida é utilizada na produção de alumínio. A ALCOA é responsável por 14% da produção de alumina e de 22,5% da produção de alumínio no Brasil, enquanto o grupo BHP Billiton é responsável por 8% da produção de alumina e de 11,4% da produção de alumínio. As exportações de bens primários (bauxita bruta, calcinada e pó de alumínio) têm como principais destinos os Estados Unidos (43%), o Canadá (30%), a Irlanda (15%), a Ucrânia (4%), o Suriname (3%) (BRASIL, [2011a?]; [2011b?]). A bauxita utilizada pela Alumar tem origem principalmente da Mina Juriti, situada no Oeste do Pará, empreendimento pertencente à ALCOA. O município de Itinga do Maranhão é a grande promessa em termos de produção do Estado.

A Alumar também possui um parque ambiental que desenvolve os seguintes programas juntos aos estudantes e professores de escolas públicas: Horta na Escola (cultivo de hortas orgânicas), Oficina Ambiental (transmite as técnicas de cultivo, importância ambiental e econômica da flora regional), Fábrica de Papel (instruções sobre a coleta seletiva e a reciclagem artesanal de papel), Oficina de Reciclagem (reutilização do lixo e fabricação de artesanatos com fibras renováveis e garrafas PET), Capacitação (destinadas aos professores das escolas públicas do Maranhão e destina-se a orientá-los para o trabalho da educação ambiental em sala de aula) e Jogos Educativos (baseados na flora e na fauna maranhense) (PARQUE ..., 2010).

Como consequências imediatas da instalação da ALCOA/Projeto Alumar no Maranhão, podem-se citar o deslocamento de cerca de 5.000 famílias⁴⁰ do entorno da área onde foi instalada a empresa e o aumento do custo de vida em São Luís (alimentação, imobiliário etc.). A relação custo/benefício da Alumar no Maranhão foi assim descrita:

[...] Essa indústria ocupa 10 mil hectares de terras (6.500 ha de reserva e 3.500 ha em uso) engolindo uma considerável fatia do território da Ilha de São Luís, entra no mercado imobiliário e praticamente mobiliza a área do Distrito Industrial. Por outro lado, remove mais de 20 mil pessoas que viviam uma economia familiar, caracterizada por uma relação livre com o mercado local, e oferece apenas 2 mil a 2.500 empregos diretos. Quer dizer, esses empregos oferecidos não pagam as desvantagens econômicas das centenas de famílias obrigadas a abandonar suas terras, onde moravam, plantavam e se alimentavam com o mínimo de gastos. Além disso, esses empregos nada representam para uma população de 500 mil pessoas. Ora, como se vê, ao mesmo tempo em que cria empregos, a ALCOA os destrói em escala ampliada (ENGLISH 1984⁴¹, p. 55 apud COSTA, 2003, p. 76).

Estudos realizados por Barbosa (2006), Santos (2009), Costa (2003) e English (1984), mostraram que os projetos desenvolvidos pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e ALCOA no Maranhão não trouxeram os benefícios anunciados nos discursos oficiais no que se referem à geração de emprego e renda para a população e para o Estado, causando ainda a imigração de trabalhadores vindos de vários outros Estados e a migração desordenada de antigos moradores das áreas desapropriadas, partindo em busca de terra e moradia. Costa (2003) fez a seguinte colocação:

Nem poderia ser diferente, uma vez que a estratégia de empresas multinacionais como a ALCOA é a de concentrar nos espaços periféricos apenas atividades de núcleo periférico, como a produção de alumínio/alumina, por exemplo. Enquanto as atividades de alto valor agregado, de planejamento, de pesquisa e desenvolvimento (atividades do núcleo orgânico) permanecem concentradas no seu país de origem (COSTA, 2003, p. 65).

Inúmeras são as denúncias em relação à degradação do meio ambiente e o comprometimento do ecossistema da região por parte da Alumar. Essas denúncias contrariam as declarações da empresa ao afirmar que desde 1983 criou um Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) e que opera com avançadas tecnologias de produção industrial e sob rigorosos padrões de gerenciamento em meio ambiente, ao ponto de conquistar a certificação ISO 14001 para o seu Sistema de Gestão

⁴⁰ Dados das organizações populares.

⁴¹ ENGLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na Ilha**. São Luís: Cáritas Brasileira, 1984. (Séries Transformações Recentes).

Ambiental e ser reconhecida na “Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável e Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial” (ALUMAR ..., 2010).

A Alumar no Maranhão se instalou apenas no município de São Luís, por isso não se fez a representação do município através de mapa.

4.4 PROJETO DA MONOCULTURA DA SOJA

A cultura da soja foi introduzida no cerrado maranhense na safra de 1977/78 na mesorregião Sul Maranhense. As instituições de pesquisas e órgãos ligados ao setor agrícola do Maranhão justificavam a importância da cultura da soja para o Estado como forma de incrementar a economia maranhense que estava em crise devido à quebra na produção de arroz e de coco babaçu, esta última causada pela destruição das palmeiras, fato que causou a ociosidade de até 60% das indústrias oleaginosas do Estado. Segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Maranhão, os benefícios da cultura da soja para o Estado seriam:

- a) suprir a necessidade de matéria-prima das indústrias locais;
- b) servir de suplemento alimentar para a população rural;
- c) fortalecer a economia estadual;
- d) ser uma opção mais rentável para o produtor;
- e) abrir espaço para o início das exportações dos produtos regionais para o mercado internacional.

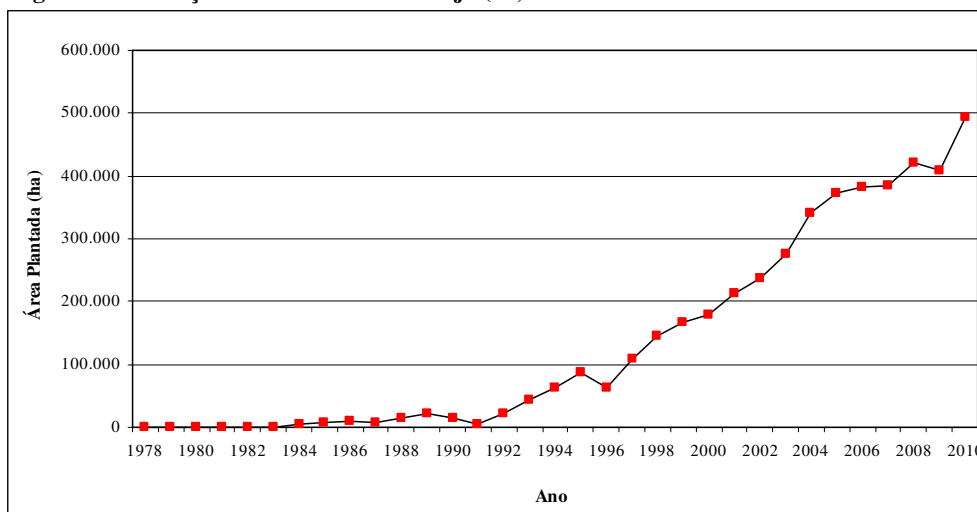
No mesmo relatório, também era sugerido que a cultura da soja fosse distribuída em dois grupos: o primeiro composto de grandes áreas com fins puramente comerciais, cuja produção seria destinada ao parque industrial do Estado; já o segundo grupo, formado por pequenos produtores, usaria pequenas áreas e objetivava dar ao produtor a opção da livre escolha de produção e, com algum trabalho de extensão rural, incluir o produto na dieta da família (MARANHÃO, 1983).

Percebe-se na leitura deste documento o total desconhecimento técnico da cultura da soja ao sugerir a produção em pequenas áreas e ao pequeno produtor. Por outro lado, um documento técnico elaborado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) já anulava a proposta para o segundo grupo, pois a cultura da soja seria destinada aos produtores que conduzem seus empreendimentos agrícolas racionalmente e que já tinham aberto áreas com a cultura do arroz e milho, utilizavam insumos modernos e máquinas agrícolas nas

operações de cultivos, possuíam terras, eram dotados de bom nível de conhecimento e sensíveis à adoção de novas tecnologias (EMBRATER; EMBRAPA, 1991).

A soja foi introduzida no Maranhão em apenas 32 hectares nos municípios de Fortaleza dos Nogueiras (6,25% da área) e Riachão (93,75% da área), pertencentes às microrregiões de Chapada das Mangabeiras e Gerais de Balsas, respectivamente, localizadas na Mesorregião Sul Maranhense. Somente a partir de 1984 a cultura foi sendo introduzida em outras regiões do Estado. Como pode ser observado na Figura 4, a área de soja no Maranhão apresentou um tímido crescimento até 1983. A partir daí, a área apresentou um crescimento contínuo, principalmente a partir de 1992, já com alguns benefícios trazidos pelo Programa Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado (ou Programa Corredor de Exportação Norte) (IBGE, 2011a; 2011b).

Figura 4 – Evolução da área colhida de soja (ha) no Maranhão entre os anos de 1978 e 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011a; 2011b).

Este Programa foi lançado em 1990 para incentivar a produção, pois, antes dele, os produtores tinham dificuldades decorrentes dos altos custos de produção, falta de crédito e dificuldades de acesso ao mercado externo (ZAGALLO; PALUDZYSYN FILHO, 1993). Com o lançamento do Programa pelo Governo Federal em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, do Centro Nacional de Pesquisa de Soja e do Banco do Brasil e, com a colaboração do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, do Banco Nacional de Abastecimento (CONAB), dos Governos dos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins e da Prefeitura de Balsas, os produtores passaram a contar com um maior volume de crédito de investimento,

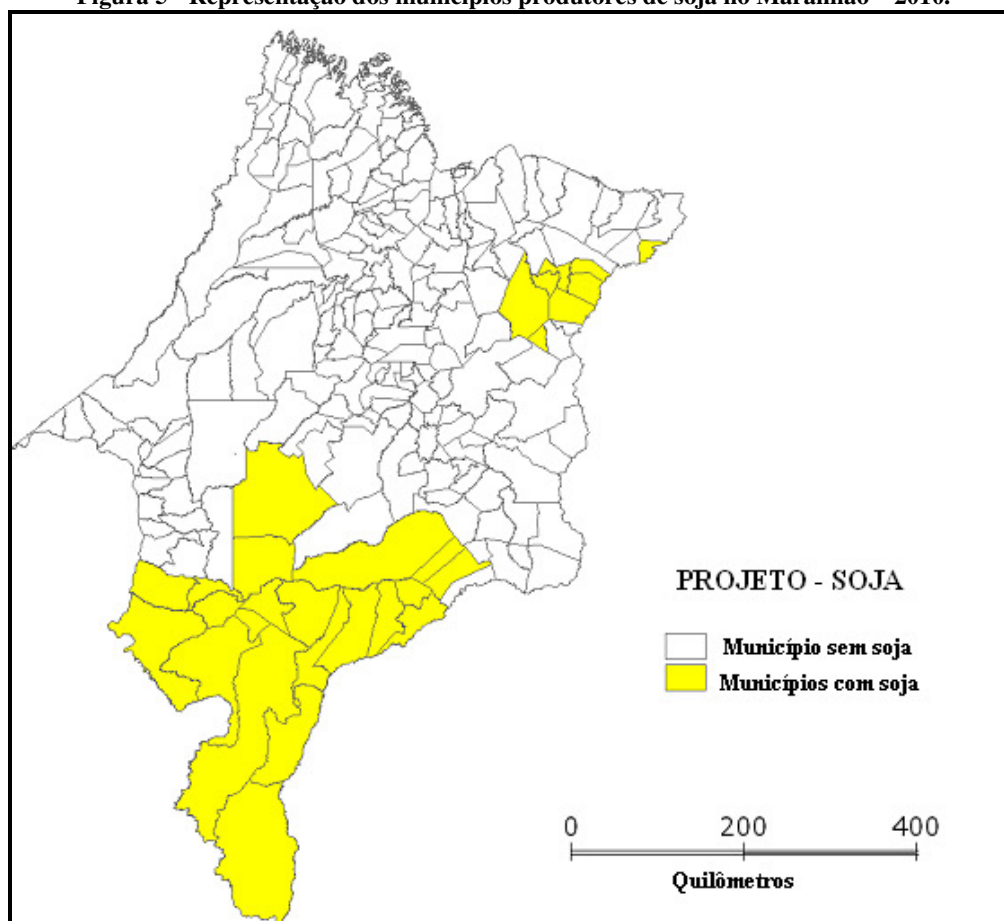
custeio e comercialização; incentivos fiscais por parte dos governos, acesso ao mercado externo e uma grande infraestrutura para escoamento da produção.

O Maranhão na safra de 2010 plantou uma área de 494.236 hectares distribuídas por três mesorregiões, nove microrregiões e 33 municípios (Quadro 2). A Mesorregião Sul Maranhense ainda possui a maior área plantada (87,56%), distribuída por três microrregiões e 16 municípios. Em seguida, está a Mesorregião Leste Maranhense, com 11,34% da área plantada distribuída por cinco microrregiões e 15 municípios. Por fim, está a Mesorregião Centro Maranhense, com 1,10% da área plantada concentrada em uma microrregião e em dois municípios. Todos os municípios produtores de soja no Maranhão estão representados na Figura 5 (IBGE, 2011b).

Quadro 2 – Mesorregiões, microrregiões e municípios produtores de soja no Maranhão em 2010.

Mesorregiões	Microrregiões	Municípios
Centro Maranhense	Alto Mearim e Grajaú	Formosa da Serra Negra Grajaú
TOTAL	1	2
Leste Maranhense	Baixo Parnaíba Maranhense	Magalhães de Almeida Santa Quitéria do Maranhão
	Chapadinha	Anapurus Brejo Buriti Chapadinha Mata Roma Milagres do Maranhão São Benedito do Rio Preto Urbano Santos
	Caxias	Caxias
	Coelho Neto	Afonso Cunha
	Chapadas do Alto Itapecuru	Mirador Pastos Bons Sucupira do Norte
TOTAL	5	15
Sul Maranhense	Porto Franco	Carolina Estreito São Pedro dos Crentes
	Gerais de Balsas	Alto Parnaíba Balsas Riachão Tasso Fragoso Feira Nova do Maranhão
	Chapadas das Mangabeiras	Benedito Leite Fortaleza dos Nogueiras Loreto Nova Colinas Sambaíba São Domingos do Azeitão São Félix de Balsas São Raimundo das Mangabeiras
TOTAL	3	16

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011b)

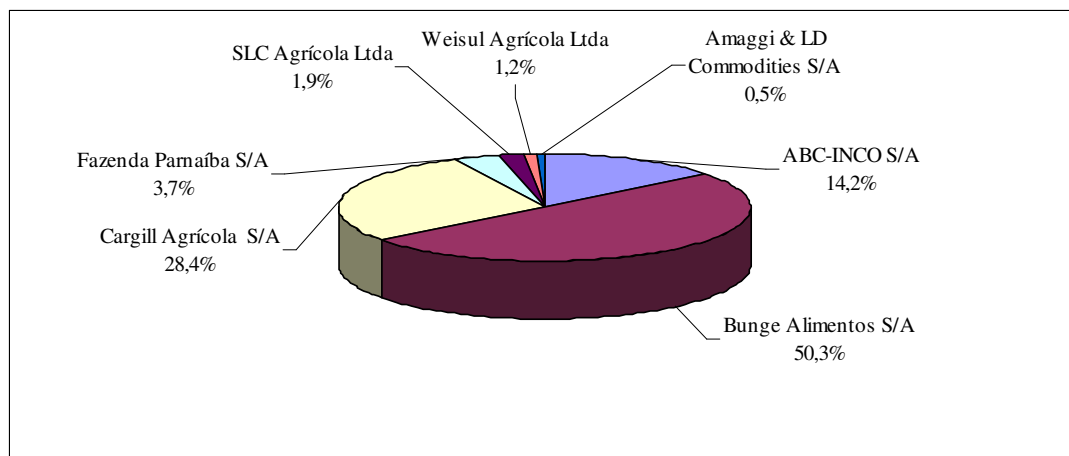
Figura 5 - Representação dos municípios produtores de soja no Maranhão – 2010.

Fonte: Elaboração própria (2012).
Nota: Programa Terra View 4.2.0.

Os grandes atrativos do Maranhão aos produtores de soja de outros Estados são o baixo preço das terras, em comparação a outros lugares produtores e a infraestrutura criada pelo Programa Corredor de Exportação Norte. Outra grande vantagem do Estado é a capacidade de utilizar o transporte rodoferroviário no transporte da soja da região produtora até o porto em São Luís, como é o caso da produção do Sul Maranhense que é transportada por caminhões até a cidade de Imperatriz e desta até o Porto de Ponta da Madeira em São Luís. O produto segue pelas ferrovias Norte/Sul (92km) e Carajás (513km). Das outras Mesorregiões, a soja é transportada somente por caminhões. Outra vantagem do Estado é o fato do Porto de Ponta da Madeira, pertencente à Companhia Vale, possuir um dos mais baixos custos de embarque de soja do país, além de possuir posição privilegiada em relação à Europa, isso quando comparados aos portos de Santos/SP e Paranaguá/PR. Todas essas vantagens fazem com que a soja chegue a um preço menor no Porto de Roterdã, na Holanda.

As principais empresas exportadoras de soja presentes no Maranhão são as multinacionais Bunge Alimentos S/A; Cargill Agrícola S/A e Multigrain S/A e as empresas nacionais ABC INCO S/A, Ceagro Agronegócios S/A, Fazenda Parnaíba S/A, SLC Agrícola S/A, Weisul Agrícola Ltda e Maggi & LD Commodities S/A. Dados de 2011 presentes na Figura 6 mostram o percentual de participação no valor total exportado de cada uma das empresas atuantes neste ano no total exportado pelo Maranhão. Ao observar os dados da década de 2000, observa-se uma mudança na atuação e nos percentuais dos valores exportados por cada empresa, tanto que em um determinado ano pode não aparecer uma determinada empresa. (BRASIL, 2012). A pauta de exportação tem como base a soja em grãos e o bagaço de soja, este último a partir de 2007 (SCHLESINGER; NUNES; CARNEIRO, 2008).

Figura 6 – Participação de cada empresa exportadora no valor total das exportações de soja produzida no Maranhão – 2011.



Fonte: BRASIL [2012b?].

Não se pode negar que a mesorregião Sul Maranhense está crescendo economicamente com a produção de soja, pois, junto com essa cultura, também ocorreu a instalação de algumas empresas. Porém, quando se observam alguns indicadores dos municípios da região, verifica-se que as melhorias sociais são poucas em relação ao restante do Estado. A atividade da soja gera divisas, mas estas são enviadas para fora do Maranhão, fato comum quando as empresas multinacionais e, até mesmo, as grandes empresas nacionais se instalam. Ocorre o que Silva (2001) chamou de “vazamento”, ou seja, o que é gerado não forma uma rede de desenvolvimento, pois é mandado para fora sob a forma de compra de insumos, máquinas, equipamentos, investimentos financeiros e outros investimentos na sede das grandes empresas nacionais e, até mesmo, multinacionais.

É impossível falar da produção de soja no Maranhão sem tratar das questões ligadas à pequena produção (agricultura tradicional), à produção das culturas alimentares e ao meio ambiente. Os problemas, antes localizados nos municípios do Sul do Estado, hoje já se espalham pelas outras regiões produtoras, como é o caso da devastação das espécies nativas, como o pequi, na microrregião de Chapadinha localizada na mesorregião de Leste Maranhense. As modificações na agricultura no Sul Maranhense começaram em 1975 com a vinda dos primeiros agricultores do Rio Grande do Sul com o objetivo de produzir arroz de forma mecanizada. Com os problemas gerados pela estiagem, pela dificuldade de crédito e pela falta de escoamento da produção de arroz, a soja surgiu para esses agricultores como opção de produção. A partir daí, vários problemas sociais foram registrados na região e denunciados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) e pela Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDDH), assim como por alguns trabalhos desenvolvidos nas mesorregiões Sul e Leste, tais como o de Anjos (2007) e Schlesinger, Nunes e Carneiro (2008).

Alguns dos problemas em destaque são:

- a) aumento do custo de vida em razão da queda na produção de alimentos (arroz, mandioca, feijão e milho), atividade realizada em sua maioria pelos pequenos produtores;
- b) redução na atividade do extrativismo do babaçu, bacuri, carnaúba, pequi etc., atividade importante para a geração de renda das famílias que praticam a agricultura familiar e o artesanato maranhense;
- c) aumento na concentração de terras, principalmente através da grilagem. Entre 1991 e 1995, o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) distribuiu 53 títulos para oitenta famílias de lavradores, abrangendo uma área total de 11.864 hectares. Nesta mesma época, o mesmo órgão distribuiu 260 títulos, num total de 45 mil hectares para os latifundiários (LIMA, 1996);
- d) a população expulsa do meio rural se concentrou nas periferias das cidades e vendem sua força de trabalho às empresas produtoras de soja;
- e) aumento no número de trabalhadores temporários sem carteira assinada em decorrência das fazendas de soja;
- f) contaminação, por agrotóxicos, dos rios e fontes de água, aumento do desmatamento de grandes áreas, assoreamento dos rios e o desaparecimento da fauna e flora da região.

A revisão teórica sobre o tema desenvolvimento regional, sobre as teorias e pensamentos do crescimento/desenvolvimento econômico que evoluíram ao longo das décadas, sobre a origem das desigualdades no Brasil, sobre a formação econômica, social e política do país, do Nordeste e do Maranhão e, por fim, sobre a descrição dos grandes projetos de desenvolvimento implantados no Estado do Maranhão foi de fundamental importância para ajudar a definir a metodologia utilizada nesta pesquisa, assim como para facilitar o entendimento e a interpretação dos resultados a serem alcançados.

Inicialmente a revisão foi importante para delimitar o tempo e o espaço que a pesquisa abrangeria. A partir do conhecimento obtido, decidiu-se que a pesquisa abrangeria os 217 municípios maranhenses, que o estudo envolveria somente os projetos da Vale, da Alumar, da soja e da pecuária empresarial e que o período de tempo considerado seria de 1970 a 2010.

Dessa forma, a revisão teórica subsidiará o estudo regional do Estado do Maranhão para verificar o desenvolvimento de forma multidimensional e evidenciar as possíveis desigualdades existentes entre seus municípios mostradas pelas disparidades encontradas nos níveis diferenciados do processo de desenvolvimento de cada município.

5 METODOLOGIA

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos necessários para que pudessem ser alcançados os objetivos propostos neste estudo. Inicialmente algumas considerações serão necessárias para o bom encaminhamento do trabalho e para torná-lo possível de ser concluído. Entre as principais, três merecem destaque:

A primeira consideração foi a delimitação do tempo e do espaço, onde se fez a opção de se considerar apenas os projetos de desenvolvimento implantados no Estado do Maranhão que, de certa forma, provocaram e provocam um impacto em todo o Estado e que englobam a área siderúrgica, minero-metalúrgica e agropecuária, ou seja, os projetos da Vale, da Alumar, da soja e da pecuária bovina, todos implantados entre as décadas de 1970 e 1990. A partir daí, duas decisões foram tomadas: uma foi definir que o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) seria calculado para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010; a outra foi estabelecer critérios que definissem os municípios que sofreram influência direta dos projetos. A primeira decisão se baseou no ano de instalação de cada projeto e na disponibilidade de dados censitários, ou seja, foi considerado o primeiro IDM para 1980 pelo fato de que os incentivos na pecuária bovina ter iniciado na década de 1970, assim como os quatro anos escolhidos terem a publicação do Censo Demográfico. Quanto à escolha dos municípios, foram: os municípios incluídos no projeto da Vale são aqueles cortados pela Estrada de Ferro Carajás; o projeto da Alumar atinge diretamente apenas um município, no caso São Luís; os municípios que fazem parte do projeto da monocultura da soja são aqueles que iniciaram a produção até o ano 2005, pois trabalhando-se com dados de 2010 já poderia se perceber algum efeito da atividade no município; e para a escolha dos municípios com influência da atividade da produção bovina foram considerados aqueles que praticam uma pecuária empresarial e como ponto de corte foi considerado os municípios que entre os anos de 2000 e 2010 possuíam rebanhos a partir de 90 mil cabeças. Este ponto de corte foi necessário pelo fato do Maranhão ter a pecuária bovina presente em quase todos os seus municípios e apresentar vários tipos de produtores, desde o familiar até o empresarial, o que fez com que englobados no estudo as regiões de maior destaque nesta atividade. No total, 60 municípios sofrem influência direta dos projetos e estão descritos no Quadro 3.

A segunda consideração foi adotar o conceito de região homogênea utilizado pelo IBGE desde 1969 quando este órgão deixou de considerar apenas os aspectos naturais e passou a considerar a combinação destes com os sociais e econômicos na definição das

regiões brasileiras. Sendo assim, foi adotado a mesma divisão regional feita por este Órgão para designar a composição do Estado do Maranhão.

A terceira consideração importante foi entender o desenvolvimento de forma multidimensional. É nesta perspectiva que esta tese buscou analisar o desenvolvimento dos municípios maranhenses, entendendo que este se expressa na forma de melhorias da condição de vida da população residente.⁴² Mas, como entender o desenvolvimento dessa forma se ao longo dos anos ele andou lado a lado e até, na maioria das vezes, confundido ou como sinônimo do conceito de crescimento econômico?

Quadro 3 – Municípios que fazem parte do projeto da Vale, da Alumar, da produção de soja e da pecuária bovina no Estado do Maranhão – 2010.

Projetos			
Vale	Alumar	Soja	Pecuária (Bovinos)
Açailândia Alto Alegre do Pindaré Arari Bom Jesus das Selvas Buriticupu Cidelândia Miranda do Norte Santa Inês Santa Rita São Luís São Pedro da Água Branca Vitória do Mearim	São Luís	Afonso Cunha Alto Parnaíba Anapurus Balsas Benedito Leite Brejo Buriti Carolina Chapadinha Estreito Feira Nova do Maranhão Formosa da Serra Negra Fortaleza dos Nogueiras Grajaú Loreto Magalhães de Almeida Mata Roma Milagres do Maranhão Mirador Nova Colinas Pastos Bons Riachão Sambaíba São Domingos do Azeitão São Félix de Balsas São Pedro dos Crentes São Raimundo das Mangabeiras Sucupira do Norte Tasso Fragoso	Açailândia Amarante do Maranhão Bacabal Barra do Corda Bom Jardim Bom Jesus das Selvas Buriticupu Cidelândia Estreito Grajaú Imperatriz Itinga do Maranhão João Lisboa Santa Luzia Senador La Rocque Tuntum Vitorino Freire Zé Doca
12 municípios	01 município	29 municípios	18 municípios

Fonte: Elaboração própria (2012).

Para entender melhor o significado e as ações que pudessem levar ao desenvolvimento e à separação entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento

⁴² Kageyama (2006, p. 52) usou a expressão “... melhoria das condições de vida da população residente no espaço”.

econômico, alguns recortes no tempo podem ser feitos: os anos 1950 e 1970 foram marcados pelos grandes investimentos na industrialização e pelas mudanças tecnológicas implantadas no meio rural, esta última marcadamente influenciada pela Revolução Verde. Os anos 1980 foram marcados por profundas mudanças econômicas, recessões, inflação elevada, aumento da dívida externa e, conseqüentemente, redução nos investimentos públicos nos programas de desenvolvimento. Nos anos 1990, o tema “desenvolvimento” reapareceu na forma de várias denominações, muitas delas vindas desde os anos 1960, como desenvolvimento ambiental, desenvolvimento humano, desenvolvimento rural, desenvolvimento local, desenvolvimento social, desenvolvimento includente etc., todas à luz de propostas governamentais, movimentos sociais e organizações não governamentais e tendo como pano de fundo a globalização, mudanças climáticas, escassez dos recursos naturais, aumento das desigualdades e pobreza etc.. A partir daí, o desenvolvimento deixou de ser ligado apenas à dimensão econômica, abrangendo também questões ambientais, sociais e políticas. Assim, o desenvolvimento se desvincilhou do crescimento econômico e ganhou uma visão multifacetada e multidimensional. Para Sachs (2008, p. 130):

[...] O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2008, p. 13).

E ainda completou:

[...] O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se ele não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades, conforme enfatizado, desde os anos 1960, por M. Kalecki e Dudley Seers (SACHS, 2008, p. 14).

Segundo Brandão (2004, p. 70), “[...] o desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade”. Para Brandão (2004), o desenvolvimento deve ser promovido em várias dimensões, em várias escalas espaciais, agir sobre a totalidade do tecido produtivo, ser pensado para o território de forma sistêmica e inclusiva de parcelas de populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental.

[...] o desenvolvimento é um conceito muito abrangente que leva em conta aspectos econômicos, políticos, sociais e cultural, embora questões de cunho econômico e social sejam geralmente mais importantes, tais como, renda, emprego, saúde, educação, alimentação, segurança, transporte, lazer e moradia (MATA et al. (2004, p. 1).

Diante das considerações desses autores e da intenção de estudar o desenvolvimento dos municípios maranhenses e não só o crescimento econômico, fato que se evidencia através do crescimento do PIB estadual e da sua crescente participação no PIB nordestino e do Brasil⁴³, é que se fez a opção de um estudo considerando um desenvolvimento multidimensional, e, para isso, foram consideradas 28 variáveis distribuídas em cinco dimensões, as quais foram denominadas de econômica, social, saúde e infraestrutura; demográfica; institucional e educação e lazer.

5.1 O LOCAL DO ESTUDO - O ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão está localizado no Oeste da Região Nordeste e apresenta uma área de 331.935 km², sendo o segundo maior Estado em área do Nordeste e o oitavo do país. A densidade demográfica do Estado é de 19,81 hab/km². Limita-se com o Oceano Atlântico (ao Norte), o Estado do Piauí (ao Leste), o Estado do Tocantins (ao Sul e Sudoeste) e o Estado do Pará (ao Oeste). Territorialmente é dividido em cinco mesorregiões, 21 microrregiões e 217 municípios. As mesorregiões estão assim constituídas: mesorregião Norte Maranhense, formada por 6 microrregiões e 60 municípios; mesorregião Centro Maranhense, formada por 3 microrregiões e 42 municípios; mesorregião Leste Maranhense, formada por 6 microrregiões e 44 municípios; mesorregião Oeste Maranhense, formada por 3 microrregiões e 52 municípios e mesorregião Sul Maranhense, formada por 3 microrregiões e 19 municípios (Quadro 4 e Figura 7).

A população maranhense é de 6.574.789 pessoas, sendo que 63% do total se localizam na zona urbana e 37% vivem na zona rural, sendo esta, na sua maioria, composta por agricultores familiares que se caracterizam pela baixa produção e produtividade, baixo poder aquisitivo e pouco acesso às tecnologias. A população rural do Maranhão é formada por descendentes de negros, índios, ribeirinhos, extrativistas e antigos posseiros que conquistaram suas terras através da fuga do trabalho escravo ou da fuga das grandes plantações de algodão e

⁴³ Os dados mostram que em 2005 e 2009 a participação do PIB maranhense no PIB do Nordeste era de 9,03% e 9,11%, respectivamente. Nos mesmos anos, a participação do PIB maranhense no PIB brasileiro era de 1,18% e 1,23%, respectivamente (IBGE (2012b).

cana-de-açúcar ou, até mesmo, mais recentemente, resistindo aos grandes projetos implantados no Estado. Dados do Censo Demográfico 2010 mostram que a taxa de pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução ou com menos de um ano de estudo é de 19,3%, passando para 20,9% quando considera-se a população de 15 anos a mais de idade. Em se tratando de saneamento básico, apenas 19,3% dos domicílios maranhenses são considerados do tipo de saneamento adequado, pois em todo o Estado somente 59,51% dos domicílios são servidos por água ligada à rede geral, 11,81% dos domicílios possuem rede de esgoto ligada à rede geral ou pluvial ou fossa séptica e 37,59% têm coleta de lixo direta ou indiretamente. A energia elétrica chega a 96,15% dos domicílios (IBGE, 2012a).

Quadro 4 – Mesorregiões do Maranhão, suas microrregiões e municípios.

Mesorregiões	Microrregiões	Número de Municípios
Norte Maranhense	Aglomeração Urbana de São Luís	04
	Baixada Maranhense	21
	Itapecuru Mirim	08
	Lençóis Maranhenses	6
	Litoral Ocidental Maranhense	13
	Rosário	8
Subtotal	06	60
Centro Maranhense	Alto Mearim Grajaú	11
	Médio Mearim	20
	Presidente Dutra	11
Subtotal	03	42
Leste Maranhense	Baixo Parnaíba Maranhense	06
	Caxias	06
	Chapada do Alto Itapecuru	13
	Chapadinha	09
	Codó	06
	Coelho Neto	04
Subtotal	06	44
Oeste Maranhense	Gurupi	14
	Imperatriz	16
	Pindaré	22
Subtotal	03	52
Sul Maranhense	Chapada das Mangabeiras	8
	Gerais de Balsas	5
	Porto Franco	6
Subtotal	03	19
Total	21	217

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011d).

Figura 7 – Representação das mesorregiões, microrregiões e limites do Estado do Maranhão.



Fonte: SCHLESINGER; NUNES; CARNEIRO (2008).

Por se localizar muito próximo da região Norte e fazer parte da região Nordeste, o Estado possui algumas regiões com clima quente e úmido e outras com clima quente e seco. A região possui duas estações definidas: chuvosa, com índice de precipitação pluviométrica anual entre 800 e 2.800 mm, e seca, caracterizada por baixas precipitações pluviais. Os solos são predominantemente caracterizados como Latossolo Amarelo (33% do total). O Estado possui um grande potencial hídrico, formado, principalmente, por bacias hidrográficas, bacias lacustres e águas subterrâneas. Devido ao Maranhão pertencer a uma zona de transição entre o Nordeste e o Norte, possui a maior diversidade de ecossistemas do país: litoral, florestas, cerrados, mangues, campos inundáveis, matas ciliares e dunas (IMESC, 2007). Também possui o segundo maior litoral do Brasil; são 640 km de extensão, perdendo apenas para o Estado da Bahia. O uso dos recursos naturais no Maranhão ainda está baseado no modelo extrativista e predatório.

Dados de 2009 mostram que o PIB do Maranhão representava na época 1,23% e 9,11% do PIB do país e do Nordeste, respectivamente. Dessa forma, ocupava a 16ª colocação no ranking dos Estados brasileiros e a 4ª posição no Nordeste. Em termos de setores, a participação do Maranhão no PIB agropecuário, industrial e de serviços no PIB brasileiro é de 3,80%; 0,74% e 1,30%, respectivamente. A participação desses setores no PIB nordestino são assim distribuídos: 20,96%; 6,03% e 9,19%, respectivamente. Aqui chama atenção a baixa participação do Maranhão no setor industrial no PIB do país e do Nordeste. Em termos de Estado, o setor de serviços é o que mais contribui com o PIB total, pois apresenta uma participação de 61,59%, seguido pelo setor agropecuário com 15,01% e pelo setor industrial com 13,89%. O restante do PIB fica a cargo dos impostos. Em relação ao ano de 2008, o setor agropecuário foi o que apresentou maior crescimento, destacando-se neste setor a produção de soja e cana-de-açúcar. As atividades com maiores destaques do setor de serviços foram: administração, saúde e educação públicas. O crescimento no setor industrial se deu devido às indústrias de transformação, principalmente de aço e derivados. O PIB *per capita* do Maranhão é de R\$ 6.259,43, valor que o faz ocupar a 25ª colocação entre os Estados brasileiros, maior apenas que do Estado do Piauí, e que é muito abaixo do PIB brasileiro, que é de R\$ 16.917,66 (IBGE, 2012b).

Atualmente a economia do Maranhão se sustenta da agricultura, da pecuária, da pesca artesanal e da indústria de transformação, esta última ainda muito incipiente e com base na indústria de alumínio e ferro-gusa. As exportações acontecem sem grande destaque frente aos dados das exportações brasileiras. Em 2011 atingiu a marca de 1,19% do valor das exportações totais do país, embora, internamente, as exportações sejam crescentes (BRASIL, [2012a?]). Nos últimos anos, a pauta de exportações é composta basicamente por minério de ferro, ferro fundido bruto, alumina calcinada, alumínio em forma bruta, ligas de alumínio e soja em grãos. Juntos, representam mais de 95% do valor das exportações maranhenses. Outros produtos exportados são o algodão debulhado, peles, couros, madeira (móveis, peças cortadas, dormentes), óleo de babaçu, quercetina etc..

Como os dados que tratam de um todo não mostram as particularidades, os dados do Maranhão descritos acima não mostram as desigualdades existentes entre seus municípios. Portanto, esta tese buscou evidenciar as diferenças de desenvolvimento existentes entre os seus 217 municípios através da análise do nível de desenvolvimento de cada um deles, deixando à mostra as desigualdades de desenvolvimento existentes no Estado.

5.2 TÉCNICAS DE COLETA, FONTES DOS DADOS, DIMENSÕES E VARIÁVEIS

Este estudo foi realizado com a utilização de dados secundários coletados a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc).

Os dados foram obtidos junto às publicações do IBGE, Secretaria Nacional de Saúde através do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O estudo considerou cinco dimensões e 28 variáveis, assim distribuídas: seis na dimensão econômica; oito na dimensão social, saúde e infraestrutura; três na dimensão demográfica; três na dimensão institucional e oito na dimensão educação e lazer, as quais estão descritas abaixo:

- a) dimensão econômica: contribuição dos impostos no PIB total municipal, PIB *per capita*, renda domiciliar *per capita*, pessoas 10 anos a mais com renda, receita orçamentária *per capita* e transferência intergovernamental;
- b) dimensão social, saúde e infraestrutura: despesa orçamentária com a saúde e saneamento, mortalidade infantil, população atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF), população atendida por Transferência de Benefícios Sociais (TBS)⁴⁴, incidência de pobreza, abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo. Para facilitar a análise e interpretação dos resultados, as variáveis dessa dimensão foram agrupadas em três grupos: variáveis ligadas à saúde, variáveis ligadas à condição social e variáveis ligadas à infraestrutura dos municípios;
- c) dimensão demográfica: população urbana, população economicamente ativa e população com 60 anos a mais;
- d) dimensão institucional: existência de acesso à justiça, existência de conselhos municipais e existência de agências bancárias;
- e) dimensão educação e lazer: pessoas com 15 anos a mais analfabetas, existência de unidade de ensino superior (UES), despesa orçamentária com a educação e cultura, existência de biblioteca, existência de clube recreativo, existência de centro de esportes, existência de rádio

⁴⁴ A Transferência de Benefícios Sociais é composta pela soma dos beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada e Assistência Social (BPC). O BPC é uma transferência mensal de um salário mínimo a pessoa com deficiência ou idosa (65 anos ou mais) com renda familiar *per capita* menor que 1/4 do salário mínimo.

AM/FM e existência de provedor de internet. Aqui também as variáveis foram agrupadas, mas dessa vez em dois grupos: variáveis ligadas à educação e variáveis ligadas ao lazer .

Estas dimensões e variáveis foram utilizadas para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) que foi calculado para cada um dos municípios maranhenses e que, por sua vez, foi utilizado para evidenciar o nível de desenvolvimento de cada um deles.

Na escolha das variáveis de cada dimensão, foi levada em consideração a importância dela para o desenvolvimento do município e a relação que poderia ter com a qualidade de vida da população. As variáveis da dimensão econômica representam o desenvolvimento econômico. As variáveis da social, saúde e infra estrutura representam aspectos da população em termos de condição de saúde, de pobreza e de saneamento. As variáveis da dimensão demográfica caracterizam o grau de urbanização e a disponibilidade da população para contribuir com a economia do município. As variáveis da dimensão institucional mostram a participação popular na administração pública e a disponibilidade da justiça e da rede bancária à população. As variáveis da dimensão educação e lazer caracterizam as condições educacionais e a disponibilidade de lazer para a população, pontos importantes quando se pensa em qualidade de vida e desenvolvimento municipal.

No Quadro 5 encontra-se a identificação das dimensões, o nome das variáveis, os códigos utilizados, as fontes dos dados, as unidades e a relação de cada variável com o desenvolvimento.

5.3 PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS E ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para fazer uma tipologia dos municípios maranhenses e descrever o nível de desenvolvimento e desigualdades de cada grupo, fez-se uso da análise multivariada de dados através da análise de agrupamento, que permitiu o agrupamento dos municípios de acordo com a similaridade de seus perfis. A análise multivariada “[...] consiste em um conjunto de métodos estatísticos utilizados em situações nas quais várias variáveis são medidas simultaneamente [...]” (MINGOTI, 2005, p.21).

Quadro 5 – Identificação das dimensões, variáveis, códigos utilizados, fontes dos dados, unidades e relação das variáveis com o desenvolvimento.

Continua

Dimensão	Variável	Código	Fonte dos dados	Unidade	Relação da Variável com o Desenvolvimento
Econômica	Contribuição dos impostos no PIB total municipal	IMP_PIB	IBGE	%	+
	PIB <i>per capita</i>	PIB_PERCAP	IBGE	R\$	+
	Renda domiciliar per capita	REND_DOM	IBGE IPEADATA	R\$	+
	Pessoas com 10 anos a mais com rendimentos	PESSOA_RENDA	IBGE	%	+
	Receita orçamentária <i>per capita</i>	REC_ORÇAM	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/Finanças do Brasil (FINBRA)	R\$	+
	Transferência Intergovernamental (União+Estado)	TRANSF_INTERG	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/Finanças do Brasil (FINBRA)	%	-
Social, Saúde e Infraestrutura	Despesa orçamentária com a saúde e saneamento	DESP_SAU_SAN	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/Finanças do Brasil (FINBRA)	%	+
	Mortalidade infantil	MORT_INF	MS/SINASC	Número de óbitos de crianças com menos de um ano a cada mil nascidos vivos	-
	População atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF)	POP_PSF	DATASUS	%	+
	População atendida por Transferência de Benefícios Sociais (TBS)	TRANSF_BENEF	IPEADATA	%	-
	Incidência de pobreza	INCID_POB	IPEADATA IBGE	%	-
	Abastecimento de água – rede geral	ÁGUA	IBGE	%	+
	Rede de esgoto ligada à rede geral ou pluvial ou fossa séptica	ESGOTO	IBGE	%	+
	Coleta de lixo feita por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza.	LIXO	IBGE	%	+

Conclusão

Dimensão	Variável	Código	Fonte dos dados	Unidade	Relação da Variável com o Desenvolvimento
Demográfica	População urbana	POP_URB	IBGE	%	+
	População economicamente ativa	POP_ECO	IBGE	%	+
	População com 60 anos a mais	POP_IDO	IBGE	%	+
Institucional	Existência de acesso à justiça	JUSTIÇA	IBGE	-	+
	Existência de conselhos municipais	CONSELHOS	IBGE	-	+
	Existência de agências bancárias	AGÊNCIAS	IBGE	-	+
Educação e Lazer	Pessoas 15 anos a mais analfabetas	PESS_ANALF	IBGE	%	-
	Existência de unidade de ensino superior (UES)	UES	IBGE	-	+
	Despesa orçamentária com a educação e cultura	DESP_EDU_CULT	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)/Finanças do Brasil (FINBRA)	%	+
	Existência de biblioteca	BIBLIOT	IBGE	-	+
	Existência de clube recreativo	CLUB_REC	IBGE	-	+
	Existência de centro de esportes	CENT_ESP	IBGE	-	+
	Existência de rádio AM/FM	RADIO	IBGE	-	+
Existência de provedor de internet	INTERNET	IBGE	-	+	

Fonte: Elaboração própria (2012).

Em linhas gerais, os métodos de estatística multivariada são utilizados com o propósito de simplificar ou facilitar a interpretação do fenômeno que está sendo estudado através da construção de índices ou variáveis alternativas que sintetizem a informação original dos dados; construir grupos de elementos amostrais que apresentem similaridades entre si, possibilitando a segmentação do conjunto de dados originais; investigar as relações de dependência entre as variáveis respostas associadas ao fenômeno e outros fatores (variáveis explicativas), muitas vezes, com objetivos de predição; comparar populações ou validar suposições através de testes de hipóteses (MINGOTI, 2005, p.22).

Para este estudo foi assumido a normalidade na distribuição dos dados, tendo como base o teorema do limite central, que afirma, basicamente, que em amostras grandes os dados tendem a apresentar um comportamento que pode ser assumido como semelhante ao da distribuição normal. Completando essa afirmação, Hair et al. (2009) revelam que amostras maiores reduzem os efeitos nocivos da não normalidade. Eles ainda completam:

[...] Para amostras com 200 ou mais observações, porém, esses mesmos efeitos são negligenciados. Além disso, quando comparações de grupos são feitas, como na ANOVA, os diferentes tamanhos de amostras entre grupos, se forem grandes o suficiente, podem até mesmo cancelar os efeitos nocivos (HAIR et al., 2009, p. 83).

Algumas comparações entre grupos foram realizadas. A primeira comparação foi entre dois grupos de municípios: um grupo formado pelos municípios que sofrem influência direta dos projetos considerados nesta pesquisa e o outro grupo formado por municípios que não sofrem influência de nenhum dos projetos. A segunda comparação foi feita entre cinco grupos resultantes da técnica estatística multivariada da análise de agrupamento, onde o objetivo foi agrupar municípios com base nas suas semelhanças.

Estatisticamente, a diferença de médias destes grupos foram testadas através de dois testes: o teste z e a ANOVA (análise de variância). O teste z é utilizado quando trabalham-se com duas médias e com a população. Este foi utilizado na primeira comparação. A ANOVA é utilizada quando trabalham-se com mais de dois grupos, como no caso da segunda comparação citada acima. O nível de significância utilizado para testar-se as diferenças entre as médias que foram observadas eram significativas ou não foi de 5%.

Todas as análises estatísticas foram realizadas através dos Programas Excel (Microsoft Office Excel) e SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

Todas as figuras que envolveram a representação em mapas foram elaboradas através do Programa Terra View 4.2.0 desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

A seguir, serão descritas as operações realizadas para que cada um dos objetivos fosse alcançado.

5.3.1 Cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

A construção de um índice tem o objetivo de sintetizar em uma única variável as informações obtidas do conjunto de variáveis envolvidas no estudo, daí sua importância no uso quando se deseja analisar o nível de desenvolvimento de uma determinada região.

Vários trabalhos já foram desenvolvidos com o objetivo de analisar o nível de desenvolvimento de algumas regiões brasileiras, inclusive do Maranhão. As principais técnicas utilizadas foram a construção de um índice de desenvolvimento, seja ele denominado de Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) ou de Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), e a construção de grupos de municípios/regiões. Em geral, são utilizadas as técnicas de análise estatística multivariada da análise fatorial e da análise de agrupamento (*cluster analysis*) para a construção de índices e para a formação de grupos.

Diante das opções de metodologias encontradas na vasta bibliografia consultada, fez-se a opção de realizar o estudo sobre os níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses através da metodologia proposta por Kageyama (2004) para a construção do Índice de Desenvolvimento Municipal e da técnica estatística da análise de agrupamento para a formação de grupos homogêneos dos municípios.

A opção de construir um novo índice para o Maranhão e de não utilizar os já existentes se deu pelo fato de que um dos objetivos dessa tese foi fazer a análise da dinâmica do desenvolvimento dos municípios em décadas distintas, fato que os índices existentes não permitiriam por terem sido calculados somente para os anos mais recentes.

5.3.1.1 Construção do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)

Construiu-se para cada município do Estado do Maranhão um índice denominado de Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) calculado para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Por considerar a complexidade do processo de desenvolvimento, o cálculo do índice considerou as cinco dimensões e as 28 variáveis descritas no item 5.2.

Após a definição das dimensões e das variáveis e da escolha da metodologia para o cálculo do índice, passou-se a etapa do cálculo propriamente dito. Como já foi mencionado anteriormente, a primeira etapa foi fazer a padronização dos dados. A seguir, foram

calculados os cinco índices parciais, os quais representaram as cinco dimensões analisadas. Cada um dos índices parciais é composto pela média aritmética simples dos valores de cada uma das variáveis que compõe cada dimensão. Dessa forma, o IDM é a média aritmética dos cinco índices parciais: índice do desempenho econômico (IECO), índice do desempenho social, saúde e infraestrutura (ISOC), índice do desempenho demográfico (IDMO), índice do desempenho institucional (IPO-INS) e índice do desempenho educação e lazer (IEDU-LAZER).

Como as variáveis possuem unidades diferentes, antes de calcular cada índice parcial foi necessário transformar cada variável em um índice simples para que pudesse ser feito a agregação do conjunto de variáveis de cada dimensão. Para tal, segundo Waquil et al (2007), adaptando a metodologia utilizada por Sepúlveda (2005) às condições brasileiras, ajustam-se os valores observados de cada variável em uma escala cujo valor mínimo é 0 (zero) e o valor máximo é igual a 1 (um), criando-se, assim, condições para a agregação nas suas respectivas dimensões. Porém, a escolha das variáveis veio acompanhada da relação que esta apresenta com o “entorno geral”, ou seja, definiu-se se o aumento no valor dessa variável melhora ou piora o processo de desenvolvimento. Caso tenha-se optado pela melhoria, considerou-se uma relação positiva entre a variável e o processo de desenvolvimento; dessa forma o sinal é positivo (+). Se a relação piorou o processo de desenvolvimento, a relação é negativa; a variável recebeu o sinal negativo (-). É importante esclarecer que a escolha do sinal, ou seja, da relação, é uma questão subjetiva, portanto não consensual. Operacionalmente, o procedimento foi o seguinte:

Se a relação entre a variável e desenvolvimento tiver sido positiva, usou-se a seguinte fórmula:

$$I = \frac{x - m}{M - m}$$

Se a relação entre a variável e desenvolvimento tiver sido negativa, usou-se a seguinte fórmula:

$$I = \frac{M - x}{M - m}$$

Onde:

I = índice calculado referente a cada variável;

x = valor observado de cada variável;

m = valor mínimo considerado;

M = valor máximo considerado.

Após a transformação das variáveis em índice simples, fez-se o cálculo dos índices parciais de cada dimensão através da média aritmética da seguinte forma:

a) Índice de desempenho econômico (IECO)

$$IECO = \frac{(IMP_PIB + PIB_PERCAP + REN_DOM + PESSOA_REND + REC_ORÇAM + TRANSF_INTERG)}{6}$$

Onde:

IMP_PIB	Contribuição dos impostos no PIB total municipal
PIB_PERCAP	PIB <i>per capita</i>
REND_DOM	Renda domiciliar <i>per capita</i>
PESSOA_REND	Pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos
REC_ORÇAM	Receita Orçamentária <i>per capita</i>
TRANSF_INTERG	Transferência intergovernamental (União+Estado)

b) Índice social, saúde e infra estrutura (ISOC)

$$ISOC = \frac{DESP_SAU_SANL + MORT_INF + POP_PSF + TRANSF_BENEF + INCID_POB + ÁGUA + ESGOTO + LIXO}{8}$$

Onde:

DESP_SAU_SAN	Despesa orçamentária com saúde e saneamento
MORT_INF	Mortalidade infantil
POP_PSF	População atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF)
TRANSF_BENEF	População atendida por Transferência de Benefícios Sociais (TBS)
INCID_POB	Incidência de pobreza
ÁGUA	Percentual de domicílios com abastecimento de água
ESGOTO	Percentual de domicílios com cobertura de rede de esgoto sanitário
LIXO	Percentual de domicílios com coleta de lixo

c) Índice demográfico (IDMO)

$$IDMO = \frac{POP_URB + POP_ECO + POP_IDO}{3}$$

Onde:

POP_URB	População urbana
POP_ECO	População economicamente ativa
POP_IDO	População com 60 anos a mais

d) Índice institucional (IINST)

$$IINST = \frac{JUSTIÇA + CONSELHOS + AGÊNCIAS}{3}$$

Onde:

JUSTIÇA	Existência de acesso à justiça
CONSELHOS	Existência de conselhos municipais
AGÊNCIAS	Existência de agências bancárias

e) Índice educação e lazer (IEDU-LAZER)

$$IEDU - LAZER = \frac{PESS_ANALF + UES + DESP_EDU_CULT + BIBLIOT + CLUB_REC + CENT_ESP + RÁDIO + INTERNET}{8}$$

Onde:

PESS_ANALF	Pessoas 15 anos a mais analfabetas
UES	Existência de unidade de ensino superior (UES)
DESP_EDU_CULT	Despesa orçamentária com a educação e cultura
BIBLIOT	Existência de biblioteca
CLUB_REC	Existência de clube recreativo
CENT_ESP	Existência de centro de esportes
RADIO	Existência de rádio AM/FM
INTERNET	Existência de provedor de internet

Após a construção dos índices parciais, construiu-se o Índice de Desenvolvimento Municipal para cada município do Estado utilizando-se a seguinte equação:

$$IDM = \frac{(IECO + ISOC + IDMO + IINST + IEDU_LAZER)}{5}$$

A partir deste índice, duas etapas se processaram:

- a) a primeira foi fazer uma análise da evolução do desenvolvimento dos municípios ao longo das décadas estudadas. Nesta etapa, o IDM calculado foi dividido em cinco estratos de igual tamanho e foram identificados como níveis

de desenvolvimento, os quais receberam as denominações de Desenvolvimento Muito Baixo (DMB); Desenvolvimento Baixo (DB); Desenvolvimento Médio (DM); Desenvolvimento Alto (DA) e Desenvolvimento Muito Alto (DMA). O cálculo dos estratos foi feito da seguinte forma:

- i) diferença entre o maior e o menor valor do IDM calculado;
 - ii) dividiu-se o resultado pelo número de estratos desejados. No caso desse estudo foram considerado 5 estratos;
 - iii) o valor do primeiro estrato foi calculado através da soma do menor valor do IDM com o resultado encontrado no item “ii”;
 - iv) os resultados dos estratos seguintes foram calculado com base na soma dos valores dos estratos anteriores com o resultado do item “ii”.
- b) a segunda etapa realizada após o cálculo do IDM foi composta pela construção da tipologia dos municípios através da análise de agrupamento e pela realização dos testes estatísticos para ver se existiam diferenças significativas entre as médias do grupo de municípios que possuem projetos e o grupo de municípios que não possuem projetos, assim como entre os cinco grupos formados pela análise de agrupamento.

5.3.2 Análise de agrupamento (*Cluster Analysis*)

A análise de agrupamento⁴⁵ tem por finalidade principal agrupar objetos com base nas suas características “de modo que cada objeto é semelhante aos outros no agrupamento com base em um conjunto de características escolhidas”. Os agrupamentos devem exibir elevada homogeneidade interna (dentro do grupo) e elevada heterogeneidade externa (entre grupos) (HAIR et al., 2009, p. 430). Esta técnica é muito recomendada quando se trabalha com um grande número de informações, pois ela tem a capacidade de agrupar observações com a mínima perda de informações, fato importante quando se trabalham com dados municipais.

A análise de agrupamento permite examinar as relações de interdependência entre um grande número de variáveis, assim como agregar observações de acordo com suas

⁴⁵ Também recebe a denominação de construção de tipologia, análise de classificação, análise de conglomerados etc.

semelhanças. “A similaridade representa o grau de correspondência entre objetos ao longo de todas as características usadas na análise” (HAIR et al., 2009, p. 433). Este grau de proximidade ou semelhança está ligado ao conceito de distância, isto é, quando mais próximas estiverem duas observações, maior a semelhança entre elas. Neste trabalho foi utilizada como medida de distância a distância euclidiana quadrada, onde a distância entre duas observações (i e j) corresponde à soma dos quadrados das diferenças entre i e j para todas as p variáveis. Assim, a distância entre a observação i e a observação j é dada por:

$$d_{ij}^2 = \sum_{k=1}^p (x_{ik} - x_{jk})^2$$

Uma vez feita a seleção das variáveis e a escolha da medida de distância, tornou-se necessário determinar o método em que faria o processo de agrupamento. Comumente se faz uso de dois métodos para se fazer agrupamentos: o hierárquico e o não hierárquico. O método hierárquico combina as observações de modo a apresentar uma estrutura de hierarquia ou do tipo árvore e possui dois tipos básicos de agrupamentos, quais são: o método aglomerativo e o método divisivos. No aglomerativo, cada objeto ou observação representa um grupo e a partir daí novos agrupamentos são formados por similaridade, enquanto no divisivos, todas as observações formam um único agrupamento que, posteriormente, será subdividido até que cada observação seja um grupo unitário. Uma das desvantagens do método hierárquico consiste nele não poder ser utilizado em amostras muito grandes, como é o caso desse estudo (HAIR et al., 2009; FÁVERO et al., 2009).

Sendo assim, o método que foi utilizado para realizar o processo de agrupamento foi o não hierárquico. Entre os métodos não hierárquicos, o mais comumente utilizado é o *K-means*, principalmente por permitir o agrupamento de grandes conjuntos de observações. Neste método, dois processos são essenciais: um é a definição prévia do número de grupos a serem formados; a outra é a especificação do centro de cada grupo (sementes de agrupamentos ou centróides) que pode ser feita pelo pesquisador ou de forma aleatória, onde o programa de computação seleciona “os pontos sementes necessários a partir das observações” (HAIR et al., 2009, p. 453). Com os centros dos grupos definidos, cada observação foi designada a uma semente de agrupamento do grupo mais próximo com base em similaridades, ou seja, o grupo vai sendo formado por observações de acordo com as suas

semelhanças. Nesta pesquisa os pontos sementes foram escolhidos aleatoriamente através do uso do programa SPSS e foi definido o número de cinco grupos.

5.3.3 Testes para diferenças de médias

Os testes realizados neste estudo tiveram como objetivo verificar se existiam diferenças significativas entre as médias dos grupos formados pelos municípios que possuem projetos de desenvolvimento e dos grupos formados pelos municípios que não possuem projetos de desenvolvimento, assim como, se haveria ou não diferença significativa entre as médias dos cinco grupos formados a partir da análise de agrupamento.

5.3.3.1 Teste z – teste das diferenças das médias entre os grupos de municípios que receberam e não receberam projetos de desenvolvimento

O primeiro passo foi identificar entre os 217 municípios aqueles que receberam projetos de desenvolvimento e os que não receberam projetos. Com essa informação, foram formados dois grupos de municípios: Grupo 1, formado com os municípios que receberam projetos e o Grupo 2, formado com os municípios que não receberam projetos. Para cada grupo foi calculado os valores do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) de cada município.

Utilizou-se o teste z para verificar se existiam diferenças significativas entre as médias da variável analisada entre os municípios que receberam os projetos de desenvolvimento e os que não receberam. O teste z é apropriado para comparar as médias quando se trabalha com a população e quando a variância é conhecida. Este teste foi utilizado por se tratar de uma análise feita com dados da população, ou seja, dados de todos os municípios maranhenses que receberam ou não os projetos, assim como ao dividi-los em dois grupos de municípios, obteve-se uma variável categórica, que junto com outra variável numérica, tornou-se condição necessária para esse procedimento. Então:

$$z_{cal} = \frac{\bar{X}_A - \bar{X}_B}{\sqrt{\frac{\sigma_{X_A}^2}{n_a} + \frac{\sigma_{X_B}^2}{n_b}}}$$

Onde:

Z_{cal} = valor da estatística Z

\bar{X}_A = média do IDM do grupo A

\bar{X}_B = média do IDM do grupo B

$\sigma_{X_A}^2$ = Variância da população do grupo A

$\sigma_{X_B}^2$ = Variância da população do grupo B

n_a = número de municípios do grupo A

n_b = número de municípios do grupo B

As hipóteses formuladas foram:

$H_0 : \mu_1 = \mu_2 \Rightarrow$ Não há diferença significativa entre as médias do IDM dos municípios que recebem os projetos de desenvolvimento e os que não receberam;

$H_a : \mu_1 \neq \mu_2 \Rightarrow$ Há diferença significativa entre as médias do IDM dos municípios que recebem os projetos de desenvolvimento e os que não receberam.

5.3.3 2 Análise de variância (ANOVA) - teste das diferenças entre as médias dos cinco grupos formados pela análise de agrupamento

A análise de variância (ANOVA) foi utilizada para verificar se existiam diferenças significativas do IDM entre os cinco grupos de municípios formados.

Este teste utiliza o valor da estatística F para verificar se há ou não diferenças significativas. Então:

$$F = \frac{MS_B}{MS_W}$$

Onde:

F = valor da estatística F

MS_B = estimativa de variância dentro de grupos (quadrado médio dos grupos)

MS_W = estimativa de variância entre grupos (quadrado médio entre grupos)

Se o valor absoluto da estatística F for maior que o valor crítico da estatística F , o pesquisador rejeita H_0 . Pode-se simplesmente observar o nível de significância.

Segundo Hair et al. (2009), esta técnica permite ao pesquisador ter uma visão mais analítica sobre questões complexas de pesquisa. A vantagem desta técnica é que ela é capaz de usar a variabilidade de todos os grupos ao mesmo tempo, mas como desvantagem, ela só é capaz de mostrar que há variação entre as médias, mas não diz qual o grupo que se diferencia.

Para fazer a comparação das médias, usou-se a Diferença Mínima Significativa (DMS) através do teste de Tukey. Assim, primeiro se fez a análise de variância para se saber se havia ou não diferenças de médias do IDM entre os cinco grupos e se esta era significativa ou não. Constatada a diferença significativa de pelo menos uma média, fez-se o teste de Tukey para se conhecer qual (ou quais) grupo(s) apresentava (m) diferença (s).

As hipóteses formuladas foram:

$H_0 : \mu_1 = \mu_2 = \mu_3 = \mu_4 = \mu_5 \Rightarrow$ Não há diferença significativa entre as médias do IDM entre os cinco grupos.

$H_1 : \mu_1 \neq \mu_2 \neq \mu_3 \neq \mu_4 \neq \mu_5 \Rightarrow$ Há diferença significativa em pelo menos uma das médias do IDM entre os cinco grupos.

Após concluir o capítulo dois que trata da revisão teórica sobre as teorias e pensamentos do desenvolvimento regional; o capítulo três que fez um resgate da história sobre a origem das desigualdades no Brasil, no Nordeste e no Maranhão; o capítulo quatro que tratou da caracterização dos projetos implantados no Maranhão nas décadas de 1970 e de 1980 e do capítulo cinco que mostrou os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, passou-se para o capítulo seis, onde foi feita a interpretação e discussão dos resultados.

Através da metodologia descrita, realizou-se o cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal para cada município. A partir dele, várias etapas foram realizadas. Na primeira, fez-se a classificação dos níveis de desenvolvimento que permitiu fazer a análise da evolução do desenvolvimento dos municípios ao longo dos anos analisados, evidenciando, assim, as desigualdades regionais existentes no Estado do Maranhão. Na

segunda, construíram-se dois grupos de municípios, esses formados por municípios com e sem projetos de desenvolvimento. Na terceira, formaram-se cinco grupos de municípios através da análise de agrupamento; e, por fim, na quarta, realizaram-se os testes estatísticos para verificar o nível de significância das diferenças de média entre os dois grupos e entre os cinco grupos formados e que foram descritos acima.

No capítulo seis, os resultados foram escritos na seguinte ordem:

- a) as desigualdades de desenvolvimento existentes entre os 217 municípios;
- b) as desigualdades de desenvolvimento entre os municípios com projetos e os municípios sem projetos;
- c) o desenvolvimento dos municípios maranhenses visto através da formação dos cinco grupos.

Na análise das desigualdades de desenvolvimento existentes entre os 217 municípios, fez-se primeiramente uma comparação do comportamento do IDM total e dos níveis de desenvolvimento dos municípios dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. A seguir foi feita uma análise do comportamento dos níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses entre os anos de 2000 e 2010. Esta análise, em duas etapas, foi necessária pelo fato da existência da diferença no número de municípios maranhenses entre os anos de 1980, 1991 e 2000/2010, nos quais eram 130, 136 e 217 municípios, respectivamente. A análise entre 2000 e 2010 foi importante pelo fato da igualdade no número de municípios e pelo fato de que a partir de 2000 os projetos implantados aumentaram suas atividades e deram melhores resultados econômicos.

A análise das desigualdades de desenvolvimento entre os municípios com projetos e os municípios sem projetos foi feita em três etapas. A primeira constatou de uma análise individual da evolução do nível de desenvolvimento dos municípios em cada projeto considerando os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Na segunda etapa, fez-se uma análise conjunta de todos os municípios com projetos considerando a evolução do nível de desenvolvimento, do PIB municipal e do cadastro das empresas sediadas nos municípios. Na terceira etapa, realizou-se a análise do comportamento do Índice de Desenvolvimento Municipal dos 217 municípios divididos em dois grupos de municípios: um formado por municípios com projeto e outro formado com municípios sem projetos.

Por fim, a análise do desenvolvimento dos municípios visto através da formação dos cinco grupos permitiu mostrar quais municípios estão mais bem desenvolvidos, quais municípios se encontram em pior desenvolvimento e quais municípios apresentaram o desenvolvimento mediano no Maranhão. Entretanto, é importante frisar que este ranking está

considerando a metodologia escolhida e fazendo uso das cinco dimensões e das 28 variáveis escolhidas para esse estudo.

Dessa forma, no final da apresentação e discussão dos resultados, ter-se á atingido o objetivo geral proposto nesta tese que foi o de conhecer e caracterizar as dinâmicas e as desigualdades nos índices de desenvolvimento dos municípios maranhenses através de uma análise multivariada, assim como o de relacionar esses resultados com os projetos implantados no Estado com o intuito de promover o seu desenvolvimento.

6 O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO

6.1 AS DESIGUALDADES DE DESENVOLVIMENTO EXISTENTES ENTRE OS 217 MUNICÍPIOS

A análise do desenvolvimento dos 217 municípios maranhenses foi feita através dos seguintes subitens: análise do IDM total e dos níveis de desenvolvimento de todos os municípios existentes em 1980, 1991, 2000 e 2010; análise do comportamento do desenvolvimento dos 217 municípios maranhenses entre os anos de 2000 e 2010 e, por fim, análise do IDM dos municípios com projetos e dos municípios sem projetos.

Conforme descrito na metodologia, o IDM de cada município para os quatro anos foi calculado através de cinco índices parciais. Os valores da média e do coeficiente de variação dos cinco índices parciais e do IDM para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 encontram-se na Tabela 2. Observou-se que nos quatro anos os valores da média do IDM foram crescentes, enquanto que os valores do coeficiente de variação foram decrescentes, o que nos diz que houve uma melhora no desenvolvimento municipal no Maranhão ao mesmo tempo em que houve a redução da desigualdade entre os municípios. Mais detalhes sobre o IDM dos anos analisados serão vistos através da discussão dos parâmetros descritivos que se encontram na Tabela 5.

Ainda na Tabela 2, verificou-se que para o ano de 1980 não constam valores para o índice parcial econômico e para o índice parcial institucional, fato que se repete para o índice parcial institucional de 1991. A explicação para isto está na ausência de dados para as variáveis que compõem as dimensões referentes a estes índices para os referidos anos.

Tabela 2 – Valores da média e do coeficiente de variação dos cinco índices parciais e do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão.

Índices	Média				Coeficiente de Variação			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
IECO	- ¹	0,1939	0,1956	0,2940	-	0,59	0,40	0,24
ISOC	0,0817	0,2994	0,3761	0,5585	1,48	0,30	0,29	0,14
IDMO	0,4543	0,3993	0,4554	0,4733	0,22	0,26	0,26	0,27
IINST	-	-	0,3144	0,4624	-	-	0,79	0,69
IEDU-LAZER	0,3405	0,3346	0,4418	0,4932	0,49	0,54	0,43	0,40
IDM	0,2922	0,3068	0,3567	0,4565	0,35	0,30	0,32	0,26

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Ausência de valores dos índices parciais devido a falta de dados.

Ao se observar os valores das médias dos índices parciais dos quatro anos, vê-se que assim com ocorreu com as médias do IDM, elas apresentam valores crescentes, significando uma melhora em todos os índices parciais, ou seja, em todas as dimensões, o que significa que todas elas contribuíram para a melhora do índice de desenvolvimento dos municípios. Ao observar os valores do coeficiente de variação, percebe-se que, apesar de um aumento registrado entre 1980 e 1991 em alguns índices parciais, houve, em geral, um decréscimo, principalmente no índice econômico e no índice social, saúde e infraestrutura, com destaque entre os anos de 2000 e 2010. Isto significa que tem-se uma média mais representativa e que a situação dos municípios se aproximou mais um do outro ao se analisar uma determinada dimensão. Exceto a dimensão institucional e à dimensão educação e lazer, cujos valores ainda permaneceram muito altos.

Para uma análise atual do comportamento de cada dimensão no conjunto de municípios maranhenses, foi feita uma análise dos valores referentes ao ano de 2010. Os valores mostram que a maior média foi encontrada no índice social, saúde e infra estrutura (ISOC), seguida pelos índices educação e lazer (IEDU-LAZER), índice demográfico (IDMO), índice institucional (IINST) e índice de desempenho econômico (IECO). Ao se observar o coeficiente de variação, percebeu-se que os menores valores estão no índice social, saúde e infraestrutura e no índice de desempenho econômico, significando que os dados referentes a essas dimensões estão mais homogêneos em torno das suas médias, o que quer dizer que a situação social, de saúde, de infraestrutura e econômica é mais parecida entre os municípios. Por outro lado, a dimensão institucional possui o maior coeficiente de variação e logo após vem o índice educação e lazer, confirmando a heterogeneidade que existe nos dados em torno dessas duas médias, assim como a grande diferença das condições de assistência jurídica, participação popular, educação e lazer que existe entre os municípios maranhenses.

Após esta análise preliminar feita a partir dos índices parciais que compuseram o IDM dos diversos anos, fez-se a análise do desenvolvimento dos municípios com base no IDM e dos níveis de desenvolvimento dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

6.1.1 Uma comparação do nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) dos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010

Com o intuito de observar o comportamento do nível de desenvolvimento dos municípios do Estado do Maranhão, em um primeiro momento foi feito o cálculo do IDM

para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (Anexo A). Após esta etapa, o IDM calculado foi dividido em cinco estratos de igual tamanho e são identificados como níveis de desenvolvimento e recebem as denominações de Desenvolvimento Muito Baixo (DMB); Desenvolvimento Baixo (DB); Desenvolvimento Médio (DM); Desenvolvimento Alto (DA); e Desenvolvimento Muito Alto (DMA) (Anexo B). A Tabela 3 apresenta a classificação do IDM com base nos estratos calculados para cada ano.

Tabela 3 – Classificação dos níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses com base nos estratos calculados para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão.

Nível de Desenvolvimento	IDM			
	1980	1991	2000	2010
Desenvolvimento Muito Baixo	0 a 0,2655	0 a 0,3025	0 a 0,2929	0 a 0,3213
Desenvolvimento Baixo	0,2656 a 0,4176	0,3026 a 0,4316	0,2930 a 0,4256	0,3214 a 0,4484
Desenvolvimento Médio	0,4177 a 0,5697	0,4317 a 0,5607	0,4257 a 0,5584	0,4485 a 0,5755
Desenvolvimento Alto	0,5698 a 0,7217	0,5608 a 0,6898	0,5585 a 0,6911	0,5756 a 0,7025
Desenvolvimento Muito Alto	0,7218 a 0,8738	0,6899 a 0,8189	0,6912 a 0,8238	0,7026 a 0,8290

Fonte: Elaboração própria (2012).

Pelo fato da variação no número de municípios existentes em 1980, 1991 e de 2000 e 2010, foram feitos apenas comentários sobre a participação percentual dos municípios em cada nível de desenvolvimento para os anos de 1980 e 1991 em relação aos outros anos. Como o número de municípios é igual para os anos de 2000 e 2010 a análise feita para esses anos teve como base o número de municípios e a participação percentual dos municípios em cada nível encontrado (Tabela 4).

É importante ressaltar que a classificação aqui utilizada é específica para esta análise, o que significa dizer que, ao se utilizar outras variáveis, a classificação pode se mostrar diferente. Assim como o município que atingiu um nível mais elevado de desenvolvimento não significa que se encontra em uma situação ideal; apenas se classificou em um nível melhor diante do conjunto dos aspectos considerados em relação ao que se encontra em uma classificação inferior.

De maneira geral, os níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses apresentaram piora entre os anos de 1980 e 1991 e melhoria entre 1991 e 2010, o que parece coerente com a crise econômica que o país atravessou entre os primeiros anos e a melhoria das condições macroeconômicas e sociais do país ocorridas a partir da metade dos anos 1990. Tais mudanças não estão necessariamente ligadas a aspectos regionais e nem aos projetos de desenvolvimento implantados no Estado, fato que será analisado posteriormente.

Tabela 4 – Número de municípios e participação percentual nos níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.
Maranhão.

Nível de Desenvolvimento	1980		1991		2000		2010	
	Número de Municípios	Participação Percentual (%)	Número de Municípios	Participação Percentual (%)	Número de Municípios	Participação Percentual (%)	Número de Municípios	Participação Percentual (%)
Desenvolvimento Muito Baixo	54	41,5	69	50,7	76	35,0	30	13,8
Desenvolvimento Baixo	63	48,5	55	40,4	84	38,7	78	35,9
Desenvolvimento Médio	12	9,2	11	8,1	45	20,7	72	33,2
Desenvolvimento Alto	0	0,0	0	0,0	10	4,6	32	14,7
Desenvolvimento Muito Alto	1	0,8	1	0,7	2	0,9	5	2,3
Total	130	100,0	136	100	217	100	217	100

Fonte: Elaboração própria (2012).

O percentual de municípios com o nível de desenvolvimento muito baixo aumentou entre 1980 e 2000, mas, por sua vez, a partir desta última década apresentou queda, chegando em 2010 com 13,8%. Os municípios com o nível de desenvolvimento baixo apresentaram queda contínua, mesmo que estas se apresentem menores que as apresentadas no nível anterior, durante todos os anos estudados, passando de 48,5% do total de municípios em 1980 para 35,9% em 2010. O nível de desenvolvimento médio e o nível de desenvolvimento alto foram os que apresentaram maior crescimento na participação percentual dos municípios, passando de 9,2% para 33,2% e de 0% para 14,7%, respectivamente, entre 1980 e 2010. O nível de desenvolvimento muito alto foi o que apresentou menor crescimento, passando de 0,8% para 2,3% ao longo das três décadas estudadas. Importante frisar que nas décadas de 1980 e de 1990 não existia nenhum município com o nível alto de desenvolvimento e que apenas o município de São Luís apresentava o nível muito alto de desenvolvimento, todos os municípios apresentavam o nível muito baixo, baixo ou médio de desenvolvimento. O IDM de 1980, 1991 e 2000 mostram que o número de municípios com o nível de desenvolvimento muito baixo e baixo era muito maior que os outros níveis, 90%, 91,1% e 73,7%, respectivamente e que, em 2010, a diferença era apenas de um município (49,7%), fato que comprova o grande número de municípios com esses dois níveis no Estado e, conseqüentemente, deixam transparecer a imensa desigualdade que ainda persiste entre os municípios.

Pelo fato do número de municípios ser igual em 2000 e 2010, uma análise mais detalhada pôde ser feita a partir dos valores do IDM desses dois anos. Através do IDM 2000, observou-se que 160 municípios (73,7%) encontravam-se no nível de desenvolvimento muito baixo ou baixo, 45 municípios (20,7%) no nível de desenvolvimento médio, 10 municípios (4,6%) no nível de desenvolvimento alto e apenas 2 municípios (0,9%) no nível de desenvolvimento muito alto. Já nos valores do IDM 2010, observou-se que 108 municípios (49,8%) encontravam-se no nível de desenvolvimento muito baixo ou baixo, 72 municípios (33,2%) no nível de desenvolvimento médio, 32 municípios (14,7%) no nível de desenvolvimento alto e somente 5 municípios (2,3%) no nível de desenvolvimento muito alto. Percebe-se, portanto, que houve uma redução no número de municípios com o desenvolvimento muito baixo, de 76 para 30, e no número de municípios com o desenvolvimento baixo, de 84 para 78, ao mesmo tempo em que houve um aumento de 45 para 72 no número de municípios com o desenvolvimento médio, de 10 para 32 no número de municípios com o desenvolvimento alto e de dois municípios para cinco no nível de desenvolvimento muito alto, ou seja, numericamente houve um grande avanço no nível de

desenvolvimento dos municípios do Maranhão. Porém, através da Tabela 5 que mostra os parâmetros descritivos para o IDM de todos os anos calculados, percebe-se que houve uma mudança de nível, mas os valores encontrados ainda são muito baixos.

Na Tabela 5, observa-se que para o ano de 1980 a média do IDM estadual era de 0,2922 e a mediana mostra que metade dos 130 municípios apresentavam valores iguais ou inferiores ao 0,2824. O município com maior desenvolvimento era São Luís, a Capital do Estado, ao apresentar um valor 0,8738, enquanto o de pior desenvolvimento foi o município de Lago Verde, com um valor de 0,1134.

Tabela 5 – Parâmetros descritivos do Índice de Desenvolvimento Municipal (DM) para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão.

Parâmetros Descritivos	IDM			
	1980	1991	2000	2010
Média	0,2922	0,3068	0,3567	0,4565
Mediana	0,2824	0,2929	0,3304	0,4487
Mínimo	0,1134	0,1734	0,1602	0,1943
Máximo	0,8738	0,8189	0,8238	0,8296
Coefficiente de Variação	0,35	0,30	0,32	0,26

Fonte: Elaboração própria (2012).

Para o IDM de 1991, os valores encontrados para a média estadual foi de 0,3068 e para a mediana foi de 0,2929, o que nos diz que houve uma melhora no nível de desenvolvimento nestes dois parâmetros. O município de pior situação de desenvolvimento foi Santa Luzia, com o valor de 0,1734, e o de melhor desenvolvimento continuou a ser São Luís, porém o valor encontrado neste ano foi de 0,8189, menor do que o encontrado em 1980.

Os valores do IDM calculado para o ano de 2000 para cada município mostraram que o menor valor do IDM foi de 0,1602, encontrado no município de Paulino Neves, e o maior foi de 0,8238, continuando a pertencer ao município de São Luís. Os resultados alcançados mostram que a média estadual era de 0,3567 e que metade dos municípios apresentavam valores iguais ou inferiores a 0,3304, valores que mostraram novamente uma melhora no nível de desenvolvimento dos municípios.

Por sua vez, os valores do IDM calculado para o ano de 2010 para cada município mostraram que mesmo com a melhora desse indicador em relação ao ano de 2000, ainda era muito crítica a situação do Estado do Maranhão em termos de desenvolvimento dos seus municípios. Os resultados mostravam que o maior valor continuava a ser encontrado no município de São Luís quando este apresentava valor de 0,8296, mas se compararmos com o

IDM de 1980, percebe-se que, mesmo continuando a ser o maior, registrou queda no valor do índice, e se compararmos com o valor do IDM de 2000, nota-se quase uma estagnação nos valores, principalmente por se tratar de um período de dez anos. O menor valor foi encontrado no município de Marajá do Sena, que apresentou um valor de 0,1943.. Conforme os resultados, metade dos municípios apresentavam valores iguais ou inferiores que 0,4487, valor inferior à média estadual que era 0,4563.

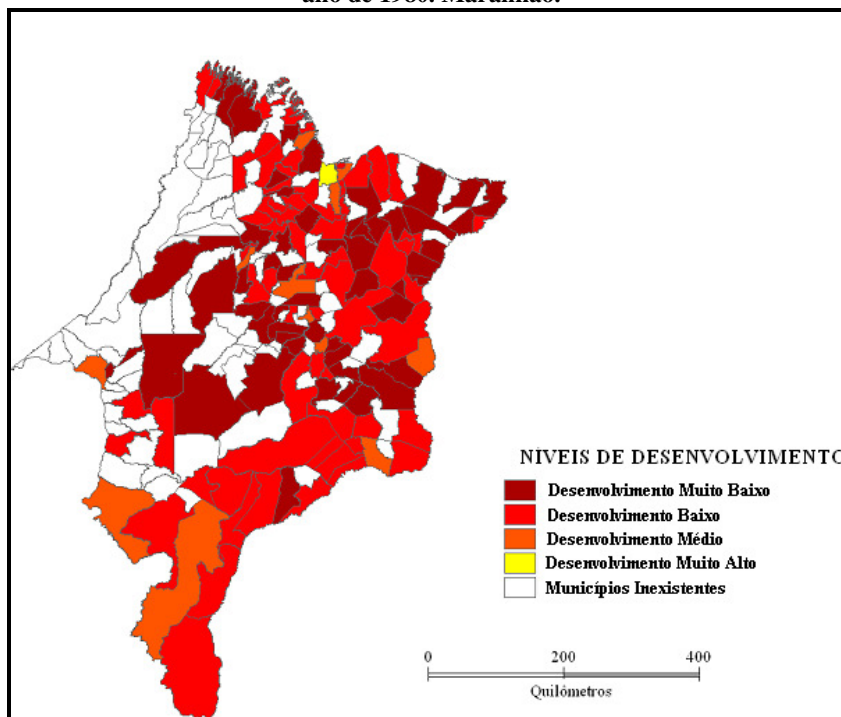
De maneira geral, a média e a mediana apresentaram melhora nos seus valores entre 1980 e 2010, mas por outro lado, observando os valores mínimos do IDM, os mesmos continuam muito baixos, o que nos diz que ainda existem muitos municípios com nível muito baixo e baixo de desenvolvimento, assim como os valores máximos encontrados apresentam-se em queda ou com um crescimento quase que estagnado, como é o caso do município de São Luís, o que nos faz deduzir que está havendo uma melhora no nível de desenvolvimento, mais este não está acompanhando o crescimento econômico registrado pelo crescimento do PIB estadual. Portanto, o crescimento econômico não está refletindo na melhoria da qualidade de vida da sociedade maranhense, principalmente no interior do Estado, onde os dados analisados refletiram uma desigualdade regional muito grande em todas as dimensões entre os municípios, principalmente naqueles que apresentam como base econômica a agricultura e que são menos urbanizados.

Observando os valores do coeficiente de variação, percebe-se que ao longo das décadas houve uma queda, o que permite dizer que todas as médias são representativas e, principalmente que estes valores também confirmaram uma maior homogeneidade dos valores em torno da média, comprovando, assim, a melhoria de todos os níveis de desenvolvimento entre os anos de 1980 e 2010

Para melhor visualização das mudanças de níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses nos anos analisados, os valores do IDM calculados foram representados nas Figuras 8, 9, 10 e 11, onde, claramente, se percebe a redução dos níveis de desenvolvimento muito baixo e baixo e o aumento dos níveis médio e alto ao longo dos anos⁴⁶.

⁴⁶ As Figuras 8 e 9 foram feitas com a utilização do mapa atual do Maranhão devido à falta dos mapas originais com os 130 municípios existentes em 1980 e com os 136 municípios existentes em 1991; por isso, a presença na legenda de municípios inexistentes.

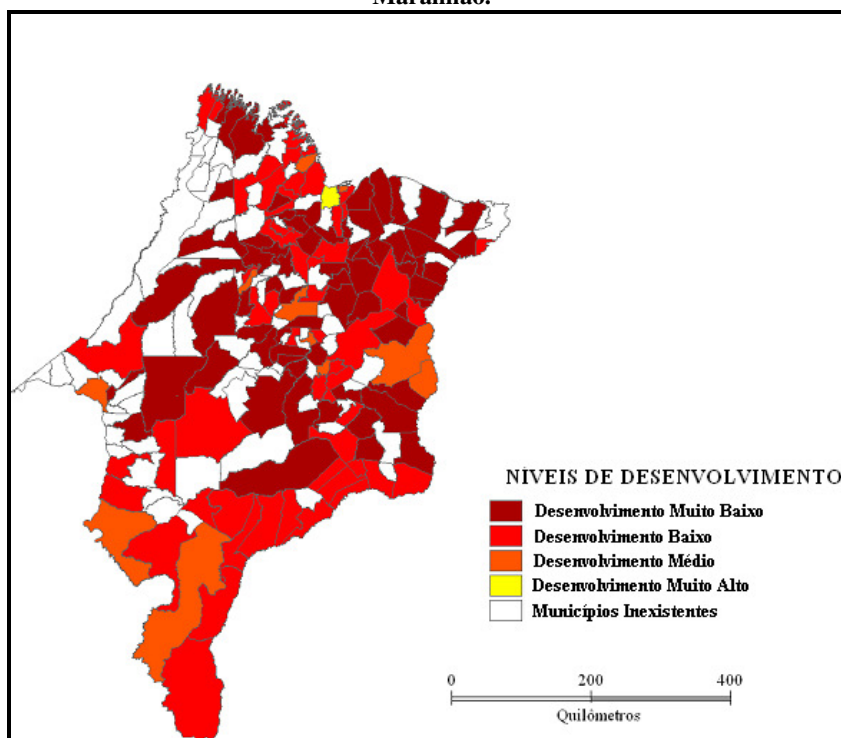
Figura 8 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 130 municípios maranhenses no ano de 1980. Maranhão.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Nota: Programa Terra View 4.2.0.

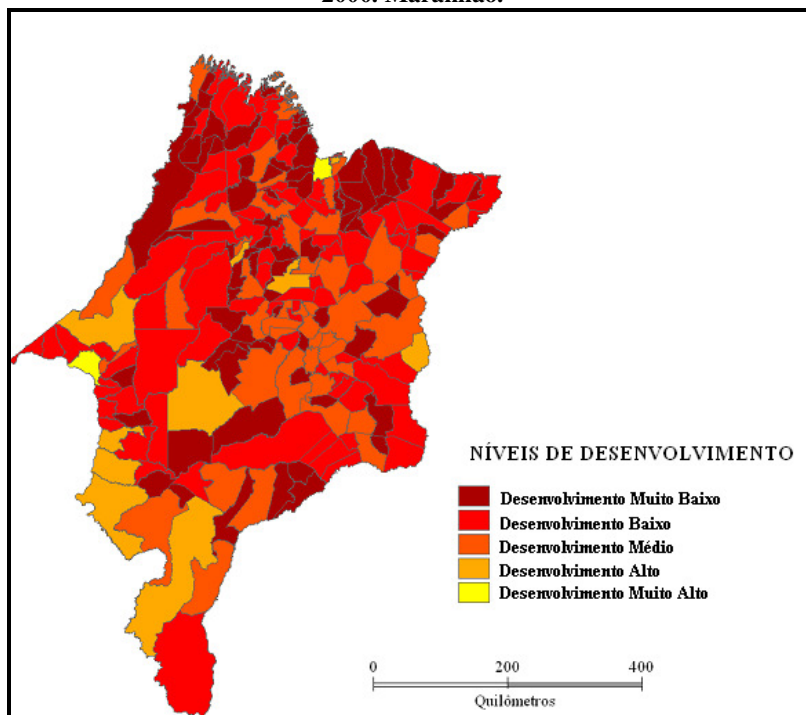
Figura 9 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 136 municípios maranhenses no ano de 1991. Maranhão.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Nota: Programa Terra View 4.2.0.

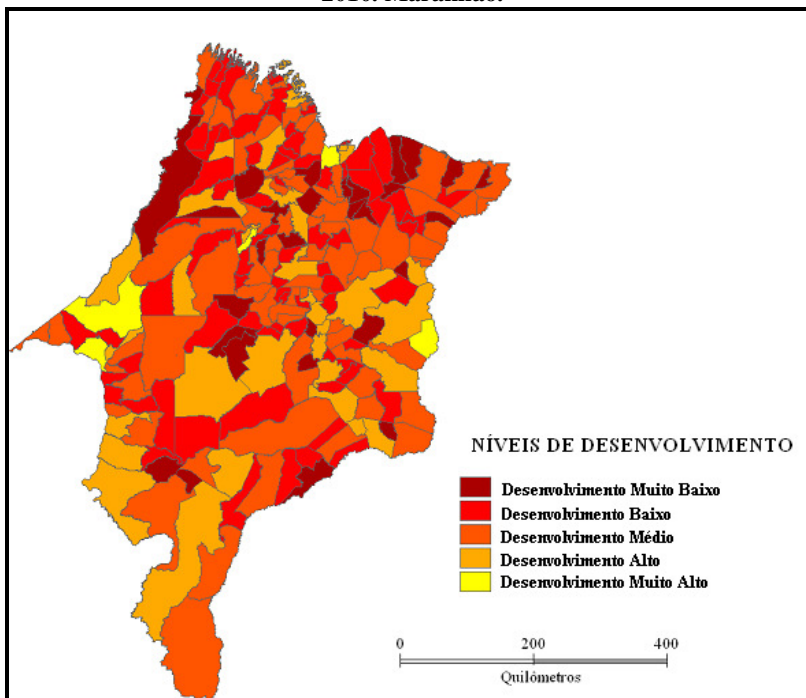
Figura 10 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 217 municípios maranhenses no ano de 2000. Maranhão.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Nota: Programa Terra View 4.2.0.

Figura 11 – Representação dos níveis de desenvolvimento dos 217 municípios maranhenses no ano de 2010. Maranhão.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Nota: Programa Terra View 4.2.0.

6.1.2 Uma análise do comportamento do nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses entre os anos de 2000 e 2010

Devido à igualdade no número de municípios, essa comparação foi feita para se verificar quais os municípios que conseguiram mudar de nível de desenvolvimento entre os anos de 2000 e 2010, justamente no período em que se consolidaram todos os investimentos feitos nos projetos objetos desse estudo.

Ao comparar o comportamento do nível de desenvolvimento de cada um dos 217 municípios através da classificação do IDM de 2000 e do IDM de 2010 descritos na Tabela 6, pode-se dizer que 96 (44,2%) municípios não sofreram alteração no nível do seu desenvolvimento; destes, 29 continuaram com o desenvolvimento muito baixo; 35 com o desenvolvimento baixo; 23 com o desenvolvimento médio; sete com o desenvolvimento alto e dois com o desenvolvimento muito alto. Com base nos dados já descritos da Tabela 4, também se pode dizer que dos 76 municípios que estavam em 2000 na classificação de desenvolvimento muito baixo, 43 passaram para o nível de desenvolvimento baixo, assim como quatro municípios passaram para o nível médio de desenvolvimento. Observando os municípios que se encontravam neste mesmo ano no nível de desenvolvimento baixo, num total de 84, se conclui que um município regrediu (Amapá do Maranhão), passando a apresentar um desenvolvimento muito baixo, enquanto que 46 passaram para o nível de desenvolvimento médio e dois para o nível de desenvolvimento alto; o restante continuou neste mesmo nível. Os dois municípios que estavam no nível alto de desenvolvimento continuaram no mesmo nível em 2010.

Tabela 6 – Evolução do nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses nos anos entre 2000 e 2010. Maranhão.

Nível de Desenvolvimento	Número de Municípios	Participação Percentual (%)
Sem alteração	96	44,2
Desenvolvimento Muito Baixo → Desenvolvimento Baixo	43	19,8
Desenvolvimento Muito Baixo → Desenvolvimento Médio	4	1,8
Desenvolvimento Baixo → Desenvolvimento Muito Baixo	1	0,5
Desenvolvimento Baixo → Desenvolvimento Médio	46	21,2
Desenvolvimento Baixo → Desenvolvimento Alto	2	0,9
Desenvolvimento Médio → Desenvolvimento Alto	22	10,1
Desenvolvimento Alto → Desenvolvimento Muito Alto	3	1,4
Total	217	100

Fonte: Elaboração própria (2012).

Um fato que chamou a atenção quando se analisou o IDM dos municípios maranhenses para os anos de 2000 e 2010 foi o desenvolvimento dos 81 municípios criados em 1994 e 1995. Destes, 38 municípios não sofreram alteração no nível de desenvolvimento (47%), sendo que 21 municípios continuaram com o desenvolvimento muito baixo (25,9%) e 17 permaneceram com um baixo desenvolvimento (21%). Do restante dos municípios, 31 atingiram a categoria de municípios com um baixo desenvolvimento (38,3%); dez municípios o nível de desenvolvimento médio (12,3%) e apenas dois municípios atingiram um alto desenvolvimento (2,5%), ou seja, 69 municípios encontram-se na classificação de muito baixo e baixo desenvolvimento.

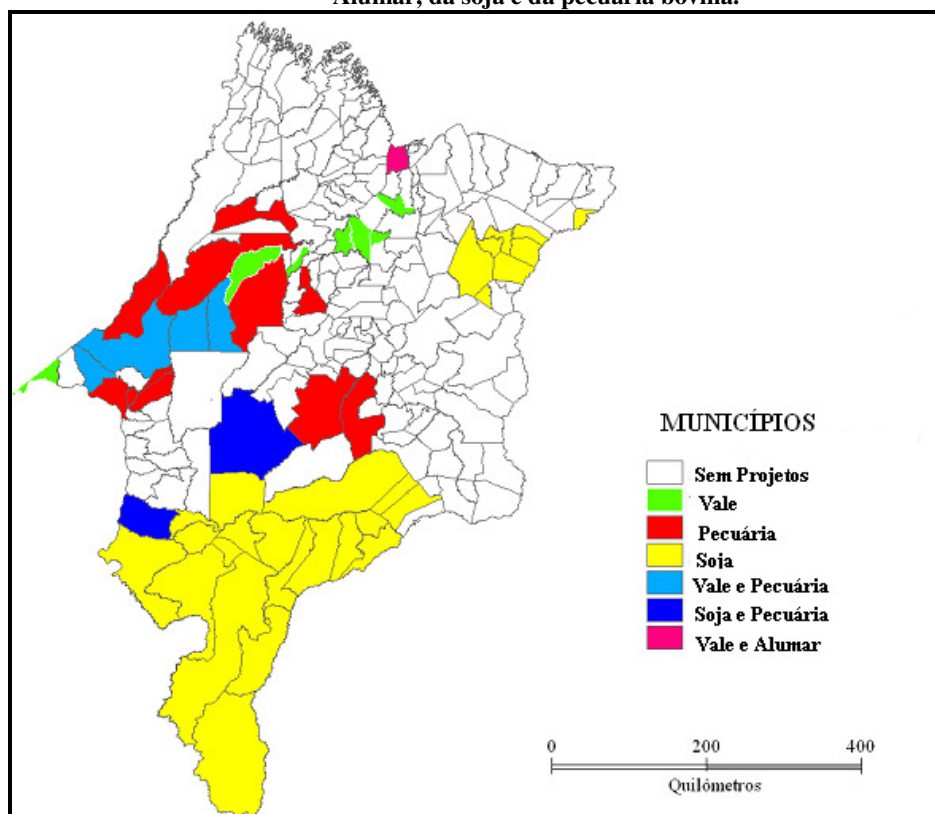
Diante desses resultados, poder-se-ia dizer que houve uma melhoria da qualidade de vida nos municípios maranhenses e uma redução da desigualdade entre os municípios? Se forem considerados os valores numéricos encontrados nos resultados desta pesquisa, entre eles, os valores da estatística descritiva feita com os IDM de 2000 e 2010, pode-se afirmar que em ambos os casos a resposta foi positiva, principalmente quando olham-se os valores das médias e do coeficiente de variação, pois mostraram que no primeiro caso (as médias) apresentou crescimento, significando melhoria na qualidade de vida e, no segundo caso, apresentou redução, o que significou uma maior homogeneidade, conseqüentemente, uma redução das desigualdades. Porém, se forem analisados estes resultados comparando-os com outros índices, tais como o IDH e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal 2011, vê-se que o que houve no Maranhão foi uma grande redução da miséria, mas a pobreza ainda reina em grande maioria dos seus municípios, fato que deixa o Estado nas últimas colocações no ranking nacional, ocupando as posições 27^o e 24^o, respectivamente. Mesquita (2008) afirmou que apesar dos dados oficiais mostrarem a mudança qualitativa e quantitativa do PIB e da renda *per capita* no Maranhão acima da média nacional e do Nordeste, o Estado ainda não superou o quadro de pobreza em que vive diante do cenário nacional.

Os dados da pesquisa comprovaram que houve uma redução da pobreza e da desigualdade no Maranhão, mas também mostraram que ainda são marcantes estas duas características entre os seus municípios. Portanto, mediante estes resultados e os valores de outros índices nacionais, e comparando os dados maranhenses com os de outra região, os resultados nos levaram a reforçar a ideia de que a melhora registrada pode ter sido reflexo de um processo que ocorreu em todo o país, e não resultante de uma política de desenvolvimento realizada através da implantação dos grandes projetos no Estado.

6.2 AS DESIGUALDADES ENTRE OS MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E OS MUNICÍPIOS QUE NÃO RECEBERAM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Se for somado de forma isolada o número de municípios que receberam os projetos foco dessa análise, chegaria-se ao total de 60, mas como em alguns casos o mesmo município participa de mais de um projeto, essa soma compreende um total de 53 municípios. Separadamente, os municípios que compõem cada projeto podem ser assim distribuídos: 12 municípios que sofrem influência direta com as atividades da Vale, um município onde se localiza a Alumar, 29 municípios produtores de soja e 18 municípios onde a pecuária bovina apresenta maior destaque (Quadro 3). Dos municípios que participam de mais de um projeto temos: Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Cidelândia que participam da Vale e da pecuária; São Luís que está presente no projeto da Vale e da Alumar; e, por fim, tem-se Estreito e Grajaú, que participam do projeto soja e pecuária. Na Figura 12 encontra-se a representação de todos os municípios onde estão localizados os projetos analisados.

Figura 12 - Representação gráfica dos 53 municípios que sofrem influência dos projetos da Vale, da Alumar, da soja e da pecuária bovina.



Fonte: Elaboração própria (2012).

Nota: Programa Terra View 4.2.0.

6.2.1 Uma análise individual de cada projeto

Segue-se abaixo uma descrição e discussão dos resultados encontrados para os quatro projetos objetos desse estudo. Mais uma vez pretende-se deixar claro que toda a análise foi considerando os níveis de desenvolvimento calculados a partir da metodologia, das variáveis e das dimensões escolhidas para este trabalho; portanto, ao ser utilizada outra metodologia, outras variáveis e outras dimensões, os resultados seriam diferentes.

6.2.1.1 Projeto da Vale e da Alumar

A avaliação do nível de desenvolvimento dos municípios que sofrem influência dos projetos da Vale e da Alumar, ambos introduzidos na década de 1980 no Maranhão, está no Quadro 6. Em 1980, seis municípios dos 12 com influência da Vale não existiam. Eram eles: Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu, Cidelândia, Miranda do Norte e São Pedro da Água Branca. Dos existentes, mas sem influência ainda desses projetos, apenas no município de São Luís o nível de desenvolvimento era considerado muito alto; os outros municípios estavam distribuídos entre os níveis de desenvolvimento muito baixo (1 município); desenvolvimento baixo (3 municípios) e desenvolvimento médio (1 município).

Quadro 6 – Nível de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto da Vale e da Alumar. Maranhão.

Municípios	Nível de Desenvolvimento ²			
	1980	1991	2000	2010
Açailândia	- ¹	DB	DA	DMA
Alto Alegre do Pindaré	-	-	DB	DB
Arari	DB	DB	DM	DA
Bom Jesus da Selvas	DMB	DMB	DB	DB
Buriticupu	-	-	DM	DA
Cidelândia	-	-	DB	DB
Miranda do Norte	-	DB	DB	DM
Santa Inês	DM	DM	DA	DMA
Santa Rita	DB	DMB	DB	DM
São Luís ³	DMA	DMA	DMA	DMA
São Pedro da Água Branca	-	-	DB	DM
Vitória do Mearim	DB	DB	DM	DM

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Municípios que ainda não existiam na época.

² DMA = desenvolvimento muito alto; DA = desenvolvimento alto; DM = desenvolvimento médio; DB = desenvolvimento baixo e DMB = desenvolvimento muito baixo.

³ São Luís representa a Vale e a Alumar.

Em 1991, o número de municípios aumentou com a criação dos municípios de Açailândia e de Miranda do Norte, mas pouca mudança ocorreu no nível de desenvolvimento

dos municípios já existentes, exceto o de Santa Rita que regrediu, passando de um desenvolvimento baixo para muito baixo; os demais continuaram no mesmo nível e os dois novos aumentaram o número de municípios com o nível de desenvolvimento baixo, passando de 2 para 4 municípios. No ano de 2000, já com todos os municípios criados, continuou-se com apenas um município com o nível muito alto de desenvolvimento; o município de São Luís; dois com o desenvolvimento considerado alto, os municípios de Açailândia e Santa Inês que saíram do nível baixo e médio, respectivamente; três com o nível médio e seis municípios com o nível baixo de desenvolvimento, este último incorporando os que anteriormente tinham o desenvolvimento muito baixo. O ano de 2010 apresentou uma melhora no nível de desenvolvimento desses municípios, apesar de três municípios continuarem a apresentar um nível baixo de desenvolvimento. O nível muito alto subiu para três municípios com a entrada dos municípios de Açailândia e Santa Inês; o nível alto continuou com dois municípios, mas dessa vez eram os municípios de Arari e de Buriticupu, ambos com o nível médio no ano anterior; o nível médio de desenvolvimento apresentava quatro municípios, três que vieram do nível baixo e um que já pertencia a esse nível no ano anterior. O que chamou a atenção foi o fato de que em 2000 e 2010 não existia mais nenhum município com o nível muito baixo de desenvolvimento.

6.2.1.2 Projeto da monocultura da soja

O Quadro 7 apresenta o nível de desenvolvimento dos 29 municípios considerados neste estudo que produzem soja no Maranhão, mas por conter muitos municípios e para facilitar a visualização das informações, esses dados encontram-se sintetizados para cada ano na Tabela 7. É importante para a análise que se identifique o ano de introdução dessa cultura em cada município para se verificar se há distinção no nível de desenvolvimento entre os municípios de produção mais antiga e os que introduziram mais recentemente essa cultura.

Ao analisar o ano de 1980, observa-se que sete municípios ainda não existiam. Os 22 municípios produtores de soja eram distribuídos entre os níveis de desenvolvimento muito baixo (4 municípios); desenvolvimento baixo (16 municípios); e desenvolvimento médio (2 municípios), ou seja, 90,91% apresentavam os níveis mais baixos de desenvolvimento.

Em 1991, subiu o número de municípios produtores de soja, passando para 23 no total, com a entrada do município de Estreito. Constata-se nesta época a existência de cinco municípios no nível muito baixo de desenvolvimento, incluindo o município de Mirador que regrediu seu nível ao sair do nível baixo de desenvolvimento. No nível baixo, encontravam-se

16 municípios, o que representavam 16,57% dos 23 municípios produtores. No nível médio de desenvolvimento, existiam apenas dois municípios, e, assim como em 1980, não existia nenhum município apresentando o nível de desenvolvimento alto e nem muito alto.

Quadro 7 – Níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto de produção de soja. Maranhão.

Municípios	Ano de introdução	Nível de Desenvolvimento ¹			
		1980	1991	2000	2010
Afonso Cunha	2003	DMB	DMB	DMB	DMB
Alto Parnaíba	1984	DB	DB	DB	DM
Anapurus	1994	DB	DMB	DB	DB
Balsas	1980	DM	DM	DA	DA
Benedito Leite	1995	DB	DB	DMB	DMB
Brejo	1994	DMB	DMB	DM	DM
Buriti	1999	DMB	DMB	DB	DM
Carolina	1990	DM	DM	DA	DA
Chapadinha	2003	DB	DB	DM	DM
Estreito	1993	-	DB	DA	DA
Feira Nova do Maranhão	2004	-	-	DMB	DMB
Formosa da Serra Negra	2003	-	-	DMB	DB
Fortaleza dos Nogueiras	1978	DB	DB	DB	DM
Grajaú	1994	DMB	DB	DA	DA
Loreto	1990	DB	DB	DM	DM
Magalhães de Almeida	2004	DB	DB	DB	DM
Mata Roma	2003	DB	DMB	DB	DB
Milagres do Maranhão	2005	-	-	DMB	DMB
Mirador	2000	DB	DMB	DB	DM
Nova Colinas	2003	-	-	DMB	DMB
Pastos Bons	2000	DB	DB	DB	DM
Riachão	1978	DB	DB	DM	DM
Sambaíba	1984	DB	DB	DMB	DB
São Domingos do Azeitão	1997	-	-	DMB	DB
São Félix de Balsa	2005	DMB	DB	DMB	DB
São Pedro dos Crentes	2005	-	-	DB	DB
São Raimundo das Mangabeiras	1984	DB	DB	DM	DA
Sucupira do Norte	1999	DB	DB	DB	DB
Tasso Fragoso	1984	DB	DB	DM	DM

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ DMA = desenvolvimento muito alto; DA = desenvolvimento alto; DM = desenvolvimento médio; DB = desenvolvimento baixo e DMB = desenvolvimento muito baixo.

Tabela 7 - Resumo dos níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto da soja nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão.

Nível de Desenvolvimento	1980		1991		2000		2010	
	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%
DMB	5	22,73	6	26,09	9	31,03	5	17,24
DB	15	68,18	15	65,22	10	34,48	8	27,59
DM	2	9,09	2	8,70	6	20,69	11	37,93
DA	-	-	-	-	4	13,79	5	17,24
DMA	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	22	100,00	23	100,00	29	100,00	29	100,00

Fonte: Elaboração própria (2012).

A análise da produção de soja nos 29 municípios considerados começa a partir do ano 2000. A partir deste ano aumentou o número de municípios com o nível de desenvolvimento médio (6) e começaram a aparecer municípios com o nível alto de desenvolvimento (4). Por sua vez, aumentou o número de municípios com o desenvolvimento muito baixo, passando para 9 municípios, e reduziu para 10 o número de municípios com o desenvolvimento baixo. No primeiro caso se deve à entrada de municípios recém criados na atividade; porém, no segundo caso, cinco municípios que em 1991 eram considerados de desenvolvimento baixo, passaram para o nível de desenvolvimento médio. Em 2010 continuou a redução no número de municípios com o nível de desenvolvimento muito baixo e baixo, passando para 5 e 8 municípios, respectivamente. Por outro lado, aumentou o número de municípios com o nível médio e alto, ficando com 11 e cinco municípios, respectivamente. Neste último caso, chamou a atenção que o nível alto aumentou em apenas um município em 10 anos, período que a atividade ganhou grande impulso no Estado. Também chamou a atenção o fato de que até esta data ainda continuava a não existir nenhum município com o nível muito alto de desenvolvimento.

6.2.1.3 Projeto da pecuária bovina

Encontra-se no Quadro 8 os níveis de desenvolvimento dos municípios de maior relevância na pecuária bovina do Estado. Apesar de esta atividade fazer parte da economia do Maranhão desde a época colonial, foi a partir dos incentivos fiscais na década de 1970 que a pecuária de corte ganhou maior destaque na economia estadual e passou a fazer parte da economia local da maioria dos municípios. O rebanho bovino maranhense se concentra principalmente nas mesorregiões Oeste Maranhense e Centro Maranhense; juntas detêm 69% do rebanho; enquanto que, em termos de microrregião, ele está concentrado principalmente nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré, pois somam 42% do rebanho. Mas também as microrregiões de Alto Mearim e Grajaú, Médio Mearim e de Porto Franco são de grande importância, pois juntas somam 25% do rebanho estadual. Considerando o número de cabeças e organizados em ordem decrescente, os municípios de maior importância são os municípios de Acailândia, Bom Jardim, Santa Luzia, Bom Jesus das Selvas, Grajaú, Senador La Rocque, Itinga do Maranhão, Zé Doca, Estreito, Bacabal, Barra do Corda, Vitorino Freire, Tuntum, Imperatriz, João Lisboa, Buriticupu e Cidelândia (IBGE, 2011c).

Quadro 8 – Níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do projeto da pecuária bovina. Maranhão.

Municípios	Nível de Desenvolvimento ¹			
	1980	1991	2000	2010
Açailândia	-	DB	DA	DMA
Amarante do Maranhão	DMB	DMB	DB	DM
Bacabal	DM	DM	DA	DA
Barra do Corda	DMB	DMB	DM	DA
Bom Jardim	DMB	DMB	DB	DM
Bom Jesus das Selvas	-	-	DB	DB
Buriticupu	-	-	DM	DA
Cidelândia	-	-	DB	DB
Estreito	-	DB	DA	DA
Grajaú	DMB	DB	DA	DA
Imperatriz	DM	DM	DMA	DMA
Itinga do Maranhão	-	-	DM	DA
João Lisboa	DMB	DMB	DM	DA
Santa Luzia	DMB	DMB	DB	DM
Senador La Rocque	-	-	DB	DM
Tuntum	DB	DMB	DM	DM
Vitorino Freire	DB	DB	DM	DM
Zé Doca	-	DMB	DM	DA

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ DMA = desenvolvimento muito alto; DA = desenvolvimento alto; DM = desenvolvimento médio; DB = desenvolvimento baixo; DMB = desenvolvimento muito baixo.

Como se observa no Quadro 8, oito municípios ainda não existiam em 1980, enquanto esse número caiu para cinco em 1991 com a criação dos municípios de Açailândia, Estreito e Zé Doca neste intervalo de tempo. Dos dez municípios existentes em 1980, seis apresentavam o nível de desenvolvimento muito baixo e o restante apresentava o nível baixo e médio, dois em cada nível. Já em 1991, treze municípios já se destacavam nesta atividade, sendo que os níveis de desenvolvimento continuavam os mesmos, mudando apenas a quantidade de municípios nos níveis muito baixo e baixo que apresentavam sete e quatro municípios, respectivamente; entretanto o nível médio continuava com dois municípios. A partir de 2000, já com todos os municípios considerados neste estudo já na atividade, deixou de existir o nível muito baixo de desenvolvimento e encontravam-se, a partir daí, os níveis baixo, médio, alto e muito alto com seis, sete, quatro e um município, respectivamente. Porém, foi com o IDM de 2010 que estes municípios apresentaram maior evolução, pois o número de municípios com o desenvolvimento baixo caiu para dois, houve uma migração de quatro municípios para o nível médio, que, por sua vez, cedeu cinco municípios para o nível alto, que também cedeu um município para o nível muito alto de desenvolvimento. No total, percebeu-se uma melhoria no nível de desenvolvimento destes municípios, cujos resultados podem assim serem distribuídos nos níveis de desenvolvimento: dois no baixo (Bom Jesus das Selvas e Cidelândia); seis no médio (Amarante do Maranhão, Bom Jardim, Santa Luzia,

Senador La Rocque, Tuntum e Vitorino Freire); oito no alto (Bacabal, Barra do Corda, Buriticupu, Estreito, Grajaú, Itinga do Maranhão, João Lisboa e Zé Doca) e dois no muito alto (Açailândia e Imperatriz). Entre os municípios que se destacam na pecuária também chama a atenção o fato de que a partir dos dados de 2000 não existia mais nenhum município com o nível muito baixo de desenvolvimento, repetindo o que acontece entre os municípios que compõe o projeto da Vale.

A análise individual de cada projeto foi importante para mostrar o nível de desigualdade existente internamente em cada grupo de municípios que representa cada projeto, assim como entre os grupos de municípios que representam os diferentes projetos. Entre os projetos, ganham destaque os municípios da Vale, da Alumar e da pecuária, sendo que a pior situação foi encontrada nos municípios que implantaram a soja.

Mas o que justificaria a diferença existente nos níveis de desenvolvimento entre os municípios, principalmente quando estes fazem parte de um mesmo projeto? Quando se analisou a atividade econômica de cada município, percebeu-se que nos municípios que apresentaram melhor nível de desenvolvimento (alto e muito alto) foram justamente aqueles que apresentaram outras atividades econômicas além daquelas oriundas dos projetos, tais como o comércio, a produção de gesso e a indústria madeireira, como foi o caso dos municípios de Bacabal, Buriticupu, Carolina, Grajaú, Imperatriz, Itinga do Maranhão e Santa Inês; ou então instalaram no município alguma indústria de beneficiamento do produto oriundo do projeto, como é o caso de Balsas com a soja, Açailândia com a produção de ferro gusa e, num caso mais especial por ser a Capital do Estado, São Luís que, entre outras atividades, está a produção de alumina e alumínio da Alumar, a sede da Vale e os portos do Itaqui e da Ponta da Madeira. Todos os outros municípios que não aproveitaram a instalação dos projetos para investirem economicamente em atividades complementares ou em beneficiamento da produção permaneceram com o nível de desenvolvimento muito baixo, baixo ou médio. Alguns destes são somente produtores ou possuem apenas os trilhos da ferrovia da Vale passando nas suas terras transportando a soja ou o minério de ferro.

Aqui se comprovou que não é só a instalação de um projeto que proporciona o desenvolvimento de uma região; necessita que ocorra a interação desta atividade com as já existentes ou que esta tenha a capacidade de atrair atividades complementares para que possa realmente fazer o encadeamento para trás, para frente e ao redor desta atividade, assim gerando empregos de qualidade, aumento da renda e melhorando, dessa forma, a qualidade de vida da população. Esse encadeamento já era disseminado na década de 1950 pelas teorias de

crescimento/desenvolvimento econômico, mas ainda hoje, não é seguido pelos gestores públicos.

6.2.2 Uma análise conjunta dos níveis de desenvolvimento para os anos de 2000 e 2010 para os 60 municípios e os quatro projetos.

Cabe aqui lembrar que foram analisados 60 municípios quando foi considerado cada projeto de forma isolada. Mas em conjunto, foram considerados 53 municípios devido às repetições existentes entre projetos e municípios.

Como nos anos 2000 e 2010 todos os municípios que faziam parte dos projetos da Vale, da Alumar, da produção de soja e da pecuária bovina já estavam criados, foi importante analisar o comportamento do nível de desenvolvimento desses municípios nesses dois anos para se verificar quais as mudanças que ocorreram nesse intervalo de 10 anos (Tabela 8). Observando os resultados para os municípios da Vale, verificou-se que quatro municípios (33%) permaneceram sem alteração; quatro passaram do nível baixo de desenvolvimento para o nível médio; dois passaram do nível médio para o nível alto e, por fim, dois migraram do nível alto para o muito alto. Dos municípios que não sofreram alteração, todos são municípios novos criados a partir de 1994, mas mesmo assim apenas dois, Alto Alegre do Pindaré e Cidelândia, mantiveram o desenvolvimento baixo; São Pedro da Água Branca se manteve com o desenvolvimento médio e Buriticupu permaneceu com o desenvolvimento alto. Um fato importante foi que entre os municípios que fazem parte desse projeto não existe nenhum com o nível de desenvolvimento muito baixo desde o ano de 2000, pois mesmo os que existiam em 1980 e 1991 atingiram um nível superior, o que pode ser confirmado olhando o Quadro 6.

Tabela 8 – Comportamento dos níveis de desenvolvimento dos municípios que fazem parte dos projetos da Vale, da Alumar, da soja e da pecuária bovina entre os anos de 2000 e 2010. Maranhão.

Nível de Desenvolvimento	Número de Municípios por Projeto			
	Vale	Alumar ¹	Soja	Pecuária
Sem alteração	4	1	18	8
Desenvolvimento Muito Baixo → Desenvolvimento Baixo	-	-	4	-
Desenvolvimento Baixo → Desenvolvimento Médio	4	-	5	4
Desenvolvimento Médio → Desenvolvimento Alto	2	-	2	5
Desenvolvimento Alto → Desenvolvimento Muito Alto	2	-	-	1
Total	12	1	29	18

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Apenas o município de São Luís.

O projeto Alumar não apresentou alteração porque o município de São Luís foi o único que apresentou em todos os anos analisados o nível muito alto de desenvolvimento. Como não poderia ser diferente, esse município é a Capital do Estado; portanto, foram encontradas as melhores condições em todas as dimensões.

Fazendo-se a mesma análise para os municípios produtores de soja, verificou-se que um número bem maior permaneceu sem alteração; um total de 18 municípios (62%), inclusive os maiores produtores do Estado em 2010 e que estão na atividade desde as décadas de 1970 e de 1980, como é o caso dos municípios de Riachão, de Balsas, Tasso Fragoso e Sambaíba, este último mais intrigante ainda, pois não ultrapassou o nível baixo de desenvolvimento em todos os anos analisados. Entre os municípios que não sofreram alteração, havia cinco no nível muito baixo de desenvolvimento; quatro no nível baixo; cinco no nível médio e quatro no nível alto. Aqui também pode-se ver que ter estagnado há dez anos no mesmo nível de desenvolvimento independe do ano de introdução da cultura e do nível de desenvolvimento, fato que pode ser confirmado observando o Quadro 7. Por outro lado, os municípios que atingiram o nível de desenvolvimento alto foram aqueles mais antigos na atividade, como é o caso de Balsas, Carolina, Estreito, Grajaú e São Raimundo das Mangabeiras, que entraram na atividade no período compreendido entre 1980 e 1994. Os municípios que passaram do nível de desenvolvimento muito baixo para o nível baixo foram em número de quatro; do nível baixo para o médio foram cinco e do nível médio para o alto foram apenas dois. O que chamou a atenção é que em mais de três décadas de produção comercial de soja no Estado ainda existem entre esses municípios o nível muito baixo de desenvolvimento, assim como nenhum dos municípios que produzem soja no Estado atingiu o nível muito alto de desenvolvimento.

Na pecuária, o comportamento dos municípios estava assim representado: oito municípios (44%) não sofreram alteração no nível de desenvolvimento, onde apenas um permaneceu com o desenvolvimento muito alto; três no nível alto de desenvolvimento; dois no nível médio e dois no nível baixo. Entre os municípios que sofreram modificações no nível de desenvolvimento, um passou do nível alto para o muito alto; cinco do nível médio para o alto e quatro do nível baixo para o médio.

Fazendo-se uma análise geral dos municípios que estão diretamente envolvidos com um ou até dois destes projetos, pode-se dizer que dos cinco municípios do Estado que apresentavam o nível de desenvolvimento muito alto, quatro (80%) estavam nesta lista; apenas o município de Timon não está diretamente envolvido com algum projeto, mas neste município situa-se um dos quatro frigoríficos existentes no Maranhão. Entre estes municípios

encontravam-se 12 (38%) dos 32 municípios do Estado com o nível alto de desenvolvimento e 21 (29%) dos 72 municípios com o nível de desenvolvimento médio. Porém, os menores percentuais foram encontrados entre os municípios com o nível baixo e muito baixo, 14% (11 dos 78 municípios existentes) e 17% (5 dos 30 municípios existentes), respectivamente. Em resumo, estes resultados levam a afirmar que dos 53 municípios analisados (considerando que dos 60 ocorre a repetição em projetos), 37 apresentavam o nível de desenvolvimento médio, alto ou muito alto e que 16 estão com o nível baixo e muito baixo de desenvolvimento. Entre estes últimos, apenas os municípios de Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas e Cidelândia faziam parte dos projetos da Vale e pecuária; todos os demais faziam parte apenas do projeto da soja. Portanto, comparando-se os resultados dos níveis de desenvolvimento dos projetos aqui apresentados, mas sem deixar de considerar a diferença no número de municípios existentes neles, pode-se dizer que os municípios do projeto da Vale e da pecuária apresentaram resultados quanto ao nível de desenvolvimento melhores do que os municípios do projeto da soja.

6.2.2.1 Uma análise a partir do PIB e do cadastro das empresas maranhenses

Dados do PIB 2009 mostraram que 51,65% do PIB maranhense vêm dos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas e Caxias. Destes, somente este último não sofre influência direta dos projetos, porém 19,99% do seu PIB é oriundo do setor industrial. Analisando os 53 municípios que têm projetos, se observou que eles são responsáveis por 66,35% do PIB total do Estado. Quando analisou-se a contribuição dos setores aos valores do PIB estadual, foi observado que esses municípios são responsáveis por 47,82% do PIB agropecuário, por 71,86% do PIB industrial e por 66,81% do PIB dos serviços. Esta constatação permite afirmar que a formação do PIB estadual estava concentrada nesses municípios, exceto o PIB agropecuário, que apresentava uma contribuição maior dos 164 municípios que não fazem parte desse grupo (52,18%). Porém, um fato que não pode passar despercebido foi que do total da contribuição oriunda dos 53 municípios ao PIB total estadual, 46,77% são originados dos municípios de São Luís, Imperatriz e Açailândia. Analisando o PIB estadual dos três setores, observou-se que esses três municípios são também responsáveis por 58,56% do PIB industrial; por 50,09% do PIB do setor de serviços; e por 3,99% do PIB agropecuário do Estado. Esses dados permitem reafirmar a importância destes três municípios na economia do Estado, principalmente no setor industrial, mas também mostra o fraco

desempenho deles no setor agropecuário, assim como que a concentração do PIB estadual não está nos 53 municípios com projetos, mas nesses três municípios (IBGE, 2012c).

Analisando o PIB *per capita* dos municípios com projeto para o ano 2009, foi verificado que somente 16 municípios apresentam valor superior ao PIB *per capita* do Estado, que era de R\$ 6.259,43, todos os outros 37 municípios estão abaixo da média estadual. Neste grupo também foram encontrados dois municípios que superavam o PIB *per capita* brasileiro (R\$ 16.917,66): Tasso Fragoso (R\$ 36.707,09) e São Raimundo das Mangabeiras (R\$ 22.567,74), ambos produtores de soja. Esses municípios estavam entre os treze maiores PIBs do Estado e possuíam uma população pequena. Entre os 164 municípios com projeto, encontravam-se apenas cinco municípios com o PIB *per capita* superior ao PIB *per capita* maranhense. A média do PIB *per capita* dos municípios com projetos era de R\$ 5.626,69, e a mediana nos mostra que metade dos municípios apresentava o valor igual ou inferior a R\$ 4.496,92⁴⁷. Fazendo-se a mesma análise para os municípios sem projetos, a média se mostrava com um valor bem inferior, da ordem de R\$ 3.746,78, e a mediana apontava que metade dos municípios apresenta valor igual ou inferior a R\$ 3.422,51 (IBGE, 2012c).

Estatisticamente falando, estes dados nos mostraram uma assimetria na distribuição dos valores desta variável nos dois grupos de municípios, fato que comprovou a grande variabilidade existente nos valores do PIB *per capita* entre os municípios maranhenses. Estes valores também confirmaram a superioridade do PIB *per capita* dos municípios com projeto; porém era de se esperar que municípios que apresentavam uma maior atividade agrícola e industrial apresentassem valores do PIB total e PIB *per capita* superiores aos que não têm. Este último merece uma ressalva, pois no caso do Maranhão, este valor pode ter sido influenciado em muitos municípios pela população ser pequena e apresentar um PIB total alto. De qualquer forma, pode-se afirmar que a introdução dos projetos de desenvolvimento trouxe um maior dinamismo econômico para alguns municípios, fato que, em parte, se adéqua às teorias de desenvolvimento que defendiam a industrialização e a existência de uma base de exportação para promover o crescimento econômico de uma região, mas que, analisando sob o ponto de vista multidimensional, faltou o crescimento e a melhoria das demais dimensões aqui consideradas.

O índice de Gini do PIB maranhense para o ano de 2009 divulgado pelo IBGE mostrou um valor de 0,71, o que demonstrou uma grande desigualdade na distribuição do

⁴⁷ Para evitar uma grande distorção nos valores da média e da mediana, excluíram-se os valores do PIB *per capita* dos municípios de Tasso Fragoso e de São Raimundo das Mangabeiras. Com estes valores incluídos, a média seria de R\$ 6.532,75 e a mediana de R\$ 4.534,87.

valor adicionado bruto que cada município contribuiu com o PIB maranhense, ou seja, poucos municípios realmente contribuíram para o volume do PIB, fato comprovado com a contribuição dos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas e Caxias. Observando o índice de Gini por setor, verificou-se que o valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços no PIB maranhense foi de 0,46, 0,82 e 0,74, respectivamente, demonstrando a baixa concentração da agropecuária, a alta concentração dos serviços e, principalmente, da indústria em poucos municípios, comprovando o fato que o PIB do Maranhão é formado com a contribuição de poucos municípios (IBGE, 2012b).

Como o IBGE também publicou o índice de Gini para as mesorregiões brasileiras, foi importante fazer o cruzamento das informações sobre a participação do PIB das mesorregiões maranhenses no PIB estadual e do índice de Gini com a localização dos projetos estudados. Pela Tabela 9, verificou-se que o projeto da Vale se localiza nas mesorregiões Norte e Oeste; o projeto da Alumar está localizado somente na mesorregião Norte; a pecuária se localiza nas mesorregiões Centro, Oeste e Sul e a produção de soja está localizada nas mesorregiões Centro, Leste e Sul. Em ordem decrescente, a maior participação na formação do PIB vem das mesorregiões Norte e Oeste, onde se concentram as atividades da Vale, da Alumar e da pecuária, que juntas movimentam direta e indiretamente a produção industrial dos municípios de São Luís, Imperatriz e Açailândia, assim como dos demais municípios no entorno, o que faz com que o valor adicionado do setor agropecuário seja mais modesto do que o dos setores de serviços e indústria. O índice de Gini dessas mesorregiões mostrava valores de 0,84 e 0,62, respectivamente, o que comprovou o grau de concentração do PIB estadual nessas mesorregiões. A terceira e a quarta maior contribuição ao PIB do Estado vêm das mesorregiões Leste e Sul, respectivamente. O percentual de contribuição do PIB da mesorregião Centro Maranhense só comprovou o baixo desempenho econômico dos seus municípios ao apresentar a contribuição com 9,3% para a formação do PIB estadual e ao mostrar o valor adicionado de 0,46 do índice de Gini, o menor encontrado entre as mesorregiões, o que confirmou a baixa contribuição dos municípios desta mesorregião ao PIB maranhense.

Tabela 9 – Caracterização das mesorregiões maranhenses quanto aos projetos presentes, número de municípios com projetos implantados, participação no PIB estadual, índice de Gini e os níveis de desenvolvimento dos municípios. Maranhão.

Mesorregião	Projetos		Participação no PIB estadual (%)	Índice de Gini	Níveis de Desenvolvimento ² /Número de municípios				
	Tipo	Número de Municípios ¹			DMB	DB	DM	DA	DMA
Norte Maranhense	Vale	5	50,7	0,84	12	21	20	6	1
	Alumar	1							
Centro Maranhense	Soja	2	9,3	0,46	5	16	13	8	-
	Pecuária	4							
Leste Maranhense	Soja	11	12,8	0,53	6	13	17	7	1
Oeste Maranhense	Vale	7	19,3	0,62	4	24	15	6	3
	Pecuária	13							
Sul Maranhense	Soja	16	8,0	0,58	3	4	7	5	-
	Pecuária	1							

Fontes: Elaboração própria (2012)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012b)

¹ Pode acontecer que um mesmo município participe de dois projetos, a contagem está de acordo com a descrição feita no Quadro 3.

² DMA = desenvolvimento muito alto; DA = desenvolvimento alto; DM = desenvolvimento médio; DB = desenvolvimento baixo; DMB = desenvolvimento muito baixo.

Estes dados reafirmaram que as atividades desenvolvidas pelos grandes projetos implantados no Maranhão, em especial, a pecuária e a soja, não são boas para desenvolver uma região se não trouxerem junto outros elos da cadeia de produção, como, por exemplo, as indústrias ligadas à produção de insumos para uso na produção dessas atividades e a indústria de transformação, a qual agrega valor ao produto e gera emprego e renda. Juntas, a produção agropecuária e as indústrias de transformação poderiam aumentar a oferta de emprego e renda para a população e servirem de base para a criação de um mercado consumidor e para o aparecimento das indústrias secundárias e terciárias, promovendo, dessa forma, cada vez mais o desenvolvimento da região. Portanto, aconteceria, então, o que foi idealizado nas teorias de Perroux, Douglass North, Rirschman e Myrdal.

Aqui cabe também destacar que nem o minério de ferro e nem o alumínio, apesar de contribuírem para o aumento do PIB maranhense, não atraíram para o Estado outros elos da cadeia de produção. As empresas que surgiram a partir delas foram as terceirizadas que fornecem mão de obra não especializada para a Vale e para a Alumar e as empresas ligadas à produção de ferro gusa concentradas principalmente no município de Açailândia. Sendo estas últimas acusadas de provocar sérios problemas ambientais e sociais na região.

Atualmente, pela falta de indústrias de transformação, o Maranhão se destaca no cenário econômico como rota de transporte do minério de ferro e de soja pela sua localização privilegiada e pela estrutura ferroviária e portuária. A transformação existente dessas duas *commodities* ainda é muito pequena diante da produção existente. Dessa forma, o que fica de bônus nos municípios e no Estado são os problemas sociais e ambientais, já que os incentivos fiscais fizeram parte do jogo de atração das empresas para a região e os empregos gerados foram bem menores do que os prometidos.

Portanto, historicamente as desigualdades foram criadas e perpetuadas no Estado por meio da atividade agrícola voltada para a exportação e pela concentração da riqueza gerada nas mãos de uma minoria. Assim, mudaram os produtos e os atores, mas os processos de acumulação e de exploração ainda continuam fortes no Maranhão.

Outra relação que pode ser extraída da Tabela 9 é a da participação no PIB estadual com o nível de desenvolvimento das mesorregiões. Observou-se que nas mesorregiões Norte e Oeste onde se encontram as maiores concentrações de municípios que contribuem mais significativamente para o PIB maranhense, também foi observado que 55% dos municípios do Norte e 54% do Oeste apresentam os níveis de desenvolvimento muito baixo e baixo. Este fato comprova a grande concentração de renda existente no Estado e, mais especificamente, nestas duas mesorregiões.

Ao analisar os valores do PIB, do índice de Gini e dos níveis de desenvolvimento por mesorregião, confirmou-se a supremacia econômica das mesorregiões Norte e Oeste por servirem de base para as atividades da Vale, da Alumar e da pecuária, mas ao mesmo tempo, foram observadas as fragilidades existentes nas demais dimensões quando foram considerados os níveis de desenvolvimento. Por outro lado, confirmou-se também um desempenho mais acanhado das mesorregiões Centro, Leste e Sul, que, juntas, concentravam todos os municípios que produziam soja e cinco dos municípios da atividade pecuária considerados neste estudo. De modo geral, pode-se considerar o resultado dessas três mesorregiões insatisfatório, particularmente os dos municípios produtores de soja por apresentarem maiores descompassos entre os resultados econômicos e os resultados encontrados nas demais dimensões.

Contudo, aqui se sustenta a importância de um estudo considerando uma perspectiva multidimensional, pois fica claro que ao considerar a dimensão econômica, constatou-se o dinamismo de alguns municípios com projetos, mas, ao ser considerado o conjunto formado pelas cinco dimensões, o qual resultou no IDM de cada município e, conseqüentemente, os níveis de desenvolvimento, pode-se considerar que os ganhos foram muito pequenos por serem atividades que chegaram ao Estado com a promessa de promover o desenvolvimento, não só em uma região determinada, mas, sobretudo, no Estado em sua totalidade.

Analisando o Cadastro Central de Empresas publicado pelo IBGE para o ano de 2009 (IBGE, 2012d), comprovou-se o baixo número de empresas sediadas no Maranhão em relação ao total existente no país, que era de apenas 1,26% (Tabela 10). Os dez municípios maranhenses com maior destaque eram: São Luís, Imperatriz, Caxias, Balsas, São José de Ribamar, Timon, Açailândia, Santa Inês, Bacabal e Codó, estes ordenados de forma decrescente de importância. Se for observada a participação do Maranhão por tipo de empresa, a situação ainda era pior, pois o Estado representava somente 0,78% das empresas ligadas à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; 0,80% das indústrias extrativas e 0,71% das indústrias de transformação, dados que confirmaram a incipiência das atividades ligadas à indústria na economia do Estado.

Na análise das atividades das empresas sediadas nos municípios maranhenses encontrou-se que 6,09% das empresas estavam no ramo da agropecuária, da indústria extrativa e da indústria de transformação, e que a maioria arrasadora, ou seja, 93,91% delas desempenhavam outras atividades⁴⁸. O que chamou a atenção é que apenas 4,88% estavam

⁴⁸ Outras atividades: água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; construção civil; comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correio; alojamento e

incluídas no ramo da indústria de transformação, estas representadas pelas indústrias ligadas ao minério de ferro, ao alumínio, à soja, ao coco babaçu, à cerâmica, à madeira, ao gesso, ao setor de bebidas e à celulose.

Tabela 10 – Caracterização dos tipos de empresas no Brasil e no Maranhão.

Tipo de Empresas	Total de Empresas no Brasil	Total Empresas no Maranhão	Empresas sediadas no Maranhão em relação ao Brasil (%)	Empresas Maranhenses por Atividades (%)	Empresas sediadas nos Municípios com Projetos (%)	Empresas sediadas nos Municípios sem Projetos (%)
Total	4.846.639	61.282	1,26	-	60,09	39,91
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	84.861	662	0,78	1,08	64,50	35,50
Indústrias extrativas	10.200	82	0,80	0,13	68,29	31,71
Indústrias de transformação	418.904	2.988	0,71	4,88	64,32	35,68
Soma¹	513.965	3.732	0,73	6,09	64,44	35,56
Outras Empresas	4.332.674	57.550	1,33	93,91	59,81	40,19

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012d).

¹ Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; indústrias extrativas e indústrias de transformação,

Ao analisar-se a concentração do número total de empresas no Maranhão e o local onde as empresas ligadas às atividades da agropecuária, indústria extrativa e indústria de transformação estavam sediadas, observou-se que 60,09% e 64,44%, respectivamente, estavam em torno dos municípios que apresentavam algum projeto objeto desse estudo. Entre estes municípios, os que apresentavam maior destaque eram os municípios de São Luís, Imperatriz e Açailândia, que juntos apresentavam 39,94% do total de empresas e 70,34% das indústrias de transformação sediadas no Estado. Estes dados reafirmaram a concentração das empresas e do PIB nas mesorregiões Norte e Oeste do Maranhão.

Ao Observar os dados sobre as empresas maranhenses ligadas às atividades da agropecuária, indústria extrativa e indústria de transformação e dos valores do PIB, constatou-se a superioridade dos municípios com projeto, o que nos fez admitir que em se tratando de dinamismo econômico, sem sombra de dúvida, a introdução dos projetos alavancou a economia desse grupo de municípios. Porém, conforme foi demonstrado anteriormente, o destaque coube aos municípios de São Luís, Imperatriz e Açailândia.

alimentação; informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas; atividades administrativas e serviços complementares; administração pública, defesa e seguridade social; educação; saúde humana e serviços sociais; artes, cultura, esporte e recreação; outras atividades de serviços; serviços domésticos; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Confirmando as mudanças no perfil produtivo ocorridas no Maranhão e a concentração das indústrias em algumas regiões, Mesquita (2008) afirmou que a partir da chegada do Projeto Carajás, o Maranhão substituiu a sua base industrial, até então fundamentada na produção de alimentos, bebidas, higiene e limpeza de caráter familiar voltada ao consumo interno e pouca qualificação de mão de obra, por uma indústria caracterizada por empresas de médio e grande porte, fundamentada, principalmente, na produção de ferro, manganês e alumínio voltada para o mercado externo e com uso intensivo de capital, assim como ganharam destaque também as indústrias de madeira, celulose e papel e de açúcar e álcool etílico. Porém, apesar da crescente participação no PIB estadual e dos avanços em número, qualidade, diversidade e produção, o parque industrial maranhense ainda é tímido e localizado em algumas regiões.

6.2.3 Uma análise a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) dos municípios com projeto e dos municípios sem projeto.

Viu-se através da análise do PIB dos municípios e do cadastro das empresas a supremacia dos municípios com projeto. Agora será visto se ao analisar o comportamento do IDM do grupo formado pelos municípios com projeto e do grupo de municípios sem projeto confirmam os mesmos resultados encontrados acima.

Ao analisar a Tabela 11, observou-se que as médias do IDM dos dois grupos foram crescentes em todos os anos analisados, sendo que em valores absolutos, a média do IDM dos municípios com projetos foram maiores. O teste z feito para verificar se as médias eram estatisticamente diferentes, mostrou que em 1980 as médias eram distintas significativamente, mas que para os anos de 1991, 2000 e 2010, os testes mostraram que existem diferenças significativas entre as médias desses dois grupos de municípios.

Tabela 11 – Análise do comportamento do Índice de Desenvolvimento Municipal dos municípios com projetos e dos municípios sem projetos para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ano	Número de Municípios		Média IDM		Z calculado	Taxa de Crescimento das Médias	
	Municípios sem Projetos	Municípios com Projetos	Municípios sem Projetos	Municípios com Projetos		Municípios sem Projetos (%)	Municípios com Projetos (%)
1980	94	36	0,2801	0,3237	- 1,82 ns	-	-
1991	97	39	0,2916	0,3446	- 2,53*	4,12	6,44
2000	164	53	0,3367	0,4184	- 4,02*	15,47	21,43
2010	164	53	0,4381	0,5137	- 4,06*	30,09	22,78

Fonte: Elaboração própria (2012).

ns: comparação de médias não significativa ao nível de 5% de significância;

*: comparação de médias significativa ao nível de 5% de significância.

A taxa de crescimento do IDM entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 2000 apresentaram-se crescentes nos dois grupos, sendo que para o segundo intervalo, a diferença entre os dois grupos é maior, ou seja, o grupo sem projeto cresceu 11,35% enquanto o grupo com projeto cresceu 14,99%. Nestes intervalos, o IDM dos municípios com projeto apresenta-se melhor. Porém, ao analisar o intervalo entre os anos de 2000 e 2010, período de maior consolidação dos projetos, observa-se que a taxa de crescimento dos municípios sem projetos é maior e a diferença entre os dois grupos é a maior registrada entre os períodos considerados, pois enquanto os municípios sem projeto cresceu 14,62% os municípios com projeto apresentaram crescimento de 1,35%. Neste período, a média do IDM nos municípios sem projetos apresenta-se com um crescimento maior que a dos municípios com projeto.

Diante desses resultados, pode-se afirmar que até o ano 2000, os municípios com projeto apresentaram as taxas de crescimento do Índice de Desenvolvimento Municipal superiores as do município sem projeto; entretanto, no período compreendido entre 2000 e 2010 esse fato não foi constatado, ou seja, a taxa de crescimento foi maior nos municípios sem projeto. O que leva a crer que a superioridade no desenvolvimento registrada em anos anteriores a 2000 nos municípios com projeto, provavelmente, foi causada por fatores externos, frutos da melhoria registrada ao nível nacional, pois caso contrário, essa superioridade continuaria após o ano de 2000, período de maior atividade produtiva no Estado. Portanto, com base nos resultados estatísticos, pode-se afirmar que os projetos não ajudaram a melhorar o desenvolvimento dos municípios onde eles foram implantados.

6.2.4 Uma breve conclusão

Após analisar os níveis de desenvolvimento, o PIB maranhense e dos municípios, o cadastro das empresas sediadas no Estado e o Índice de Desenvolvimento Municipal dos municípios, pode-se concluir que o desenvolvimento do Estado através dos grandes projetos não foi alcançado. Importante frisar que o desenvolvimento aqui considerado seria refletido através da melhoria da qualidade de vida da população. O que houve foi um crescimento econômico concentrado, que não teve reflexo nas outras dimensões consideradas, ou seja, proporcionalmente não houve melhoria na saúde, na educação, no saneamento básico, no número de empregos etc. Não foi encontrado nenhum indício de que a melhora constatada nestas variáveis ao longo dos anos analisadas foi fruto da implantação dos projetos; provavelmente foram resultados de outros fatores, como, por exemplo, alguns programas do Governo Federal em áreas específicas que resultaram na melhora ao nível nacional. Porém,

constatou-se também que os grandes projetos trouxeram melhorias econômicas pontuais apenas para os municípios onde eles foram instalados e a alguns outros municípios vizinhos que, de certa forma, apresentavam condições favoráveis e complementares às atividades desenvolvidas. Porém essa melhoria não se refletiu nem nas microrregiões nem para o Estado como um todo. Para comprovar isso, bastou ver os indicadores estaduais, os quais não se destacaram diante dos Estados mais desenvolvidos, ultrapassando apenas outros Estados também atrasados do Nordeste e do Norte.

A partir dos dados analisados, outra inquietação veio à tona: será que foi a instalação dos projetos que favoreceu o crescimento e o “desenvolvimento” de alguns municípios ou foi a localização estratégica desses municípios dentro do Estado que favoreceu o bom desempenho das empresas e grupos envolvidos em cada projeto? Imagina-se que a resposta mais adequada diante dos resultados encontrados é que a localização estratégica de alguns municípios atraiu grupos de empresários (os projetos) e fez com que o crescimento econômico aliado ao interesse da classe política dominante com interesses localizados dentro do Estado fizesse investimentos na melhoria da infraestrutura do município para atrair cada vez mais grupos de empresários nacionais e internacionais, completando assim, o atrativo creditício e fiscal dado inicialmente pelo governo estadual e federal. Diria que a melhoria na qualidade de vida da sociedade desses municípios foi uma consequência disso, pois caso contrário, com o crescimento econômico que alguns municípios apresentaram, não era para se encontrar nesta pesquisa distorções na dimensão social e educacional, como é o caso da maioria deles.

Ao imaginar que os projetos em si poderiam provocar a melhoria econômica e na condição de vida da população de um município, o que justificaria o nível de desenvolvimento baixo e muito baixo em 44,83% dos municípios produtores de soja? Por outro lado, analisando-se os municípios de São Luís, Imperatriz, Caxias, Balsas, São José de Ribamar, Timon, Açailândia, Santa Inês, Bacabal e Codó, os quais apresentaram maior destaque no número de empresas e no valor do PIB estadual, pode-se ver que todos apresentaram o nível de desenvolvimento alto ou muito alto, mas também foi constatado que nem todos faziam parte do grupo de municípios que sofrem influência direta de algum dos projetos analisados, como é o caso de Caxias, São José de Ribamar, Timon e Codó, e mesmo quando faziam parte do grupo, o forte da sua economia não estava baseada em atividades ligadas ao projeto existente na região, como é o caso de Imperatriz, Santa Inês e Bacabal, que tem como forte da sua economia o comércio por estarem à beira das BR-010, BR-316 e BR-222, o que os transformaram em importantes entrepostos comerciais. Todos esses municípios com maior destaque econômico estão localizados em posição estratégica dentro do Estado,

por isso são atravessados pelas rodovias mais importantes de ligação interna com outros municípios ou de ligação externa com outros Estados, como o Pará, Piauí e Tocantins, e destes com o restante do país, tais como a BR-135, BR-010, BR-222, BR-226, BR-230, BR-316 e BR-324⁴⁹. Todos os municípios com influência dos projetos ou que se destacam economicamente no Estado são atravessados por pelo menos uma dessas rodovias.

Reafirmando parte das conclusões acima, Mesquita (2011) em seu estudo sobre a economia maranhense, colocou que a década de 1980 representou um marco na economia do Maranhão, pois rompeu com um padrão de desenvolvimento baseado nas atividades primárias e entra num padrão com base em grandes empresas capitalistas impulsionadas pelo Programa Grande Carajás. Contudo, o resultado nos dias atuais mostra uma economia modesta e insignificante e que continua ser um Estado mero exportador de matéria-prima, antes o arroz, hoje, a soja e minérios. Ainda completou:

[...] Os grandes investimentos dos Carajás ao contrário do que se dizia, na época de implantação dos grandes projetos (hoje se repete o mesmo discurso) o Maranhão não se industrializou, não gerou emprego de qualidade e nem em quantidade, não atraiu outras empresas da cadeia produtiva do alumínio e do ferro, ou seja, esses megas empreendimentos voltados à exportação de commodities sob o ponto de vista da melhoria do padrão de vida proporcionou resultados pífios a economia local (MESQUITA, 2011, p. 7).

Para comprovar ainda mais o fraco efeito dos projetos de desenvolvimento implantados no Maranhão no que se refere ao crescimento no número de empregos e geração de renda, basta comparar os dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal calculados para o ano de 2000 e 2009, nos quais pode-se comprovar que o índice consolidado para o Estado do Maranhão e o índice nas áreas de desenvolvimento ligadas à saúde e educação apresentaram melhorias no seu desenvolvimento de um ano para o outro, passando de um desenvolvimento regular (0,4 a 0,6) para o desenvolvimento moderado (0,6 a 0,8). Mas analisando a área de emprego e renda, observou-se que esta apresentou um desenvolvimento regular para os dois anos, o que comprova que os investimentos do Estado em grandes projetos não resultaram na criação e melhoria no número de empregos e na geração de renda capazes de mudar a realidade dos municípios e do Estado como um todo por este meio, o que

⁴⁹ **BR-010** – liga Tocantins, Maranhão e Pará. Municípios: Carolina, Estreito, Imperatriz, Cidelândia e Açailândia. Esta rodovia faz parte do complexo formado por 11 rodovias que ligam Brasília ao Pará. **BR-135** - única ligação com a Capital do Estado, o município de São Luís. **BR-222** - liga Piauí com o Maranhão. Municípios: Brejo, Anapurus, Chapadinha, Santa Inês, Santa Luzia, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas e Açailândia. **BR-226** – liga Piauí, Maranhão e Tocantins. Municípios: Tuntum, Barra da Corda, Grajaú e Estreito. **BR-230** – liga Piauí, Maranhão e Tocantins. Municípios: Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, Loreto, Balsas, Riachão e Carolina. **BR-316** - liga o Pará, Maranhão e Piauí. Municípios: Bom Jardim, Santa Inês, Bacabal, Caxias e Timon. **BR-324** – liga Maranhão e Piauí. Municípios: Balsas e Tasso Fragoso.

nos leva a afirmar que a melhoria registrada nas outras áreas está ligada a outros fatores. Reafirmando a constatação anterior, pior situação é encontrada quando se analisa a área de emprego e renda nos 53 municípios onde encontram-se os projetos analisados. Em 2000, havia três municípios com o desenvolvimento moderado, 13 municípios com o nível regular e 37 com o nível baixo de desenvolvimento (menor que 0,4), porém, estes números pioraram em 2009, quando foram encontrados um município com o desenvolvimento moderado, 5 municípios com o nível regular e 46 com o nível baixo, o que mais uma vez comprova que os projetos não geraram os empregos prometidos nos discursos políticos. Neste mesmo ano, apenas o município de Estreito apresentou um desenvolvimento alto (acima de 0,8) (IFDM, 2008, 2011).

Diante do exposto, cabe buscar se há uma relação das estratégias implantadas no Maranhão para promover o desenvolvimento e as teorias que ao longo dos anos foram sendo elaboradas para promover e explicar o desenvolvimento. Antecipadamente pode-se afirmar que no Maranhão nenhuma teoria se encaixou pelos seguintes motivos: primeiro, a industrialização é muito incipiente, mas, mesmo assim, onde ela existe ainda, não foi capaz de mudar a realidade até então existente, o que descarta de imediato o pensamento de Furtado (2009) ao defender que somente a industrialização resolveria o atraso do Nordeste; segundo, onde há um pólo industrial, este não foi capaz de promover a disseminação de indústria secundária e terciária, e, se promoveu, não houve um crescimento no número de emprego, da renda *per capita* e do consumo local ao ponto de novas indústrias serem criadas para suprirem a demanda nascente. A confirmação deste fato pode ser feita pela cadeia da indústria de mineração e siderurgia formada no município de Açailândia, que envolve o surgimento de gusarias para a produção do ferro gusa movidas pelo carvão vegetal e a ocupação de grandes áreas na região pelo plantio do eucalipto, mas que ao longo dos anos tem promovido mais problemas ambientais e sociais na região que o desenvolvimento, fato comprovado pelo relatório da pesquisa realizada no município pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH, 2011).

Outro exemplo é a cidade de São Luís que com a implantação da Alumar e da Vale promoveu o crescimento populacional, o aumento no custo de vida e a desapropriação de inúmeras famílias que residiam e trabalhavam na agricultura em terras onde hoje são as instalações das duas empresas. Os empregos criados foram sendo reduzidos ao passo em que as construções das instalações eram concluídas, e os que permanecem até hoje e que são destinados à população local são, muitas vezes, subempregos oferecidos por empresas que prestam serviços terceirizados para as duas empresas. Os cargos mais bem remunerados e que

necessitam de uma maior qualificação profissional são ocupados por pessoas vindas de fora do Estado. A população local sofre com a falta de transporte, de habitação que teve seus preços mais do que duplicados nos últimos anos além que os trabalhadores maranhenses não foram preparados para receber as tais oportunidades que surgiram com a vinda dos grandes projetos, faltando-lhes a educação formal e a qualificação para atender às exigências do mercado. Portanto, não se pode enquadrar o Maranhão nos pressupostos da teoria idealizada por Perroux (1955) na qual defendia a indústria motriz como precursora do desenvolvimento, e muito menos na teoria de Hirschman (1961), que defende que o desenvolvimento pode ser alcançado com a implantação de grandes empresas com alta capacidade de gerar encadeamentos como, por exemplo, uma siderúrgica, que seria capaz de promover o encadeamento com outras empresas para trás, para frente e ao redor dela. No caso maranhense, os insumos utilizados pelas empresas instaladas no Estado vêm de fora e para fora vai a produção delas na forma de matéria-prima, pois o beneficiamento interno existente é insuficiente para se chegar ao produto final, assim como ocorre com parte da soja e o minério de ferro.

Relembrando a teoria de North (1955), a qual defende uma base de exportação poder-se-ia de imediato deduzir que nessa o Maranhão se enquadraria, afinal tem-se uma base de exportação formada pela soja, pelo minério de ferro e pelo alumínio, mas atentos aos pressupostos da teoria imediatamente refuta-se da ideia, pois o capital que gerou essa base de exportação veio de fora, e quando chegou não investiu em atividades já existentes, sendo implantadas novas atividades que, ao longo dos anos, vêm destruindo as já existentes como é o caso das atividades da agricultura familiar na produção de culturas alimentares e no extrativismo. Por outro lado, o lucro e a renda gerada não são reinvestidos na geração de novas indústrias que aumentariam o número de empregos e da renda *per capita* local, assim como aumentariam o número de serviços ligados à atividade desenvolvida, tais como bancos, corretoras, atacadistas etc..Um exemplo marcante da não aplicação dessa teoria são os municípios produtores de soja.

A única teoria que poderia se encaixar à realidade maranhense é a da Causação Circular e Acumulativa de Myrdal (1957), pois no Estado existe um círculo formado pela pobreza, subnutrição, carência na educação e na saúde, baixa qualificação da mão de obra, desemprego/subemprego e baixa renda dessa forma, retornando-se à pobreza. Mas, essa é uma parte da teoria, nas demais, assim como nas anteriores, ficam faltando peças ofuscadas pelas decisões estratégicas tomadas pelos sucessivos governos federal e estadual para promover o desenvolvimento na região. Ao contrário do que prega a teoria de Myrdal (1957), o Maranhão

não atacou e, mesmo hoje, não ataca os seus principais problemas para alcançar o desenvolvimento, pois continua mascarando a pobreza, a educação, a saúde, a baixa renda *per capita*, o desemprego etc.. Ao contrário, procurou solucionar o atraso do Estado com a implantação de grandes projetos, cujo resultado foi o agravamento e a permanência da grande maioria da população à margem do desenvolvimento, mesmo que alguns municípios tenham alcançado crescimento econômico. Mas mesmo neste caso, o crescimento econômico se apresentou de forma restrita a uma parcela da população e toda a sociedade ainda busca o desenvolvimento sob a forma de melhor qualidade de vida.

Portanto, as desigualdades ainda permanecem dentro dos municípios e entre os municípios maranhenses, mesmo naqueles onde foi implantado algum projeto. As desigualdades aparecem sob a forma de participação no PIB estadual; no atendimento à saúde; no oferecimento dos serviços de água, esgoto e coleta de lixo; na presença das instituições da justiça; e na existência e na qualidade da educação e de lazer.

Pelo exposto acima e diante da grande diversidade econômica, social e cultural encontrada no Maranhão, fica claro que o desenvolvimento não pode ser concebido somente na forma de grandes projetos, mas, além destes, devem existir projetos que envolvam a população que trabalha com a agricultura familiar, com a pesca artesanal e com o extrativismo, atividades que sustentam grande parte da população dos municípios do Estado. Além disso, projetos que envolvam a população indígena e quilombola, presentes ainda em grande número. Essas populações precisam de projetos para aumentar a produção, que facilite o acesso ao crédito e, sobretudo, que proporcione a assistência técnica, esta última totalmente desmontada pelo governo estadual com a extinção da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em 1998.

O fato é que o Estado não precisa apenas crescer economicamente, pois isso só aumentam as desigualdades já existentes. Precisa melhorar, antes de tudo, a educação formal e a qualificação profissional para que a população aproveite as oportunidades de trabalho que irão surgir com a implantação de outros grandes projetos presentes na agenda do Estado, tais como a expansão da Vale; mineração de ouro; extração de gás; usina de álcool; siderúrgicas; geração de energia eólica, a produção de papel, produção de alumínio e alumina, criação de aves e produção de cimento. Alguns destes projetos já iniciaram as obras e as atividades estão previstas para funcionar a partir 2013.

O importante não é só a implantação dos projetos, mas é essencial que o Estado prepare as pessoas através da melhoria da educação em todos os anos e níveis e da qualificação da mão de obra para trabalharem em todas as fases de um projeto, não só na fase

da construção das unidades, como ocorreu com a Vale e com a Alumar. A partir do emprego e da aquisição de renda, o maranhense pode se desvincular do círculo da pobreza que reflete nos baixos índices econômicos e sociais, passando a ocupar, no futuro, melhores posições quando comparados com outras unidades da federação.

Diante do exposto, cabe afirmar que não se trata de negar a importância da vinda de grandes projetos para uma região, que neste caso é o Estado do Maranhão, mas cabe ressaltar que os projetos por si só não deverão trazer os benefícios sociais divulgados pelas propagandas governamentais, sendo que para isto são necessários planejamento e investimentos em outras áreas.

6.3 O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES VISTO ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DE GRUPOS – DADOS 2010.

A partir deste ponto foram utilizados os resultados alcançados através da formação de grupos feita com a utilização da técnica estatística multivariada da análise de agrupamento. Esta técnica foi escolhida por permitir construir tipologias com base nas semelhanças das suas características, ou seja, agrega com base na proximidade da semelhança de um conjunto de variáveis selecionadas.

No caso deste trabalho, a análise de agrupamento permitiu representar melhor o desenvolvimento dos municípios maranhenses através da formação de cinco grupos de municípios, os quais foram agregados com base na proximidade estatística dos valores do Índice de Desenvolvimento Municipal, que, por sua vez, foi formado pelas 28 variáveis selecionadas, diferentemente do item 6.1 onde o desenvolvimento dos municípios foi demonstrado através de cinco estratos, denominados de níveis de desenvolvimento, os quais foram estipulados por meio de um ponto de corte de igual tamanho do IDM calculado para os anos de 1980, 1992, 2000 e 2010. Com o uso da análise de agrupamento, evita-se que municípios que se encontram na parte superior de um determinado estrato se juntem com outros municípios que se encontram na parte inferior de um estrato subsequente por causa da proximidade de seus valores.

A formação dos cinco grupos partiu do Índice de Desenvolvimento Municipal calculado para cada município para o ano de 2010, o qual foi formado através dos índices parciais que representavam cada dimensão que fizeram parte desse estudo. No Quadro 9 encontra-se a descrição dos municípios que compõem cada grupo.

Quadro 9 – Municípios que compõem os grupos homogêneos formados através do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para o ano de 2010. Maranhão.

Continua

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Açailândia	Arari	Alcântara	Aldeias Altas	Afonso Cunha
Bacabal	Barão de Grajaú	Alto Parnaíba	Altamira do Maranhão	Água Doce do Maranhão
Balsas	Barra do Corda	Amarante do Maranhão	Alto Alegre do Maranhão	Anajatuba
Carolina	Brejo	Araioses	Alto Alegre do Pindaré	Araguanã
Caxias	Buriticupu	Bacuri	Amapá do Maranhão	Bacurituba
Estreito	Carutapera	Barreirinhas	Anapurus	Belágua
Imperatriz	Codó	Bom Jardim	Apicum-Açu	Benedito Leite
Pedreiras	Coelho Neto	Buriti	Arame	Boa Vista do Gurupi
Pinheiro	Colinas	Buriti Bravo	Axixá	Bom Lugar
Porto Franco	Cururupu	Campestre do Maranhão	Bacabeira	Brejo de Areia
Presidente Dutra	Dom Pedro	Cantanhede Chapadinha	Bela Vista do Maranhão	Cachoeira Grande
Santa Inês	Grajaú	Coroatá	Bequimão	Cajapió
São João dos Patos	Igarapé Grande	Davinópolis	Bernardo do Mearim	Cajari
São José de Ribamar	Itinga do Maranhão	Duque Bacelar	Bom Jesus das Selvas	Central do Maranhão
São Luís	João Lisboa	Esperantinópolis	Buritirana	Centro do Guilherme
Timon	Lima Campos	Fortaleza dos Nogueiras	Cândido Mendes	Centro Novo do Maranhão
	Loreto	Gonçalves Dias	Capinzal do Norte	Conceição do Lago Açu
	Mirinzal	Governador Archer	Cedral	Feira Nova do Maranhão
	Olho d'Água das Cunhãs	Governador Eugênio Barros	Cidelândia	Governador Newton Bello
	Paço do Lumiar	Governador Nunes Freire	Fernando Falcão	Igarapé do Meio
	Paraibano	Guimarães	Formosa da Serra Negra	Itaipava do Grajaú
	Parnarama	Itapecuru Mirim	Fortuna	Jatobá
	Pindaré-Mirim	Lago da Pedra	Godofredo Viana	Jenipapo dos Vieiras
	Pio XII	Magalhães de Almeida	Governador Edison Lobão	Junco do Maranhão
	Rosário	Maracaçumé	Governador Luiz Rocha	Lagoa Grande do Maranhão
	Santa Luzia do Paruá	Matinha	Graça Aranha	Lajeado Novo
	Santo Antônio dos Lopes	Matões	Humberto de Campos	Marajá do Sena
	São Bento	Mirador	Icatu	Maranhãozinho
	São Domingos do Maranhão	Miranda do Norte	Joselândia	Milagres do Maranhão
	São Raimundo das Mangabeiras	Monção	Lago do Junco	Morros
	Viana	Montes Altos	Lago dos Rodrigues	Nina Rodrigues
	Vitória do Mearim	Passagem Franca	Lago Verde	Nova Colinas
	Zé Doca	Pastos Bons	Lagoa do Mato	Olinda Nova do Maranhão
		Paulo Ramos	Luís Domingues	Palmeirândia
		Poção de Pedras	Mata Roma	Paulino Neves
		Porto Rico do Maranhão	Matões do Norte	Pedro do Rosário

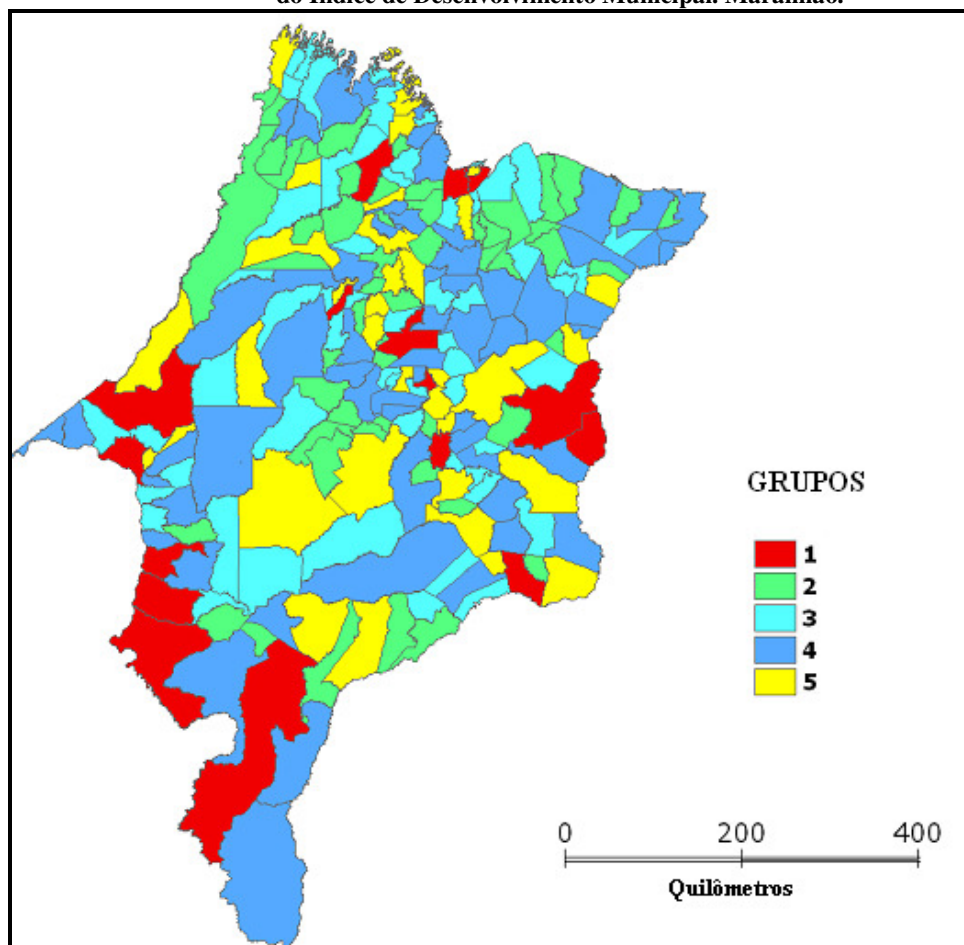
Conclusão

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
-	-	Riachão Santa Luzia Santa Quitéria do Maranhão Santa Rita São Bernardo São Francisco do Maranhão São João Batista São João do Paraíso São Luís Gonzaga do Maranhão São Mateus do Maranhão São Pedro da Água Branca São Vicente Ferrer Senador La Rocque Tasso Fragoso Timbiras Trizidela do Vale Tuntum Turiaçu Tutóia Vargem Grande Vila Nova dos Martírios Vitorino Freire	Nova Iorque Nova Olinda do Maranhão Penalva Peri Mirim Peritoró Pirapemas Raposa Ribamar Fiquene Santa Helena Santana do Maranhão São Benedito do Rio Preto São Domingos do Azeitão São Francisco do Brejão São João do Caru São Pedro dos Crentes Senador Alexandre Costa Serrano do Maranhão Sítio Novo Sucupira do Norte Tufilândia	Presidente Juscelino Presidente Médici Presidente Sarney Presidente Vargas Primeira Cruz Sambaíba Santa Filomena do Maranhão Santo Amaro do Maranhão São Félix de Balsas São João do Soter São José dos Basílios São Raimundo do Doca Bezerra São Roberto Satubinha Sucupira do Riachão Turilândia Urbano Santos

Fonte: Elaboração própria (2012).

Com o objetivo de visualizar melhor a localização de cada grupo formado, encontra-se na Figura 13 a distribuição dos cinco grupos no mapa do Maranhão. De imediato, chama a atenção a não homogeneidade regional dos grupos, o que levou a ver que os diversos níveis de desenvolvimento, do mais alto ao mais baixo, estão espalhados por todas as cinco mesorregiões do Estado.

Figura 13 - Representação dos cinco grupos homogêneos formados pelos municípios maranhenses a partir do Índice de Desenvolvimento Municipal. Maranhão.



Fonte: Elaboração própria (2012).
Nota: Programa Terra View 4.2.0.

Como pôde ser observado na Tabela 12, os municípios ficaram assim distribuídos nos seus respectivos grupos: 16 municípios no Grupo 1 (7,4%); 33 municípios no Grupo 2 (15,2%), 59 municípios no Grupo 3 (27,2%); 56 municípios no Grupo 4 (25,8%) e 53 municípios no Grupo 5 (24,4%). Observou-se também que o Grupo 1 foi o que apresentou a maior média do IDM (0,6975) e em seguida vieram os grupos 2, 3, 4 e 5. Com base nos valores mínimos e máximos do IDM de cada grupo, verificou-se que os Grupos 1 e 2 apresentaram os maiores valores e representaram juntos 22,6% do total de municípios do

Estado e, por sua vez, os Grupos 4 e 5 possuem os menores valores e juntos correspondiam por 50,2% do total de municípios, ou seja, 109 dos 217 do total. Pelos valores do coeficiente de variação dos cinco grupos, pode-se dizer que existe uma grande homogeneidade dos dados em torno das médias.

Tabela 12 – Caracterização dos cinco grupos homogêneos formados e os parâmetros estatísticos descritivos do Índice de Desenvolvimento Municipal (DM) dos municípios – 2010. Maranhão.

Grupos	Número de Municípios	Participação Percentual (%)	IDM				Coeficiente de Variação
			Média	Mediana	Mínimo	Máximo	
G1	16	7,4	0,6975	0,6864	0,6494	0,8296	0,07
G2	33	15,2	0,5879	0,5918	0,5445	0,6321	0,04
G4	59	27,2	0,5006	0,5049	0,4539	0,5417	0,05
G4	56	25,8	0,4011	0,3986	0,3569	0,4487	0,06
G5	53	24,4	0,3105	0,3101	0,1943	0,3545	0,10

Fonte: Elaboração própria (2012).

6.3.1 Caracterização dos cinco grupos formados pela análise de agrupamento

A descrição dos grupos homogêneos foi feita com base nas estatísticas básicas das variáveis que fizeram parte das dimensões que foram utilizadas na formação dos índices parciais que, por sua vez, foram usados no cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal. Para maior fundamentação na caracterização dos grupos, outras informações foram buscadas, entre elas estão a população residente em cada município, o número de empresas existentes nos municípios e a participação percentual de cada um dos setores que compõem o PIB municipal. Todas as informações utilizadas para descrever os grupos estão descritas nas Tabelas de número 12 a 21.

Grupo 1: Municípios com o desenvolvimento alto e desenvolvimento muito alto

Esse grupo foi formado por 16 municípios, o que corresponde a 7,4% do total de municípios maranhenses, sendo 11 com o nível de desenvolvimento alto (68,75%) e cinco com o nível muito alto de desenvolvimento (31,25%) (Tabela 13). Sua população é a maior do Estado, correspondendo a 36% do total. Nele estão dez dos 22 municípios maranhenses que possuem mais de 50 mil habitantes. Pelo coeficiente de variação (1,62) se percebeu o grau de variabilidade em torno da média da população que é de 148.091 habitantes. Isso pode ser explicado pela presença dos municípios de São Luís, que apresenta uma população de

1.014.840 habitantes, e de Imperatriz, com 247.505 habitantes, as duas maiores populações do Estado. Contrapondo a esses números, encontra-se o município de Porto Franco apresentando uma população de 21.530 habitantes, a menor do grupo (Tabela 14).

Este é um grupo que apresentou um bom comportamento em todas as dimensões, tendo suas médias ocupando quase sempre as primeiras colocações dos valores médios de cada uma das variáveis analisadas. A seguir encontra-se a descrição de cada dimensão.

Na dimensão econômica destacou-se a contribuição dos impostos na formação do PIB municipal, o PIB *per capita*, a renda domiciliar e o percentual de pessoas de dez anos e mais com rendimentos, pois apresentavam valores médios bem maiores que a dos outros grupos, em média 8,74%, R\$ 6.753,55, R\$ 470,55 e 47,54%, respectivamente, médias superiores às apresentadas pelo Estado como um todo (Tabela 15). O bom desempenho econômico pode ser explicado pelo fato de que nesses municípios, encontram-se o maior número de empresas do Estado, 59,27% do total, assim como, nestes municípios encontramos 62,78% do total de empresas ligadas à agropecuária, indústrias extrativas e indústrias de transformação (Tabela 16).

Os municípios que mais se destacaram em termos de PIB foram São Luís, Açailândia, Imperatriz, Balsas, Caxias, Timon, Bacabal, São José de Ribamar e Santa Inês, estes em ordem decrescente de importância. Nos municípios desse grupo, o PIB industrial e os impostos tiveram um peso mais forte do que os encontrados nos municípios dos demais grupos; em média eles contribuíram com 16,80% e 8,74%, respectivamente. Neste grupo, o setor agropecuário apresentou a menor contribuição entre os cinco grupos, em média 13,48%, enquanto o setor industrial, ao contrário, apresentou o maior percentual, em média 16,80%, fato que se repetiu com o de setor de serviços, sendo que este é o setor de maior contribuição em todos os 217 municípios do Estado (Tabela 17). A Tabela 18 comprovou a baixa participação da agropecuária destes municípios, pois analisando-se a produção das principais atividades agropecuárias do Estado, observou-se que este grupo destacou-se na produção de soja e de bovinos, onde ocupava a segunda e quarta colocações entre os grupos, respectivamente.

Tabela 13 – Caracterização dos grupos homogêneos de municípios maranhenses formados quanto ao nível de desenvolvimento. Maranhão.

Grupos	Desenvolvimento Muito Baixo		Desenvolvimento Baixo		Desenvolvimento Médio		Desenvolvimento Alto		Desenvolvimento Muito Alto		Total	
	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%	Número de Municípios	%
	G1	-	-	-	-	-	-	11	68,7	5	31,2	16
G2	-	-	-	-	12	36,4	21	63,6	-	-	33	100,0
G3	-	-	-	-	59	100,0	-	-	-	-	59	100,0
G4	-	-	55	98,2	1	1,8	-	-	-	-	56	100,0
G5	30	56,6	23	43,4	-	-	-	-	-	-	53	100,0
Total	30	13,8	78	35,8	72	33,2	33	14,7	5	2,3	217	100,0

Fonte: Elaboração própria (2012).

Tabela 14 – Caracterização dos grupos homogêneos de municípios maranhenses formados quanto à população total, participação percentual e parâmetros estatísticos descritivos da população. Maranhão.

Grupos	População Total	Participação Percentual (%)	Média	Mediana	Valor Mínimo	Valor Máximo	Coefficiente de variação
G1	2.369.440	36,0	148.091	80.845	21.530	1.014.840	1,62
G2	1.195.213	18,2	36.219	31.150	11.040	118.040	0,71
G3	1.550.516	23,6	26.281	20.450	6.030	74.040	0,61
G4	848.847	12,9	15.158	13.795	4.430	39.110	0,52
G5	610.773	9,3	11.525	11.540	4.020	25.290	0,48
MA	6574.789	100,0	30.299	17.560	4.020	1014.840	2,42

Fonte: Elaboração própria (2012).

Tabela 15 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão econômica para os grupos homogêneos de municípios maranhenses formados pela análise de agrupamento. Maranhão.

Grupo	Parâmetros	Dimensão Econômica					
		IMP- PIB	PIB- PERCAP (R\$)	REND- DOM (R\$)	PESSOA- RENDA (R\$)	REC- ORÇAM (R\$)	TRANSF- INTERG (R\$)
G1	Média	8,74	6.753,55	470,55	47,54	1078,89	63,50
	Valor Mínimo	3,55	3.105,91	355,11	42,61	196,21	38,14
	Valor Máximo	18,36	17.671,52	794,76	52,38	1459,10	75,54
	CV ¹	0,45	0,66	0,25	0,05	0,28	0,14
	Média	3,07	4.333,65	303,14	42,81	1086,35	61,19
G2	Valor Mínimo	1,27	2.218,92	251,73	36,35	549,26	44,72
	Valor Máximo	9,46	23.436,10	447,16	49,04	1611,55	100,20
	CV	0,57	0,83	0,13	0,08	0,23	0,16
	Média	2,07	4.464,31	272,40	40,19	1207,97	60,26
	Valor Mínimo	0,85	2.058,06	197,01	29,44	404,59	43,53
G3	Valor Máximo	5,54	38.552,87	523,75	52,26	4400,77	85,76
	CV	0,45	1,09	0,19	0,11	0,43	0,15
	Média	1,89	3.962,84	250,49	39,47	1413,33	61,23
	Valor Mínimo	0,73	2.063,47	166,73	27,80	385,35	46,75
	Valor Máximo	13,19	8.450,31	386,50	51,02	4097,31	101,03
G4	CV	1,02	0,36	0,18	0,14	0,43	0,18
	Média	1,60	4.183,40	219,92	35,88	1609,31	63,06
	Valor Mínimo	0,39	2.067,38	146,70	23,54	588,35	48,41
	Valor Máximo	11,39	18.076,78	463,31	43,29	6175,58	90,59
	CV	0,95	0,60	0,22	0,13	0,58	0,14
G5	Média	2,55	4.415,21	273,21	39,89	1330,98	61,57
	Valor Mínimo	0,39	2.058,06	146,70	23,54	196,21	38,14
	Valor Máximo	18,36	38.552,87	794,76	52,38	6175,58	101,03
	CV	1,00	0,79	0,30	0,14	0,49	0,16
	MA						

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Coeficiente de variação.

Tabela 16 – Caracterização das empresas e outras organizações por grupos homogêneos de municípios maranhenses.

Grupos	Número de Empresas		Atividade				
	Total	Participação Percentual (%)	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (a)	Indústrias Extrativas (b)	Indústrias de Transformação (c)	Total	Outras ¹
G1	36.319	59,27	306	38	1.999	2.343 (62,78%)	33.976
G2	9.475	15,46	147	26	535	708 (18,97%)	8.767
G3	9.682	15,80	112	5	316	433 (11,60%)	9.249
G4	3.571	5,83	54	11	95	160 (4,29%)	3.411
G5	2.235	3,65	43	2	43	88 (2,36%)	2.147
Total	61.282	100,00	662	82	2.988	3.732 (100,00%)	57.550

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012d).

¹ Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação/Construção/Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas/Transporte, armazenagem e correio/Alojamento e alimentação/Informação e comunicação/Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados/Atividades imobiliárias/Atividades profissionais, científicas e técnicas/Atividades administrativas e serviços complementares/Administração pública, defesa e seguridade social/Educação/Saúde humana e serviços sociais/Artes, cultura, esporte e recreação/Outras atividades de serviços/Serviços domésticos/Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Tabela 17 – Participação média percentual dos setores e dos impostos no PIB dos municípios em cada grupo homogêneos e no Estado do Maranhão – Ano 2009.

Grupos	PIB			
	Agropecuário (%)	Indústria (%)	Serviços (%)	Impostos (%)
G1	13,48	16,80	60,98	8,74
G2	33,38	10,27	53,28	3,07
G3	40,27	7,88	49,78	2,07
G4	43,55	7,94	46,62	1,89
G5	44,21	7,31	46,88	1,60
MA	19,96	15,17	54,82	10,05

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012c).

Tabela 18– Distribuição relativa da quantidade produzida de arroz, feijão, mandioca, milho e soja e número de cabeças de bovinos por grupo homogêneo de municípios maranhenses no ano de 2010. Maranhão.

Grupos	Quantidade Produzida e Número de Cabeças (%)					
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Bovinos
G1	7,45	9,30	5,08	8,71	30,94	16,79
G2	22,45	17,03	14,07	32,63	11,80	18,94
G3	34,94	34,90	34,92	29,61	41,45	32,11
G4	20,40	19,29	23,40	20,69	5,64	19,70
G5	14,77	19,47	22,52	8,36	10,17	12,46
MA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fontes: Elaboração própria (2012).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011b; 2011c).

As variáveis da dimensão social, saúde e infraestrutura apresentaram-se de forma interessante neste grupo (Tabela 19). Fazendo-se uma análise em separado dos grupos de variáveis nesta dimensão, viu-se que este grupo é o que apresentou as melhores condições de saúde, pois apresentou os maiores valores médios quando comparados com os demais grupos. Em média, 31,41% da sua receita orçamentária foram gastos com saúde e saneamento e a cada mil crianças nascidas vivas, 15,87 morreram antes de um ano de idade, a menor mortalidade infantil encontrada entre os grupos. Outro fato que chamou atenção neste grupo foi que ele apresentou o menor percentual de população atendida pelo Programa Saúde da Família (83,87%) e o menor percentual de transferência de benefício sociais (15,83%), mas por outro lado, ocupou uma situação mediana na variável incidência de pobreza entre os cinco grupos quando 56,56% da sua população foi considerada pobre. Talvez estas três situações podem ser explicadas pelo fato de serem os municípios mais urbanos e mais ricos em relação aos demais do Estado. Como não poderia ser diferente diante dos níveis de desenvolvimento encontrado nos municípios desse grupo, a infraestrutura foi a melhor encontrada no estudo, mas em termos percentuais ainda é baixa quando pensa-se em qualidade de vida, principalmente quando observa-se que apenas 29,37% dos domicílios possuem rede de esgoto, apesar deste valor ainda ser mais que o dobro da média encontrada no Estado, que é apenas de 11,81%. As taxas de cobertura por abastecimento de água e coleta de lixo forem melhores, chegando a 78,61% e 74,51% dos domicílios, respectivamente.

Tabela 19 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão social, saúde e infraestrutura para os grupos homogêneos de municípios maranhenses formados pela análise de agrupamento. Maranhão.

Grupo	Parâmetros	Dimensão Social, Saúde e Infra-Estrutura							
		DESP-SAUSAN (R\$)	MORT-INF	POP-PSF (%)	TRANSF_BENEF (%)	INCID-POB (%)	ÁGUA(%)	ESGOTO (%)	LIXO (%)
G1	Média	31,41	15,87	83,87	15,83	56,56	78,61	29,37	74,51
	Valor Mínimo	22,31	5,74	32,52	10,77	50,52	39,95	1,15	53,53
	Valor Máximo	38,40	40,92	100,00	20,68	64,08	94,74	63,51	91,93
	CV ¹	0,18	0,48	0,25	0,18	0,06	0,17	0,60	0,16
G2	Média	26,81	19,67	93,97	17,41	56,73	66,76	12,43	50,86
	Valor Mínimo	2,47	3,79	29,69	13,87	42,45	36,25	1,04	17,34
	Valor Máximo	40,09	52,00	100,00	21,20	66,83	87,70	52,73	75,38
	CV	0,23	0,46	0,17	0,11	0,09	0,20	0,92	0,24
G3	Média	25,24	21,06	93,25	17,33	56,86	58,88	10,98	39,50
	Valor Mínimo	10,94	2,94	0,00	12,18	49,75	20,03	0,51	7,61
	Valor Máximo	34,75	52,63	100,00	22,76	73,29	91,47	37,72	81,52
	CV	0,21	0,50	0,21	0,13	0,08	0,33	0,90	0,43
G4	Média	24,85	27,02	96,30	16,05	56,17	60,16	9,66	30,49
	Valor Mínimo	2,33	6,39	49,73	11,90	44,33	9,56	0,00	0,00
	Valor Máximo	51,95	125,00	100,00	19,16	67,52	92,28	33,05	67,05
	CV	0,30	0,80	0,10	0,10	0,09	0,30	0,98	0,55
G5	Média	23,23	32,32	95,04	16,25	56,51	49,23	9,32	23,56
	Valor Mínimo	14,12	5,76	0,00	9,95	49,43	6,43	0,00	0,08
	Valor Máximo	39,70	87,12	100,00	22,64	75,26	92,66	51,12	59,61
	CV	0,21	0,61	0,21	0,15	0,08	0,47	1,33	0,65
MA	Média	25,34	24,75	93,89	16,64	56,55	59,51	11,81	37,59
	Valor Mínimo	2,33	2,94	0,00	9,95	42,45	6,43	0,00	0,00
	Valor Máximo	51,95	125,00	100,00	22,76	75,26	94,74	63,51	91,93
	CV	0,25	0,69	0,19	0,13	0,08	0,34	1,05	0,55

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Coeficiente de variação.

A dimensão demográfica mostrou que nestes municípios se concentrava a maior população urbana e economicamente ativa do Estado, em média 76,60% e 62,14% da população, respectivamente; porém, por outro lado, apresenta a segunda menor média da população idosa (Tabela 20).

Tabela 20 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão demográfica e dimensão institucional para os grupos homogêneos de municípios formados pela análise de agrupamento. Maranhão.

Grupo	Parâmetros	Dimensão Demográfica			Dimensão Institucional		
		POP-URB (%)	POP-ECO (%)	POP-IDO (%)	JUSTIÇA ²	CONSELHOS	AGÊNCIAS ²
G1	Média	76,60	62,14	15,03		6,25	
	Valor Mínimo	23,13	57,84	10,49	100,0	3,00	100,0
	Valor Máximo	94,76	68,62	20,25		9,00	
	CV ¹	0,23	0,04	0,20		0,28	
G2	Média	61,09	59,18	15,72		4,52	
	Valor Mínimo	36,99	56,27	7,64	90,9	2,00	100,0
	Valor Máximo	82,84	67,18	20,44		9,00	
	CV	0,18	0,04	0,17		0,35	
G3	Média	52,63	57,61	15,92		4,39	
	Valor Mínimo	26,03	53,91	11,39	67,8	2,00	79,7
	Valor Máximo	89,06	62,89	20,98		8,00	
	CV	0,31	0,03	0,13		0,34	
G4	Média	47,09	57,66	15,10		3,66	
	Valor Mínimo	15,80	51,93	10,28	21,4	0,00	16,1
	Valor Máximo	84,53	62,19	20,85		7,00	
	CV	0,33	0,04	0,16		0,36	
G5	Média	40,20	56,44	13,91		3,19	
	Valor Mínimo	14,38	50,75	7,95	0	0,00	0,0
	Valor Máximo	70,70	62,48	20,80		6,00	
	CV	0,35	0,04	0,19		0,41	
MA	Média	51,22	57,91	15,12		4,06	
	Valor Mínimo	14,38	50,75	7,64	45,2	0,00	47,0
	Valor Máximo	94,76	68,62	20,98		9,00	
	CV	0,35	0,04	0,17		0,40	

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Coeficiente de variação.

² Valores correspondentes à proporção de municípios do grupo.

Ao analisar as variáveis da dimensão institucional, também na Tabela 20, verificou-se que este foi o melhor grupo. Observou-se que 100% dos municípios deste grupo possuíam

comarcas (tribunais) ou Juizados de Pequenas Causas, que o número médio de Conselhos Municipais nos municípios era de 6,25 unidades, o que demonstrava certa participação da população na administração municipal; e que 100% dos municípios possuíam agências financeiras (bancos).

A dimensão educação e lazer nos mostrou que os municípios desse grupo apresentavam as melhores condições de educação do Estado, porém, aqui também foi encontrado o menor percentual de gastos com a educação e cultura, em média 31,65% da despesa orçamentária. Por outro lado, foi neste grupo que encontrou-se a menor taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos a mais (16,48%), que 87,5% dos municípios possuem unidade de ensino superior e que 100% dos municípios possuíam bibliotecas. As variáveis relacionadas ao lazer mostraram que esses municípios eram os que apresentavam os maiores valores médios, exceto na variável existência de centro de esporte que apresentava a segunda maior média, perdendo apenas para o Grupo 4. Em média 87,5% dos municípios desse grupo possuíam clube recreativo; 93,7% possuíam centro de esporte, o mesmo percentual (93,7%) de municípios que possuíam rádio AM e/ou FM e 100% deles tinham provedor de internet (Tabela 21).

Encontrou-se neste grupo três municípios que fazem parte do projeto da Vale (Açailândia, Santa Inês e São Luís); o município onde há atividades da Alumar (São Luís); três produtores de soja (Balsas, Carolina e Estreito); e quatro municípios que se destacam na pecuária (Açailândia, Bacabal, Estreito e Imperatriz). Observou-se que no município de Açailândia estão presentes tanto as atividades da Vale como da criação de bovinos; no município de São Luís concentram-se atividades da Vale e da Alumar; e no município de Estreito encontram-se atividades ligadas à soja e à pecuária. Todos estes municípios se destacam no setor industrial do Estado, e mesmo aqueles que possuem atividades voltadas à soja e à pecuária também aparecem com uma atividade industrial com destaque. Aqui encontram-se os municípios com maior destaque no projeto da Vale e da Alumar e com grande destaque na produção de soja e na pecuária, como Balsas e Imperatriz.

Neste grupo encontram-se a comprovação daquilo que foi dito nas teorias de crescimento/desenvolvimento econômico da década de 1950, quando afirmou-se que as empresas/indústrias tendem a se instalarem em regiões mais bem desenvolvidas e que elas servem para atrair cada vez mais investimentos e um número maior de pessoas, tanto que se concentra neste grupo a maior parte dos municípios mais populosos no Estado, os maiores investimentos e resultados econômicos, as melhores condições sociais e os melhores índices de desenvolvimento.

Tabela 21 – Parâmetros estatísticos descritivos das variáveis analisadas para a dimensão educação e lazer para os grupos homogêneos de municípios formados pela análise de agrupamento. Maranhão.

Grupo	Parâmetros	Dimensão Educação e Lazer							
		PESS-ANALFA (%)	UES ²	DESP-EDU-CULT (%)	BIBLIOT ²	CLUB-REC ²	CENT-ESP ²	RADIO ²	INTERNET ²
G1	Média	16,48		31,65					
	Valor Mínimo	4,67	87,5	20,03	100	87,5	93,7	93,7	100
	Valor Máximo	25,75		40,77					
	CV ¹	0,35		0,16					
G2	Média	24,61		39,85					
	Valor Mínimo	5,76	39,4	27,14	84,8	78,8	93,9	75,8	75,8
	Valor Máximo	35,89		54,59					
	CV	0,25		0,18					
G3	Média	27,74		42,23					
	Valor Mínimo	15,52	13,6	28,19	72,9	61,0	72,9	52,5	45,8
	Valor Máximo	37,82		60,19					
	CV	0,21		0,18					
G4	Média	27,51		39,97					
	Valor Mínimo	15,27	17,9	21,76	62,5	46,4	64,3	44,6	48,2
	Valor Máximo	38,06		54,38					
	CV	0,23		0,18					
G5	Média	29,81		42,31					
	Valor Mínimo	18,65	7,5	23,51	37,7	41,5	30,2	11,3	28,3
	Valor Máximo	39,98		54,35					
	CV	0,17		0,17					
MA	Média	26,88		40,52					
	Valor Mínimo	4,67	22,6	20,03	65,4	57,1	65,0	47,0	54,8
	Valor Máximo	39,98		60,19					
	CV	0,25		0,19					

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Coeficiente de variação.

² Valores correspondentes à proporção de municípios do grupo.

Quando analisam-se as médias das variáveis que compõem cada dimensão, pode-se dizer, de modo geral, que estes municípios apresentaram bons resultados na dimensão econômica, na dimensão demográfica, na dimensão institucional e na dimensão educação e lazer, mas que precisam melhorar na dimensão social, principalmente nas seguintes variáveis: atendimento da população através do PSF, na transferência de benefícios sociais, na redução da pobreza e na ampliação da rede de esgoto.

Grupo2: Municípios com o desenvolvimento médio e desenvolvimento alto

A formação do Grupo 2 foi feita por 33 municípios, correspondendo a 15,2% dos municípios maranhenses; destes, 12 apresentavam desenvolvimento médio (36,4%) e 21 apresentavam desenvolvimento alto (63,6%) (Tabela 13). A população desse grupo correspondia a 18,2% da população total do Estado e nele estão seis municípios com população superior a 50 mil habitantes, completando juntamente com os Grupos 1 e 3, os 22 maiores municípios do Estado. A média da população era de 36.219 habitantes, porém, o coeficiente de variação de 0,71 indicou uma grande dispersão de valores em torno dessa média, já que a população mínima é de 11.040 habitantes e a máxima é de 118.040 habitantes, encontradas nos municípios de Igarapé Grande e Codó, respectivamente (Tabela 14).

Este grupo apresentou um bom comportamento. Suas médias, em geral, ocupam a segunda melhor colocação, fazendo com que este grupo fosse inferior somente ao Grupo 1 em todas as dimensões analisadas, as quais serão descritas a seguir.

Na dimensão econômica, esse grupo se destacou nos valores médios da contribuição dos impostos na formação do PIB municipal, na renda domiciliar *per capita* e no percentual de pessoas de dez anos a mais com rendimentos, todos ocupando a segunda colocação ao apresentarem valores iguais a 3,07%, R\$ 303,14 e 42,81%, respectivamente, médias superiores às apresentadas pelo Estado como um todo. Esse contexto pode ser justificado por esse grupo apresentar em seus municípios o terceiro maior número de empresas do Estado (15,46%) e o segundo maior número de empresas nas atividades da agropecuária, das indústrias extrativas e das indústrias de transformação (11,60%), favorecendo, assim, a elevação do PIB industrial e, conseqüentemente, fazendo com que se tivesse uma importante contribuição no PIB municipal, mesmo que por ordem de contribuição tenha ficado atrás dos setores de serviço e agropecuário (Tabela 16 e Tabela 17). A agropecuária ganhou destaque através da produção de arroz, de milho e de soja, assim como na criação de bovinos (Tabela 18). O PIB *per capita* desse grupo era de R\$ 4.333,65, superior ao do Estado, mas inferior aos

do Grupo 1 e 3. Tanto a receita orçamentária *per capita* quanto o percentual de transferência intergovernamental ocupavam a quarta colocação entre todos os grupos, apresentando valores de R\$ 1.086,35 e 61,19%, respectivamente (Tabela 15).

As variáveis da dimensão social, saúde e infraestrutura apresentavam-se de forma irregular; em alguns aspectos bons e em outros ruins. Entre as ruins estão os percentuais da população atendida pelo Programa Saúde da Família, 93,97%; a incidência de pobreza, de 56,73% da população, a segunda maior, perdendo apenas para o Grupo 4; e, reafirmando este último dado, tem-se que 17,41% da população era atendida pela transferência de benefícios sociais, a maior entre os grupos. Entre os aspectos bons, podem ser citados que em média 26,81% da despesa orçamentária eram gastas com a saúde e saneamento; que a taxa de mortalidade infantil era de 19,67; que os domicílios cobertos com o abastecimento de água era de 66,76%; que a rede de esgoto chegava a 12,43%; e que a coleta de lixo atendia 50,86% dos domicílios, todos valores que alcançavam a segunda melhor posição entre os grupos, mas que em termos de qualidade de vida ainda eram muito baixos.

A dimensão demográfica mostrou que os municípios desse grupo ocupavam a segunda melhor posição entre os grupos. Observando os resultados viu-se que em média 61,09% da população era urbana, que a população economicamente ativa era representada por 59,18% da população e que 15,72% da população era idosa (Tabela 20).

Ao analisar as variáveis da dimensão institucional, verificou-se também que este grupo ficava atrás apenas do Grupo 1 ao apresentar que 90,9% dos seus municípios possuíam comarcas (tribunais) ou Juizados de Pequenas Causas, que o número médio de Conselhos Municipais nos municípios era de 4,52 unidades e que 100% dos municípios possuíam agências financeiras (bancos).

A dimensão educação e lazer mostrou que os municípios desse grupo também apresentavam a segunda melhor condição de educação e lazer do Estado, apesar de ter o segundo menor percentual de gastos com a educação e cultura entre os cinco grupos formados, em média 39,45% da despesa orçamentária. Neste grupo encontrou-se a segunda menor taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos a mais, em média 24,61%. Encontrou-se também que 39,4% dos municípios possuíam unidade de ensino superior e que em 84,8% dos municípios existiam bibliotecas. Analisando-se as variáveis relacionadas ao lazer, observou-se que este grupo se destacou ao mostrar que em 93,9% dos seus municípios apresentavam um centro esportivo, fato que o fez ocupar a primeira colocação entre todos os grupos. Em todas as outras variáveis esse grupo ficou somente atrás do Grupo 1. Ele mostrou que em média

78,8% dos seus municípios possuíam clube recreativo, que 75,8% possuíam rádio AM e/ou FM e que 75,8% deles tinham provedor de internet (Tabela 21).

Encontrou-se neste grupo três municípios que fazem parte do projeto da Vale (Arari, Buriticupu e Vitória do Mearim); quatro produtores de soja (Brejo, Grajaú, Loreto e São Raimundo das Mangabeiras) e seis que possuem a pecuária empresarial como atividade (Barra do Corda, Buriticupu, Grajaú, Itinga do Maranhão, João Lisboa e Zé Doca). O forte do projeto da Vale nestes municípios é a passagem da estrada de ferro, não apresentando atividades industriais. Já os municípios do projeto da soja e da pecuária apresentam alguns municípios com destaque na produção estadual e no setor industrial.

Assim com no Grupo 1, os municípios do Grupo 2 apresentaram bons resultados na dimensão econômica, na dimensão demográfica, na dimensão institucional e na dimensão educação e lazer, mas precisam melhorar na dimensão social, saúde e infraestrutura, principalmente na variável incidência de pobreza, abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo.

Grupo 3: Municípios com o desenvolvimento médio

O grupo três é o maior entre todos, formado por 59 municípios que, juntos, corresponderam por 27,2% do total de municípios e por 23,6% da população do Estado. Todos os municípios desse grupo apresentaram o nível de desenvolvimento classificado como médio. A menor população está no município de Porto Rico do Maranhão onde está concentrado um total de 6.030 habitantes, enquanto no outro extremo, a maior população está no município de Santa Luzia, que é constituída por 74.040 habitantes. Neste grupo existem seis municípios com a população superior a 50 mil habitantes. A média populacional do grupo era de 26.281 habitantes, mas verificando-se o coeficiente de variação de 0,61, pode-se dizer que há uma dispersão dos dados em torno dessa média justamente devido a grande variabilidade que existe entre os valores mínimos e máximos da população entre os municípios do grupo (Tabela 14).

De modo geral, observou-se nesse grupo valores que se situaram de forma mediana entre os cinco grupos. Pode-se dizer que é um grupo economicamente mediano, mas fraco ou mediano nas outras dimensões. Seus valores médios ficaram abaixo do Grupo 1 e do Grupo 2.

Na dimensão econômica, o maior destaque estava na variável PIB *per capita*, a qual ocupava o segundo maior valor, perdendo apenas para o Grupo 1, e apresentava valor igual a R\$ 4.464,31. Isto pôde ser favorecido pelo fato destes municípios apresentarem o PIB alto e,

em geral, uma pequena população. Outro destaque foi o fato que esse grupo apresentava o menor percentual de transferências intergovernamentais, 60,26% em média. Os valores médios das demais variáveis da dimensão econômica ocupavam sempre a terceira posição entre os grupos e puderam assim serem descritas: a contribuição dos impostos no PIB municipal era de 2,07%; a renda domiciliar era de R\$ 272,40; o percentual de pessoas de dez anos a mais com rendimentos era de 40,19%; e a receita orçamentária *per capita* era de R\$1.207,97 (Tabela 15). O bom desempenho econômico deste grupo pode ser justificado pelo fato desses municípios apresentarem uma maior diversificação nas suas atividades econômicas, já que 15,80% das empresas com sede no Maranhão estavam instaladas nessa região e 11,60% estavam ligadas à agropecuária, indústrias extrativas e indústrias de transformação, assim como pelo seu bom desempenho na agropecuária, onde se destacava em primeiro lugar no Estado na produção de arroz, feijão, mandioca, soja e na criação de bovino e em segundo lugar na produção de milho, perdendo apenas para o Grupo 5 (Tabelas 17 e 19). Porém, apesar do bom desempenho nas atividades agropecuárias, este grupo ocupava o terceiro lugar no PIB agropecuário e o quarto lugar no PIB industrial do Estado.

A análise das variáveis que representavam a dimensão social, saúde e infraestrutura mostraram que este é o terceiro pior grupo, superando apenas os Grupos 4 e 5. Cerca de 25,24% da despesa orçamentária foram gastos com saúde e saneamento, 21.06 das crianças morriam antes de completarem um ano de idade e 93,25% da população eram atendidas Programa Saúde da Família, a segunda pior cobertura. Foi nesse grupo que foram encontradas a segunda maior cobertura da população atendida pela transferência de benefícios sociais, 17,33% e a maior incidência de pobreza do Estado, nada menos que 56,86% da população, valores que se contrapuseram com os valores encontrados na dimensão econômica, o que fez deduzir que eram municípios onde existiam a maior concentração de renda e que a riqueza gerada no município não circulava nele, ou seja, saía para outros lugares. Ao analisar as variáveis ligadas à infraestrutura dos municípios, observou-se que esse foi o grupo que apresentou o segundo pior percentual de domicílios com abastecimento de água ligada à rede geral, cerca de 58,88% em média e o terceiro maior percentual no que se referia à rede de esgoto e coleta de lixo, com médias de 10,98% e 39,50%, respectivamente (Tabela 19).

Neste grupo destacou-se na dimensão demográfica o percentual de idosos, o maior entre os grupos, com 15,92%. Também foram observadas a terceira menor população urbana e a segunda menor população economicamente ativa quando comparadas aos outros grupos, com 52,63% e 57,61%, respectivamente (Tabela 20).

Ao serem analisadas as variáveis da dimensão institucional constatou-se que aqui também o comportamento foi mediano, porém, bem superior aos Grupos 4 e 5, pois 67,8% dos municípios possuíam comarcas (tribunais) ou Juizados de Pequenas Causas, que o número médio de Conselhos Municipais nos municípios era de 4,39 e que 79,7% dos municípios possuíam agências financeiras (bancos) (Tabela 20).

No que se refere às variáveis da dimensão educação e lazer, os resultados mostraram que este foi o segundo pior grupo no que se refere à educação, apesar desse grupo apresentar os municípios que empregavam 42,23% da despesa orçamentária na educação e cultura, o segundo maior valor. Em média, 27,74% das pessoas de 15 anos e mais eram analfabetas e 13,6% dos municípios possuíam unidade de ensino superior, resultados que superaram somente o Grupo 5. Porém, mesmo com estes resultados, este grupo apresentou a terceira posição quando foram analisadas a existência de bibliotecas, onde em 72,9% dos municípios ela estava presente. Quanto às variáveis ligadas ao lazer, observou-se que a pior situação estava na existência de provedor de internet, já que somente em 45,8% dos municípios estava disponível esse serviço, a segunda pior situação. Mas por outro lado, este grupo ocupa uma situação intermediária entre os piores e melhores grupos quando observou-se que em média 61% dos municípios possuíam clube recreativo, 72,9% possuíam centro de esporte e 52,5% possuíam rádio AM e/ou FM (Tabela 21).

Encontraram-se neste grupo três municípios que fazem parte do projeto da Vale (Miranda do Norte, Santa Rita e São Pedro da Água Branca); oito produtores de soja (Alto Parnaíba, Mirador, Fortaleza dos Nogueiras, Pastos Bons, Riachão, Tasso Fragoso, Chapadinha e Magalhães de Almeida); e seis municípios do projeto da pecuária (Amarante do Maranhão, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Santa Luzia, Tuntum e Vitorino Freire). Assim como no Grupo 2, os municípios do projeto Vale caracterizam-se pela passagem da estrada de ferro entre São Luís e Carajás. Porém, este grupo foi formado por municípios grandes produtores de soja e de criadores de bovinos.

Por ocuparem uma situação intermediária, esses municípios precisam melhorar em todas as variáveis que compõem cada uma das dimensões, pois ele superou apenas os Grupos 4 e 5, que, por sinal, comparando-se as médias da dimensão econômica, apresentaram-se médias bem mais inferiores. Portanto, o forte desse grupo foi a dimensão econômica, enquanto as outras dimensões mostraram-se fracas. Importante frisar que entre os municípios desse grupo estão os maiores produtores de soja e de gado bovino do Estado, o que vem confirmar que o crescimento econômico de um município não significa melhorias na qualidade de vida (saúde, infraestrutura, educação etc.) da sua população. Politicamente, o fato desse grupo

apresentar o menor percentual de transferências dos Estados e da União pode ser usado para justificar o baixo desempenho nas variáveis ligadas às outras dimensões.

Grupo 4: Municípios com o desenvolvimento baixo e desenvolvimento médio

A formação deste grupo se deu por 56 municípios, que, em termos percentuais, representam 25,8% do Maranhão. Apenas um município apresentava o nível médio de desenvolvimento, enquanto que os 55 restantes possuíam um nível de desenvolvimento considerado baixo (Tabela 13). Um total de 12,9% da população do Estado estavam distribuídas nesses municípios, onde a maioria deles, mais precisamente 32, apresentava uma população menor que 20 mil habitantes. A média populacional dos municípios desse grupo era de 15.158 habitantes e pelo valor do coeficiente de variação de 0,52, pode-se dizer que há uma grande dispersão dos dados ocasionada pelo número de habitantes de quatro municípios que apresentam uma população maior que 31.000 habitantes: Santa Helena, Penalva, Arame e Alto Alegre do Pindaré. O município de menor população era São Pedro dos Crentes com 4.430 habitantes e o maior era Santa Helena com 39.110 habitantes (Tabela 14).

De modo geral, pode-se dizer que este foi um grupo em que os valores médios das variáveis em cada dimensão superaram apenas os valores do Grupo 5, ou seja, foi o segundo pior grupo considerando o nível de desenvolvimento dos municípios maranhenses.

Ao serem analisadas as variáveis da dimensão econômica, observou-se que a contribuição dos impostos ao PIB municipal foi a segunda pior, superando apenas a do Grupo 5, pois apresentou uma média de 1,89%. O PIB *per capita* foi o menor entre os grupos, em média R\$ 3.962,84, e a renda domiciliar média foi de R\$ 250,49, ambos inferiores à média do Estado que era de R\$ 4.415,21 e de R\$ 273,21 respectivamente. Quase igual à média do Estado foi o valor encontrado para a variável percentual de pessoas de dez anos a mais com rendimentos ao apresentar um valor de 39,47%; mas mesmo assim, ainda ficou abaixo desta. Este grupo apresentou a segunda maior receita orçamentária *per capita* devido ao baixo número da sua população. Da sua receita orçamentária, 61,23% foram oriundas das transferências feitas pelo Estado e pela União (Tabela 15). Pode-se justificar o baixo desempenho econômico pela baixa diversificação econômica existente nestes municípios, pois juntamente como o Grupo 5, estes municípios são poucos industrializados e dependem da agricultura de subsistência para movimentar sua economia. Nesses municípios também são encontrados poucas empresas, somente 5,83% das existentes no Estado se instalaram nessa região, pior ainda é a participação das empresas ligadas à agropecuária, indústrias extrativas e

indústrias de transformação, apenas 4,29% delas se localizavam nesta região (Tabela 16). A base da formação do PIB municipal era a agropecuária, que contribuiu com 43,55%, com destaque a produção de arroz, feijão e mandioca e milho. Em termos percentuais, este grupo apresentou maior destaque do que o Grupo 5, pois era responsável por 20,40% da produção de arroz, 19,29% da produção de feijão, 23,40% da produção de mandioca e 20,69% da produção de milho do Estado (Tabelas 17 e 18).

A análise das variáveis que representam a dimensão social, saúde e infraestrutura mostraram que entre aquelas ligadas à condição de saúde, o único destaque foi que nesse grupo estão os municípios em que a população era a mais coberta pelo Programa Saúde da Família, uma média de 96,30% da população total do município; mas por outro lado, era o segundo grupo que menos investia em saúde e saneamento, cerca de 24,85% da despesa orçamentária. Os resultados para este grupo mostraram também que foi nele que encontrou-se a segunda maior mortalidade infantil, onde em média, 27,02 das crianças morriam antes de um ano de idade. Foi neste grupo que encontrou-se o segundo percentual mais baixo da população atendida pela transferência de benefícios sociais, 16,05% da população; mas também, foi aqui que foi encontrada a menor incidência de pobreza entre os grupos, 56,17%, menor até que a média estadual que era de 56,55% da população. Ao analisar as variáveis ligadas à infraestrutura dos municípios, observou-se que esse foi o grupo que apresentou o terceiro maior percentual de domicílios com abastecimento de água ligada à rede geral; porém, foi o segundo pior no que se refere à rede de esgoto e coleta de lixo, com médias de 9,66% e 30,49% dos domicílios, respectivamente (Tabela 19).

A dimensão demográfica mostrou que os municípios desse grupo apresentavam a segunda menor população urbana e a terceira maior população economicamente ativa e idosa do Estado, em média 57,66%, e 15,10% da população, respectivamente (Tabela 20).

Ao serem analisadas as variáveis da dimensão institucional constatou-se que este foi o segundo pior grupo, pois somente 21,4% dos municípios possuíam comarcas (tribunais) ou Juizados de Pequenas Causas, que o número médio de Conselhos Municipais nos municípios era de 3,66 e que somente 16,1% deles possuíam agências financeiras (bancos) (Tabela 20).

Quanto às variáveis da dimensão educação e lazer, os resultados mostraram que os municípios desse grupo possuíam a terceira pior educação, onde 27,51% das pessoas de 15 anos a mais são analfabetas; que somente em 17,9% dos municípios encontravam-se unidades de ensino superior; que, em média, 39,97% da despesa orçamentária eram investidos na educação e cultura; e, que existiam bibliotecas em 62,5% deles. Analisando-se as variáveis ligadas ao lazer, observou-se que foi a segunda pior situação entre os cinco grupos formados,

exceto a existência de provedor de internet em 48,2% dos municípios que faz com que esse grupo ocupasse a terceira posição nessa variável. Em média, 46,4% dos municípios desse grupo possuíam clube recreativo, 64,3% possuíam centro de esporte e 44,6% possuíam rádio AM e/ou FM (Quadro 5).

Encontrados neste grupo três municípios que fazem parte do projeto da Vale (Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas e Cidelândia); seis produtores de soja (Anapurus, São Domingos do Azeitão, Sucupira do Norte, Formosa da Serra Negra, Mata Roma e São Pedro dos Crentes); e dois que destacam-se na pecuária (Senador La Rocque e Cidelândia). Aqui também presenciaram-se municípios que participam de mais um projeto; no caso o município de Cidelândia. Praticamente os municípios do projeto Vale são apenas cortados pela ferrovia, assim como os municípios do projeto soja se caracterizam por terem implantados a cultura mais recentemente e apresentarem destaque na quantidade produzida. Os municípios da criação de bovinos ocupavam a sétima e a última colocação entre os dezoito municípios analisados com essa atividade, respectivamente. Nenhuma atividade industrial se destacou neste grupo.

Os resultados mostraram que os municípios desse grupo estavam em condições melhores que as encontradas no Grupo 5, porém seus municípios precisam melhorar em todas as dimensões. Mas o que chamou a atenção neste grupo foi o fato dele apresentar a menor incidência de pobreza do Estado, que assim como no grupo anterior, pode ter sua explicação na melhor distribuição do pouco que é gerado no município, pois aqui o que parece é que a presença dos projetos citados acima ainda não conseguiu movimentar a economia dos municípios ao ponto deles ganharem maior destaque entre os demais e nem incrementar o número de empresas e a produção agrícola.

Grupo 5: Municípios com o desenvolvimento muito baixo e desenvolvimento baixo

O grupo 5 foi formado por 53 municípios, 24,4% do total do Estado; destes 30 possuíam nível de desenvolvimento muito baixo (56,6%) e 23 apresentavam nível baixo de desenvolvimento (43,4%) (Tabela 13), constituindo, assim, os municípios mais pobres do Maranhão. Observando a Tabela 14, viu-se que 9,3% da população do Estado se concentravam nesses municípios; portanto, eram municípios pequenos, com uma média de 11.525 habitantes. A menor população desse grupo era de 4.020 habitantes e se encontrava no município de Junco do Maranhão e a maior era encontrada no município de Anajatuba, que apresenta uma população de 25.290 habitantes.

De modo geral, pode-se dizer que este é um grupo que apresentava os piores valores em todas as dimensões, tendo suas médias ocupando sempre a pior ou a segunda pior colocação dos valores médios de cada uma das variáveis analisadas. Portanto, foi o oposto do Grupo 1.

Analisando-se a dimensão econômica, observou-se que a contribuição dos impostos ao PIB municipal foi em média 1,60%, a mais baixa entre os grupos; que o PIB *per capita* foi o segundo menor entre os grupos, em média R\$ 4.183,40; e que a renda domiciliar média não ultrapassou R\$ 219,92, ambos menores do que a média do Estado, que eram de R\$ 4.415,21 e de R\$ 273,21, respectivamente. Apenas 35,88% das pessoas de dez anos a mais apresentavam rendimentos, também abaixo da média estadual que era de 39,89%. Esse baixo desempenho econômico pode estar ligado ao fato de que os municípios desse grupo apresentavam o menor número do total de empresas do Estado e o menor percentual de empresas ligadas à agropecuária, indústrias extrativas e indústrias de transformação do Estado, com apenas 3,65% e 2,36%, respectivamente (Tabela 16), e de terem o setor agropecuário como o segundo maior na contribuição do PIB municipal (44,21%), perdendo apenas para o de serviços, que em média contribuiu com 46,88% (Tabela 17). As análises mostraram que neste grupo a situação econômica era tão crítica que provavelmente o que movimentava a economia dos municípios era o setor de serviços, as transferências sociais e a produção de feijão e mandioca, pois esses municípios eram responsáveis pela segunda maior produção de feijão (19,47%) e pela terceira maior produção de mandioca (22,52%) do Estado, conforme pôde ser visto na Tabela 18. Como não poderia ser diferente, diante do tamanho da população dos municípios e da situação econômica já apresentada, esse grupo apresentou a maior receita orçamentária *per capita*, isto por apresentar municípios com as menores populações, assim como seus municípios apresentavam a segunda maior contribuição das transferências intergovernamentais entre os cinco grupos formados, em média 63,06% da receita orçamentária dos municípios vinham da contribuição do Estado e da União (Tabela 15).

As variáveis da dimensão social, saúde e infraestrutura podem assim serem analisadas: o grupo das variáveis ligadas à saúde mostrou que a despesa com saúde e saneamento foi a menor encontrada, em média 23,23% da receita orçamentária; assim como que 32,32 crianças morriam antes de completarem um ano de idade, a maior taxa de mortalidade infantil entre os grupos; e que 95,04% da população era atendida pelo Programa Saúde da Família, o segundo maior percentual encontrado. Dados que comprovaram que esses eram os municípios onde o atendimento à saúde era mais precário. Por ser o grupo economicamente mais pobre, dois valores médios chamaram a atenção neste grupo: um é que

16,25% da população era atendida por transferência de benefícios sociais, uma colocação intermediária entre os grupos, e o outro é que a incidência de pobreza era de 56,51%, a segunda menor incidência, perdendo apenas para o Grupo 4. Esses dois valores se apresentaram um pouco melhores do que a média do Estado, que eram de 16,64% e de 56,55%, respectivamente. A média da incidência de pobreza pode significar que existia uma melhor distribuição da riqueza gerada nesses municípios quando comparados com os municípios mais ricos. Como não poderia ser diferente diante dos níveis de desenvolvimento encontrados nos municípios desse grupo, a infraestrutura foi a pior encontrada no Estudo: o abastecimento de água só alcançava 49,23% dos domicílios, a rede de esgoto chegava a apenas 9,32% dos domicílios e a coleta de lixo chegava a somente 23,56% dos domicílios (Tabela 19).

A dimensão demográfica mostrou que os municípios desse grupo apresentavam a menor população urbana, a menor população economicamente ativa e a menor população idosa do Estado, em média 40,20%, 56,44% e 13,91% da população, respectivamente (Tabela 20).

Ao serem analisadas as variáveis da dimensão institucional, constatou-se que este foi o pior grupo. Observou-se que nenhum dos municípios deste grupo possuíam comarcas (tribunais) ou Juizados de Pequenas Causas e nem agências financeiras (bancos) e que o número médio de Conselhos Municipais nos municípios era de 3,19, a pior média encontrada entre os cinco grupos (Tabela 20).

As piores médias das variáveis que compõem a dimensão educação e lazer do Maranhão foram encontradas nos municípios desse grupo. Apesar desse grupo concentrar os municípios que mais investirem na educação e cultura, em média 42,31% da despesa orçamentária, foi nele que encontrou-se o maior percentual de pessoas de 15 anos a mais analfabetas (29,81%), maior que a média estadual que era de 26,88%; que apenas em 7,5% dos municípios possuíam unidades de ensino superior; e que em 37,7% deles existiam bibliotecas. Analisando-se as variáveis ligadas ao lazer, observou-se que em média 41,5% dos municípios desse grupo possuíam clube recreativo; 30,2% possuíam centro de esporte, 11,3% possuíam rádio AM e/ou FM; e apenas 28,3% deles tinham provedor de internet, este último importante para a inclusão digital e de informação (Tabela 21).

Neste grupo há seis municípios produtores de soja, Benedito Leite, Sambaíba, Afonso Cunha, Milagres do Maranhão, Nova Colinas e São Félix de Balsas, sendo que os dois primeiros começaram a produzir soja antes de 2000 e os demais a partir de 2003. Nenhum município dos projetos da Vale, da Alumar e da pecuária foram encontrados neste grupo. Isto

vem reafirmar que os municípios produtores de soja foram os que apresentaram os piores índices de desenvolvimento entre os 53 municípios com projeto descritos no item 6.2.2.

A situação deste grupo é tão crítica que com base nas médias das variáveis que compõem cada dimensão, pode-se dizer que todas as dimensões precisam melhorar para que seus municípios possam sair dessa condição de pobreza, e em alguns casos, até mesmo da miséria, fato comprovado quando vê-se que todos os trinta municípios que ainda permanecem com o nível de desenvolvimento muito baixo do Maranhão estão somente neste grupo. Nem mesmo a produção de soja conseguiu trazer avanços no número de empresas desses municípios, o que mais uma vez comprovou que essa atividade por si só não beneficia o local onde ela se instala. Prova disso são os municípios de Sambaíba e Benedito Leite, que estão nesta atividade desde as décadas de oitenta e noventa, mas que não conseguiram melhorar os seus níveis de desenvolvimento, continuando a apresentar os níveis muito baixo e baixo, respectivamente.

6.3.2 Uma análise conjunta dos cinco grupos

Pôde-se observar que as médias do IDM dos cinco grupos formados foram diferentes significativamente, sendo que a maior média foi encontrada no Grupo 1, seguida pelos Grupos 2, 3, 4 e 5 ao apresentarem os valores de 0,6975; 0,5879; 0,5006; 0,4011 e 0,3105, respectivamente. O teste de Tukey indicou que todos os grupos são diferentes entre si, o que afirma que os grupos formados apresentaram desenvolvimento distintos (Tabela 22).

Tabela 22 – Resultado da análise de variância e do teste de Tukey realizado entre as médias dos cinco grupos de municípios. Maranhão.

Grupos	Médias do IDM 2010 ¹
G1	0,6975 a
G2	0,5879 b
G3	0,5006 c
G4	0,4011 d
G5	0,3105 e
F = 840,453*	

Fonte: Elaboração própria (2012)

¹ Médias seguidas da mesma letra na coluna não diferem significativamente pelo teste de Tukey a 5% de significância.

*: comparação de médias significativa ao nível de 5% de significância.

Após a descrição de cada grupo, não se pode negar que os municípios maranhenses que se encontram mais desenvolvidos foram aqueles que investiram na industrialização, com destaque aos que formaram os grupos 1 e 2, pois, nestes grupos, foram encontrados municípios com destaque na produção de soja, na pecuária e no setor industrial. Ficou evidente também, que, quanto mais a economia do município se sustenta na agricultura, menos desenvolvido ele se apresentou, isto levando em consideração a metodologia e todas as variáveis consideradas neste trabalho, e principalmente considerando exclusivamente a situação do estado do Maranhão. Que fique claro que não se pretende afirmar que só a industrialização proporciona o desenvolvimento de um município, apenas foi uma constatação que os dados evidenciaram. Por outro lado, a análise da dimensão social, saúde e infraestrutura permite afirmar que a urbanização e a industrialização não influenciaram positivamente na diminuição do nível de pobreza de um município, já que os maiores percentuais desta variável foram encontrada nos Grupos 1, 2 e 3, justamente os que apresentaram a população mais urbana, maior número de indústrias e os maiores PIBs.

No Maranhão este fato talvez já fosse esperado, pois ao longo dos anos o governo estadual vem avançando no investimento de médios e grandes projetos com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento dos municípios, mas ficou claro neste trabalho que a falta de projetos que viessem alavancar a agricultura no Estado tenha ajudado a aprofundar ainda mais as desigualdades entre os municípios, pois a grande maioria dos municípios, mais precisamente um total de 109 que formaram os Grupos 4 e 5 têm sua economia oriunda da produção de arroz, feijão e mandioca. Muitos destes municípios são novos, criados em 1994 e 1995, menos urbanos e com forte presença da agricultura familiar, da pesca e da prática do extrativismo. Daí a importância do Maranhão não focar apenas em investir em grandes projetos, mas, sobretudo, em projetos que envolvam a população destes municípios mais carentes. Dessa forma, futuramente, poder-se-à falar em desenvolvimento que tenha um caráter multidimensional, ou seja, que envolva melhorias em todas as dimensões aqui analisadas e não apenas na dimensão econômica como ocorre atualmente, onde o “dito desenvolvimento do Maranhão” tem o significado de crescimento econômico concentrado em alguns dos seus municípios.

Porém, estes dois extremos encontrados no Maranhão, de um lado municípios mais desenvolvidos e com uma industrialização, mesmo incipiente, mais presente; de outro, municípios menos desenvolvidos e com a economia voltada à produção agrícola, confirmaram alguns pontos já levantados ao longo desta tese, tais como:

- a) a grande desigualdade existente nos municípios maranhenses, fato comprovado quando foram comparados as características dos grupo, principalmente do Grupo 1 e do Grupo 5;
- b) não se pode dizer que os projetos por si só proporcionaram desenvolvimento aos municípios, pois se assim o fosse, não seriam encontrados municípios que fazem parte de um determinado projeto em grupos diferenciados que mostraram características tão distintas quando foram considerados o Índice de Desenvolvimento Municipal. Pode-se lembrar que, através da técnica multivariada da análise de agrupamento, os municípios de um grupo são diferentes estatisticamente de outro grupo; porém, são semelhantes aos demais municípios do grupo, isso levando em consideração as variáveis escolhidas para a análise;
- c) os municípios que fazem parte do projeto da soja são os menos desenvolvidos quando comparados com os municípios dos projetos da Vale, da Alumar e da pecuária, pois se concentraram, principalmente, nos Grupos 3, 4 e 5, e justamente neste último grupo só foram encontrados exclusivamente municípios com produção de soja.

Fazendo-se uma análise geral das cinco dimensões e dos grupos homogêneos que foram formados, pode-se dizer que os municípios que apresentam melhor desenvolvimento visto através de todas as variáveis consideradas no estudo se encontram assim organizados em ordem decrescente: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4 e Grupo 5. Porém, se a análise fosse feita em separado por dimensão, o comportamento dos grupos podem assim ser descrito:

- a) **dimensão econômica** – as variáveis desta dimensão mostraram claramente que os grupos seguem a seguinte ordem considerando do melhor para o pior desempenho: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4 e Grupo 5. Foram nos Grupos 1, 2 e 3 que foram encontrados os maiores PIBs e número de empresas no Estado;
- b) **dimensão social, saúde e infraestrutura** - as variáveis ligadas à condição social e à saúde mostraram que todos os grupos foram ruins, apresentaram-se irregulares, dificultando uma ordenação entre os piores e os melhores; mas, mesmo assim, pode-se dizer que, de maneira geral e ordenando do melhor para o pior, as variáveis ligadas às características sociais da população mostraram que os Grupos 5 e 4 foram melhores que os Grupos 3 e 2 e que o Grupo 1 ocupou

uma posição intermediária. Da mesma forma, as variáveis ligadas à condição de saúde da população mostraram que os Grupos 5 e 4 foram melhores que os Grupos 2 e 1 e que o Grupo 4 ocupou uma posição intermediária. As variáveis ligadas à infraestrutura mostraram claramente que todos os grupos precisam melhorar, mas pode-se dizer que na atual situação, os domicílios mais bem assistidos estavam nos Grupos 1, 2, 4, 3 e 5. Tal fato pode ser explicado pelo fato dos três primeiros serem grupos onde foram encontrados municípios mais urbanos;

- c) **dimensão demográfica** - estas variáveis não permitiram dizer se o grupo era bom ou ruim, mas mostraram que, decrescentemente, a população mais urbana encontrava-se nos Grupos 1, 2, 3, 4 e 5. Por sua vez, a maior quantidade da população economicamente ativa estava na seguinte ordem decrescente: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 4, Grupo 3 e Grupo 5. Por último, os municípios com maior população idosa estavam assim organizados decrescentemente: Grupo 3, Grupo 2, Grupo 4, Grupo 1 e Grupo 5;
- d) **dimensão institucional** – nitidamente, todas as variáveis mostraram que nesta dimensão os grupos estavam ordenados da seguinte forma decrescente: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4 e Grupo 5. Nesta mesma ordem, pode-se também confirmar a distribuição dos grupos com municípios mais urbanos e com maior população;
- e) **dimensão educação e lazer** - as variáveis ligadas à educação mostraram que os melhores grupos se ordenaram da seguinte forma: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 4, Grupo 3 e Grupo 5. Porém, as variáveis ligadas ao lazer mostraram que pode-se ordenar os grupos da seguinte forma: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3, Grupo 4 e Grupo 5.

Ao se fazer a descrição de cada um dos cinco grupos formados, alguns resultados encontrados chamaram a atenção e merecem destaque:

- a) independente do desempenho econômico, todos os grupos foram ruins quando foram analisadas as variáveis da dimensão social, saúde e infraEstrutura. Fato que permitiu deduzir que a riqueza gerada nos municípios não foi investida neles, comprovando o que Silva (2001) chamou de “vazamento”, nome que deu ao processo de retirada do município do que é gerado sob a forma de compra de insumos, máquinas, equipamentos, investimentos financeiros e outros

investimentos na sede das grandes empresas que podem ser nacionais ou multinacionais, ou seja, as divisas não formam uma rede de desenvolvimento no mesmo local onde se origina;

- b) quanto maior a incidência de pobreza, menor foi o percentual da população atendida pelo Programa Saúde da Família nos Grupo 1, Grupo 2 e Grupo 3. Talvez por serem grupos que apresentaram a população mais urbana. Porém, as transferências de benefícios foram maiores nos grupos Grupo 2 e 3, o que comprovou o grande número de pessoas pobres nesses municípios, mesmo que as variáveis ligadas à dimensão econômica tenham mostrado que estes foram os grupos de melhor desempenho econômico. Estes resultados comprovaram mais uma vez que o crescimento econômico nem sempre anda junto com a melhoria na qualidade de vida da população do município. O maior percentual da população atendida pelo Programa Saúde da Família foi registrado nos municípios com menor destaque na dimensão econômica, os quais estão nos Grupos 4 e 5;
- c) assim como foi encontrado por Graebin e Waquil (2009) nos municípios gaúchos, os municípios que apresentaram as melhores condições de saúde foram aqueles mais urbanizados, os que apresentaram os melhores índices de desenvolvimento, os maiores valores do PIB, as melhores condições na infraestrutura e condições na educação. Isso pode ter ocorrido pelo fato desses municípios terem registrado um maior percentual em investimentos em saúde e saneamento e uma menor taxa de mortalidade (Grupos 1, 2 e 3);
- d) os municípios com mais de 50 mil habitantes estão concentrados nos grupos 1, 2 e 3, que, por sua vez, foram os municípios com atividades mais urbanas; maior concentração de empresas, e maiores índices de desenvolvimento, fatores que favoreceram a atração de pessoas. Mas por outro lado, foram municípios onde o crescimento econômico não foi acompanhado por um aumento proporcional da qualidade de vida.

Após a análise, interpretação e discussão dos resultados encontrados, encerramos este capítulo, no qual procurou-se analisar, a partir dos dados selecionados, o desenvolvimento dos municípios maranhenses, com a certeza de que muitas informações foram extraídas e com a confiança de que este trabalho possa servir de base para tantos outros

que tenham o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o Estado do Maranhão, a fim, servirem de subsídio para mudar a realidade que aqui encontra-se.

A partir dos resultados encontrados, pode-se dizer que ao longo dos anos analisados o desenvolvimento dos municípios maranhenses, visto através do cálculo do Índice de Desenvolvimento Municipal melhorou entre os anos de 1980 e 2010, o que veio proporcionar a redução as desigualdades entre os municípios. Porém, os dados do IDM para o ano de 2010 mostraram que, apesar desta redução, ainda existe uma grande desigualdade entre os municípios, tanto que ainda existem 108 municípios com o nível muito baixo e baixo de desenvolvimento, enquanto apenas cinco municípios apresentam o desenvolvimento no nível muito alto.

Constatou-se também que a melhora do IDM se deu pela melhoria de todas as dimensões consideradas, principalmente a partir do ano de 2000. A dimensão social, saúde e infraestrutura foi a que apresentou maior igualdade de situação entre os municípios, apesar dos resultados terem sido considerados ruins. Já a dimensão institucional e a dimensão educação e lazer apresentaram resultados bem distintos, ou seja, alguns municípios com resultados melhores e outros com resultados ruins. A dimensão econômica também se mostrou diferente entre os municípios.

A análise dos municípios considerando cada projeto individualmente mostrou que o projeto da soja foi o que apresentou o maior número de municípios com o pior nível de desenvolvimento, ao mostrar que entre os 29 analisados, 13 se encontraram no nível muito baixo e baixo de desenvolvimento, assim como não foi encontrado nenhum município com o nível muito alto de desenvolvimento. Por outro lado, não foi encontrado entre os municípios do projeto Vale, da Alumar e da pecuária algum que tenha apresentado o nível muito baixo de desenvolvimento.

Ao se analisar se havia diferença entre os municípios onde foram implantados os projetos de desenvolvimento e os municípios sem projetos, constatou-se que economicamente os municípios com projeto mostraram-se superiores, mas, por outro lado, quanto ao IDM, o comportamento dos municípios sem projeto foi melhor, o que levou a afirmar que os projetos ajudaram economicamente os municípios, mas não ajudaram a melhorar a qualidade de vida destes municípios, ou seja, não favoreceu o desenvolvimento municipal.

Por fim, a análise do desenvolvimento a partir da formação dos cinco grupos de municípios considerando o IDM do ano de 2010 mostrou a existência de dois extremos, um formado pelos Grupos 1, 2 e 3 e o outro formado pelos Grupos 4 e 5. O primeiro conjunto foi formado por municípios economicamente mais fortes e que, em geral, já possuíam uma base

industrial, enquanto o outro foi formado por municípios economicamente mais fracos, sem uma base industrial e com uma forte base agrícola. Considerando todas as dimensões, o primeiro conjunto foi superior ao segundo.

Com estes resultados pode-se considerar que ainda existe uma desigualdade muito grande entre os municípios maranhenses e que os projetos promoveram o crescimento econômico de alguns municípios onde eles foram implantados. Mas acima de tudo, comprovou-se que nenhuma das teorias do crescimento/desenvolvimento econômico pensadas na década de 1950 ou, pelo menos, parte delas, funcionou no Maranhão. Todas as teorias visavam o crescimento econômico, mas pregavam que através dele a população adquiriria uma melhor qualidade de vida através do aumento no número de empregos, do aumento da renda, da melhora da habitação, do aumento do consumo de outros bens; em fim, da condição de vida da população etc.. Porém, os resultados no Maranhão pararam na primeira etapa, ou seja, houve o crescimento econômico, mas de forma concentrada em alguns municípios e para algumas pessoas, sendo que os demais benefícios não ocorrerão, não acompanharam a evolução do PIB estadual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este trabalho, três sensações se evidenciaram: a primeira foi a de satisfação por ter cumprido uma árdua tarefa iniciada em 2008 no momento de se pensar em um tema para concorrer a uma vaga no Programa de Desenvolvimento Rural. Neste momento surgiu a necessidade de se conhecer mais profundamente o Estado do Maranhão, mais especificamente saber se os grandes projetos de desenvolvimento implantados a partir da década de 1970 ajudaram a melhorar o desenvolvimento dos municípios maranhenses. A segunda sensação foi a de incapacidade de responder a todos os questionamentos que surgiram ao longo do trabalho, ou pela abrangência do tema ou pela falta de dados, pois ainda faltam muitos dados específicos dos municípios maranhenses, pois dependem-se exclusivamente de dados obtidos das fontes federais, já que falta uma instituição de pesquisa socioeconômica para gerar os dados específicos do Estado. A terceira foi a esperança de que a partir deste trabalho outros surgirão para complementá-lo, pois não houve o intuito de apontar conclusões definitivas sobre a situação dos municípios maranhenses, mas apenas iniciar uma busca de informações consolidadas sobre os 217 municípios que formam o Estado, assim como tentar fazer uma avaliação dos quatro principais projetos de desenvolvimento implantados no Estado.

Diante do exposto, vale lembrar que o tema dessa tese buscou-se além de conhecer as dinâmicas de desenvolvimento dos municípios, mas principalmente saber se o modelo de desenvolvimento voltado ao incentivo de grandes projetos trouxe desenvolvimento aos municípios e se as desigualdades existentes entre eles poderiam ser explicadas pela implantação desses projetos.

Para isso, estabeleceu-se como objetivo conhecer e caracterizar as dinâmicas de desenvolvimento e as desigualdades nos índices de desenvolvimento existentes entre os municípios maranhenses, tendo como base uma perspectiva multidimensional, e fazer a relação destas com os projetos de desenvolvimento na área metalúrgica e agropecuária, implantados no Estado por meio das ações governamentais e da iniciativa privada, a partir da década de 1970. As hipóteses formuladas foram de que os níveis de desigualdades entre os municípios maranhenses aumentaram entre os anos analisados e que os grandes projetos de desenvolvimento geraram crescimento econômico de forma concentrada, ao mesmo tempo em que não melhoraram os indicadores de qualidade de vida da população dos municípios onde eles foram implantados.

A partir das 28 variáveis selecionadas e agrupadas em cinco dimensões, foram calculados cinco índices parciais que, juntos, serviram para calcular o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para cada município. Com base no IDM, foram estabelecidos cinco níveis de desenvolvimento denominados de nível muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto, assim como, foram formados cinco grupos homogêneos de municípios.

Ao analisar os valores do índice calculado para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, pode-se afirmar que houve uma melhoria significativa em todas as dimensões estudadas ao longo desses anos, o que resultou na melhoria do índice de desenvolvimento de todos os municípios. Mas, por outro lado, a grande redução se deu nos municípios que apresentavam um nível muito baixo de desenvolvimento, que, por sua vez, passaram para o nível baixo ou médio. Esses três níveis de desenvolvimento ainda representam 83% dos municípios maranhenses, enquanto apenas 17% atingiram o desenvolvimento alto ou muito alto, valor que confirmou a grande desigualdade entre os municípios maranhenses, assim como mostraram a incoerência entre os investimentos feitos nestas três décadas e os resultados alcançados. As desigualdades regionais no Maranhão se fazem presentes em todas as mesorregiões, e, nestas, em todas as microrregiões, mesmo naquelas onde os projetos foram implantados, porém, as situações mais críticas em relação às variáveis econômicas, de justiça e educação foram encontradas naqueles municípios cuja economia gira em torno da agricultura e que possuem uma população menos urbana, fato igualmente encontrado por Melo e Parré (2006) nos municípios paranaenses.

Os resultados alcançados permitiram afirmar que a aposta de reduzir a pobreza no Maranhão através do subsídio e incentivos fiscais aos grandes projetos não funcionou, o que permitiu dizer que houve crescimento econômico em alguns municípios, mas que ao mesmo tempo, não foram registradas melhorias na qualidade de vida da população residente proporcional ao crescimento econômico registrado. Um dos fatores que pode justificar este fato é que a renda gerada não ficou no município para gerar novos empreendimentos e melhorias na qualidade de vida da sociedade, como, por exemplo, no saneamento básico, na saúde, na educação, na abertura de agências bancárias e dos Correios etc.. Por isso, compartilha-se com Carleial e Cruz (2012) a ideia da existência de uma contrapartida das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais concedidos pelos Governos na forma de benefícios para a sociedade, com uma ressalva: defende-se que essa obrigatoriedade não parta só da forma de empréstimo obtido no sistema público brasileiro de financiamento da produção, mas, no caso dos Estados, essa prática seria obrigatória para qualquer benefício que

a empresa recebesse, quer seja na forma de empréstimos, de isenção de impostos, de valores mais baratos da terra etc..

A análise feita entre os municípios com projetos e os municípios sem projetos mostrou que há uma diferença significativa entre as médias do IDM dos municípios que sofrem influência dos projetos considerados neste estudo e dos municípios que não participam de nenhum projeto. Entretanto, o comportamento da taxa de crescimento das médias destes dois grupos ao longo dos anos analisados mostrou que o melhor desempenho foi do grupo de municípios sem projeto. Foi constatado também que a contribuição destes municípios à formação do PIB estadual foi maior, assim como também foi maior o PIB *per capita* e que as parcas indústrias existentes no Maranhão também estão concentradas nestes municípios. Juntos, os municípios com projetos eram responsáveis por 66,35% do PIB total do Estado e por 71,86% do PIB industrial; porém, entre estes municípios ganharam destaque os municípios de São Luís, Imperatriz e Açailândia, pois foram responsáveis por 46,77% do PIB estadual e por 58,56% do PIB industrial maranhense, fato que comprovou que a força dos 53 municípios onde foram implantados os projetos se resumiu em apenas três, comprovando o alto grau de concentração na formação do PIB estadual e do setor industrial em poucos municípios.

Com base na evolução dos valores do IDM calculado para os quatro anos analisadas nos municípios com projeto, pode-se afirmar que os maiores avanços nos níveis de desenvolvimento dos municípios foram alcançados naqueles onde se desenvolveram atividades da Vale, da Alumar e da pecuária e, por conseguinte, os menores nos municípios onde a cultura da soja foi implantada, tanto que dos 29 municípios analisados com esta atividade, 18 não apresentaram nenhuma alteração no nível de desenvolvimento entre o IDM de 2000 e 2010, como foi o caso dos municípios de Riachão, de Balsas, Tasso Fragoso e Sambaíba, este último não conseguindo ultrapassar o nível baixo de desenvolvimento. Importante dizer que estes municípios estão na atividade desde a década de 1970 e de 1980, início da atividade no Maranhão, o que levou a afirmar que o nível de desenvolvimento dos municípios produtores de soja independe do ano de início da atividade. De todos os projetos, a soja foi a única atividade que não apresentou nenhum município com o nível muito alto de desenvolvimento.

Com base na localização dos projetos, constatou-se que eles estão distribuídos pelas cinco mesorregiões do Estado, mas que a maior influência econômica do Estado vem das mesorregiões Norte e Oeste, onde foram encontradas as atividades da Vale, da Alumar e da pecuária bovina. Mas o maior destaque está na mesorregião Norte, que contribuiu com 50,7%

da formação do PIB estadual, mais precisamente advinda do município de São Luís, onde estão localizadas as atividades da Vale e da Alumar. Mas por outro lado, foram nestas duas mesorregiões que encontramos os maiores percentuais de municípios com o nível de desenvolvimento muito baixo ou baixo, valores de 55% e 54%, respectivamente.

A análise dos municípios onde foram implantados os projetos de desenvolvimento permitiu afirmar que estes alavancaram a economia de alguns municípios onde eles foram instalados, mas mesmo assim, de forma concentrada em alguns municípios e para algumas pessoas. De forma geral, os projetos não impulsionaram o desenvolvimento dos municípios analisados. Os dados comprovaram a concentração do PIB estadual em alguns poucos municípios e o baixo PIB *per capita* na maioria desses municípios, onde 37 dos 53 analisados possuíam o valor abaixo da média estadual que era de R\$ 6.259,43.

A análise feita através dos grupos evidenciou que houve uma diferença significativa entre as médias do IDM dos grupos formados, assim como também não houve uma homogeneidade na distribuição dos grupos no Estado, ou seja, em todas as mesorregiões foram encontrados os cinco tipos de grupos. O grupo que possuía o maior número de municípios foi o Grupo 3, que juntamente com o Grupo 1 e o Grupo 2 apresentaram as maiores populações do Estado, principalmente pelo fato dos 22 municípios com mais de 50 mil habitantes estarem distribuídos entre eles. Pode-se afirmar que o Grupo 1 apresentou o melhor nível de desenvolvimento, sendo que entre os 16 municípios estavam os cinco municípios com o nível muito alto do Estado; os demais apresentaram o nível de desenvolvimento alto. Em seguida vieram o Grupos 2, no qual encontram-se 33 municípios com o nível médio ou alto; o Grupo 3, formado por 56 municípios, todos com nível de desenvolvimento médio; o Grupo 4, com 56 municípios, onde apenas um apresentou o nível médio e os demais o nível de desenvolvimento baixo; e por fim o Grupo 5, formado por 53 municípios, no qual estavam concentrados todos os 30 municípios com o nível muito baixo de desenvolvimento e mais 23 com o nível baixo, ou seja, neste grupo estavam os municípios com os piores índices de desenvolvimento do Estado.

Analisando-se as dimensões individualmente, conclui-se que todos os grupos precisarão melhorar em todas as variáveis consideradas neste estudo. É importante lembrar que a superioridade de um grupo ao outro não representa o estado ideal de desenvolvimento, mas apenas uma condição melhor diante do conjunto de variáveis analisadas. Diante desta constatação, pode-se afirmar que o Grupo 1 foi o que apresentou os melhores resultados em todas as cinco dimensões analisadas, mas será necessário melhorar principalmente na dimensão social, saúde e infraestrutura, com destaque nas variáveis atendimento da população

através do Programa Saúde da Família; na transferência de benefícios sociais e na redução da pobreza, justamente por ter os municípios que apresentaram o terceiro maior percentual de incidência de pobreza do Estado. O Grupo 5 concentrou os municípios com os piores índices de desenvolvimento. Assim, pode-se dizer que todas as dimensões precisarão melhorar para que seus municípios possam sair dessa condição de baixa qualidade de vida. Os municípios do Grupo 4 também precisarão melhorar em todas as dimensões, pois, em termos de desenvolvimento, superam apenas o Grupo 5. O destaque do Grupo 3 foi a dimensão econômica, enquanto nas outras dimensões mostrou-se em uma situação intermediária quando comparado com os outros grupos. Entre os municípios desse grupo, estão os maiores produtores de soja e de gado bovino do Estado. Entretanto, apresentaram a maior incidência de pobreza entre todos os municípios maranhenses, o que veio confirmar que o crescimento econômico de um município não significa melhorias na qualidade de vida da sua população, tanto que todos os municípios possuíam o nível de desenvolvimento médio. Os municípios do Grupo 2 apresentaram bons níveis de desenvolvimento, abaixo apenas dos municípios do Grupo 1, mas, assim como neste, a dimensão mais fragilizada foi a dimensão social, saúde e infraestrutura, principalmente na variável incidência de pobreza, na qual ocupava o segundo maior percentual estadual.

Um fato que chamou a atenção nos Grupos 4 e 5 foi que foram nesses municípios que foram encontrados os menores percentuais de população urbana e de indústrias sediadas, assim como o maior percentual do PIB agrícola, porém, foi onde encontrou-se a menor incidência de pobreza do Estado, o que permitiu afirmar que a urbanização e a industrialização não determinam o nível de pobreza de um município, já que neste estudo foi encontrado que os grupos formados por municípios com a população mais urbana e que possuíam o maior número de indústrias foram os que apresentaram as maiores incidências de pobreza, como foram os casos dos Grupos 1, 2 e 3. Porém, por outro lado, esses três grupos foram os que apresentaram um maior nível de desenvolvimento considerando o conjunto das variáveis analisadas. Mas o estudo também mostrou que a urbanização e a industrialização têm o poder de aumentar o nível de desenvolvimento de um município se trouxer o aumento das oportunidades de escolha da sociedade através do aumento do nível de empregos, da renda *per capita*, infraestrutura, saúde, educação, lazer e justiça, tanto que entre os municípios que formam estes três grupos encontraram-se municípios com o desenvolvimento médio, alto e muito alto.

Apesar do o espaço rural não ser objeto exclusivo deste estudo, pode-se dizer que, ao contrário do que foi encontrado por Waquil et al. (2005) no ambiente rural do Rio Grande do

Sul onde esses autores encontraram uma fraca associação entre as dimensões, parece que no Maranhão houve uma forte associação entre a dimensão econômica e as demais dimensões, exceto nas variáveis ligadas à condição social e de saúde na dimensão social, saúde e infraestrutura, fato comprovado pelos resultados encontrados nos Grupo 1 e 2. Porém, destaca-se, assim como eles, a importância de um estudo multidimensional ao se analisar o desenvolvimento de uma região e não limitar-se somente à dimensão econômica.

Diante de todas as constatações acima, e seguindo os objetivos e às hipóteses formuladas que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, pode-se concluir que as desigualdades entre os municípios maranhenses permanecem, porém elas foram reduzidas, pois foi encontrado um crescimento médio do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) entre os anos de 1980 e 2010, assim como uma melhora em todas as dimensões analisadas. Porém, ainda existe uma deficiência muito grande em todas as variáveis analisadas em diferentes graus entre os seus 217 municípios que precisam ser melhoradas para eliminar ou, pelo menos, reduzir a pobreza, o analfabetismo, as carências no sistema de saúde; enfim, as mazelas que ainda assolam todo Estado.

Quanto aos projetos de desenvolvimento, foi confirmado que estes realmente geraram um crescimento econômico de forma concentrada, restrito a alguns municípios, mas que, por outro lado, não foram capazes de melhorar, com raras exceções, a qualidade de vida da população dos municípios onde foram implantados. E mesmo nos municípios onde foram detectadas algumas melhorias, como, por exemplo, na área da educação, não houve a mesma resposta na saúde e na redução na percentagem de pessoas pobres.

Portanto, estes resultados, de certa forma, negaram a primeira hipótese e confirmaram a segunda ao mostrarem a redução das desigualdades e a permanência de um crescimento econômico concentrado e restrito a uma parcela da população maranhense.

Mas, ao findar este trabalho, fica a certeza de ter sido alcançado o objetivo proposto, ou seja, conhecer mais profundamente o desenvolvimento dos municípios maranhenses sob uma perspectiva multidimensional, mas também fica a intenção de não encerrar o assunto, mas que esta tese sirva de base para outros tantos trabalhos que possam contribuir com um maior conhecimento e desenvolvimento do Estado do Maranhão.

Sabe-se que a partir destes resultados muitos questionamentos poderão surgir, mas em muitos casos a falta de dados foi o maior empecilho para a resposta, tanto que a escolha das variáveis foi feita com base na disponibilidade dos dados municipais. Mas, abre-se um espaço para que outros trabalhos possam vir para complementar estes resultados ou, até mesmo, corrigir as possíveis falhas que possam ser encontradas.

O Maranhão passou a ser um Estado propenso a muitos investimentos econômicos devido à sua proximidade dos grandes centros comerciais internacionais, à existência de portos e da infraestrutura implantada a partir do Programa Grande Carajás na área da logística de transportes, todos favoráveis à exportação dos produtos. Todos esses fatores contribuíram para aumentar o campo de pesquisa na área econômica, social, ambiental etc., fato que pode vir a incentivar cada vez mais o desenvolvimento de pesquisas, suprindo, no futuro, a ausência atual de conhecimentos nestas áreas. Fica, portanto, a clareza que este trabalho se encerra diante do que ele se propôs a fazer, mas não diante do tema escolhido.

REFERÊNCIAS

ALUMAR: compromisso com o desenvolvimento sustentável. 2010. Disponível em: <http://www.alumar.com.br/internas_template4.aspx?spbid=7&tbsid=9>. Acesso em 05 dez. 2010.

ANDRADE, Manoel Correia. A questão regional: o caso do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 41-54.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANJOS, Ana Maria Aquino dos. **Efeitos da expansão da cultura da soja nas culturas alimentares no Maranhão**. 1997. 129 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1997.

ARAÚJO, Aluísio Barbosa de. Pólos de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE – MIN TER, 1977. p. 139 - 143.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Crescimento industrial no Brasil: para quem e para quê. **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, v. 8, n.1, jan./jul, 1981.

_____. Industrialização no Nordeste: intensões e resultados. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 71-82.

_____. Nordeste, Nordeste: que Nordeste. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000, p. 165-196.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

BARBOSA, Zulene Muniz. Transformações econômicas, políticas e sociais no Maranhão contemporâneo: cenários de “desenvolvimento” regional. In: LIMA, Terezinha Moreira. **Desenvolvimento, poder e cultura política**. São Luís: UEMA, 2006. p. 47-64.

BEKELE, Gashawbeza W.; JACKSON, Randall W. **Theoretical perspectives on industry clusters**. Virginia :Morgantown: Regional Research Institute; 2006. Disponível em: <<http://www.rri.wvu.edu/pdffiles/bekelewp2006-5.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 488 p. 2 v.

BOTELHO, João. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Impacto, 2010. 296 p.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorial. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para a recriação da SUDENE por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). 2010a. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/site/menu.php?idioma=ptbr&cod=202>. Acesso em: 05 dez. 2010.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro 2010**. [2011a?]. <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>>. Acesso em: 22 set. 2012.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral 2011**. [2011b?]. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=6356>. Acesso em: 22 set. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira: dados consolidados 2011**. [2012a?]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1331125742.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2012.

BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. Balança comercial por unidade da federação. [2012b?]. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRITO, Lenir Cardoso et al. **Impactos ambientais da monocultura da soja no município de Balsas – MA**. 2005. <<http://geografia.igeo.uerj.br/xsbgfa/cdrom/eixo3/3.4/226/226.htm>>. Acesso em: 15 set. 2007.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CARLEIAL, Liana; CRUZ, Bruno. **A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto para discussão).

CAVALCANTE, Luiz Ricardo M. Teixeira. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. 2002. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **O que é a CEPLAC**. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

- CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira **A CEPLAC**. 2005-2010. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- COSTA, Silvia C. Mineu. **A ALCOA no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. 2003. 108 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2003,
- COUTO, Joaquim Miguel; COUTO, Ana Cristina Lima. Um libertador das idéias: o pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano 8, n. 14, p. 60-69, jul. 2006.
- DESIGUALDADE cai entre Nordeste e SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A10, 19 jun. 2011.
- DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **História**. [200-?]. <http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&f_ope=registro>. Acesso em: 16 out. 2010.
- DUARTE, Renato **A necessidade da SUDENE**. 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001g.html>>. Acesso em 12 set. 2010.
- DUBEY, Vinod. Definição de Economia Regional. In.: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 21-27.
- DURANS, Cláudia Alves. A inserção do Maranhão na nova divisão internacional do trabalho e questão social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Resumos ...** São Luís: UFMA, 2007. p 1-9.
- EMBRATER. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema de produção para a soja: regiões de cerrados e cocais (Maranhão)**. Balsas: EMBRATER/EMBRAPA, 1981, 22 p.
- ESTRADA de Ferro Carajás. 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Caraj%C3%A1s>. Acesso em: 02 dez. 2010.
- FÁVERO, Luiz Paulo et al.. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. cap.6, p 195 -234.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, Regiões e Economia Regional. In: Haddad, Paulo Roberto (org.). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: BNB/ Etene, 1989. 694 p.
- FIDH. Federação Internacional dos Direitos Humanos. **Quanto valem os direitos humanos?: os impactos sobre os direitos humanos relacionados á indústria de mineração e siderurgia em Açailândia**. Brasil: FIDH, 2011.
- FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octavio A. C. et al. (Orgs). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

_____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da SUDENE: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 83-164. 3 v.

HADDAD, Paulo Roberto. A concepção de desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo Roberto et al. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de cluster**. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999. p. 9-22.

HAIR Jr, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Brookman, 2009.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 1975-1994**. 2011a. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/estatbasicas/v07_Producao%20agricola%20municipal_1975-1994.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. **Produção Agrícola Municipal 1990-2010**. 2011b. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1612&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal: efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho – 1974-2010**. 2011c. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=73&z=t&o=24&i=P>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. **Divisão territorial brasileira**. 2011d. Disponível em:
<ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial>. Acesso em: 20 jun. 2011. : 10 jun. 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Características da População e dos Domicílios**. 2012a. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=5&i=P>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

_____. **Produto Interno Bruto dos municípios 2005-2009**. 2012b. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/pibmunic2005_2009.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012. (Contas Nacionais, n. 36)

_____. **Produto Interno Bruto dos municípios 2009**. 2012c. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=35&i=P&c=21>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. Estatística do Cadastro Central de Empresas 2009. 2012d. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadaastroempresa/2009/cempre2009.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2012.

IFDM. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**: ano base 2000. 2008. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

_____. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**: ano base 2009. 2011. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Maranhão em Dados 2005**. 2007. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/pagina.php?IdPagina=129>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

_____. **Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM 2009**. São Luís: IMESC, 2011. Disponível em: <<http://www.imesc.ma.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata sociais**. [2011?]. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceitos e um exemplo de medida. In: CONGRESSO AS SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., XLII 2004, Cuiabá. **Anais ...**. Brasília: SOBER, 2004, v. 21, n. 3, p. 379-408, set/dez. 2004. (Cadernos de Ciência e Tecnologia).

_____. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHENEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 240-267.

KATZ, Fred; LIMA, Policarpo Rodrigues de. Pólo dinâmico do Maranhão: o relativo isolamento e a diversificação. In: LIMA, Policarpo Rodrigues de (Org.). **Economia e região, Nordeste e economia regional**: ensaios. Recife: UFPE, 1999. p. 103-121.

LIMA, Paulo. A soja nossa para a vaca e o porco deles. **Revista Sem Fronteiras**, n. 240, p. 12-17, maio 1996.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Subsídio para um programa de expansão da cultura da soja no Estado do Maranhão**. São Luís, 1983. 23 p.

MARANHÃO, Sílvio. Estado e planejamento Regional: a experiência do Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Sílvio (Org.). **A questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 83-101.

MATA, Henrique T. da Costa et al. Padrão de determinantes do desenvolvimento econômico e social dos municípios do estado da Bahia: a dicotomia rural – urbana. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais....** Cuiabá:SOBER, 2004.

MELO, Carmem Ozana de; PARRÉ, José Luiz. Determinantes do desenvolvimento rural dos municípios da região Sudoeste paranaense. **Revista Faz Ciência**, v. 8, n. 1, p. 11-34, 2006.

_____. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 329-365, abr./jun. 2007.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Política de desenvolvimento e desigualdade regional: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 2, p. 27-54, jul./dez. 2007.

_____. **Desenvolvimento recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas**. São Luís: IMESC, 2008.

_____. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NORTH, Douglass. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy**, v. 63, n. 3, p. 243-58, Jun. 1955

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE e Nordeste. planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. A Metamorfose de Arribaçã: fundo público e regulação na expansão econômica do Nordeste. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeito**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 79-120.

PAELINCK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. Tradução de Cândido Luiz de Lima Fernandes. Revisão de Aloísio Barbosa de Araújo e Jean Paelinck. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977, p. 157-194.

PARQUE Ambiental da ALUMAR. 2010. Disponível em: <<http://www.alumar.com.br/ParqueAmbiental/>>. Acesso em 05 dez. 2010.

PAULA, João Antônio de. A longa servidão: a trajetória do capitalismo no Brasil. In: PAULA, João Antônio de (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do Governo Lula**. 1. ed. Belo Horizonte, 2005. p. 17 – 35.

PENUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2000. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20de%20Estados%20\(pelos%20dados%20de%202000\).xls](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20de%20Estados%20(pelos%20dados%20de%202000).xls)>. Acesso em: 18 nov. 2010.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. Tradução de Simão Pedro Cassassanta. Revisão de Cândido Luiz de Lima Fernandes e Aloísio Barbosa de Araújo. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977, p. 145-156.

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11-30.

PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamim Alvino de; SANTOS, Itaan de J. Pastor. **Expansão e trajetória da pecuária na Amazônia: vale dos rios Mearim e Pindaré - Maranhão**. Brasília: UnB, 2004.

PREBISCH, Raúl. **Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo**. [1982]. Disponível em: <http://aleph.org.mx/jspui/bitstream/56789/6151/1/DOCT2065328_ARTICULO_22.PDF>. Acesso em: 20 abr. 2011. Ensaio apresentado em um seminário do Banco Mundial.

RANGEL, Inácio de Mourão. Maranhão: antigo e novo. In: SILVA, Raimundo Nonato; Palhano; SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira (Orgs.). **A Singularidade do Pensamento de Ignacio Rangel**. São Luís: IMESC, 2008. p. 57-61.

RÉGIS, Mayron. **Soja e carvão ameaçam o cerrado**. [200-]. Disponível em: <http://www.tipitima.hpg.com.br/tipiti/grandes_projetos_cerrados.htm>. Acesso em: 19 set. 2005.

ROLIM, Cássio. **Reestruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de economia regional e urbana**. Curitiba: CMDE/UFPR, 1999. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/rolim2.exe>>. Acesso em: 23 mar. 2011. (Texto para discussão, n. 5).

_____. **Integração competitiva e território: o que faer com as regiões excluídas**. Curitiba: CMDE/UFPR, 2001. Disponível em: <http://www.dneapmpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=21&Itemid=54>. Acesso em: 23 mar. 2011. (Discussion papers, n. 19)

SACHS, Ygnacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustendo**. Rio de Janeiro: garamond, 2008.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O projeto grande carajás – PGC e algumas consequências regionais**. 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/110.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

SCHLESINGER Sergio; NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008. 148p.

SEPÚLVEDA, Sergio et al. Metodologia para estimar o nível de desenvolvimento sustentável em espaços territoriais. In: **Desenvolvimento sustentável microrregional: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005. 292 p.

SILVA, José Graziano da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?. In: SILVA, José Graziano da; WEID, Jean; BIANCHINI, Valter. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001. (Texto para discussão, n. 2).

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia regional: conceitos e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, ano 16, v. 11, n. 32, 1981, p. 67-102. Disponível em: <http://www.nalijosouza.web.br.com/teoria_econ_reg.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

_____. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1996.

TRIBUZI, Bandeira. **A formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2. ed. São Luís: Conselho Regional de Economia, 2011.

TSUJI, Tetsuo. **Cenário do Maranhão para o ano 2007**. São Luís: EDUFMA, 1993. 274 p.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. 2 v.

WAQUIL, Paulo D. et al. As múltiplas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, p. 117-142, mai. 2005. Número especial.

WEBER, Alfred. **Theory of Location of Industries**, Chicago: University of Chicago Press, 1929.

ZAGALLO, José G. Carvalho; PALUDZYSYN FILHO, Estefano. Diagnóstico do Corredor de Exportação Norte. São Luís: CVRD/EMBRAPA, jul/92-mar/93.

APÊNDICE A – Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) calculado para os 217 municípios maranhenses para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão.

Continua

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	1980	1991	2000	2010
Açailândia	- ¹	0,3854	0,5917	0,7059
Afonso Cunha	0,1443	0,2344	0,2284	0,2984
Água Doce do Maranhão	-	-	0,2062	0,3019
Alcântara	0,2407	0,3145	0,2428	0,4575
Aldeias Altas	0,1555	0,1853	0,2749	0,4399
Altamira do Maranhão	0,1432	0,1917	0,2915	0,3715
Alto Alegre do Maranhão	-	-	0,3260	0,3952
Alto Alegre do Pindaré	-	-	0,3667	0,4440
Alto Parnaíba	0,3817	0,4063	0,4230	0,5107
Amapá do Maranhão	-	-	0,2706	0,4463
Amarante do Maranhão	0,2533	0,2619	0,3132	0,4584
Anajatuba	0,2547	0,2513	0,3079	0,3132
Anapurus	0,3069	0,2514	0,3354	0,4107
Apicum-Açu	-	-	0,2864	0,3751
Araguanã	-	-	0,3232	0,3465
Araioses	0,2241	0,1737	0,3657	0,5037
Arame	-	0,1815	0,2972	0,3988
Arari	0,4058	0,3713	0,4772	0,5857
Axixá	0,3673	0,3583	0,3987	0,4273
Bacabal	0,4877	0,5533	0,6680	0,6994
Bacabeira	-	-	0,3565	0,3569
Bacuri	0,3092	0,2520	0,3779	0,5239
Bacurituba	-	-	0,2738	0,3385
Balsas	0,4571	0,4490	0,6003	0,6918
Barão de Grajaú	0,3206	0,3159	0,3817	0,5635
Barra do Corda	0,2475	0,2725	0,5097	0,6156
Barreirinhas	0,2578	0,2431	0,3582	0,5271
Bela Vista do Maranhão	-	-	0,2619	0,3879
Belágua	-	-	0,1919	0,2276
Benedito Leite	0,2694	0,3066	0,2832	0,3006
Bequimão	0,3398	0,3118	0,3288	0,3899
Bernardo do Mearim	-	-	0,3000	0,4028
Boa Vista do Gurupi	-	-	0,2363	0,2991
Bom Jardim	0,1811	0,1891	0,3275	0,5119
Bom Jesus das Selvas	-	-	0,3276	0,4395
Bom Lugar	-	-	0,2703	0,3406
Brejo	0,2633	0,2381	0,5175	0,5445
Brejo de Areia	-	-	0,1866	0,3388
Buriti	0,2161	0,2088	0,4080	0,4840
Buriti Bravo	0,2654	0,2943	0,3271	0,4970
Buriticupu	-	-	0,4330	0,5870
Buritirana	-	-	0,2251	0,3741
Cachoeira Grande	-	-	0,1892	0,2646
Cajapió	0,2903	0,2159	0,2276	0,3140
Cajari	0,3167	0,2607	0,2377	0,2865
Campestre do Maranhão	-	-	0,4198	0,5165
Cândido Mendes	0,2348	0,2436	0,3304	0,4247
Cantanhede	0,2226	0,2121	0,4088	0,5035
Capinzal do Norte	-	-	0,2874	0,3914
Carolina	0,4933	0,4935	0,5998	0,6715
Carutapera	0,2751	0,3128	0,4989	0,5629
Caxias	0,3310	0,4468	0,5175	0,6766
Cedral	0,3562	0,3397	0,2916	0,3983
Central do Maranhão	-	-	0,2568	0,3297
Centro do Guilherme	-	-	0,2239	0,3430

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	1980	1991	2000	2010
Centro Novo do Maranhão	-	-	0,1789	0,2967
Chapadinha	0,2925	0,3303	0,5553	0,4995
Cidelândia	-	-	0,3200	0,4234
Codó	0,2848	0,3407	0,5269	0,5918
Coelho Neto	0,2975	0,3732	0,5466	0,6285
Colinas	0,3065	0,3324	0,4774	0,5942
Conceição do Lago-Açu	-	-	0,2536	0,3101
Coroatá	0,2846	0,2531	0,4317	0,5314
Cururupu	0,3720	0,3322	0,4975	0,6169
Davinópolis	-	-	0,3374	0,4679
Dom Pedro	0,4497	0,4466	0,5441	0,6013
Duque Bacelar	0,2315	0,2674	0,3393	0,4821
Esperantinópolis	0,2039	0,2448	0,4412	0,4778
Estreito	-	0,4108	0,5826	0,6625
Feira Nova do Maranhão	-	-	0,2032	0,3075
Fernando Falcão	-	-	0,1806	0,4070
Formosa da Serra Negra	-	-	0,2362	0,3600
Fortaleza dos Nogueiras	0,3065	0,3128	0,3509	0,4913
Fortuna	0,2569	0,3407	0,3386	0,3738
Godofredo Viana	0,2569	0,2125	0,3049	0,3825
Gonçalves Dias	0,2491	0,3087	0,4400	0,4732
Governador Archer	0,2558	0,3486	0,4389	0,4783
Governador Edison Lobão	-	-	0,3378	0,4291
Governador Eugênio Barros	0,2060	0,2216	0,4391	0,5113
Governador Luiz Rocha	-	-	0,2948	0,4253
Governador Newton Bello	-	-	0,2007	0,3064
Governador Nunes Freire	-	-	0,2667	0,5193
Graça Aranha	0,3801	0,3369	0,3310	0,4079
Grajaú	0,2016	0,3080	0,5670	0,6146
Guimarães	0,4566	0,4344	0,2858	0,5342
Humberto de Campos	0,3151	0,2434	0,2360	0,4423
Icatu	0,2971	0,2249	0,2570	0,4240
Igarapé do Meio	-	-	0,2643	0,3810
Igarapé Grande	0,2738	0,3527	0,4767	0,5515
Imperatriz	0,4555	0,5550	0,7576	0,7772
Itaipava do Grajaú	-	-	0,2614	0,2866
Itapecuru Mirim	0,3109	0,3030	0,4743	0,5361
Itinga do Maranhão	-	-	0,4533	0,6101
Jatobá	-	-	0,2816	0,3466
Jenipapo dos Vieiras	-	-	0,2538	0,2884
João Lisboa	0,1913	0,2350	0,4446	0,6110
Joselândia	0,1596	0,2492	0,3232	0,4046
Junco do Maranhão	-	-	0,2267	0,3315
Lago da Pedra	0,1711	0,2486	0,4558	0,5417
Lago do Junco	0,1285	0,2292	0,2931	0,3966
Lago dos Rodrigues	-	-	0,2784	0,4260
Lago Verde	0,1134	0,2296	0,2849	0,4003
Lagoa do Mato	-	-	0,2174	0,3915
Lagoa Grande do Maranhão	-	-	0,2108	0,3414
Lajeado Novo	-	-	0,2414	0,3452
Lima Campos	0,2983	0,3423	0,4306	0,5495
Loreto	0,3259	0,3684	0,4378	0,5698
Luís Domingues	0,3451	0,3137	0,2444	0,3727
Magalhães de Almeida	0,3151	0,3038	0,3323	0,5248
Maracaçumé	-	-	0,3875	0,4637
Marajá do Sena	-	-	0,1886	0,1943
Maranhãozinho	-	-	0,2259	0,3496

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	1980	1991	2000	2010
Mata Roma	0,3208	0,2769	0,3351	0,3737
Matinha	0,3210	0,3185	0,3221	0,4582
Matões	0,2069	0,1982	0,3181	0,4996
Matões do Norte	-	-	0,2893	0,3784
Milagres do Maranhão	-	-	0,2757	0,2950
Mirador	0,2672	0,2666	0,4223	0,5087
Miranda do Norte	-	0,3761	0,3992	0,4834
Mirinzal	0,2249	0,3243	0,3719	0,5595
Monção	0,2372	0,2296	0,3228	0,5254
Montes Altos	0,2927	0,2660	0,3687	0,4672
Morros	0,1676	0,2209	0,2612	0,3272
Nina Rodrigues	0,1494	0,2316	0,2671	0,3075
Nova Colinas	-	-	0,2532	0,3095
Nova Iorque	0,4095	0,4083	0,3350	0,3979
Nova Olinda do Maranhão	-	-	0,3489	0,4346
Olho d'Água das Cunhãs	0,2696	0,3197	0,4201	0,5731
Olinda Nova do Maranhão	-	-	0,2381	0,3261
Paço do Lumiar	0,3336	0,5304	0,5895	0,5951
Palmeirândia	0,2460	0,2527	0,2660	0,3217
Paraibano	0,3223	0,3560	0,4235	0,6303
Parnarama	0,1944	0,2144	0,3948	0,5882
Passagem Franca	0,2846	0,2594	0,4376	0,5153
Pastos Bons	0,3692	0,3749	0,3847	0,5337
Paulino Neves	-	-	0,1602	0,3007
Paulo Ramos	0,1312	0,1764	0,3237	0,5411
Pedreiras	0,5046	0,4607	0,5552	0,6739
Pedro do Rosário	-	-	0,2460	0,2566
Penalva	0,3260	0,2823	0,3359	0,3685
Peri Mirim	0,3619	0,3247	0,2713	0,3828
Peritoró	-	-	0,3081	0,4195
Pindaré-Mirim	0,3954	0,3999	0,5236	0,6321
Pinheiro	0,3456	0,3468	0,5327	0,6610
Pio XII	0,2299	0,2502	0,4086	0,5587
Pirapemas	0,3218	0,2489	0,3190	0,4099
Poção de Pedras	-	-	0,4365	0,5049
Porto Franco	0,2543	0,2916	0,6213	0,6843
Porto Rico do Maranhão	0,2867	0,3264	0,2732	0,4546
Presidente Dutra	0,3486	0,3744	0,5146	0,6494
Presidente Juscelino	0,2667	0,2523	0,1868	0,2660
Presidente Médici	-	-	0,2623	0,3545
Presidente Sarney	-	-	0,2869	0,3518
Presidente Vargas	0,1788	0,2621	0,2662	0,2911
Primeira Cruz	0,2967	0,2799	0,2422	0,3013
Raposa	-	-	0,3222	0,4240
Riachão	0,3053	0,3027	0,4663	0,5112
Ribamar Fiquene	-	-	0,2969	0,3760
Rosário	0,4368	0,3474	0,5238	0,5644
Sambaíba	0,2856	0,3346	0,2794	0,3282
Santa Filomena do Maranhão	-	-	0,2512	0,2985
Santa Helena	0,2658	0,3191	0,3849	0,4487
Santa Inês	0,5106	0,5404	0,6865	0,7102
Santa Luzia	0,2206	0,1734	0,4131	0,5224
Santa Luzia do Paruá	-	-	0,4185	0,5937
Santa Quitéria do Maranhão	0,2322	0,2329	0,3031	0,5125
Santa Rita	0,2914	0,2725	0,3292	0,4867
Santana do Maranhão	-	-	0,2437	0,3721
Santo Amaro do Maranhão	-	-	0,1881	0,2608

	Conclusão			
	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	1980	1991	2000	2010
Santo Antônio dos Lopes	0,2232	0,2842	0,4338	0,5918
São Benedito do Rio Preto	0,2181	0,2620	0,3356	0,3839
São Bento	0,3387	0,3582	0,4313	0,5557
São Bernardo	0,2106	0,2116	0,4560	0,5155
São Domingos do Azeitão	-	-	0,2751	0,4326
São Domingos do Maranhão	0,2468	0,2779	0,4417	0,6126
São Félix de Balsas	0,1890	0,3546	0,2477	0,3358
São Francisco do Brejão	-	-	0,3275	0,3645
São Francisco do Maranhão	0,2733	0,2545	0,2984	0,4854
São João Batista	0,2980	0,2834	0,3209	0,4785
São João do Carú	-	-	0,2521	0,3776
São João do Paraíso	-	-	0,3758	0,5298
São João do Soter	-	-	0,2361	0,2727
São João dos Patos	0,4785	0,4311	0,5438	0,6884
São José de Ribamar	0,5598	0,4301	0,4863	0,6565
São José dos Basílios	-	-	0,2818	0,2990
São Luís	0,8738	0,8189	0,8238	0,8296
São Luís Gonzaga do Maranhão	0,1946	0,2712	0,3817	0,4855
São Mateus do Maranhão	0,2686	0,3262	0,4277	0,5328
São Pedro da Água Branca	-	-	0,3799	0,4856
São Pedro dos Crentes	-	-	0,3160	0,4079
São Raimundo das Mangabeiras	0,3894	0,4022	0,4367	0,5954
São Raimundo do Doca Bezerra	-	-	0,2450	0,3339
São Roberto	-	-	0,2455	0,3486
São Vicente Ferrer	0,1508	0,2456	0,3875	0,5099
Satubinha	-	-	0,2754	0,3006
Senador Alexandre Costa	-	-	0,3906	0,3960
Senador La Rocque	-	-	0,3480	0,5039
Serrano do Maranhão	-	-	0,2971	0,3621
Sítio Novo	0,3200	0,3608	0,3303	0,3739
Sucupira do Norte	0,3279	0,3196	0,3228	0,4338
Sucupira do Riachão	-	-	0,2653	0,3162
Tasso Fragoso	0,3736	0,3307	0,4379	0,5322
Timbiras	0,2129	0,2134	0,4253	0,5108
Timon	0,4374	0,4517	0,6378	0,7218
Trizidela do Vale	-	-	0,3858	0,5351
Tufilândia	-	-	0,2237	0,4040
Tuntum	0,2803	0,2762	0,4286	0,5245
Turialva	0,2164	0,2033	0,3577	0,4766
Turilândia	-	-	0,2334	0,3474
Tutóia	0,2042	0,2072	0,4079	0,4591
Urbano Santos	0,2160	0,2013	0,3940	0,3320
Vargem Grande	0,2042	0,2441	0,3445	0,4539
Viana	0,4030	0,3455	0,4512	0,5865
Vila Nova dos Martírios	-	-	0,4109	0,4563
Vitória do Mearim	0,1821	0,2196	0,3538	0,5603
Vitorino Freire	0,2717	0,3208	0,4746	0,5080
Zé Doca	-	0,2697	0,4348	0,6036

Fonte: Elaboração própria (2012).

¹ Municípios inexistentes no ano.

APÊNDICE B– Classificação dos níveis de desenvolvimento dos municípios maranhenses com base nos estratos calculados a partir dos valores do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Maranhão.

Continua

Municípios	Nível de Desenvolvimento			
	1980	1991	2000	2010
Açailândia	- ¹	DB	DA	DMA
Afonso Cunha	DMB	DMB	DMB	DMB
Água Doce do Maranhão			DMB	DMB
Alcântara	DMB	DB	DMB	DM
Aldeias Altas	DMB	DMB	DMB	DB
Altamira do Maranhão	DMB	DMB	DMB	DB
Alto Alegre do Maranhão	-	-	DB	DB
Alto Alegre do Pindaré	-	-	DB	DB
Alto Parnaíba	DB	DB	DB	DM
Amapá do Maranhão	-	-	DMB	DB
Amarante do Maranhão	DMB	DMB	DB	DM
Anajatuba	DMB	DMB	DB	DMB
Anapurus	DB	DMB	DB	DB
Apicum-Açu	-	-	DMB	DB
Araguanã	-	-	DB	DB
Araioses	DMB	DMB	DB	DM
Arame	-	DMB	DB	DB
Arari	DB	DB	DM	DA
Axixá	DB	DB	DB	DB
Bacabal	DM	DM	DA	DA
Bacabeira	-	-	DB	DB
Bacuri	DB	DMB	DB	DM
Bacurituba	-	-	DMB	DB
Balsas	DM	DM	DA	DA
Barão de Grajaú	DB	DB	DB	DM
Barra do Corda	DMB	DMB	DM	DA
Barreirinhas	DMB	DMB	DB	DM
Bela Vista do Maranhão	-	-	DMB	DB
Belágua	-	-	DMB	DMB
Benedito Leite	DB	DB	DMB	DMB
Bequimão	DB	DB	DB	DB
Bernardo do Mearim	-	-	DB	DB
Boa Vista do Gurupi	-	-	DMB	DMB
Bom Jardim	DMB	DMB	DB	DM
Bom Jesus das Selvas	-	-	DB	DB
Bom Lugar	-	-	DMB	DB
Brejo	DMB	DMB	DM	DM
Brejo de Areia	-	-	DMB	DB
Buriti	DMB	DMB	DB	DM
Buriti Bravo	DMB	DMB	DB	DM
Buriticupu	-	-	DM	DA
Buritirana	-	-	DMB	DB
Cachoeira Grande	-	-	DMB	DMB
Cajapió	DB	DMB	DMB	DMB
Cajari	DB	DMB	DMB	DMB
Campestre do Maranhão	-	-	DB	DM
Cândido Mendes	DMB	DMB	DB	DB
Cantanhede	DMB	DMB	DB	DM
Capinzal do Norte	-	-	DMB	DB
Carolina	DM	DM	DA	DA
Carutapera	DB	DB	DM	DM
Caxias	DB	DM	DM	DA
Cedral	DB	DB	DMB	DB
Central do Maranhão	-	-	DMB	DB

Municípios	Nível de Desenvolvimento			
	1980	1991	2000	2010
Centro do Guilherme	-	-	DMB	DB
Centro Novo do Maranhão	-	-	DMB	DMB
Chapadinha	DB	DB	DM	DM
Cidelândia	-	-	DB	DB
Codó	DB	DB	DM	DA
Coelho Neto	DB	DB	DM	DA
Colinas	DB	DB	DM	DA
Conceição do Lago-Açu	-	-	DMB	DMB
Coroatá	DB	DMB	DM	DM
Cururupu	DB	DB	DM	DA
Davinópolis	-	-	DB	DM
Dom Pedro	DM	DM	DM	DA
Duque Bacelar	DMB	DMB	DB	DM
Esperantinópolis	DMB	DMB	DM	DM
Estreito	-	DB	DA	DA
Feira Nova do Maranhão	-	-	DMB	DMB
Fernando Falcão	-	-	DMB	DB
Formosa da Serra Negra	-	-	DMB	DB
Fortaleza dos Nogueiras	DB	DB	DB	DM
Fortuna	DMB	DB	DB	DB
Godofredo Viana	DMB	DMB	DB	DB
Gonçalves Dias	DMB	DB	DM	DM
Governador Archer	DMB	DB	DM	DM
Governador Edison Lobão	-	-	DB	DB
Governador Eugênio Barros	DMB	DMB	DM	DM
Governador Luiz Rocha	-	-	DB	DB
Governador Newton Bello	-	-	DMB	DMB
Governador Nunes Freire	-	-	DMB	DM
Graça Aranha	DB	DB	DB	DB
Grajaú	DMB	DB	DA	DA
Guimarães	DM	DM	DMB	DM
Humberto de Campos	DB	DMB	DMB	DB
Icatu	DB	DMB	DMB	DB
Igarapé do Meio	-	-	DMB	DB
Igarapé Grande	DB	DB	DM	DM
Imperatriz	DM	DM	DMA	DMA
Itaipava do Grajaú	-	-	DMB	DMB
Itapecuru Mirim	DB	DB	DM	DM
Itinga do Maranhão	-	-	DM	DA
Jatobá	-	-	DMB	DB
Jenipapo dos Vieiras	-	-	DMB	DMB
João Lisboa	DMB	DMB	DM	DA
Joselândia	DMB	DMB	DB	DB
Junco do Maranhão	-	-	DMB	DB
Lago da Pedra	DMB	DMB	DM	DM
Lago do Junco	DMB	DMB	DB	DB
Lago dos Rodrigues	-	-	DMB	DB
Lago Verde	DMB	DMB	DMB	DB
Lagoa do Mato	-	-	DMB	DB
Lagoa Grande do Maranhão	-	-	DMB	DB
Lajeado Novo	-	-	DMB	DB
Lima Campos	DB	DB	DM	DM
Loreto	DB	DB	DM	DM
Luís Domingues	DB	DB	DMB	DB
Magalhães de Almeida	DB	DB	DB	DM
Maracaçumé	-	-	DB	DM
Marajá do Sena	-	-	DMB	DMB

Continuação

Continuação

Municípios	Nível de Desenvolvimento			
	1980	1991	2000	2010
Maranhãozinho	-	-	DMB	DB
Mata Roma	DB	DMB	DB	DB
Matinha	DB	DB	DB	DM
Matões	DMB	DMB	DB	DM
Matões do Norte	-	-	DMB	DB
Milagres do Maranhão	-	-	DMB	DMB
Mirador	DB	DMB	DB	DM
Miranda do Norte	-	DB	DB	DM
Mirinzal	DMB	DB	DB	DM
Monção	DMB	DMB	DB	DM
Montes Altos	DB	DMB	DB	DM
Morros	DMB	DMB	DMB	DB
Nina Rodrigues	DMB	DMB	DMB	DMB
Nova Colinas	-	-	DMB	DMB
Nova Iorque	DB	DB	DB	DB
Nova Olinda do Maranhão	-	-	DB	DB
Olho d'Água das Cunhãs	DB	DB	DB	DM
Olinda Nova do Maranhão	-	-	DMB	DB
Paço do Lumiar	DB	DM	DA	DA
Palmeirândia	DMB	DMB	DMB	DB
Paraibano	DB	DB	DB	DA
Parnarama	DMB	DMB	DB	DA
Passagem Franca	DB	DMB	DM	DM
Pastos Bons	DB	DB	DB	DM
Paulino Neves	-	-	DMB	DMB
Paulo Ramos	DMB	DMB	DB	DM
Pedreiras	DM	DM	DM	DA
Pedro do Rosário	-	-	DMB	DMB
Penalva	DB	DMB	DB	DB
Peri Mirim	DB	DB	DMB	DB
Peritoró	-	-	DB	DB
Pindaré-Mirim	DB	DB	DM	DA
Pinheiro	DB	DB	DM	DA
Pio XII	DMB	DMB	DB	DM
Pirapemas	DB	DMB	DB	DB
Poção de Pedras	DMB	DMB	DM	DM
Porto Franco	DB	DB	DA	DA
Porto Rico do Maranhão	-	-	DMB	DM
Presidente Dutra	DB	DB	DM	DA
Presidente Juscelino	DB	DMB	DMB	DMB
Presidente Médici	-	-	DMB	DB
Presidente Sarney	-	-	DMB	DB
Presidente Vargas	DMB	DMB	DMB	DMB
Primeira Cruz	DB	DMB	DMB	DMB
Raposa	-	-	DB	DB
Riachão	DB	DB	DM	DM
Ribamar Fiquene	-	-	DB	DB
Rosário	DM	DB	DM	DM
Sambaíba	DB	DB	DMB	DB
Santa Helena	DB	DB	DB	DM
Santa Inês	DM	DM	DA	DMA
Santa Luzia	DMB	DMB	DB	DM
Santa Luzia do Paruá	-	DMB	DB	DA
Santa Quitéria do Maranhão	DMB	DMB	DB	DM
Santa Rita	DB	DMB	DB	DM
Santana do Maranhão	-	-	DMB	DB
Santo Amaro do Maranhão	-	-	DMB	DMB

Municípios	Nível de Desenvolvimento				Conclusão
	1980	1991	2000	2010	
Santo Antônio dos Lopes	DMB	DMB	DM	DA	
São Benedito do Rio Preto	DMB	DMB	DB	DB	
São Bento	DB	DB	DM	DM	
São Bernardo	DMB	DMB	DM	DM	
São Domingos do Azeitão	-	-	DMB	DB	
São Domingos do Maranhão	DMB	DMB	DM	DA	
São Félix de Balsas	DMB	DB	DMB	DB	
São Francisco do Brejão	-	-	DB	DB	
São Francisco do Maranhão	DB	DMB	DB	DM	
São João Batista	DB	DMB	DB	DM	
São João do Carú	-	-	DMB	DB	
São João do Paraíso	-	-	DB	DM	
São João do Soter	-	-	DMB	DMB	
São João dos Patos	DM	DB	DM	DA	
São José de Ribamar	DM	DB	DM	DA	
São José dos Basílios	-	-	DMB	DMB	
São Luís	DMA	DMA	DMA	DMA	
São Luís Gonzaga do Maranhão	DMB	DMB	DB	DM	
São Mateus do Maranhão	DB	DB	DM	DM	
São Pedro da Água Branca	-	-	DB	DM	
São Pedro dos Crentes	-	-	DB	DB	
São Raimundo das Mangabeiras	DB	DB	DM	DA	
São Raimundo do Doca Bezerra	-	-	DMB	DB	
São Roberto	-	-	DMB	DB	
São Vicente Ferrer	DMB	DMB	DB	DM	
Satubinha	-	-	DMB	DMB	
Senador Alexandre Costa	-	-	DB	DB	
Senador La Rocque	-	-	DB	DM	
Serrano do Maranhão	-	-	DB	DB	
Sítio Novo	DB	DB	DB	DB	
Sucupira do Norte	DB	DB	DB	DB	
Sucupira do Riachão	-	-	DMB	DMB	
Tasso Fragoso	DB	DB	DM	DM	
Timbiras	DMB	DMB	DB	DM	
Timon	DM	DM	DA	DMA	
Trizidela do Vale	-	-	DB	DM	
Tufilândia	-	-	DMB	DB	
Tuntum	DB	DMB	DM	DM	
Turiaçu	DMB	DMB	DB	DM	
Turilândia	-	-	DMB	DB	
Tutóia	DMB	DMB	DB	DM	
Urbano Santos	DMB	DMB	DB	DB	
Vargem Grande	DMB	DMB	DB	DM	
Viana	DB	DB	DM	DA	
Vila Nova dos Martírios	-	-	DB	DM	
Vitória do Mearim	DMB	DMB	DB	DM	
Vitorino Freire	DB	DB	DM	DM	
Zé Doca	-	DMB	DM	DA	

Fonte: Elaboração própria (2012)

¹ Municípios inexistentes no ano.

ANEXO A – Procedimentos estatísticos utilizados para análise dos resultados do Teste z.

Teste-z: duas amostras para médias

1980	Municípios	
	<i>Sem Projeto</i>	<i>Com Projeto</i>
Média	0,2801	0,3237
Variância conhecida	0,007437	0,017782
Observações	94	36
Hipótese da diferença de média	0	
z	-1,823487103	
P(Z<=z) uni-caudal	0,034114824	
z crítico uni-caudal	1,644853627	
P(Z<=z) bi-caudal	0,068229649	
z crítico bi-caudal	1,959963985	

1991	Municípios	
	<i>Sem Projeto</i>	<i>Com Projeto</i>
Média	0,291626	0,344565
Variância conhecida	0,005405	0,014949
Observações	97	39
Hipótese da diferença de média	0	
z	-2,52656	
P(Z<=z) uni-caudal	0,005759	
z crítico uni-caudal	1,644854	
P(Z<=z) bi-caudal	0,011519	
z crítico bi-caudal	1,959964	

2000	Municípios	
	<i>Sem Projeto</i>	<i>Com Projeto</i>
Média	0,336737	0,418406
Variância conhecida	0,010162	0,018542
Observações	164	53
Hipótese da diferença de média	0	
z	-4,02449	
P(Z<=z) uni-caudal	2,85E-05	
z crítico uni-caudal	1,644854	
P(Z<=z) bi-caudal	5,71E-05	
z crítico bi-caudal	1,959964	

2010	Municípios	
	<i>Sem Projeto</i>	<i>Com Projeto</i>
Média	0,437049	0,515798
Variância conhecida	0,012401	0,015943
Observações	164	53
Hipótese da diferença de média	0	
z	- 4,058855	
P(Z<=z) uni-caudal	2,47E-05	
z crítico uni-caudal	1,644854	
P(Z<=z) bi-caudal	4,93E-05	
z crítico bi-caudal	1,959964	

ANEXO B – Procedimentos estatísticos utilizados para análise dos resultados da análise de variância e do Teste de Tukey.

(Continua)

Descriptives

IDM

	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
					Lower Bound	Upper Bound		
1.00	16	.6975	.04700	.01175	.6725	.7225	.65	.83
2.00	53	.3105	.03245	.00446	.3015	.3194	.19	.35
3.00	56	.4011	.02574	.00344	.3942	.4080	.36	.45
4.00	59	.5006	.02594	.00338	.4938	.5074	.45	.54
5.00	33	.5879	.02529	.00440	.5789	.5968	.54	.63
Total	217	.4563	.11978	.00813	.4403	.4723	.19	.83

Test of Homogeneity of Variances

IDM

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
1.491	4	212	.206

ANOVA

IDM

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	2.915	4	.729	840.453	.000
Within Groups	.184	212	.001		
Total	3.099	216			

Robust Tests of Equality of Means

IDM

	Statistic(a)	df1	df2	Sig.
Welch	683.795	4	70.081	.000
Brown-Forsythe	667.666	4	61.669	.000

a Asymptotically F distributed.

(Continuação)

Multiple Comparisons

Dependent Variable: IDM

	(I) Grupos	(J) Grupos	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
Tukey HSD	1.00	2.00	.38701(*)	.00840	.000	.3639	.4101
		3.00	.29636(*)	.00835	.000	.2734	.3193
		4.00	.19691(*)	.00830	.000	.1741	.2197
		5.00	.10964(*)	.00897	.000	.0850	.1343
	2.00	1.00	-.38701(*)	.00840	.000	-.4101	-.3639
		3.00	-.09065(*)	.00564	.000	-.1062	-.0751
		4.00	-.19010(*)	.00557	.000	-.2054	-.1748
		5.00	-.27737(*)	.00653	.000	-.2953	-.2594
	3.00	1.00	-.29636(*)	.00835	.000	-.3193	-.2734
		2.00	.09065(*)	.00564	.000	.0751	.1062
		4.00	-.09946(*)	.00549	.000	-.1146	-.0843
		5.00	-.18672(*)	.00646	.000	-.2045	-.1689
	4.00	1.00	-.19691(*)	.00830	.000	-.2197	-.1741
		2.00	.19010(*)	.00557	.000	.1748	.2054
		3.00	.09946(*)	.00549	.000	.0843	.1146
		5.00	-.08727(*)	.00640	.000	-.1049	-.0697
	5.00	1.00	-.10964(*)	.00897	.000	-.1343	-.0850
		2.00	.27737(*)	.00653	.000	.2594	.2953
		3.00	.18672(*)	.00646	.000	.1689	.2045
		4.00	.08727(*)	.00640	.000	.0697	.1049
LSD	1.00	2.00	.38701(*)	.00840	.000	.3705	.4036
		3.00	.29636(*)	.00835	.000	.2799	.3128
		4.00	.19691(*)	.00830	.000	.1805	.2133
		5.00	.10964(*)	.00897	.000	.0920	.1273

(Continuação)

Dependent Variable: IDM

	(I) Grupos	(J) Grupos	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
	2.00	1.00	-.38701(*)	.00840	.000	-.4036	-.3705
		3.00	-.09065(*)	.00564	.000	-.1018	-.0795
		4.00	-.19010(*)	.00557	.000	-.2011	-.1791
		5.00	-.27737(*)	.00653	.000	-.2902	-.2645
	3.00	1.00	-.29636(*)	.00835	.000	-.3128	-.2799
		2.00	.09065(*)	.00564	.000	.0795	.1018
		4.00	-.09946(*)	.00549	.000	-.1103	-.0886
	4.00	5.00	-.18672(*)	.00646	.000	-.1995	-.1740
		1.00	-.19691(*)	.00830	.000	-.2133	-.1805
		2.00	.19010(*)	.00557	.000	.1791	.2011
	5.00	3.00	.09946(*)	.00549	.000	.0886	.1103
		5.00	-.08727(*)	.00640	.000	-.0999	-.0746
		1.00	-.10964(*)	.00897	.000	-.1273	-.0920
		2.00	.27737(*)	.00653	.000	.2645	.2902

3.00	.18672(*)	.00646	.000	.1740	.1995
4.00	.08727(*)	.00640	.000	.0746	.0999

* The mean difference is significant at the .05 level.

Homogeneous Subsets

IDM

Grupos	N	Subset for alpha .05						
		1	2	3	4	5		
Tukey HSD(a,b)	2.00	53	.3105					
	3.00	56		.4011				
	4.00	59			.5006			
	5.00	33				.5879		
	1.00	16					.6975	
	Sig.		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Duncan(a,b)	2.00	53	.3105					
	3.00	56		.4011				
	4.00	59			.5006			
	5.00	33				.5879		
	1.00	16					.6975	
	Sig.		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

a Uses Harmonic Mean Sample Size = 34.135.

b The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.